



99205 9707

COMPRO/VENDO
PASSE DE PRAIANA
99205 9707

COMPRO/VENDO
PASSE DE PRAIANA
99205 9707

TER
ART

*A FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ
historiografia
anotada e comentada*

1 edição 2018

BRISA UTÓPICA

A FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ:
HISTORIOGRAFIA
ANOTADA E COMENTADA

PRIMEIRA EDIÇÃO 2018

MAGRU FLORIANO

EDITORA BRISA UTÓPICA

IMAGEM DA CAPA

Igreja da Immaculada Conceição – Itajaí – foto de Magru Floriano de intervenção estética elaborada pelo artista Rudi Scaranto Dazzi na parede de edifício abandonado à Rua Gil Stein Ferreira no segundo semestre do ano de 2018.

REFERÊNCIA

FLORIANO, Magru. A fundação de Itajaí: historiografia anotada e comentada. 1.ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018.

ESTA OBRA NÃO TEM FINS COMERCIAIS.
SUA DISTRIBUIÇÃO OCORRE GRATUITAMENTE POR MEIOS ELETRÔNICOS.

NESTA EDIÇÃO OS TEXTOS FORAM COPILADOS ‘*IPSIS LITTERIS*’ DAS PUBLICAÇÕES REFERENCIADAS. NÃO SOFRERAM QUALQUER TIPO DE CORREÇÃO ORTOGRÁFICA, SENDO MANTIDO O TEXTO ORIGINAL.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como escopo apresentar aos amigos leitores apreciadores de estudos sobre a História de Itajaí alguns pontos de reflexão sobre o tema ‘fundação de Itajaí’. O método de pesquisa está centrado na ideia de dialogar com os autores que contribuíram com a nossa historiografia, evidenciar suas teses, buscar provas e contraprovas dos discursos argumentativos por eles apresentados.

Anteriormente, tivemos oportunidade de reunir, em três edições, cerca de uma centena de artigos temáticos sobre a fundação de Itajaí com o título ‘**Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador**’. A obra manteve o objetivo bem definido de reunir tudo o que até 2018 foi escrito sobre o tema, sem, contudo, se dar ao trabalho de analisar o que ali fora copilado e compilado. Reunimos artigos de autores diversos no lapso de tempo compreendido entre 1836 – *Anotações de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond à sua biografia* – e 2018 – artigos publicados por Cláudio Bersi de Souza, Magru Floriano e Edison d’Ávila no jornal Diário do Litoral. Nesse primeiro momento tratamos de inventariar o acervo. Para isso copilamos tudo que encontramos nos acervos dos Arquivos Históricos de Florianópolis, Itajaí, Joinville, Blumenau, Camboriú e Balneário Camboriú; bem como, em nossas biblioteca e hemeroteca compostas por mais de três mil volumes.

Agora, devemos dar um passo à frente, analisando o conteúdo copilado nesta primeira obra. Para tanto, nos propomos a analisar de forma criteriosa os textos que foram apresentados ao longo de quase dois séculos por gente de expressão nos cenários nacional/internacional [Mello Moraes, Max Fleiuss ...], regional [Lucas Alexandre Boiteux, José Ferreira da Silva, Walter Piazza, Oswaldo Cabral ...] e local [Silveira Júnior, Nemésio Heusi, Afonso Luiz da Silva, Gil Theodoro de Miranda ...].

Este livro é voltado para o público mais técnico, composto por historiadores e pessoas que estão interessadas em refletir e/ou escrever sobre História de Itajaí, notadamente acerca da sua fundação. Também pretende ser uma obra complementar aos livros **Itajaí: uma cidade em busca do seu fundador** e **A lenda do Monte Tayó**, compondo uma trilogia sobre nossas origens.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

ÍNDICE

A CONJUNTURA

UMA POLÊMICA QUE RESISTE AO TEMPO
 CONDIÇÕES HISTÓRICAS
 TESES SOBRE A FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ

- Quem foi João Dias de Arzão?
- Quem foi Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond?
- Quem foi Agostinho Alves Ramos?

HISTORIOGRAFIA – ANOTADA E COMENTADA

- nível internacional
 - Auguste de Saint-Hilaire
 - Juan G. Beltran
 - Carl von Koseritz
 - Amédée François Frézier
 - George Shelvocke
 - George Anson
 - Antonie Joseph Pernetty
 - James George Semple Lisle
 - Adam Johann von Krusenstern
 - Urey Lisiansky
 - John Mawe
 - Louis Isidore Duperrey
 - René Primevère Lesson
 - Charles Maximiliano Luiz van Lede
 - Léonce Aubé
- nível nacional
 - Aires de Casal
 - Alexandre José de Mello Moraes
 - Max Fleiuss
 - José Honório Rodrigues
 - Caio Prado Júnior
 - F. J. Oliveira Vianna
 - Francisco Adolfo de Varnhagen
 - Manuel de Oliveira Lima
 - J. Pandiá Calógeras
 - João Capistrano de Abreu
 - Manoel Rodrigues – Tito Lívio Ferreira
 - Roberto C. Simonsen
 - Pedro Calmon
 - Sérgio Buarque de Holanda
 - Jorge Pedreira – Fernando Dores Costa

- nível estadual
 - Feliciano Nunes Pires
 - Lucas Alexandre Boiteux
 - Walter F. Piazza
 - Crispim Mira
 - Carlos da Costa Pereira
 - Paschoal Apóstolo Pítsica
 - Oswaldo Rodrigues Cabral
 - Zedar Perfeito da Silva

- nível regional
 - Maria Luiza Renaux Hering
 - Giralda Seyferth
 - Leda Maria Baptista
 - Max Tavares d'Amaral

OS TRÊS PILARES DO DEBATE

- I - A contribuição de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond
- II - A contribuição de Marcos Konder
- III - A contribuição de José Ferreira da Silva

DEBATE AMPLIADO

ARTICULISTAS DE ONTEM

- Pedro Ferreira e Silva
- Nemésio Heusi
- Norberto Cândido Silveira Júnior
- Ary Garcia
- Arnaldo Brandão

ARTICULISTAS DE HOJE

- Cláudio Bersi de Souza
- Ivan Carlos Serpa
- Edison d'Ávila
- Isaque de Borba Corrêa
- Magru Floriano

REFLEXÃO FINAL

A CONJUNTURA

UMA POLÊMICA QUE RESISTE AO TEMPO

A fundação de Itajaí constituiu-se na polêmica mais longeva de nossa história. Ela iniciou em 1920 quando o superintendente Marcos Konder resolveu decretar como data de fundação de Itajaí o dia 12 de outubro de 1820 dando a Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond o título de fundador da cidade. Estamos diante, portanto, de quase um século de polêmica.

Sobre a questão específica da fundação podemos separar os debatedores em dois grandes grupos: quem considera o tema importante para a História de Itajaí e quem considera irrelevante debater o assunto. No primeiro grupo encontramos dezenas de debatedores com, pelo menos, sete teses bem definidas. No segundo grupo encontramos historiadores vinculados ao Curso de História da Univali que, em um primeiro momento, estava vinculado ao pensamento da esquerda marxista e foi migrando gradativamente para novas possibilidades metodológicas até firmar-se na escola Nova História.

Para entendermos as ideias desse grupo indicamos como referência de argumentação a dissertação de mestrado em História do Brasil da UFSC da acadêmica Beatriz Koneski Santangelo, datada de 1998, intitulada '**Sobre Itajaí: uma discussão historiográfica**'. A acadêmica parte da ideia central de que as professoras Joana Maria Pedro e Maria Bernadete Ramos Flores, quando alunas do mestrado da UFSC, '*produziram pesquisas históricas (...) as quais marcaram uma nova fase na produção de história sobre Itajaí, por abordarem temas como economia e demografia, até então inexplorados.*'⁽¹⁾

Em contraponto a estas duas historiadoras 'marxistas' e, depois, adeptas da mentalidade historiográfica da 'Nova História', Beatriz analisa as obras de ícones da historiografia regional: Marcos Konder, Max Tavares d'Amaral, João Pery Brandão, Edison d'Ávila, José Ferreira da Silva, Zedar Perfeito da Silva ... rotulados de 'positivistas' e vinculados ideologicamente à metodologia historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico que tinha a missão de 'criar uma cronologia para a história do país' etc e tal.

Esse grupo de historiadores formado na Fepevi/Univali a partir das lideranças de Maria Bernadete e Joana Maria Pedro passou a ter a hegemonia da escrita de história em

Itajaí e sobre Itajaí a partir da década de 1980. Alunos do curso de graduação de História eram selecionados para cursos de pós-graduação [*stricto senso* e *lato senso*] na Fepevi/UDESC/UFSC e depois retornavam como professores da própria Fepevi/Univali. Integraram esse grupo historiadores de grande influência na história local como: José Bento Rosa da Silva, José Roberto Severino e Marlene de Fáveri.

Ao grupo interessava sobretudo desmanchar a lógica positivista imposta à história pelos pensadores vinculados metodologicamente ao Instituto Histórico e Geográfico. Por esse olhar da Nova História não havia qualquer interesse em discutir questões como a fundação de Itajaí e seu fundador. Personagens ‘invisíveis’ aos olhos da elite, como é o caso de ‘Maria do Cais’, passaram a ser mais importantes do que nomes ungidos pela elite, como é o caso de Vasconcelos de Drummond. Fatos dispostos cronologicamente são relegados ao segundo plano e a História Oral dos ‘invisíveis’ emerge com destaque na historiografia itajaiense.

Essa tônica é consolidada quando integrantes do grupo de esquerda da Univali chegam ao poder municipal e ali criam a Editora Maria do Cais vinculada à Fundação Genésio Miranda Lins. É o momento de institucionalizar a doutrina de forma hegemônica já que o grupo passou a dominar três espaços fundamentais no fazer História em Itajaí: Fepevi/Univali, Prefeitura/Fundação Genésio Miranda Lins, Meios de Comunicação [entrevistas, livros, revistas, artigos ...]. Deram à editora o nome de uma mulher semianalfabeta como forma de sinalizar sobre a nova política institucional da municipalidade: a voz a ser ouvida pela Nova História Oficial seria a voz do povo marginalizado. Contudo, ao emprestar o nome de Maria do Cais à editora, sem perceber, deram evidência a uma hierarquia de classes, onde o banqueiro rico [Genésio Miranda Lins] ficou mais destacado do que a prostituta pobre [Maria do Cais]. Tudo mudou para nada mudar.

O grupo foi dispersando aos poucos, na medida que seus integrantes iam deixando o quadro de professores da Fepevi/Univali para compor os quadros funcionais de instituições públicas espalhadas pelo Brasil. As primeiras a deixarem a Fepevi foram justamente Maria Bernadete e Joana Maria Pedro, que passaram a lecionar na Universidade Federal de Santa Catarina. Depois seus alunos também seguiram esse caminho. Marlene de Fáveri foi para a UDESC, Roberto Severino, Bento Rosa, Manique Barreto, Ivan Serpa ... foram para órgãos federais em Manaus, Recife, Salvador, Florianópolis ... Ivan Serpa foi o único de logrou voltar, lecionando no Instituto Federal de Educação em Itajaí.

Do dia para a noite Itajaí ficou sem uma boa parcela de historiadores que não se limitavam apenas a dar aula e reproduzir conteúdo elaborado por outros intelectuais, mas que tinham produção própria. Os historiadores com grau acadêmico [bacharelado e licenciatura] cederam voluntariamente espaço para memorialistas como Paulo Rogério Maes, Didymea Lázzaris de Oliveira, Marlene Dalva Rothbarth da Silva, Rosa de Lourdes Vieira e Silva. Assim, por um processo natural do mercado profissional [foram em busca de melhor oportunidade profissional] a História de Itajaí passou novamente às mãos dos memorialistas, como já estivera no passado em mãos de Juventino Linhares, Abdon Fóes, Pery Brandão, Silveira Júnior ...

O retorno ao centro do palco dos memorialistas e a proximidade do bicentenário da vinda de Vasconcelos de Drummond à Itajaí, a ser registrado em 2020, poderá ter a potência de reviver com força o tema da fundação. O líder desse movimento é o memorialista Cláudio Bersi de Souza, que já publicou um livro, em 2015, exclusivamente dedicado ao tema. O livro tem o título sugestivo de **2020 – Itajaí, 200 anos**.

Mas há resistência em colocar na pauta do dia um tema já retirado da pauta histórica itajaiense pelos historiadores de esquerda. O decano dos historiadores de Itajaí, Edison d'Ávila, por exemplo, já confessou, em conversa informal conosco, que essa questão é 'uma bola dividida que não vale o esforço'. Outro historiador, Ivan Serpa, que tem obra defendendo o nome de Drummond como fundador de Itajaí não tem comparecido na imprensa regional em 2018. Até aqui, o que está posto é que o grupo da Nova História parece ter conseguido imprimir em definitivo na História de Itajaí uma nova agenda que não comporta temas tradicionais como é o caso da fundação.

Os dois grupos tem a seu favor grandes contribuições à historiografia itajaiense. Como um não conseguiu eliminar em definitivo o outro, Itajaí pode contar, até os dias de hoje, com um número significativo de historiadores e memorialistas que apresentam pesquisas e trabalhos com uma diversidade metodológica-ideológica bastante acentuada. A História de Itajaí pode contar com trabalhos onde se mantém a lógica positivista [cronologia, datação, mito fundacional, grandes personagens ...] e também trabalhos dentro de uma proposta da 'Nova História' [principalmente trabalhos de resgate oral sobre o cotidiano da comunidade]. São duas contribuições válidas que não desejamos perder. Itajaí ganha muito com essa diversidade ideológica e metodológica no fazer História.

CONDIÇÕES HISTÓRICAS

A maioria absoluta dos autores que dedicou a estudar nossa história preferiu ter como estratégia de texto/argumentação abordar diretamente o fato histórico em si sem entreter-se no estudo mais aprofundado da conjuntura. Essa estratégia desconsiderou por completo a influência decisiva que fatores externos tiveram sobre o fato histórico - fundação de Itajaí. Uma conjuntura complexa que merece estudo aprofundado, buscando inclusive suporte em autores de diversas tendências historiográficas e viajantes estrangeiros.

Comércio ilegal da madeira e terra distribuídas por funcionários públicos em conluio com empresas privadas, interesses estratégicos do governo na luta contra os espanhóis, busca pelo ouro, medo da revolta escrava após a Revolta do Haiti e ideias racistas de supremacia branca, independência do Brasil, religião, fidelidade a Portugal ... são alguns dos elementos que influenciaram de forma decisiva no processo de ocupação do Litoral Centro-Norte Catarinense.

Esse, portanto, será o nosso primeiro esforço: estabelecer a conjuntura que abrigou o fato histórico tema de nosso estudo: a fundação de Itajaí.

TOMÁS ANTÔNIO DE VILANOVA PORTUGAL

A pessoa chave para entendermos a influência do governo central sobre o processo de ocupação de nossas terras é, sem dúvida alguma, o ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal, um entusiasta, no Reino, da ocupação de terras brasileiras por povos europeus – portugueses ou não. Tomás nasceu na cidade portuguesa de Tomar, a 18 de setembro de 1755. O primeiro cargo público que assumiu foi o de corregedor de Vila Viçosa, oportunidade em que escreveu dois tratados sobre a Ciência do Direito, trabalhos que lhe conferiram a medalha de ouro da Academia Real das Ciências. Data daí sua influência intelectual sobre o então príncipe regente, depois rei, Dom João VI.

Em seguida Tomás foi nomeado desembargador da Relação do Porto – Casa da Suplicação de Lisboa - passando a ser pessoa íntima do príncipe regente e um de seus conselheiros. Sua influência foi tão substancial que muitos o consideravam o ‘valido do rei’, ou seja, seu principal e mais próximo assessor. Foi nomeado para o cargo de

fiscal do Real Erário e, logo em seguida, desembargador do Paço. A ele foi dada a árdua missão de organizar as condições necessárias para a frota portuguesa deixar a Europa em direção ao Brasil em 1808. Aqui no Brasil foi nomeado chanceler-mor e depois ministro. Entre 1808 e 1821, Tomás chegou a acumular provisoriamente todas as pastas do ministério recém-formado [do Reino, Negócios, Estrangeiros e Guerra, Marinha e Colonias].

Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond foi seu secretário de gabinete na chancelaria. Em comum os dois tinham uma característica impar: genialidade precoce. Na condição de homem de confiança de Tomás Vilanova Portugal o jovem Drummond chegou a viajar diversas vezes para o Sul do Brasil em ‘missão secreta’ como veremos adiante. ⁽²⁾

No governo, Tomás ficou no meio de um tiroteio fratricida entre o grupo que queria manter a administração sob total controle dos portugueses continentais e aqueles que vislumbravam um governo com relativa participação de brasileiros. O ministro pendia para o segundo grupo e aceitava a tese de que o governo deveria iniciar um processo de transição gradual, trocando alguns elementos portugueses continentais por brasileiros, uma vez que, na sua visão, caso fosse necessário optar entre ficar com o Brasil ou Portugal, era mais vantajoso a Dom João VI ficar com o Brasil. Mas o rei acabou por tentar ficar com os dois territórios dando elementos para a consolidação do movimento de independência do Brasil.

Favorável à abolição da escravatura Tomás sempre que possível incluía nos planos do governo a ocupação do território brasileiro por grandes levas de imigrantes europeus – portugueses ou não. Inicialmente projetou a criação de colônias no entorno do Rio de Janeiro ⁽³⁾, depois, nas principais estradas entre São Paulo e Minas Gerais. Mais tarde propôs colônias no Sul, como é o caso da Colônia Nova Ericeira na Enseada das Garoupas e a colônia no Itajahy-Mirim liderada por Drummond.

Há quem consiga ver no plano de Tomás - de dotar o Rio de Janeiro de um cinturão formado por colônias com população branca europeia - a busca de um antídoto natural a uma possível revolta dos escravos no Brasil, a exemplo do que ocorreu no Haiti entre 1791-1804, que assustou de forma consistente toda a elite branca escravocrata da América. A verdade é que, depois da Revolta de São Domingos, a elite branca começou a pensar com mais intensidade nas possibilidades de equilibrar as forças, em termos de conflito racial, no Brasil. Alguns historiadores intitulam essas tentativas de ‘embranqueamento’ e a relacionam diretamente à questão da

independência, uma vez que denunciavam que os portugueses ameaçavam liberar os escravos para uma grande revolta caso o Brasil resolvesse se tornar independente. ⁽⁴⁾

Na verdade a formação de colônias no Brasil sempre suscitou muita polêmica dentro do próprio governo. Uns queriam a formação de colônias somente de portugueses continentais e ilhéus [Madeira e Açores]; outros queriam incluir qualquer imigrante europeu branco; já os mais radicais, como é o caso do poderoso Conde dos Arcos, *‘nem sequer admitia que viesse gente de Portugal para os trabalhos rústicos do Brasil’*. ⁽⁵⁾ Sem contar que ainda pesava sobre a formação dessas colônias a sempre presente ‘questão religiosa’, uma vez que muitos daqueles que se propunham a emigrar para o Brasil não confessavam na religião católica.

Apesar dos muitos entraves Vilanova Portugal conseguiu montar uma primeira colônia com imigrantes suíços na região de Cantagalo – Rio de Janeiro – entre 1817 e 1818. A colônia fracassou como empreendimento, mas deixou muitos frutos para o Brasil a exemplo do que ocorreria mais adiante com as colônias no litoral catarinense.

Lendo de forma mais criteriosa o que se tem atestado sobre a índole de Tomás Antônio de Vilanova Portugal podemos acreditar na ideia de que ele, como bom diplomata e político, dissimulava, mas não desistia facilmente de suas ideias. Contornava os obstáculos de forma a não deixar muita escolha aos adversários. Assim, por meios sutis, fazia com que as coisas acontecessem a seu modo. Precavido, por exemplo, *‘...tinha por costume não escrever oficialmente resoluções importantes aos generais das fronteiras. Mandava sempre uma pessoa de sua íntima confiança levar o recado verbal...’* ⁽⁶⁾.

Como lhe impunham feroz oposição quanto aos planos de formar colônias com trabalhadores rurais europeus, Tomás tratou de criar *‘... uma marinha fora do alcance do ministro desta repartição e sujeita ao ministro do Reino. Já tinha dois grandes navios, o Sucesso e o Conde de Peniche, para transportar gente de Portugal para o Brasil...’* ⁽⁷⁾.

Outra forma que encontrou para dissimular seu plano de colonizar as terras brasileiras com gente vinda da Europa foi promover um rodízio estratégico dentro dos batalhões do exército português que serviam no Brasil. No período conhecido na história de Portugal como ‘paz geral’ entendia o poderoso ministro que as forças contavam com número excessivo de homens e, assim, lhe sucedeu o plano de ‘dar baixa’ a soldados aqui mesmo no Brasil, oferecendo a estes a possibilidade de se

engajarem como colonos, trazendo substitutos de Portugal. De uma forma sutil Tomás trazia soldado de Portugal e ia transformando-os em colonos no Brasil.

Como podemos perceber, essas três estratégias do ministro Vilanova Portugal impactou diretamente nos acontecimentos que culminaram com a ocupação de terras no Litoral Centro-Norte Catarinense. Com a prática de enviar emissários especiais apresentou Santa Catarina a Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond; com a formação de uma marinha própria pode contar com o ‘Conde de Peniche’ para o projeto de Nova Ericeira na Enseada das Garoupas [atual Porto Belo]; com a transformação de soldados em colonos possibilitou mão de obra acessível para as colônias Cubatão, Nova Ericeira e Itajaí-Mirim.

A verdade é que o Ministro do Reino tinha uma concepção de Brasil que suplantava até mesmo seu amor por Portugal. Para ele, parece que isso fica evidente em tudo que se lê a seu respeito, Portugal era passado e Brasil era futuro. E nesse seu projeto de Brasil cabia apenas as terras internas entre os dois grandes rios do continente: Amazonas e Prata. Por isso, em diversas oportunidades, transigiu com outros países na disputa diplomática por terras ao norte da foz do Amazonas, como foi o caso de Caiena. Por outro lado, utilizou toda a sua inteligência e força política para consolidar a posse de terra até as margens do Rio da Prata, ao sul. (8).

Com este projeto de Brasil em mãos, Tomás, de forma direta ou dissimulada, ia tentando realizar suas metas políticas e estratégicas. Assim, marcava os lugares que, no seu bom entendimento, convinha ao Reino estabelecer colônias e portos. Um desses lugares considerados estratégicos pelo Ministro do Reino foi a Enseada das Garoupas, depois as margens do Itajaí-Mirim e Cubatão mais ao sul. (9)

Desta forma podemos concluir que Tomás Antônio de Vilanova Portugal foi fundamental, enquanto chanceler e Ministro do Reino, para a história do Litoral Centro-Norte Catarinense. Sua obsessão em criar colônias de europeus, o projeto de limitar o território brasileiro entre os grandes rios Amazonas e Prata, o embranquecimento da população para contrapor forças a uma possível revolta da população negra escrava, o interesse em localizar minas de ouro, suas práticas burocráticas de não escrever mensagens importantes enviando-as por emissários de confiança... tudo contribuiu para que a história de nossa comunidade fosse forjada do jeito que a conhecemos.

A QUESTÃO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Os grupos político-econômicos que orbitavam próximo ao rei Dom João VI estavam longe de encontrar consenso acerca de questões fundamentais para o reino português. A Revolução Liberal, em Portugal, só fez aumentar a complexidade do quadro político, colocando o Brasil no centro das atenções por conta do simples fato do rei se encontrar provisoriamente em seu território.

Entre os muitos grupos políticos que se digladiavam dentro do governo temos aquele formado por portugueses natos [continentais] que entendiam que o rei, assim que fosse possível, deveria retornar a Portugal, mantendo o Brasil como simples colônia. Como eles percebiam na prática do dia-a-dia que a colônia tinha um potencial econômico promissor, em alguns aspectos superando até mesmo Portugal, tratavam de inibir e boicotar quaisquer ações que trouxessem mais vantagens competitivas ao Brasil. Nesse sentido, viam a criação de novas colônias como um perigo para o plano de manter intacto o reino português, com o Brasil na condição de colônia e o rei retornando a Portugal.

Do outro lado, temos os grupos que há muito perderam a esperança de que tudo voltaria a ser como no passado assim que Dom João VI pudesse retornar a Portugal. Uma parcela desses, entre os quais encontramos Tomás Antônio de Vilanova Portugal, acreditava que a vinda da Corte para o Brasil colocou uma imposição histórica irreversível e que mesmo com o retorno do rei a Portugal a situação do Brasil seria diferenciada, não sendo mais possível colocá-lo na condição anterior, ou seja, de simples colônia. O grupo de Tomás assessorava o rei no sentido de que, diante de uma escolha inevitável, entre ficar com o Brasil ou Portugal a melhor escolha seria ficar com o Brasil. Portanto, tratavam da questão da independência do Brasil sem trair a fidelidade a Dom João VI. Não era uma conspiração contra o rei, mas, tão-somente, uma conspiração contra as pretensões coloniais portuguesas.

Entre esses dois grupos temos a formação de diversos grupos menores, incluindo alguns mais radicais que propunham a proclamação da república a exemplo de diversos outros estados latino-americanos. Contudo, esse era um grupo mais enfraquecido porque, diferentemente do que ocorreu com os países sob a bandeira espanhola, a Família Real estava residindo no Brasil e tinha seus sucessores também residindo no

Brasil, tornando o conceito de monarquia ainda viável politicamente. Somente quando Dom João VI resolveu partir para Portugal é que um grupo tratou da independência sem o rei, agarrando a alternativa de formar um reinado com o príncipe herdeiro.

Tomás Antônio de Vilanova Portugal, Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, José Bonifácio de Andrada e Silva ... faziam parte do grupo que pensava a independência do Brasil com o Rei Dom João VI. Tomás foi obrigado a seguir com o rei para Portugal ⁽¹⁰⁾ enquanto Drummond e José Bonifácio começaram a urdir a independência do Brasil mantendo a monarquia através do príncipe herdeiro, o que de fato acabou acontecendo.

Interessante perceber que Drummond veio à Santa Catarina encarregado por Tomás para instalar uma colônia às margens do Rio Itajaí-Mirim justamente por ser considerado maçom. Algumas pessoas podem encontrar aí uma contradição no grupo formado em torno do Ministro do Reino, mas não há contradição antagônica aí. Acontece que Tomás era inimigo mortal dos maçons, mas tinha em comum com alguns deles, incluindo Bonifácio e Drummond, de que a independência do Brasil deveria ocorrer com Dom João VI. Por isso que Tomás ao receber a denúncia de que Drummond era 'pedreiro livre' enviou-o para missões especiais em Santa Catarina sem descartá-lo totalmente do núcleo de poder. Sendo ou não sendo maçom - sempre ficou a dúvida sobre essa condição - Drummond era um aliado na luta pela formação do Reino do Brasil.

Toda a conjuntura político-econômica que envolve a independência do Brasil, portanto, influenciou diretamente o processo de colonização do Litoral Centro-Norte Catarinense, uma vez que a instalação de colônias sofreu a ação de dois grupos antagônicos: um querendo a colonização para o fortalecimento do Brasil, outro boicotando as colônias para que o Brasil não se fortalecesse a ponto de se tornar mais forte do que Portugal nesse momento crucial na história de Portugal.

Por tudo o que está dito na literatura histórica é viável pensar que em Santa Catarina o governador João Vieira Tovar de Albuquerque integrava o grupo do Conde dos Arcos, boicotando as colônias para manter o Brasil sob o comando português; enquanto o intendente Miguel de Souza Melo e Alvim estava no grupo de Tomás. Essa evidência podemos retirar das 'Anotações' do próprio Drummond quando elogia demoradamente Miguel e critica de forma rasteira o governador Tovar ⁽¹¹⁾. Também encontramos elogios rasgados a Miguel de Souza Melo e Alvim por parte do historiador Mello Moraes – biógrafo de Drummond ⁽¹²⁾.

DISPUTA ENTRE PORTUGAL E ESPANHA PELAS TERRAS DO SUL

Um fator que foi decisivo para o interesse do reino em habitar o litoral catarinense foi a demorada contenda com a Espanha sob a posse de terras ao sul de Cananéia. Entre assinaturas de muitos tratados não cumpridos ou mal interpretados por ambos os lados, e isso ocorreu desde o Tratado de Tordesilhas em 1494, os reinos de Portugal e Espanha fizeram de tudo que estava ao seu alcance para ficar com o maior quinhão possível de terras à margem esquerda do Rio da Prata.

O Rio da Prata era fundamental para Portugal porque permitia o acesso às terras interiores do Brasil e às riquezas da região de Mato Grosso. Por outro lado, por questões estratégicas, Portugal não queria dar à Espanha o privilégio militar-econômico de ter o Rio da Prata sob bandeira única, como ocorreu com Portugal no caso do Rio Amazonas ao norte. Para Portugal era fundamental que o Rio do Prata permanecesse como água internacional possibilitando a navegação livre das embarcações portuguesas que, diga-se à bem da verdade, além de navegarem no Prata com mercadorias brasileiras, no mais das vezes, continham em seus porões contrabando oriundo de terras espanholas a oeste, inclusive prata e ouro.

A disputa entre Portugal e Espanha por terras ‘achadas e a serem achadas’ sempre envolveu a maior autoridade à época, o Papa. Por isso mesmo, desde 1443 foram emitidas diversas bulas papais tratando especificamente da partilha de terras ‘achadas’ por conta das grandes navegações. Mesmo com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494, a disputa continuou intensa por conta do desacerto de como demarcar o meridiano contido no acordo a partir de 370 léguas a oeste de Cabo Verde. Acontece que Cabo Verde continha diversas ilhas e a discussão inicial recaiu, obviamente, sobre a escolha da ilha que serviria de referência para a demarcação.

Ainda sob clima de forte discussão sobre por onde começar a demarcação do meridiano estabelecido no Tratado de Tordesilhas o reino da Espanha providenciou a fundação de Buenos Aires, em 1536, à margem direita do estuário do Prata. Portugal também resolveu colocar sua bandeira na região e funda, em 1680, a Colônia Sacramento, na margem esquerda do Rio do Prata. A disputa não ganha novo alento nem mesmo com a assinatura do Tratado de Madrid, em 1760. Novo tratado foi

formulado em 1777 sob o impacto da invasão espanhola à Ilha de Santa Catarina. É o tratado de Santo Ildefonso que sinteticamente vai ser lembrado pela devolução das terras da Colônia Sacramento à Espanha e da Ilha de Santa Catarina à Portugal. ⁽¹³⁾

A invasão espanhola à Ilha de Santa Catarina trouxe muitas consequências a todo o litoral catarinense, e, acentuadamente, três grandes consequências diretas ao Litoral Centro-Norte Catarinense: a intensificação da distribuição de terra para povoamento; a diáspora populacional da Ilha de Santa Catarina e terras continentais próximas em direção ao Litoral Centro-Norte; a instalação da indústria baleeira em Armação do Itapocoroy.

A BUSCA POR OURO E PEDRAS PRECIOSAS

Temos de destacar o interesse do ministro Vilanova em localizar minas de metais e pedras preciosas no território brasileiro. Há quem afirme que esta foi a motivação principal que trouxe Drummond ao Vale do Itajaí. ⁽¹⁴⁾ Ainda no leito de morte Tomás, segundo relato do historiador Alexandre José de Mello Moraes, cedeu a Vasconcelos de Drummond *‘algumas amostras de diferentes jazigos de ouro no Turiaçu, Província do Pará, com indicações dos lugares de onde tinham sido extraídas.’* ⁽¹⁵⁾, indicando de maneira incontestável seu interesse pelo assunto ao longo da vida.

Há muito que se pesquisar a este respeito, mas começam a surgir cada vez mais documentos consolidando a tese de que Tomás Antônio de Vilanova Portugal liderava um grupo que urdia a independência com Dom João VI mantido como rei do Brasil. Também liderava um grupo mais restrito, palaciano, formado pelo amigo ⁽¹⁶⁾ José Bonifácio de Andrade e o jovem Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, que mapeava riquezas naturais brasileiras com dois objetivos bem definidos: conseguir riquezas para financiar o Brasil independente; usar essas descobertas na propaganda para conseguir gente europeia interessada na imigração para o Brasil. O grande obstáculo a este projeto estava justamente na questão da eterna disputa com a Espanha pelo território ao sul de Cananéia. Não se podia divulgar a descoberta de riquezas naturais porque estimularia ainda mais os espanhóis a lutarem pela posse da região.

Por um lado, o próprio Tomás Antônio deu provas no seu leito de morte que mantinha sob estrito sigilo informações sobre jazidas de ouro no Brasil; por outro,

sabemos que José Bonifácio de Andrade estudou na Universidade de Coimbra, onde acabou se doutorando em 'Leis e Philosophia Natural', viajando por largo período pelo norte da Europa promovendo pesquisa científica, depois nomeado intendente geral das Minas e Metaes do Reino, lente de metallurgia e superintendente das Obras Públicas em Coimbra e de Chimica em Lisboa. ⁽¹⁷⁾. Como podemos apreender desse currículo, o jovem José Bonifácio desde sua carreira acadêmica estava envolvido com mineralogia.

O terceiro elemento do grupo palaciano interessado em ouro era justamente o jovem Drummond, que em seus escritos atesta diretamente que durante sua estada no Vale do Itajaí tentou encontrar o legendário Monte Tayó por orientação do ministro Tomás. ⁽¹⁸⁾.

CORRUPÇÃO, AUTORITARISMO E MAUS COSTUMES

Muito pouco se fala sobre o tema nos livros de História do Brasil, mas isso não significa dizer que a questão não é fundamental para se entender o processo histórico em que estamos envolvidos. Nos últimos anos diversos historiadores tem pretendido colocar o dedo na ferida de nossa sociedade apontando os deslizos de nossa elite dominante e seu povo, que historicamente tem mantido uma parceria longeva, onde corrupto e corruptor fazem parte de uma mesma mentalidade de tal sorte a não se saber mais quem é um e quem é outro.

Desde o início de nosso processo civilizatório tivemos de conviver com o mal da corrupção e dos maus costumes, notadamente por parte dos agentes públicos e dos empresários cujos empreendimentos necessitavam do aval da autoridade constituída. Aqui no Brasil nunca ficou bem definida a fronteira entre o interesse público e o interesse privado, fator que viabilizou práticas pouco recomendáveis.

Todos os projetos do governo dirigidos a Santa Catarina padeceram do mal da corrupção e foram condicionados pelos maus costumes das elites, no governo e na iniciativa privada. Longe da Corte as leis eram solenemente ignoradas e as autoridades constituídas, em conluio com empresários e concessionários particulares, davam o jeito de se locupletarem à sombra do poder público. O corte da madeira, a distribuição de terras devolutas, o contrabando, o controle político autoritário ... são peças de uma mesma engrenagem política que remoía a moral nacional nas suas entranhas mais profundas e secretas.

Os projetos do governo para a ocupação do Litoral Norte-Catarinense nasceram com essa marca e com ela permaneceram para sempre. O dito não era feito, o prometido não era cumprido, de sorte que o colono chegava ao Brasil e era abandonado à própria sorte no meio do mato. Alguns colonos também faziam o jogo e após receberem parte das vantagens prometidas [terras, ferramentas, animais domésticos, sementes] vendiam tudo o mais rapidamente possível e partiam para um projeto pessoal bem longe da colônia onde foram assentados. Isso aconteceu com os açorianos em Desterro, com os ericeiros na Enseada das Garoupas, com os soldados na colônia no Itajaí-Mirim.

Pessoas de má índole sentadas sobre títulos honrosos tinham acesso às muitas facilidades em toda a estrutura burocrática pública. Por isso não é raro termos grandes extensões de terra caindo em mãos de militares de altas patentes, seus prepostos e parentes. Muitas dificuldades encontradas no processo colonial em nossa região deve-se, portanto, à corrupção total do sistema administrativo e seu estreito relacionamento com a ação empresarial envolvida nesses projetos de ocupação da terra catarinense. Não devemos subestimar a importância do fator corrupção no desenrolar da trama histórica de nossa sociedade.

Um mal geralmente trás consigo outros males, ou deles são decorrentes. A corrupção só era possível se manifestar em todos os níveis das atividades econômicas e polícias porque a própria sociedade era despótica em todos os sentidos e para todos. O exercício do poder era absoluto e inquestionável. Aqui em Santa Catarina um dos governadores mais despóticos, várias vezes denunciado por práticas desumanas, foi o governador Tovar. ⁽¹⁹⁾

Referência a essa corrupção endêmica dentro do governo provincial encontramos na correspondência que Matias Dias de Arzão enviou ao governo solicitando fosse reconhecida sua posse de sesmaria às margens do Rio Itajaí. Ele tomou posse de terras devolutas da coroa e, depois, quando burocratas do governo provincial presentearam-se com sesmarias no mesmo local, os tratou como ‘invasores’ de suas terras e inibidores de seus direitos. Trata-se, portanto, de um invasor achando-se no direito de denunciar outro invasor – este último com título oficial em mãos. É a corrupção em seu estágio absoluto. ⁽²⁰⁾

TESES SOBRE A FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ

O debate sobre a fundação de Itajaí e seu fundador suscitou um acalorado debate ao longo de quase um século. Nesse período de tempo foram construídas oito teses e uma antítese. Importante notar que muitos debatedores mudaram de posição durante o desenrolar da polêmica. Foi o caso de Marcos Konder, assim como de Silveira Júnior, Nemésio Heusi, Edison d'Avila...

Podemos elencar as seguintes teses/antíteses de fundação considerando uma certa cronologia:

- 1 – Silvícolas
- 2 – João Dias de Arzão
- 3 – Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond
- 4 – Petição de criação do curato a 05 de janeiro de 1824 + pioneiros fundadores
- 5 – Criação do curato a 31 de março de 1824 + Agostinho Alves Ramos
- 6 – Agostinho Alves Ramos pelo conjunto da obra
- 7 – Drummond fundador, Agostinho colonizador
- 8 – Ocupação progressiva
- 9 – Não interessa discutir a fundação.

TESE 1: SILVÍCOLAS

Joca Brandão e Arnaldo Brandão defendem a ideia de que temos de destacar a presença dos silvícolas no território itajaiense muito antes dos europeus. ⁽²¹⁾ Essa tese está centrada na ideia de que se trata, genericamente, de considerar todos como seres humanos. O raciocínio é simples e direto: se os silvícolas são seres humanos em condições iguais aos europeus [em humanidade], então o mérito de descobrir essas terras e ocupá-las é dos silvícolas.

Os Brandão desconsideram, contudo, que os nativos não podem ser considerados um povo único. Primeiro tivemos o ‘Homem do Sambaqui’ vagando por essas terras e aqui montando seus acampamentos de caça e pesca, como evidenciam sambaquis em Cabeçadas, Canhanduba e Itaipava. Isso remonta há pelos menos cinco mil anos antes da Idade Presente. Acontece que ninguém sabe como essa cultura deixou de existir, mas

uma das teses levantadas por estudiosos é que as diversas tradições sambaquianas foram assimiladas ou destruídas pelos Carijós, que passaram a viver neste território. Vale ressaltar que existiram diversas ‘tradições’ e povos sambaquianos e muitos deles permaneceram por milênios em luta de extermínio entre si.

Depois do ‘Homem do Sambaqui’, vieram os Carijós, vinculados à linhagem Guarani - do grande tronco Tupi. Estes foram exterminados pelos bandeirantes paulistas [incluindo João Dias de Arzão] entre 1500 e 1700. Com o território vago, os Xokleng, de linhagem Jê - do grande tronco Tapuia, desceram para o litoral e aqui fizeram frente à colonização branca. Então é possível que tivemos sucessivas guerras civilizatórias em nosso território, entre tupis e tapuias, sambaquianos e tupis/tapuias, tupis/tapuias e europeus etc.

Dessa forma não dá de colocar o silvícola [Índio, nativo, bugre, botocudo ...] como fundador, porque, por questão de justiça, teríamos de retroceder ao tempo dos sambaquis, ou povos anteriores a estes que eventualmente poderiam ter sido precursores destes e que não temos prova de suas existências.

O certo é que a questão da fundação traz em seu bojo uma condição [*conditio sine qua non*] que é ‘a fundação por europeus e/ou seus herdeiros culturais’. É a mesma condição inicial quando se fala em ‘descobrimento do Brasil’. Esse tema traz, na verdade, uma condição inicial mais restritiva: a descoberta do Brasil pelos europeus-portugueses. Não considera, portanto, a existência de silvícolas e sambaquianos há milhares de anos antes, bem como a visita de outros viajantes [europeus e asiáticos] no nosso litoral antes dos portugueses em 1.500. A tese é simples: nada existia antes dos portugueses chegarem em 1.500.

Quando os Brandão colocam os Xokleng como fundadores, obviamente não deixam de fazer uma injustiça com os Carijós e os Homens do Sambaqui e outros que por ventura possam ter existido antes desses. Reproduzem, dessa maneira, o mesmo erro dos demais debatedores. A verdade é que, olhando para trás, não temos noção de onde essa história efetivamente começa. Então um marco arbitrário tem de ser estabelecido. Eis aí porque essa questão da fundação começa, sempre e obrigatoriamente, com um grande erro histórico. Começar com os Carijós ou Xokleng é o mesmo que começar com os chineses, os portugueses, os espanhóis ... porque inicia arbitrando um tempo inicial da qual não temos a mínima certeza.

TESE 2: JOÃO DIAS DE ARZÃO

Ary Garcia é o mentor da tese de que devemos creditar a João Dias de Arzão o mérito da fundação de Itajaí ⁽²²⁾. Considera que o vicentista foi o primeiro homem branco que solicitou oficialmente a posse de terra às margens do Rio Itajaí em 1658.

Ary estava baseado na informação publicada pelo historiador Luis Gualberto quando tratava da História de São Francisco do Sul. Acontece que o próprio escritor, em correspondência mantida com o historiador Carlos da Costa Pereira, em 1927, retratou-se, desfazendo essa informação inicial considerando que ao ler um texto seiscentista traduziu Acarahy por Itajaí. Sendo assim, o certo era considerar que João Dias de Arzão tinha solicitado sesmaria na localidade de Acarahy – na Ilha de São Francisco do Sul.

O problema fica mais complexo na medida em que encontramos um mapa, datado de 1796, atribuindo uma sesmaria a João Dias de Arzão defronte à ‘Barra do Rio’, margem direita. Entre a suposta petição de sesmaria em 1658 e o mapa itajaiense de 1796 temos quase um século e meio de diferença, o que coloca em dúvida servir esse mapa de prova da presença do bandeirante paulista em terras do Vale do Itajaí. Seria terra mantida por herdeiros? Seria um outro João Dias de Arzão?

De qualquer maneira a principal contrariedade a esta tese persiste, tendo João Dias de Arzão solicitado sesmaria ou não: o que fez em Itajaí, se fez, foi algo isolado e sem qualquer caráter comunitário. Se estamos falando da fundação de uma comunidade é importante que tenhamos como ato fundador um evento comunitário, que envolva diretamente outras pessoas e instituições. Charles van Lede fundou Ilhota com colonos belgas, Hermann Blumenau fundou Blumenau com colonos alemães ... enquanto João Dias de Arzão, em princípio, veio sozinho ou com a família faiscar ouro.

Ele participou da fundação de uma outra comunidade – São Francisco do Sul – e foi por expansão dela que estaria tomando posse de terras no seu entorno - quer seja no Acarahy ou no Itajaí. O ato do sesmeiro João Dias de Arzão, portanto, deve ser considerado como um ato colonizador da comunidade de São Francisco do Sul. Nesse contexto [fundação de São Francisco] a posse de João Dias de Arzão ganha uma dimensão colonizadora, comunitária.

Contudo, vale ressaltar que no livro de Peter Boer, intitulado ‘Barra Velha através dos tempos’, encontramos muitas informações sobre a Família Arzão, cujos

membros mantem propriedades em diversas localidades pertencentes a então Vila de São Francisco do Sul.⁽²³⁾ Também, no decorrer desse trabalho, vamos levantar diversos questionamentos que envolvem a Família Arzão e sua participação na colonização do Vale do Itajaí. O certo é que, em se tratando dos Arzão, muito ainda tem de se pesquisar.

TESE 3: ANTÔNIO DE MENESES VASCONCELOS DE DRUMMOND

Marcos Konder é o proponente principal da tese de que Vasconcelos de Drummond é o fundador de Itajaí. Podemos considerá-la a tese dos conservadores porque muitos de seus defensores tomam uma posição radical de defesa do líder político Marcos Konder, mais do que propriamente a defesa da tese por ele patrocinada. A palavra do líder é que vale e Marcos Konder é o líder, portanto, a sua tese é válida de forma inquestionável. ⁽²⁴⁾

A tese está centrada na premissa de que Vasconcelos de Drummond é o fundador de Itajaí porque ele é o condutor da primeira intervenção oficial do governo central no Vale do Itajaí. Com ele a Corte sinalizou para a decisão política de colonizar as terras do Vale, projetando colônia e destinando recursos necessários para sua viabilização.

Pesa contra esta tese três argumentações principais, esboçadas inicialmente por José Ferreira da Silva: a) Drummond não conseguiu realizar algo significativo; b) As terras que integravam a colônia ficavam muito longe da foz do Rio Itajaí – local, onde, consensualmente, se afirma ter surgido o núcleo central do arraial do Itajaí; c) A data de 12 de outubro de 1820 foi inventada por Marcos Konder.

Por outro lado os adeptos da tese da fundação de Itajaí por Drummond enfatizam, mesmo que nas entrelinhas de seus textos, que o válido é que Drummond deu o pontapé inicial das políticas públicas no Vale do Itajaí. Trouxe projeto, compromisso de governo, verba pública para dar início à colonização que depois, ao longo de décadas, iria se consolidar gradativamente. Não importa o quanto fez e o quanto ficou, mas importa a intenção de Estado. Com Drummond, e a partir dele, o Reino passava a investir no processo de colonização do Vale do Itajaí.

Sobre a argumentação dos adversários de que Itajaí está localizada na foz do Rio Itajaí enquanto a sua colônia está localizada no Taboleiro, quilômetros acima no Rio Itajaí-Mirim, evidencia-se que se trata de terras pertencentes a Itajaí: a parte faz parte do todo. Quando Itajaí virou curato e, depois, freguesia, o Taboleiro foi incluído no território de Itajaí. Sendo assim, tudo o que Drummond realizou foi feito dentro de Itajaí e não em Brusque como querem supor alguns detratores de Marcos Konder.

Quanto à data arbitrada por Marcos Konder para sua fundação – 12 de outubro de 1820 -, obviamente que se trata de uma escolha. Na visão de Marcos Konder é apenas uma data simbólica, escolhida para registrar um fato histórico. Nesse sentido poderia ser qualquer dia entre fevereiro de 1820 e fevereiro de 1821. Não podemos chamar a isto de invenção ou mentira, mas tão-somente de uma escolha ou uma decisão de governo. A superintendência municipal arbitrou, a sua revelia, uma data entre as muitas possíveis. O problema é que, nesse ponto, não sabemos onde estão contidos os interesses do historiador Marcos Konder e do político Marcos Konder.

TESE 4: PETIÇÃO DE CRIAÇÃO DO CURATO + PIONEIROS

A tese é defendida pelo historiador Magru Floriano, constituindo uma variante das teses defendidas pelo historiador Edison d'Ávila e o memorialista Silveira Júnior. A tese está centrada na ideia de que a data da fundação de Itajaí é 05 de janeiro de 1824 por ser a data da assinatura da petição dos moradores do Itajaí ao bispo do Rio de Janeiro solicitando a criação do curato e, mais do que isso, a independência administrativa.

É o primeiro ato coletivo eficaz no sentido de dar uma administração própria ao arraial do Itajaí. Portanto, o documento serve de certidão de nascimento da comunidade, sendo seus signatários [ao todo 21 proprietários de terra] os pioneiros. Esses por sua vez, junto com o padre Pedro Antônio de Agote, mais o casal doador do terreno para construção da capela e cemitério – José e Maria Coelho da Rocha, devem ser considerados os fundadores.

Agostinho Alves Ramos deve ser lembrado como a grande liderança desse processo, mas não pode ser considerado fundador sozinho porque foi o ato coletivo que surtiu o efeito necessário para que o arraial fosse promovido a curato. Mesmo porque,

muito dos méritos de Agostinho Alves Ramos devemos a feitos ocorridos após esse ato e não antes dele. Qual seja, aqueles que defendem ser Agostinho Ramos o fundador isolado de Itajaí se referem a ele como deputado, coronel da Guarda Nacional, comerciante bem sucedido, colonizador do Vale ... esquecendo que tudo isso ocorreu após a criação do curato.

Pesa contra a tese da fundação de Itajaí pelos pioneiros a 05 de janeiro de 1824 a tendência majoritária de escolher apenas um nome para receber o título de fundador. Assim ocorreu com Blumenau, Brusque e Ilhota. Apesar das colônias contarem com um grupo de imigrantes, um deles é guindado à líder fundador. Espera-se o mesmo de Itajaí. Outros alegam que há uma contradição insanável na proposta porque ela defende que a comunidade fundou a comunidade.

Em contrapartida alega-se que antes da petição o que existia eram proprietários esparsos, cada um cuidando de sua propriedade isoladamente, no máximo promovendo algumas trocas entre vizinhos e se relacionando com caixeiros viajantes vindo de São Francisco do Sul e Desterro. Desde 1792 a foz do Rio Itajaí abrigava diversos proprietários que receberam sesmarias do governo da Província, mas eles eram dispersos, isolados. A petição de 05 de janeiro de 1824 é o primeiro ato coletivo visando à organização de uma administração local.

A maioria absoluta dos historiadores olha para o documento com ênfase na criação do curato, quando deveria dar ênfase ao pedido de ‘separação territorial’. Ali está contida a intenção de se formar uma comunidade com vida própria. ⁽²⁵⁾

TESE 5: CRIAÇÃO DO CURATO + AGOSTINHO ALVES RAMOS

A tese é defendida pelo historiador Edison d’Ávila e tem como ideia central o documento de criação do curato a 31 de março de 1824. Reconhece Agostinho Alves Ramos como fundador de Itajaí porque todo o movimento comunitário que emergiu no arraial do Itajaí contou com sua imprescindível liderança. A tese resolve a questão de se ter apenas um nome do fundador e não um grupo de pessoas. É, portanto, socialmente, uma tese mais sólida. ⁽²⁶⁾

Reconhece que a provisão do bispo do Rio de Janeiro criando o curato é a certidão de nascimento da comunidade itajaiense. Por extensão, reconhece a data de sua

assinatura, 31 de março de 1824, como a data oficial da fundação de Itajaí. Como Agostinho Alves Ramos foi, indiscutivelmente, a grande liderança que possibilitou todo o processo de criação do curato, eleva seu nome à condição de fundador.

A tese praticamente não tem oponentes quanto ao seu conteúdo e mérito. A maioria daqueles que não a defenderam não estavam contra a tese em si, mas comprometida com a ideia de que a fundação deu-se antes de Agostinho por Drummond. Nada contra Agostinho, tudo a favor de Drummond. Era, portanto, apenas uma questão de respeitar a cronologia dos fatos, já que Drummond chegou primeiro. Tanto os méritos de Agostinho são respeitados pelos defensores da tese de que Drummond é o fundador que, mais tarde, o próprio Marcos Konder sugeriu uma tese conciliadora onde Drummond era considerado fundador e Agostinho tido como colonizador.

TESE 6: AGOSTINHO ALVES RAMOS

O historiador José Ferreira da Silva é o principal defensor da tese de que Itajaí deve escolher como seu fundador o comerciante Agostinho Alves Ramos pelo conjunto da obra ⁽²⁷⁾. Ele foi a grande liderança que elevou o pequeno arraial a curato, distrito, freguesia. Sem ele nada disso teria ocorrido no tempo e modo que ocorreu. Mesmo porque, naquele tempo, havia um movimento forte para a sede ficar em Penha e não em Itajaí. Lembremos que Penha era, desde 1778, um arraial consolidado devido à atividade econômica altamente rentável da caça à baleia e sua armação.

Teria sido a liderança de Agostinho Alves Ramos ao lado do padre Pedro Antônio de Agote que possibilitou a queda da balança para o lado de Itajaí. Desta forma Agostinho teria muitos méritos e devia ser guindado ao posto de fundador pelo conjunto de sua obra – trazer o padre, construir a capela, reunir os moradores para a assinatura da petição, fazer gestão política junto à Câmara de São Francisco e autoridades provinciais em Desterro ... tudo isso, destaca-se, na foz do Rio Itajaí, em terras que reconhecemos até os dias atuais como o ‘marco zero’ da comunidade itajaiense.

Na disputa de teses, entre Drummond e Agostinho, o fato de Drummond ter atuado às margens do Itajaí-Mirim e Agostinho no atual ‘marco zero’ da cidade, é, para muitos, decisivo.

TESE 7: DRUMMOND FUNDADOR – AGOSTINHO COLONIZADOR

Marcos Konder vendo suas argumentações serem artigo-a-artigo devastadas pelos oponentes que apresentavam à opinião pública cada vez mais documentos e fatos irrefutáveis, propôs uma tese conciliatória na difícil tarefa política de entregar os anéis para salvar os dedos. O que lhe seria, politicamente pelo menos, uma saída honrosa do acalorado debate que a cada dia estava lhe tornando menos favorável. ⁽²⁸⁾

Mas a tese não pegou. Os oponentes, principalmente José Ferreira da Silva, não aceitaram a bandeira branca e não deram ao moribundo Marcos Konder uma saída honrosa do debate da fundação de Itajaí. A guerra persistiu até mesmo depois de sua morte dada a paixão com que seus oponentes enfrentaram as batalhas.

TESE 8: OCUPAÇÃO PROGRESSIVA

A tese mais inofensiva e mais consensual em termos de conteúdo histórico é aquela defendida por Silveira Júnior. Ninguém questiona o conteúdo da tese de que a região da Foz do Rio Itajaí foi, primeiramente, ocupada por pescadores e lavradores que aqui chegaram na condição de adventícios. Foram chegando e, alguns foram ficando, sem título de propriedade da terra, sem eira e sem beira. ⁽²⁹⁾

O problema é que a tese não oferece uma data de fundação, muito menos um nome a se destacar como pioneiro e fundador. Portanto, pesa contra a tese o fato de que os coletivos utilizados [pescador, colono, posseiro, jornaleiro, faiscador, adventício ...] não supriam a necessidade teórica de definir nome e data a todo o processo. Silveira Júnior ficou pregando no deserto, se bem que durante o debate, ao longe, chegou a ter a companhia de outros pregadores, como Arnaldo Brandão [tese do silvícola] e Ary Garcia [tese de João Dias de Arzão].

ANTÍTESE: NÃO INTERESSA DISCUTIR A FUNDAÇÃO

Um grupo bastante consistente de historiadores vinculados à Fepevi/Univali, orientado ideologicamente contra a história tradicional/positivista por metodologias historiográficas oferecidas pela Nova História, há muito se posicionou contra o debate acerca da fundação de Itajaí e a possível escolha de um fundador para a comunidade. Seria a antítese oferecida contra as diversas teses de fundação. ⁽³⁰⁾

Para o grupo é muito importante colocar sobre a mesa dos pesquisadores uma nova pauta historiográfica, desmanchando a taxionomia positivista e estabelecendo uma nova pauta temática, onde o cotidiano se sobrepõe à efeméride, o depoimento oral do homem comum ganha relevância em relação aos grandes discursos de ocasião Para a Nova História não há qualquer utilidade em se gastar tempo de pesquisa tentando definir quem fundou e quando fundou Itajaí. Mais vale dar voz aos sem voz, dar vez aos marginalizados, espaço aos expropriados sociais. A história de vida a ser relatada através de metodologias como da História Oral – tudo devidamente gravado em som e imagem. Dar voz ao povo, o verdadeiro construtor da história – o que não deixa de ser uma remodelagem, uma nova roupagem ao velho esquema marxista da ‘Luta de classes’.

Pesa contra essa antítese o fato de se perder uma grande oportunidade para se discutir a História de Itajaí. O tema poderia tornar-se um bom pretexto para professores e estudantes adentrarem na seara pouco visitada da nossa história. O debate sempre suscita curiosidade, interesse, paixão ... e isso falta, em se tratando do ensino de História de Itajaí, em todos os níveis do nosso sistema educacional. A História de Itajaí nunca entrou nos corações de nossos professores e sequer passou perto dos olhos de nossos estudantes. Um debate sobre a fundação e o fundador, quem sabe, seria uma oportunidade de chamar atenção, motivar, apaixonar ...

A comemoração e o debate, portanto, seriam promovidos mais como oportunidades de destacar a História de Itajaí junto à comunidade e redes de ensino e, menos, como um assunto efetivamente crucial para nossa história.

UM PASSADO PARA SE ESCONDER

Quando tentamos recompor as trajetórias de vidas de alguns personagens de nossa história nos deparamos diante de obstáculos praticamente intransponíveis. Alguns deles podemos até mesmo identificar como inacreditáveis, já que se trata de total apagão, ou seja, nossos personagens simplesmente não tem passados. Dos três principais personagens da nossa fundação temos mais lacunas que informações a fornecer a nossos leitores.

O caso mais acentuado é do comerciante Agostinho Alves Ramos, de quem nada sabemos antes do casamento a 14 de outubro de 1813. Não apresentou documentos ao casar e não apresentou documentos pessoais ao tomar posse como deputado provincial de Santa Catarina. Definitivamente um homem sem passado. Para piorar ainda mais a situação, todos os documentos e pertences sem valores de Agostinho foram queimados pela autoridades de Porto Belo na mesma hora que seu corpo estava descendo à sepultura.

De João Dias de Arzão sabemos pouca coisa e, mesmo assim, seus dados foram misturados por diversos historiadores de modo a não termos mais a convicção de que efetivamente a informação sobre o pedido de sesmaria [em 1658] se reporta a ele ou a outro membro da Família Arzão. A primeira informação que temos dele [de que teria solicitado sesmaria à margem do Rio Itajaí em 1658] suscita controvérsias, assim como seu envolvimento na descoberta de ouro ou prata no lendário Monte Tayó.

Antônio de Meneses Vasconcelos Drummond foi o único personagem que nos deixou suas memórias anotadas. Mesmo assim elas serviram mais para confundir do que para elucidar fatos históricos relacionados à fundação de nossa comunidade e sua participação neles. Também fica uma grande pergunta sobre sua vida: era ou não era maçom? Ele nega, mas os fatos indicam o contrário ...

Por isso ousamos perguntar:

QUEM FOI JOÃO DIAS DE ARZÃO?

Há muita confusão acerca da vida e obra de João Dias de Arzão. Entre as muitas contradições que encontramos em textos históricos pelo menos três interferem diretamente na nossa compreensão sobre a fundação de Itajaí: 1 - A propriedade de uma fazenda na barra do Rio Itajaí; 2 - A fusão de feitos realizados por João Dias de Arzão e diversos membros da Família Arzão; 3) Seis homônimos de João Dias de Arzão.

O genealogista Antônio Roberto Nascimento escreveu o seguinte sobre o tema:

‘Para se verificar quão parcos foram os estudos sobre essa família dos primeiros tempos de Santa Catarina, basta notar a quantidade de dúvidas que ainda existem acerca dela, inclusive quanto ao local da primeira sesmaria concedida ao primeiro João Dias de Arzão: Itajaí ou Acaraí? Só mesmo estudos minudentes poderão aclarar tais dúvidas. E não é questão de lana caprina o dissipá-las, pois adentra-se em toda a História de Santa Catarina, no que pertine ao povoamento mais antigo e não açorita.’⁽³¹⁾

A Família Arzão tinha o hábito de repetir nomes inteiros, criando uma infinidade de homônimos e João Dias de Arzão não escapou a esta regra. A confusão em família era tão grande que Pedro Dias de Arzão ao se casar, no início do século XIX, mudou seu nome para Pedro Nunes da Silva, utilizando os nomes familiares de sua mãe. O genealogista Antônio Roberto Nascimento ao falar de Antônio Dias de Arzão disse: ‘*homônimo de outro ou de outros, na mesma época e no mesmo lugar (...)*’⁽³²⁾. Sem falar que ainda há uma confusão sobre a verdadeira grafia de nomes como Mathias Dias de Arzão, misturando os nomes Matias e Mateus como se referindo à mesma pessoa.

Essa confusão em família criou um verdadeiro labirinto onde se perderam todos os historiadores que nele entraram sem portar um ‘fio de Ariadne’. A genealogia da Família Arzão e sua busca por ouro em Acaray, Icaraí, Itapocú e Itajaí tornou-se um grande cipoal onde todos pesquisadores acabaram enroscados nos cipós ofertados generosamente pela ‘inferência’ e ‘suposição’. Suprimindo dados de um lado, inferindo de outro, a confusão foi sendo montada ao longo das décadas.

É certo que um dos primeiros escritores a citar por inteiro o nome de João Dias de Arzão como sesmeiro às margens do Rio Itajaí foi Luis Gualberto. Ao escrever notícias sobre a fundação de São Francisco do Sul ele atestou que João Dias de Arzão veio para Santa Catarina com Manoel Lourenço de Andrade em 1655 e que, em 1658, requereu uma sesmaria às margens do Rio Itajaí. Acontece que o próprio Luis Gualberto, em correspondência mantida com o historiador Carlos da Costa Pereira, no

ano de 1927, desfez essa afirmação garantindo que leu ‘Itajahy’ quando estava escrito no documento ‘Acarahy’. João Dias chegou a ocupar o cargo de juiz de São Francisco por volta do ano de 1680, sendo assassinado por um índio Carijó no ano de 1698 durante uma briga que envolveu as famílias Arzão e Dias Velho.

Entre a chegada do primeiro João Dias de Arzão a São Francisco [1655] e sua morte [1698] temos quase cinquenta anos. Portanto, tempo suficiente para ele faiscar ouro também às margens do Rio Itajaí. Como sabemos, esses bandeirantes eram hábeis em percorrer longas distâncias por dentro das matas. Ademais, temos notícias de que sua família faiscava ouro às margens do Rio Itapocu desde sua chegada no século XVII. Segundo nos relata Peter Boer sobre as minas de ouro no Itapocú ‘*Essas minas somente foram exploradas pelos Arzãos, no fim do século XVII até meados do século XVIII. Elas foram abandonadas por não serem mais rentáveis.*’⁽³³⁾

Um dos mapas das sesmarias na foz do Rio Itajaí mais reproduzido é datado de 1796 e faz referência a uma sesmaria de propriedade de João Dias de Arzão na margem esquerda do Rio Itajaí-açu defronte à foz do Rio Itajaí-Mirim, um lugar conhecido por todos como ‘Fundeadouro’ ou ‘Barra do Rio’. O mapa relaciona apenas as sesmarias da margem esquerda [Navegantes] e deixa de mostrar, portanto, a sesmaria que Mathias Dias de Arzão tinha na margem oposta, onde Agostinho Alves montou o depósito de seu comércio, vendendo depois para Fernando Hackardt e Hermann Blumenau para instalar o alojamento dos imigrantes alemães que chegavam para a Colônia Blumenau. Por último foi construída no local a Fábrica de Papel Itajahy. A sesmaria de Mathias alcançava terras das localidades de ‘Barra do Rio’ e ‘Coloninha’ – boa parte do que hoje são as localidades de ‘Barra do Rio’ e ‘Bairro São João’.

O genealogista Telmo José Tomio promoveu um extenso levantamento da Família Arzão e, em entrevista concedida no dia 13 de agosto de 2018⁽³⁴⁾, confirmou nossas suspeitas sobre a existência de diversos João Dias de Arzão. O mapa genealógico da Família Arzão acusa pelo menos a presença de seis desses descendentes de Cornelius Arzam ‘O flamengo’.

Segundo Telmo José Tomio temos a seguinte ordem dos João Dias de Arzão:

- 1 – O casal Cornelius Arzam e Elvira Rodrigues teve a filha Suzanna Rodrigues de Arzão que casou com Pedro Dias Botelho.
- 2 – O casal Suzanna e Pedro Dias Botelho teve o filho João Dias de Arzão [**primeiro**] – nasceu por volta de 1638 em Santo Amaro [São Paulo] casando com Maria Pedrosa.

Entre os filhos do casal temos: Miguel Dias de Arzão, Antônio Dias de Arzão, João Dias de Arzão [**segundo**].

3 – João Dias de Arzão [segundo] – era conhecido como ‘O Moço’ ou ‘João Dias da Rosário’ – por ser casado com Maria Francisca do Rosário. Nasceu por volta de 1707 em São Francisco e morreu em Itajaí a 04 de novembro de 1707.

4 – O casal João Dias de Arzão [segundo] e Maria Francisca tiveram os filhos João Dias de Arzão [**terceiro**], Mathias Dias de Arzão, Salvador Dias de Arzão entre outros.

4a – João Dias de Arzão [terceiro] casou com Maria Rodrigues. Nasceu por volta de 1734 e faleceu a 18 de novembro de 1789. Entre os filhos do casal encontramos João Dias de Arzão [**quarto**], nascido em maio de 1786 e falecido em novembro do mesmo ano.

4b – Salvador Dias de Arzão casou com Anna Luiza Alves. Viveu entre 1755 e 1820. O casal teve o filho João Dias de Arzão [**quinto**]. Nascido em abril de 1789 na Penha.

4c – Mathias Dias de Arzão casou com Isabel Rosa Nunes da Silva. Nasceu em Paranaguá por volta de 1740 e faleceu em Itajaí por volta de 1820. Entre os filhos do casal encontramos Antônio Dias de Arzão que teve um filho de nome João Dias de Arzão [**sexto**]

Um problema que encontramos nessa genealogia dos Arzão é que muitos historiadores, incluindo Luiz Gualberto e Carlos da Costa Pereira, atestam que o João Dias de Arzão [primeiro] morreu por volta de 1689 vítima de uma briga com a família Dias Velho. Acontece que tem registros de nascimentos de filhos dele ainda em 1707. Uma ‘contradição antagônica’ em todos os sentidos. Mais uma lacuna a ser resolvida pelos pesquisadores do futuro.

Por uso direto da cronologia podemos descartar o primeiro dos João como proprietário da sesmaria que consta no mapa das terras de Navegantes, já que ele nasceu em 1638 e o mapa está datado de 1796. O segundo João tem uma cronologia que cabe dentro desse espaço de tempo, qual seja, nasceu por volta de 1707 e faleceu a 04 de novembro de 1797 em Itajaí. Estava nesse tempo e nesse lugar. Portanto, pode ser dele a sesmaria da Barra do Rio, margem esquerda.

Seu filho, o terceiro João, não cabe dentro dessa cronologia, já que nasceu por volta de 1734 e faleceu a 18 de novembro de 1789. Antes da feitura do mapa. Nestes casos o responsável pela medição das terras teria feito referência a herdeiros ou viúva.

O quarto João, nasceu em 1786 e provavelmente morreu com idade próxima de seis meses. O quinto João, filho de Salvador Dias de Arzão, nasceu em abril de 1789.

Portanto também poderia ser o proprietário da sesmaria da Barra do Rio. O sexto João, filho de Antônio Dias de Arzão, neto de Mathias Dias de Arzão, nasceu em 1819, portanto, muito depois da confecção do mapa.

Queremos crer que as evidências nos conduzem a indicar João Dias de Arzão [segundo] ‘O Moço’ como provável proprietário da sesmaria da Barra do Rio, no outro lado do Rio Itajaí, hoje terras de Navegantes – onde a Fábrica de Papel mantinha grande plantação de bambu. Sendo confirmada esta hipótese, fica cada vez mais comprometida a tese de ser João Dias de Arzão [primeiro] o primeiro homem branco a ter propriedade no Vale do Itajaí, por requerer sesmaria em 1658. Mas as pesquisas devem continuar porque até aqui nada está posto em definitivo.

Outra incógnita que precisa ser elucidada quanto à Família Arzão diz respeito à Lenda do Monte Tayó. Como foram muitos os membros dessa família que faiscaram no litoral entre São Francisco e Desterro e, isso, ao longo de séculos, nunca ficou bem claro qual dos Arzão descobriu ouro no Monte Tayó e onde, comprovadamente, ficava essa mina. Sabemos que uma mina de ouro muito explorada pelos Arzão ficava na proximidade de Barra Velha às margens do Rio Itapocu. Essas minas foram abandonadas em meados do século XVIII [1.750] por se encontrarem esgotadas.

Por outro lado, o Arquivo Histórico de Santa Catarina – Florianópolis - possui um mapa, datado de 1776, de autoria de Juan de la Cruz Cano Y Olmedilla, situando o ‘M. Tayo’ à margem direita do Rio Itajaí-Mirim. Ele remete nossas pesquisas há duas décadas da petição de Mathias por uma sesmaria na Barra do Rio Itajaí-Mirim. É lícito supor que os Arzão, tendo sua mina principal esgotada [às margens do Rio Itapocu] começaram a procurar ouro no Vale do Itajaí. Mas, sendo comprovada essa hipótese, estamos nos reportando às segunda e terceira gerações dos Arzão, nunca àquele primeiro que chegou em Santa Catarina com os paulistas pioneiros de São Francisco do Sul em 1665.

O ancião Antônio da Costa Flores, ao ser entrevistado por Pedro Ferreira, em 1907, sobre suas memórias da Itajaí do século XIX garantiu que Mathias Dias de Arzão levou garrafinhas de ouro ao governador João Vieira Tovar e Albuquerque [governador de Santa Catarina entre 14 de julho de 1817 e 20 de julho de 1821]. Antônio da Costa Flores está falando da Itajaí em que viveu a partir de 1840, portanto, estava muito próximo do tempo em que toda essa trama da Lenda do Monte Tayó se desenrola.

O Historiador Luiz Gualberto em correspondência ao historiador Carlos da Costa Pereira, em 1927, garante que ‘*Matheus de Arzão (...) havia extrahido ouro do*

morro Tayó e ainda em 1829 a Camara Municipal da villa do Desterro, informava ao Governo da provincia que no Sertão do Itajahy Matheus de Arzão tirara ouro de muito boa qualidade, segundo o que se sabia tradicionalmente (...) A fama do ouro do morro Tayó e as riquezas do valle do rio Itajahy, pela fertilidade de seu territorio, eram geralmente admittidas.’ (35).

O problema é que temos um Matias Dias de Arzão e um Matheus Dias de Arzão no mesmo cenário, no mesmo tempo, explorando ouro e comunicando esse fato a Desterro. Seriam a mesma pessoa? Na comunicação da Câmara de Desterro ao governador o verbo está no passado ‘tirara’. Isso pode remeter Matheus ao mesmo cenário do Matias de quem fala o sexagenário Antônio da Costa Flores [1817 a 1821]. Já não se trata mais dos dois João Dias de Arzão, mas de Matias e Matheus. Também já, há muito, deixamos o século XVII de João Dias de Arzão transferindo a trama da Lenda do Monte Tayó para o século XIX. Mudam-se os nomes, mudam-se as datas mas a Lenda continua intacta.

De qualquer forma isso já foge à nossa questão principal que é estabelecer se João Dias de Arzão foi o primeiro homem branco a possuir terras às margens do Rio Itajaí e, portanto, estar capacitado a pleitear o título de fundador de Itajaí. Tudo indica, mas faltam provas consistentes, que efetivamente o primeiro João Dias de Arzão ficou no Icaray, em terras próximas da Vila de São Francisco, e, seus descendentes foram gradativamente faiscando no litoral entre Paranaguá e Desterro. Encontraram uma primeira mina às margens do Rio Itapocú, onde permaneceram por longos anos até exaurir por completo sua riqueza mineral, partindo, então, em direção ao Vale do Itajaí.

A chegada dos Arzão ao Vale do Itajaí, portanto, pode estar datada já no século seguinte à fundação de São Francisco do Sul. O mapa que indica a localização do Monte Tayó é datado de 1776, e consiste no primeiro documento sobre a mina de ouro dos Arzão no Vale do Itajaí. Nunca apareceu, por exemplo, a requisição de sesmaria que João Dias de Arzão supostamente esboçou em 1658. O que temos de concreto então sobre os Arzão? Temos um mapa datado de 1796 delineando a sesmaria do segundo João Dias de Arzão na Barra do Rio pelo lado esquerdo; temos o pedido de concessão de sesmarias de Mathias Dias de Arzão na Barra do Rio pelo lado direito, em 1794.

OUTRA TESE

Podemos também seguir a trilha aberta em 1711 pelo sargento-mor da Praça de Santos – Manoel Gonçalves de Aguiar - quando de sua excursão pelo litoral de Santa Catarina. Ele declarou em seu relatório que teve informações de que Maria Pedrosa,

viúva de João Dias de Arzão [primeiro], havia se transferido, tempos atrás, com os filhos (capitão Miguel Dias de Arzão, Antônio Dias de Arzão, João Dias de Arzão [segundo]), para as margens do Rio Itajaí. Também afirma que em 1711 já encontrara a família novamente radicada em São Francisco do Sul.

Mas, pesquisando no mapa genealógico da Família vamos encontrar informações que evidenciam a permanência de alguns membros no Vale do Itajaí. Isto porque Antônio Dias de Arzão morreu em Itajaí em 1796 aos 90 anos de idade; João Dias de Arzão [O Moço] morreu em Itajaí em 1797; a filha de Miguel Dias de Arzão – Anna Rosa – morreu na Armação do Itapocoróia em 1807. Provas mais do que suficientes para confirmar a presença da Família Arzão no Vale do Itajaí de 1700 em diante.

A questão a ser resolvida diz respeito à propriedade da terra e o ano que ela foi adquirida. A família veio explorar a sesmaria que supostamente João Dias de Arzão [primeiro] teria requerido em 1658? É certo que ao longo do século a Família Arzão foi contemplada com concessões de diversas sesmarias no Vale do Itajaí, porque encontramos relatórios e mapas de sesmarias contendo os nomes de João Dias de Arzão, Mathias Dias de Arzão, Antônio Dias de Arzão etc. Um Antônio Dias de Arzão, inclusive, é signatário do requerimento dos moradores locais solicitando ao bispo do Rio de Janeiro criar o curato de Itajaí em 1824. Sabemos que todos os signatários eram proprietários de terras entre os rios Camboriú e Itapocú.

Mathias Dias de Arzão é signatário [junto com Silvestre Nunes Leal Corrêa e José Corrêa de Negreiros ...] de uma petição ao vice-rei do Brasil – Conde de Resende – em 1794, de concessão de sesmarias no Vale do Itajaí. Os peticionários alegavam que ocupavam ‘há muitos anos’ essas terras, quando ainda eram ‘*matos gerais e baldios, incultivos, sem dono algum*’ (³⁶).

Por essa trilha de investigação aberta a partir do relatório do sargento-mor da Praça de Santos – Manoel Gonçalves de Aguiar – é possível recuperar a informação de que João Dias de Arzão tenha requerido uma sesmaria em 1658 no Vale do Itajaí. Assim como é possível que Mathias Dias de Arzão o tenha feito posteriormente, em 1794, a partir da posse de fato efetuada por membros da Família Arzão em tempos passados – o que é mais provável. Podemos também estar falando de terras diferentes, já que Mathias e um João, por exemplo, possuíam, no final do século XVIII [1700] sesmarias no Rio Itajaí Grande, uma defronte a outra, localizadas na Barra do Rio Itajaí Pequeno.

Mas que motivos levariam a matriarca dos Arzão – Maria Pedrosa - a deixar terras próprias em Acaray – São Francisco – para ocupar terras ainda não concedidas, portanto na condição de posseira, às margens do Rio Itajaí Grande? É factível pensar que ela já estivesse viúva de João Dias de Arzão e acompanhava seu filho mais velho em uma nova empreitada por dependência natural que os pais idosos têm de seus filhos. Essa resposta retiramos da leitura mais detalhada do texto do próprio sargento-mor Manoel Gonçalves de Aguiar que atestou ‘*o rio Taá-hy se acha despovoado sem morador algum; e nele foi morador o capitão Miguel Dias de Arzão, sua mãe e irmãos (...)*’ (37). Entendemos que o autor está lançando uma relação de dependência de mãe para filho e não do contrário. Miguel é o capitão que parece comandar as ações da Família.

O pesquisador que seguir o ‘fio de ariadne’ que aqui deixamos pelo caminho de nossa breve incursão pelo labirinto mítico da genealogia da Família Arzão, provavelmente vai concluir que o primeiro João Dias de Arzão não estava no Vale do Itajaí em 1658 na condição de proprietário, se aqui esteve, o fez na condição de fiscoador adventício. Outros Arzão estariam aqui na condição de posseiros por volta de 1700. A propriedade legal das terras seria obtida somente no final do século XVIII.

Mas, metodologicamente, o ‘fio’ que estamos deixando de legado aos futuros pesquisadores lhes permite voltar pontos atrás para refazer ligações a partir de novos dados e documentos.

QUEM FOI ANTÔNIO DE MENESES VASCONDELOS DE DRUMMOND?

1794 – Nasce no Rio de Janeiro a 21 de maio de 1794, filho do capitão Antônio Luís de Ferreira de Meneses Vasconcelos de Drummond e Josefa Januária de Sá e Almeida.

1807 – Está pronto para embarcar no navio ‘Europa’ com destino a Portugal onde irá estudar no curso dos guardas-marinha. Refaz os planos por conta da guerra entre Portugal e França. Não embarca para a Europa, permanecendo no Rio de Janeiro.

1809 – Começa a trabalhar na Chancelaria do Reino – Rio de Janeiro – no gabinete particular do Chanceler-mor Tomás Antônio de Vila Nova Portugal.

1810 – Recebe a comenda Hábito de Christo a 13 de maio de 1810.

1817 – É denunciado como pedreiro-livre [maçom].

1819 – Recebe férias de seis meses da Chancelaria vindo para Santa Catarina.

1820 – A 05 de fevereiro de 1820 recebe das mãos do ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal o Aviso Régio que determina apresentar-se ao governador de Santa Catarina – João Vieira Tovar e Albuquerque – visando trabalhos nas três sesmarias devolvidas ao reino por Joaquim Francisco de Sales e Melo, Francisco Manoel da Silva e Melo e Ana Margarida de Santa Cruz Roiz de Melo a 05 de janeiro de 1820.

1820 – Chega a Desterro no dia 02 de março de 1820.

1820 – No dia 19 de março de 1820 envia correspondência ao ministro Tomás detalhando as providências que tomou em Santa Catarina para colonizar as terras no Itajaí-Mirim.

1820 – No mês de abril de 1820 cria a colônia São Tomás de Vilanova às margens do Rio Itajaí-Mirim. Declara posteriormente que foi responsável pela administração do Real Corte de Madeiras no rio Itajaí ocupando o cargo de ‘governador das Colônias da Província de Santa Catarina, sob o título de inspetor geral.’

1820 – São expedidos avisos régios, nos dias 04 e 06 de maio, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino visando aproveitar a madeira e estabelecer colônia nas sesmarias reais às margens do Rio Itajaí Mirim. Também foram expedidas ordens, a 17 de setembro e 19 de setembro através da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para se providenciar o corte da madeira e dar ‘baixa do Real Serviço’ a soldados do regimento estacionado em Santa Catarina.

1820 – No mês de outubro Drummond retorna a Desterro por ver seu estado de saúde bastante debilitado.

1820 – No dia 16 de abril de 1821 o governador Tovar envia correspondência ao ministro Tomás avisando que Drummond está retornando ao Rio de Janeiro.

1821 – Drummond volta ao Rio de Janeiro a 09 de maio de 1821 a bordo da sumaca ‘Vênus’. Retoma o trabalho na Chancelaria e ocupa o cargo de tesoureiro titular, no lugar do pai que acaba de falecer. Nesse mesmo ano vai à Província de Pernambuco trabalhar pela Independência do Brasil.

1822 – É nomeado ‘moço da Imperial Câmara’ no mesmo dia que D. Pedro I é aclamado Imperador Constitucional do Brasil - 12 de outubro de 1822.

1822 – Adere à sociedade secreta ‘Apostolado da Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz’ liderada por José Bonifácio Andrade e Silva.

1823 – Ajuda a criar e redatoriar o jornal ‘O Tamoyo’ que começa a circular no Rio de Janeiro a 12 de agosto de 1823.

1823 – Drummond segue para o exílio na França por conta da crise política ocasionada pelo fechamento da Assembleia Constituinte. Dedicar-se ao estudo, frequentando cursos públicos na Sorbonne e Conservatório das Artes, relacionando-se com figuras destacadas da intelectualidade europeia como o economista João Batista Say, Royer Collard, Benjamin Constant, Charles Dupin, Sismonde de Sismondi, De Candolle – de quem frequentou o curso de botânica em Genebra – Suíça. Colabora no jornal *La France Chrétienne* [com o pseudônimo de ‘Le proscript brésilien’]; *Journal de voyages, découvertes et navigations modernes – Archives géographiques du 19^o siècle* [1827]; *Revue Encyclopédique; Globe; Le Constitutionnel*; . Seus artigos foram republicados na Alemanha, Inglaterra, Portugal, Itália, Rússia. Por conta do sucesso desses escritos Drummond recebeu título de sócio de diversas instituições científicas: Sociedade de Mineralogia de Iena, Instituto Histórico de França, Sociedade de Geografia, Sociedade Asiática de Paris, Academia de Bruxelas, Sociedade Literária de Gand, Academia Real de Nápoles, Academia dos Arcades de Roma, Sociedade dos Antiquários do Norte e muitas outras.

1928 – Inicia viagem de dois anos por diversos países da Europa: Suíça, Itália, Prússia, França, Holanda, Bélgica, Inglaterra, Escócia, Irlanda ...

1829 – Retorna ao Brasil e volta a publicar em diversos jornais do Rio de Janeiro como o ‘Diário do Governo’ e ‘Astreia’.

1829 – Reassume seu posto na Chancelaria – Rio de Janeiro – em abril de 1829. A partir daí é encarregado de diversas missões diplomáticas como: encarregado de negócios- interino; cônsul-geral na Prússia; encarregado de negócios na Sardenha; encarregado de negócios em Roma [1836]; encarregado de negócios na Toscana; ministro residente em Portugal; enviado especial e ministro plenipotenciário em Portugal [1837-1853].

1860 – A 29 de agosto de 1860 ocorre incêndio na casa do biógrafo Melo Moraes – no Rio de Janeiro – consumindo parte substancial dos acervos históricos recolhidos por Drummond durante décadas.

1862 – aposenta-se a 21 de junho de 1862.

1864 – Tem sua biografia publicada por Alexandre José Mello Moraes no livro Brasil Histórico.

1865 – falece em Paris a 15 de janeiro de 1865, onde buscava tratamento à sua cegueira.

1883 – tem sua biografia publicada no Dicionário Bibliographico Brasileiro de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake.

1890 – A obra ‘Vasconcelos de Drummond - Anotações à sua biografia publicada em 1826 na Biographie Universele et Portative des Contemporains’ é publicada nos Anais da Biblioteca Nacional, vol. XIII – 1895-1896 – Rio de Janeiro.

1920 – O superintendente municipal de Itajaí – Marcos Konder – lhe confere o status de fundador de Itajaí. Promove eventos alusivos à passagem do centenário da cidade a 12 de outubro de 1920 tendo como referência a estada de Vasconcelos de Drummond às margens do Rio Itajaí.

2012 – A Gráfica do Senado Federal publica do livro ‘Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia’ integrando a coleção ‘Edições do Senado Federal’ – volume 165. ⁽³⁸⁾

INFORMAÇÕES ESPARSAS:

1 - Vasconcelos de Drummond tem um papel decisivo na História do Brasil. Primeiro como colecionador de documentos brasileiros – coletou documentos na Europa e no Brasil – que integram a coleção do Arquivo Nacional; segundo, por auxiliar nas pesquisas de historiadores do naipe de Alexandre José de Mello Moraes e Francisco Adolfo de Varnhagen. Sua obra ‘Anotações’ é utilizada como referência pelos

pesquisadores temáticos sobre a Independência do Brasil. Ela tem tal importância que a Gráfica do Senado a republicou no ano de 2012.

2 - Vasconcelos de Drummond foi agraciado com diversas comendas: Ordem da Rosa; Ordem de Cristo; Ordem da Toscana do Mérito; Grã-cruz da Ordem de S. Maurício; Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Vila Viçosa – Portugal, entre outras.

3 – Vasconcelos de Drummond tem seu nome diretamente vinculado à História do Brasil, notadamente nos episódios: Dia do Fico, Independência do Brasil. ⁽³⁹⁾

4 - Alguém um dia já se perguntou em que artigo ou documento Drummond declarou que a colônia por ele fundada tinha o nome de Colônia São Tomás de Vilanova? Tudo indica que o nome apareceu pela primeira vez em artigo de Lucas Alexandre Boiteux, em 1958, na revista Blumenau em Cadernos, e depois foi sistematicamente sendo reproduzida de forma acrítica. Isso porque, os pesquisadores precisam de um nome de referência, necessidade que Lucas Boiteux preencheu de forma exemplar. Vamos pesquisar mais sobre o tema.

QUEM FOI AGOSTINHO ALVES RAMOS?

Agostinho Alves Ramos chegou até nós sendo um homem sem passado. O primeiro documento em que aparece seu nome é, datado de 14 de outubro de 1813, o registro de casamento na Província de São Pedro do Rio Grande. Ali está dito: *‘(...) se receberam em Matrimônio por palavras de presença Agostinho Alves Ramos e Dona Ana Maria Rita, naturais de Portugal e cuja filiação e naturalidades não se acha.’* ⁽⁴⁰⁾ Devemos destacar o termo ‘Dona’ para designar sua esposa, já que este tratamento denota ter a noiva idade mais avançada.

O segundo documento, datado de 23 de setembro de 1814, é a ‘Carta de Negociante’ expedida pela Corte no Rio de Janeiro onde lemos que *‘(...) se apresentou Agostinho Alves Ramos para ser matriculado Homem de negócio na Praça do Rio Grande de São Pedro do Sul.’* Conforme ainda esse documento, Agostinho *‘(...) se acha estabelecido com crédito e fundos proporcionados para giro do seu negócio, tendo além disso instrução suficiente de comércio e Exportação mercantil’* ⁽⁴²⁾.

Depois, já em Desterro, uns dão como naturalidade o Rio de Janeiro, outros lhes consideram, junto com a esposa, português de nascimento. Mesmo quando empossado deputado provincial não apresenta documentos de filiação e naturalidade. Não tem certidão de nascimento e não tem passado registrado até o dia 14 de outubro de 1813 quando casa com Ana Maria Rita e, praticamente no dia de sua morte, todos os seus pertencentes pessoais são queimados ou roubados, não sobrando qualquer coisa útil para elucidar o mistério maior de sua vida.

Que homem teria interesse de esconder seu passado? Seus pais, sua nacionalidade, sua naturalidade, sua idade, estudos, experiências? Que ele era ‘bonachão’ e dado a escrever versos satíricos todo mundo sabe. Isso seria o suficiente para esconder o passado por completo?

É lícito supor até mesmo que Agostinho Alves Ramos seja um nome inventado para dar guarida a uma nova vida. Uma vida sem passado. É lícito supor que tenha nascido antes de 1800 porque deve ter casado com mais de 18 anos em 1813, isso nos remete a 1795 no mínimo. Como foi guarda-livros do comerciante Anacleto José Pereira é de se supor que logrou estudar, o que o coloca provavelmente como membro de uma família de posses.

Como, casou com uma mulher de idade mais avançada [recebeu o designativo de Dona ao se casar] e, em 1814 [quando recebeu a ‘Carta de Negociante’] já demonstrava ter posses e instrução adiantada sobre comércio e exportação, é lícito supor que o próprio Agostinho Alves Ramos já apresentava idade mais avançada quando chegou a Itajaí.

Apesar de todos os obstáculos que nos se apresentam, vamos tentar estabelecer uma cronologia da vida de Agostinho Alves Ramos:

- **1795** – Nasce Agostinho Alves Ramos antes de 1795 – em Portugal ou Rio de Janeiro.

- **1813** – No dia 14 de outubro de 1813 casa com Anna Maria Rita na Freguesia de São Pedro do Rio Grande. O casal não deixou descendência.

- **1814** – No dia 23 de setembro de 1814 recebe a ‘Carta de Negociante’ instalado na Freguesia de São Pedro do Rio Grande.

- **1820** – Migra da Vila de São Pedro do Rio Grande para Desterro, conhecendo o empresário Anacleto José Pereira.

- **1821** – Entre 1821 e 1823 migra de Desterro para Itajaí, onde adquire terreno de José Coelho da Rocha na localidade ‘Estaleiro’ onde constrói residência – comércio – estaleiro - oratório.

- **1823** – Em julho de 1823 a Junta Provisória do Governo de Santa Catarina lhe confere a posse de terras na foz do Rio Conceição [atual Ribeirão Canhanduba].

- **1824** – No dia 05 de janeiro de 1824 subscreve a petição ao bispo do Rio de Janeiro para criar o curato de Itajaí junto com outros 20 moradores da região. A petição é deferida e o curato é criado a 31 de março de 1824.

- **1830** – Em 1830 já aparece como empresário bem sucedido, sendo proprietário de: terreno com depósito na foz do Rio Itajaí-Mirim [atual Barra do Rio]; fazenda com olaria e plantação na foz do Rio Conceição [atual Rio Canhanduba, localidade de Carvalho]; porto, estaleiro, casa comercial na localidade Estaleiro [atual Praça Vidal Ramos]; proprietário do palhabote [barco] ‘Sete de Abril’.

- **1831** – No dia 18 de agosto de 1831 é criada, em nível nacional, a Guarda Nacional substituindo as tradicionais ‘Milícias’. Quando é criada a Guarda Nacional em Santa Catarina Agostinho Alves Ramos é incorporado ao Batalhão de Infantaria da guarda Nacional em Porto Belo.

- **1833** – Lidera o movimento para elevar o curato de Itajaí à condição de freguesia - que ocorre no dia 12 de agosto de 1833. Primeiramente Itajaí é freguesia de

São Francisco do Sul e depois, na instalação da Vila de Porto Belo, a 07 de dezembro de 1833, passa administrativamente à esfera desta vila, mantendo-se nas jurisdições judicial e eclesiástica de São Francisco do Sul.

- **1834** – A 09 de novembro de 1834 é eleito deputado provincial – primeira legislatura – com mandato entre 1835/1837.

- **1835** – No dia 01 de março de 1835 assume o mandato de deputado provincial participando de forma direta na elaboração de leis que dizem respeito diretamente ao Vale do Itajaí.

- **1835** – No dia 30 de março de 1835 solicita licença do mandato de deputado provincial, mas continua atuando junto ao governo da Província em benefício do Vale do Itajaí fazendo gestão para a aprovação de duas leis: Lei Provincial nº 09, de 15 de abril de 1835 – cria cadeira de primeira letras em Itajaí e Armação do Itapocorói; Lei nº 11, de 05 de maio de 1835 – estabelece duas colônias com seus respectivos arraiais nos rios Itajaí-Mirim [Tabuleiro e Conceição] e Itajaí-Açú [Pocinho e Belchior];

- **1836** – Responde pela patente de major da Guarda Nacional.

- **1836** – Faz gestão política junto ao governo para aprovar Lei nº 28, de 25 de abril de 1836 – criando a Secções de Pedestres para proteger os colonos dos ataques dos silvícolas, sendo nomeado seu primeiro comandante.

- **1837** – Eleito como suplente de deputado provincial em outubro de 1837 sendo convocado para assumir a 01 de março de 1838, mas não toma posse da cadeira. Mantém gestão política junto ao governo para ser aprovada a Lei nº 70, de 28 de abril de 1837 – que isenta do serviço ordinário da Guarda Nacional colonos que residem em área sob ataque de silvícolas.

- **1838** – Lidera a Comissão de Fabriqueiros da nova igreja de Itajaí.

- **1839** - Reeleito deputado da Assembleia Provincial pelo Partido Conservador com mandato entre 1840- 1841 – Terceira legislatura.

- **1840** – Assume o mandato de deputado provincial a 01 de março de 1840 e se licencia a 05 de março de 1840.

- **1842** – No início de abril de 1842 recepciona Charles Maximiliano van Lede o criador da Colônia Belga.

- **1843** – Deixa o posto de comandante da Secção de Pedestre, criada em 1836 para dar combate aos silvícolas que atacavam os colonos catarinenses. É substituído por Henrique Etur.

- **1845** – Agraciado com a comenda de ‘cavaleiro imperial da Ordem de Cristo’ pelo imperador D. Pedro II quando em visita a Desterro. Decreto Real de 03 de novembro de 1845.

- **1845** – Coronel da Guarda Nacional – comandante do 7º Batalhão – Porto Belo.

- **1849** – É eleito deputado provincial a 06 de setembro de 1849.

- **1849** – No dia 17 de setembro de 1849 vende ao Dr. Blumenau e sócio o terreno na Barra do Rio onde mantinha depósito de sua casa comercial. Ali foi montado o barracão para recepção dos imigrantes que chegavam ao Vale do Itajaí. Tempo depois os empresários da Colônia Blumenau também adquiriram sua fazenda à foz do Rio Conceição.

- **1850** – Assume, no dia 07 de março de 1850, cadeira de deputado na Assembleia Provincial pelo Partido Conservador com mandato entre 1850 – 1851 – Oitava legislatura.

- **1850** – No dia 26 de janeiro de 1850 falece a esposa Anna Maria Rita. Natural de Peniche – Portugal - não deixou descendência.

- **1853** – No dia 15 de julho de 1853 tem seu segundo AVC – Acidente Vascular Cerebral – com muito maior intensidade do que o primeiro registrado há alguns meses. No dia 16 sofre um terceiro AVC, sendo socorrido pelo cirurgião Claudino Pacheco [Camboriú] e o médico Pedro Pletting [Porto Belo]. Falece às 17 horas desse mesmo dia.

- **1973** – O prefeito Júlio César assina a Lei nº 1209 denominando diversas ruas do Bairro Cordeiros, entre as quais está inclusa a Rua Agostinho Alves Ramos – margeando o canal retificador do Rio Itajaí-Mirim entre o Núcleo Habitacional Costa Cavalcanti e a Rua Pedro Camilo Vicente. Depois denominada Avenida Agostinho Alves Ramos.

- **2004** – A Câmara Municipal de Vereadores de Itajaí institui a 28 de junho de 2004 a Medalha Agostinho Alves Ramos a ser concedida a cidadão que prestou serviço relevante à comunidade de Itajaí.

INFORMAÇÕES ESPARSAS:

- Mantinha propriedades nas localidades de Estaleiro [hoje Praça Vidal Ramos], Itaipava, foz do Rio Conceição [atual Canhanduba], Barra do Rio [onde depois foi

construída a Fábrica de Papel]. Mantinha casa comercial de secos e molhados [Estaleiro]; olaria e fazenda [Itaipava e Carvalho]; depósito [Barra do Rio].

- Tido como um homem obeso, de estatura mediana, simpático e bonachão. Tinha cultura aprimorada, escrevendo e lendo muito bem, criando poemas satíricos. Era considerado mestre no riscado de projetos de embarcações e atendia enfermos receitando e doando remédios aos mais pobres. Exerceu a profissão de guarda-livros que corresponde atualmente à atividade profissional de contador-tesoureiro.

- A causa de sua morte é atribuída a um AVC – Acidente Vascular Cerebral [apoplexia], sendo assistido no leito de morte pelo médico belga, radicado em Porto Belo, Pedro Pleting. Seu corpo foi sepultado no cemitério existente atrás da Igreja Immaculada Conceição [atual Jardim Bruno Malburg da Praça Vidal Ramos].

- O casal Agostinho e Anna era devoto de Nossa Senhora da Conceição.

HISTORIOGRAFIA

anotada e comentada

NÍVEL INTERNACIONAL

Muitos foram os viajantes que percorreram a costa de Santa Catarina com objetivos científicos, deixando relatos interessantíssimos sobre suas viagens. Entre Frézier e Trachsler cerca de vinte cientistas visitaram Santa Catarina nos primórdios de sua colonização. Seus relatos foram copilados em livro publicado no ano de 1979 pela Assessoria Cultural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e é dele que nos servimos mais amiúde para compilar e copilar alguns trechos que dizem respeito diretamente à História de Itajaí.

Entre os viajantes relacionados encontramos: Amédée François Frézier [1712], George Shelvocke [1719], William Betagh [1719], George Anson [1740], Antonine Joseph Pernetty [1763], Jean-Francois Galaup de la Pérouse [1785], James George Semple Lisle [1797], Adam Johann von Krusenstern [1803], Urey Lisiansky [1803], Georg Heinrich von Langsdorff [1803], John Mawe [1807], Vassili Golovnin [1808] David Porter [1812], Otto von Kotzebue [1815], Adalbert von Chamisso [1815], Louis Choris [1815], Louis Isidore Duperrey [1822], René Primevère Lesson [1822], Carl Friedrich Gutav Seidler [1825], Heinrich Trachsler [1825].

Dos viajantes estrangeiros que nos deixaram relatos científicos da costa catarinense os mais destacados foram Auguste de Saint-Hilaire e Charles Maximiliano Luiz van Lede. Eles mereceram edições integrais de seus livros. Charles van Lede contribuiu com a colonização do Vale do Itajaí criando a ‘Colônia Belga’ às margens do Rio Itajaí Grande dando origem ao atual Município de Ilhota. Também temos muitos relatos de colonos alemães que contribuíram na formação da ‘Colônia Blumenau’ e colonos de diversas nacionalidades que contribuíram com a formação da ‘Colônia Brusque’. Lê-los é fundamental para termos em mente o ambiente natural do Vale do Itajaí desde os primórdios da colonização europeia.

Martim Afonso Palma de Haro, assessor cultural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no preâmbulo do livro referendado acima afirma:

‘A literatura alienígena de viajantes constitui um ponto importante na coleta de elementos para a construção da História. No que tange a Santa Catarina a bibliografia conhecida é preciosa: - apesar de pouca, é apta para nos fornecer a imagem que outros povos fizeram de nós, não raro diferente das idéias que fazíamos nós mesmos, através de considerações sobre a índole do nosso povo, a exuberância da natureza, a beleza das suas baías, a legislação do reino que vedava o comércio com o exterior e outras coisas mais.’

Esses viajantes deixaram um legado extraordinário. Agora, cabe a nós, fazer um esforço historiográfico no sentido de reuni-los e pinçar, aqui e ali, aquelas informações que estão diretamente relacionadas com a História de Itajaí.

AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE

Saint-Hilaire viajou pelo Brasil entre 1816 e 1822. O livro intitulado ‘Viagem à Província de Santa Catharina’, por exemplo, foi editado em 1851 com o título de ‘Voyage dans la province de Sainte-Catherine’, traduzido e prefaciado por Carlos da Costa Pereira e publicado no Brasil em 1935. Usamos como referência a edição incluída na coleção da Brasiliense que temos em nossa biblioteca particular.

TEXTO: Viagem à Província de Santa Catharina (1820). Bibliotheca Pedagogica Brasileira. Serie 5^a, vol. 58. São Paulo: Brasiliana, 1935.

Informação 1: ‘Não havendo Portugal e Hespanha entrado em entendimento com relação aos limites de suas colonias, foi declarada a guerra entre os dois paizes. Uma poderosa esquadra sahira de Cadiz a 13 de novembro de 1776, conduzindo 10.000 soldados (...) e chegando à costa de Santa Catharina, fundeou na enseada de Cannasvieiras, onde os hespanhoes fizeram um desembarque durante a noite, sem que fossem presentidos. (...) Os colonos, por seu lado, demonstrando profundo horror pelo dominio hespanhol, preferiram refugiar-se nas mattas, onde muitos pereceram de fadiga e de fome, a submeter-se ao jugo estrangeiro’. [Páginas 25-6]

Considerações:

a) Parece evidente que muitos desses colonos que deixaram as terras continentais próximas à Ilha de Santa Catarina promoveram um fluxo migratório que culminou com a ocupação de terras por todo o Litoral Centro-Norte, culminando com a instalação de uma armação para a caça da baleia em Penha. Com o fim da captura da baleia essa armação foi abandonada e sua população novamente promoveu fluxo migratório intenso em direção às terras do Vale do Itajai.

b) Os colonos, jornaleiros, posseiros, adventícios ... foram vindo em ondas, adentrando as terras compreendidas entre Penha e Itajaí ainda incultas na sua grande parte. Era gente de origem portuguesa. Até Agostinho Alves Ramos trazer ao Vale colonos alemães que estavam descontentes com a produtividade das terras na Colônia São Pedro de Alcântara, isso já na terceira década dos anos de 1.800, tudo aqui foi feito

por contingente que migrou dentro das fronteiras do grande reino colonial português [portugueses continentais, ilhéus – Madeira e Açores, brasileiros, africanos cativos ...].

Informação 2: '(...) no espaço de setenta e tres annos, de 1712 a 1785, a provincia de Santa Catharina pouco se desenvolvera, operando-se, entretanto, uma transformação muito notavel entre esse ultimo anno e o de 1803, devida ao consideravel augmento da população e ao desflorestamento intensivo, - e que seria ainda maior se a administração não creasse embaraços ao commercio e os governadores, com raras excepções, não fossem tão despoticos.' [Página 34]

Considerações:

a) o aumento da população deu-se já em meados do século com a chegada de grande fluxo migratório dos açorianos e madeirenses à Ilha de Santa Catarina.

b) Santa Catarina começa a entrar definitivamente na agenda do governo central somente no século XVIII quando o conflito no sul ganha maior relevância e Santa Catarina é ponto estratégico fundamental.

Informação 3: 'A extensão que tomara o desbravamento do solo e os melhoramentos que se haviam realizado na provincia de Santa Catharina, foram devidos principalmente á immigração de portuguezes açorianos, sendo incrível tivesse o governo se descuidado dessa bella região, uma vez que projectara incrementar a população do Brasil com a introducção de colonos estrangeiros.' [Página 35].

Considerações:

a) Na continuação do texto ele acusa a chegada dos açorianos de uma forma pouco entusiástica, como sentindo falta de colonos não-portugueses. É como se os açorianos não fossem colonos de verdade.

b) A expressão 'colonos estrangeiros' significa povos não portugueses ou oriundos das colônias portuguesas. Sub-repticiamente discrimina os açorianos.

Informação 4: 'Pouco tempo antes de minha chegada a Santa Catharina, o ministro de Estado, Thomaz Antonio de Villa Nova e Portugal, acabava de estabelecer á margem da enseada de Garoupas, uma colonia de pescadores sob a designação de Nova Ericeira, nome de uma aldeia portugueza, de onde provinham os seus povoadores. Encontrei-me na residencia do governador da provincia com um jovem protegido do ministro, a quem este encarregara de fiscalizar a execução dos seus planos. Creio, porém, que os habitantes de Nova Ericeira logo se dispersaram, pois não se encontram referencias a essa povoação nos livros publicados sobre Santa Catharina, depois de 1820.' [Página 35-6].

Considerações:

a) O tradutor Carlos da Costa Pereira acrescenta uma nota observando que: *‘Provavelmente era Antonio Menezes de Vasconcellos Drummond. Mas, a sua incumbencia era fundar uma colonia no rio Itajahy. Da colonia Nova Ericeira foi encarregado o chefe de esquadra Miguel de Souza Mello e Alvim (...)’* (pág.35). Acontece que Auguste de Saint-Hilaire não só pode estar correto em atribuir tal função a Drummond, como pode estar dando uma excelente pista sobre a possibilidade das duas colônias [Nova Ericeira e Colônia Itajahy] fazerem parte da mesma lógica governamental como evidencia também a própria distribuição dos soldados entre elas.

b) Nota-se que Saint-Hilaire coloca Drummond na condição de ‘fiscal’ representante do ministro Vila Nova Portugal e não como executor do projeto, função reservada a Mello e Alvim. A anotação de Saint-Hilaire deixa antever bem nitidamente essa separação de funções que não foi percebida por Carlos da Costa Pereira.

c) Ao colocar Drummond na condição de fiscal do Reino no projeto de implantação da Colônia Nova Ericeira o viajante Sait-Hilaire pode também estar indicando, o que já observamos em outros autores, que Drummond promoveu diversas viagens a Santa Catarina como enviado especial do ministro e por isso conhecia muito bem o local que escolheu para passar seu breve ‘exílio’. O historiador Carlos da Costa Pereira ficou limitado à informação de que Drummond veio à Santa Catarina apenas para implantar a Colônia Itajahy desconsiderando todas as suas viagens ao sul em ‘missão secreta’ a mando do ministro Tomás.

d) Entendemos que Carlos da Costa se ateve muito pouco em analisar com cuidado as palavras de outros autores. Na mesma nota publicada no livro que traduziu de Saint-Hilaire comete o deslize de atestar que Max Fleiuss afirma que os ‘soldados foram os primeiros habitantes de Itajahy’ [pag.36] quando na verdade Fleiuss afirma textualmente que eles foram os primeiros habitantes da ‘Colônia Itajahy’ instalada por Drummond. Parece a mesma coisa, mas não é, já que está mais do que provado que a região contava com inúmeros moradores desde o século XVII.

e) De qualquer forma não existe mais dúvida sobre o fato de que o projeto da Colônia São Tomás de Vilanova, de Drummond, estava vinculado diretamente à continuidade do projeto da Colônia Nova Ericeira.

Informação 5: ‘Ao tempo de minha viagem, a milícia da provincia, bem exercitada e em condições de defender a terra, compunha-se de 4.000 homens. Só o districto de Santa Catharina concorria com dois regimentos de cavallaria, e os de S. Francisco e Laguna, respectivamente, com um batalhão de caçadores de 600 homens.’ [Página 58].

Considerações:

a) Uma das atribuições de Drummond foi estudar o ânimo da tropa acerca da possível independência do Brasil.

b) Talvez por isso mesmo tenha ficado mais tempo em Desterro que propriamente em Itajaí. Sabemos, com certeza, que em 1919 ele ficou sete meses em Desterro, promovendo viagens pelo litoral entre Desterro e São Francisco do Sul. Em 1920 também viajou bastante e por bom tempo preferiu a estada em Desterro. No final, a partir de outubro, por estar doente.

Informação 6: ‘Santa Catharina possui uma vasta extensão de costa e excellentes portos; as suas terras são em geral fertilissimas, e o seu clima bastante temperado permite aos habitantes a cultura de plantas europeias conjunctamente com as dos tropicos. Não obstante a provincia é pobre. Os colonos que ali se estabeleceram em diferentes épocas não prosperavam; a tyrania do governo portuguez fôra durante muito tempo um empecilho ao surto de qualquer iniciativa individual.’ [Página 59].

Considerações:

a) A tirania a que se reporta diz respeito principalmente às diversas leis portuguesas sobre atividades empresariais que de algum modo pudesses criar a indústria nacional, competindo com os produtos vindos do reino que passavam exclusivamente pelas mãos dos comerciantes portugueses.

b) Também não podia ter impressão de jornais e livros, etc.

Informação 7: ‘O districto de S. Francisco, em 1820, não se compunha somente da ilha de seu nome; comprehendia ainda dezenove leguas de costa, a partir do Sahy, que o separa da provincia de S. Paulo, - até a margem septentrional do Rio Cambriaçu, sua divisa com o districto de Santa Catharina. A oeste, os limites dessa extensa costa eram incertos e o povoamento, por esse lado, não ia além de duas leguas do litoral; dessa altura em diante, começava a região serrana, selvatica e sem dono.’ [Páginas 90-1].

Considerações:

a) O tradutor Carlos da Costa Pereira publicou a seguinte nota de rodapé: “Dizem os autores do *diccionario do Brasil* (p. 539), que o territorio de S. Francisco adquiriu grande extensão do lado de oeste, depois que se lhe annexaram em 1832 as terras situadas entre o Sahy e o Itajahy; como, porém, o seu limite por esse lado era,

outr'ora o Cambriaçu, parece-me que passando a limitar-se pelo Itajahy, o municipio de S. Francisco diminuiu em vez de ter augmentado. Demais, actualmente não é o Cambriaçu, nem o Itajahy, o limite do districto de S. Francisco, por esse lado; mas, o Gravatá, situado ao norte do Itajahy' [Página 91]. Ele usa como referência a *Falla do presidente Antero José Ferreira de Brito a 01 de março de 1841*.

b) A questão da divisa entre as vilas, freguesias, distritos e curatos era bem confusa naqueles tempos. Demanda um estudo todo próprio uma vez que existiam três jurisdições coetâneas: eclesiástica, jurídico-eleitoral, administrativa. Quando Itajaí passou à esfera administrativa da Vila de Porto Belo, por exemplo, continuou na jurisdição eclesiástica e também da Comarca de São Francisco do Sul. Então a Câmara de Porto Belo tinha a jurisdição administrativa da Freguesia do Santíssimo Sacramento, mas seu povo devia se reportar à Comarca da Vila de São Francisco em caso de pendências judiciais e eleitorais. Uma situação que demandou muita confusão entre os historiadores e memorialistas que escreveram sobre a história de Itajaí e Porto Belo.

Informação 8: 'Descrevi minuciosamente a armação de Itapocoroia, tal como era em 1820, e demonstrei tambem quanto diminuiu a producção da pesca no periodo de 1777 a 1819. Desde então, era facil prevêr que esse estabelecimento e os demais do mesmo genero não poderiam subsistir por muito tempo. Assim mesmo, parece que ainda puderam manter-se por alguns annos após minha viagem; actualmente, porém, da armação de Itapocoroia só restam vestigios. Como a pesca foi diminuindo gradativamente, não deveria ter causado surpresa nem abalos a suppressão total das armações, sendo de acreditar que, quando isso se deu, os habitantes de Itapocoroia pouco teriam soffrido Aliás, o dinheiro por elles ganho não ficava no lugar; terminada a pesca, repousavam, descuidando-se de suas terras. Agora, porém, são forçados a trabalhar a lavoura.' [Página 136-7].

Considerações:

a) Quando Saint-Hilaire fala que eles passaram a cuidar mais de suas terras isso nos dá a indicação de que as terras próximas à indústria baleeira ficaram mais valorizadas. Essa nova realidade também deve ter motivado os muitos desempregados a buscar terras devolutas ao sul, desbravando o vale formado pelo Rio Itajahy, na condição de posseiros, meeiros, arrendatários, jornaleiros e depois, sesmeiros.

b) A diminuição da pesca da baleia em Armação do Itapocoroia já era uma realidade em 1819 e isso deve ter influenciado Tomás a investir em outra modalidade pesqueira - que não a caça à baleia - na Colônia Nova Ericeira.

c) Tomaz não se propos a migrar parcela dessa gente semi-empregada na decadente armação do Itapocoroia para formar as duas colônias [Nova Ericeira e Itajaí

Mirim] preferindo servir-se de gente da Ilha de Santa Catarina e do exército português. Isso evidencia seu compromisso com o ‘branqueamento’ do sul. Ali na Armação do Itapocoroia tinha muita gente negra e mestiça, enquanto que na Ilha ainda se preservava o branco açoriano.

d) Corroborando com esse raciocínio o tradutor – Carlos da Costa Pereira – publica nota de rodapé com o seguinte teor: ‘*Essa colonia, que se chamava Nova Ericeira, fôí fundada, como já tive occacisão de dizer, sob os auspicios do ministro de Estado, Thomaz Antonio Villa Nova Portugal. Inteiramente composta de portuguezes (...).*’ [Página 140].

Informação 09: ‘Até a praia de Itajahy navegamos proximo da costa; nessa altura afastamo-nos para o largo, sem entretanto perdel-a de vista.’ [Página 139].

Considerações:

a) O mistério persiste e Saint-Hilaire pouco contribui para desconstruí-lo: Afinal, por que o maior rio do litoral catarinense é evitado? Por que a partir da atual Praia de Navegantes é preciso se afastar da costa? Até prova em contrário, defendemos a ideia de que a foz do Rio Itajaí era tomada por grandes e traiçoeiros [mudavam de lugar] bancos de areia, tornando a navegação extremamente perigosa, principalmente em dias de mar revolto.

b) Temos inúmeros depoimentos atestando essa armadilha instalada na foz do Rio Itajaí aos navegadores menos desavisados.

Informação 10: ‘A palavra Itajahy vem do guarany – itajay, rio onde ha muitas pedras’.

Considerações: Anotamos essa pequena afirmação para evidenciar o quanto é complexa a atividade da tradução. Enquanto Carlos da Costa Pereira atesta que Itajahy significa ‘Rio onde há muitas pedras’, uma outra tradutora, Regina Regis Junqueira [livro: Viagem a Curitiba e Santa Catharina] atesta que ‘O termo Itajaí vem do guarani ‘Itajay’, ‘rio das pedras juntas’. [Página 164]. Ora, ter muitas pedras não significa o mesmo que ter pedras juntas. A quantidade não está relacionada, obrigatoriamente, por qualquer condição natural, a estarem juntas. Portanto, uma das duas traduções, ou as duas, não tem correspondência com a ideia do autor. Esse alerta sobre as nuances que encontramos nos textos traduzidos nos serve como referência quando lidamos com o

texto traduzido do francês de Vasconcelos de Drummond. Nesse sentido todo o cuidado deve ser tomado para não promover inferências a guisa de conclusões precipitadas.

Informação 11: ‘Ao tempo em que estive em Santa Catharina, a ilha era guarnecida por um batalhão de 500 soldados portuguezes do 12º regimento de linha. Eram todos homens feitos, de comprovada honestidade, e que, pela sua disciplina exemplar, faziam honra ao exercito portuguez (...) Toda as vezes que os soldados da guarnição de Santa Catharina obtinham licença, alugavam-se aos lavradores. Muitos delles combateram na França (...).’ [Página 185].

Considerações:

a) Os soldados que eram dispensados para integrar uma colônia [Nova Ericeira e Itajaí Mirim] tinham experiência na agricultura porque eram jornaleiros em suas horas de folga para reforçar o orçamento. Possivelmente ainda aprenderam algumas técnicas mais aperfeiçoadas em Portugal e na França.

JUAN G. BELTRAN

TEXTO: Historia del Brasil. Biblioteca de Escritores Argentinos. vol.23. 2ed. Buenos Aires: Claridad, 1944.

O livro de Juan Beltran é datado de 1935, mas estamos utilizando a segunda edição datada de 1944 que temos em nossa biblioteca particular.

Informação 1: ‘José Bonifácio (...) Fué director de minas en Norugea; profesor de Mineralogía en la Universidad de Coimbra; intendente general de minas de Portugal (...)’ [Página 97].

Considerações:

a) Como podemos constatar José Bonifácio era um cientista que entendia muito de mineralogia e foi com ele que Drummond e Tomás Vila Nova aprenderam sobre o assunto e, depois, se interessaram pela lenda do Monte Tayó no Vale do Itajaí.

CARL VON KOSERITZ

TEXTO: Imagens do Brasil. São Paulo: Martins / USP, 1972.

Informação 1: ‘O sr. Hauer me disse que a terra é excelente e muito fértil, mas falta gente, e a inconsciência dos governos desacreditou por tal forma o Paraná com os seus erros que não se pode pensar no reforço da imigração nos próximos tempos. Infelizmente é sempre a insensatez dos governos que cria impedimentos aonde a natureza oferece tudo que é necessário para um bom desenvolvimento da imigração e da colonização. Naturalmente quando ocorrem deshonestidades como aqui, onde potentados compram terras por 15 contos, para vendê-las ao governo por noventa, terras aonde não há absolutamente nada, então não se deve admirar que a colonização não progrida.’ [Página 85].

Considerações:

a) Koseritz está falando do Paraná de 1880, mas conheceu a realidade de todos os pontos do Brasil onde se instalou a colonização alemã, passando bom tempo em Santa Catarina.

b) Essa desonestidade do servidor público era anterior a Koseritz e tem-se evidência que isto estava ocorrendo no Vale do Itajaí quando Drummond recebeu as terras para a colonização. As três sesmarias que serviram de base para o projeto de colonização do Itajaí Mirim, apenas duas chegaram a ser usadas de fato, estavam em mãos do ex-governador da fortaleza de Santo Antônio de Ratonés, seu irmão e sua esposa.

c) O ato de devolução das sesmarias ao rei dá-se em forma de barganha por uma aposentadoria e outras vantagens familiares. Eram terras concedidas anteriormente sob o exclusivo interesse da especulação imobiliária, já que ali nada foi plantado durante décadas.

AMÉDÉE FRANÇOIS FRÉZIER

TEXTO: Relation du voyage de la mer du sud (1716). IN: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: ACALESC, 1979. Páginas 11-25.

Informação 1: ‘Em seu distrito havia então 147 brancos, alguns índios e negros libertos, dos quais uma parte acha-se dispersa pela orla da terra firme.’ [Página 20].

Considerações:

a) Esses índios administrados [aculturados] e os negros livres vão, ao longo do tempo, ocupando terras cada vez mais distantes da Ilha de Santa Catarina, na condição de jornaleiros, posseiros, faiscadores ... adventícios.

b) Quando o governo concede sesmarias a particulares, ou autoriza colônias, os novos proprietários sempre atestam encontrar esse tipo de morador nas terras a colonizar. Via de regra, o governo manda delimitar uma área para essas pessoas que não possuem documento legal de posse, já que não se pode desperdiçar mão-de-obra nesses lugares ainda em início de ocupação. Em uma sesmaria de légua em quadra recebiam terreno de quarenta a sessenta braças. Um pequeno sítio dentro do latifúndio.

Informação 2: ‘Sete léguas ao norte da Ilha de Santa Catarina existe uma enseada onde os portugueses os têm [*gado*], quase sempre, onde a chalupa do Saint Clement foi apanhar. Perto dela está o porto de Guarupa que a mesma chalupa descobriu, onde se está ao abrigo de todos os ventos, como se pode ver pelo mapa; é de difícil acesso e conhecimento porque, de fora, não parece ser mais que uma enseada, quando ao fundo está a pequena abertura do porto. Como não sabíamos onde encontrar os bois e como os portugueses que haviam mandado procurá-los em Lagoa tardavam muito, pomo-nos (...)’ [Página 24].

Considerações:

a) Em 1712 já havia gado na região de Porto Belo. Isso significa um século antes da formação da Colônia Nova Ericeira.

b) Interessante perceber que Frézier escreve ‘Guarupa’ no lugar de ‘Garoupas’, assim como também escreve ‘Ilha de Gal’ no lugar de ‘Ilha das Galés’ e o nome do governador Manoel Manso de Avellar como ‘Emanuel Mansa’. Isto é importante de ser registrado porque vai ser determinante em relação a muitos acidentes geográficos de nosso litoral. Cada viajante que passava por aqui acabava criando uma variante de nome, conforme ouvia e conseguia adaptar à sua própria língua. Por esse fenômeno o termo ‘Itajaí’ recebeu mais de trinta variações na escrita.

GEORGE SHELVOCKE

TEXTO: A voyage round the world by the way of the Great South Sea (1726) IN: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: ACALESC, 1979. Páginas 31-47.

Informação 1: ‘Quanto ao continente do Brasil propriamente dito, nesse lugar, pode ser, com justiça, chamado de uma vasta e contínua floresta. O sassafrás, tão valorizado na Europa, é tão comum ali que nós cortamos uma boa quantidade dele para fogo, ao invés de outras madeiras (...) Quanto à caça, existe muito pouca, embora as matas

estejam cheias de papagaios (...) com respeito à pesca, pois como eles têm uma grande abundância de diversas espécies de bons peixes, não lhes faltam ótimos lugares para lançar as redes de arrastão. Todas as suas baías e regatos estão bem providas de tainhas, grandes arraias, bagres, cavalinhas, peixes-tambor (...).’ [Página 46].

Considerações:

a) Justamente esta floresta que vai servir de referência econômica para os primeiros habitantes do litoral continental de Santa Catarina.

b) Interessante perceber que, por volta de 1720, já havia pesca de arrasto na Ilha de Santa Catarina e a fatura de pescado era maior que da fauna continental. Mesmo assim os açorianos tiveram problemas de sobrevivência na Ilha de Santa Catarina e os Ericeiros na Enseada das Garoupas. Isso só seria possível se essa gente, efetivamente, não estava acostumada à pesca e a ela não se adaptou adequadamente no início da colonização. Insistiu na agricultura o máximo que pode até conseguir um meio termo entre pescar e plantar.

Informação 2: ‘Quanto ao caráter dos portugueses dessa ilha (...) são uma malta de bandidos, que aqui chegam como refugiados das outras colônias mais estritamente governadas do Brasil (...) Porém, de minha parte, eu lhes devo fazer a justiça de dizer que sempre negociaram honestamente comigo e foram sempre muito educados (...).’ [Página 47].

Considerações:

a) Realmente muitos exilados e desterrados chegaram à Ilha de Santa Catarina nos primeiros séculos de colonização. Não é por acaso que a Ilha de Santa Catarina recebeu o nome de ‘Desterro’, dizer o contrário é querer esconder o sol com a peneira. Uma parte dessa ‘malta’ acaba também correndo o litoral continental e chegando ao Vale do Itajaí como adventícios, gente sem eira e sem beira.

b) Essa gente desgarrada foi muito importante no processo de colonização na medida que desbravava a terra e indicava aos colonizadores os melhores lugares e os problemas a superar. Gente que ficou fora dos livros de registro da burocracia estatal e, por isso, fora dos livros de História. Pioneiros. Abre-alas, os invisíveis da História do Brasil.

Informação 3: ‘Quanto aos índios desse lugar, não posso dizer muito a respeito deles, pois jamais vi mais de 2 ou 3 deles.’ [Página 47].

Considerações:

a) Os carijós já tinham sido todos escravizados ou mortos pelos bandeirantes. Provavelmente os silvícolas que Shelvocke viu, eram aqueles tupis administrados, aculturados, que vieram com os bandeirantes para Santa Catarina e não os índios nativos: carijó – xokleng - kaingang.

GEORGE ANSON

TEXTO: A voyage round the world (1776). IN: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: ACALESC, 1979. Páginas 11-25.

Informação 1: ‘A terra de Santa Catarina é muito fértil, e produz quase que por si mesmo variadas espécies de frutos. Está coberta de uma floresta de árvores sempre verdes, que, pela fertilidade do solo, são de tal maneira entremeadas de sarças, espinheiros e arbustos, que o todo forma um conjunto impossível de atravessar (...)’ [Página 67].

Considerações:

a) Estamos diante de um discurso padrão dos navegadores acerca da fertilidade do solo e das dificuldades de acessar as terras continentais diante da majestade da própria natureza. Dificuldades que terão os colonizadores também.

Informação 2: ‘Na época de Frézier e de Shelvocke, esta ilha se prestava ao refúgio de vagabundos e de banidos que fugiam de diferentes lugares do Brasil. Eles se diziam sujeito da Cora de Portugal (...) no entanto, sua obediência ao rei, assim como ao Governador, não os obrigava a quase nada. Mesmo porque eles tinham grande abundância de provisões, mas nenhum dinheiro, podiam subsistir sem nenhum socorro por parte das Colônias vizinhas, não tendo motivos para temerem (...)’ [Página 68].

Considerações:

a) Novamente a questão do Desterro que vai persistir na história do litoral catarinense até 1750 quando ocorre a primeira colonização açoriana e o perfil da população muda drasticamente.

b) Fala novamente na fartura propiciada pela própria natureza.

c) Na continuidade do texto Anson acusa o novo governador, que nomeia de José Sylva de Paz [sic], de contrabandista no Rio do Prata e de interferir no comércio entre os naturais do litoral catarinense e os navios estrangeiros, tirando vantagem

peçoal nisso ao aumentar o preço de todos os produtos. Qualifica seu grupo de ‘estes honestos bandidos’.

d) A colonização de Santa Catarina está, desde o início, nas mãos dos funcionários públicos e seus parceiros da iniciativa privada. São cidadãos com *status* de autoridade, ladrões de ofício e uniforme, daí a contradição na expressão de Anson: ‘honestos bandidos’. Em síntese: uma honestidade de fachada.

Informação 3: ‘Os mesmos motivos que levaram o rei de Portugal a subjugar os paulistas, produziram-se também na ilha de Santa Catarina ocorrendo as mudanças que já mencionamos, porque o governador do Rio Grande nos contou que existiam nas vizinhanças desta ilha rios consideráveis, que continham grandes riquezas, e que era por isto que havia sido enviado um Governador de ação no *métier* da guerra, com uma guarnição e que se havia fundado uma nova Colônia’ [Página 72].

Considerações:

a) Essa ideia de Eldorado nos rios que desaguam no litoral catarinense sempre vai estar presente entre os viajantes e colonizadores. É uma constante. E aí persiste também a ‘Lenda do Monte Tayó’.

ANTOINE JOSEPH PERNETTY

TEXTO: Histoire d’un voyage aux isles Malouines, fait en 1763 & 1764 (...). IN: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: ACALESC, 1979. Páginas 78-115.

Informação 1: ‘Vêm-se na Ilha de Santa Catarina homens de todo o tipo de pele, do negro até o branco. Os mulatos são em maior número (...) Os habitantes, homens e mulheres, vivem numa grande ociosidade, e deixam aos seus escravos o cuidado da limpeza e arrumação e o pouco trabalho que se faz na região. A terra produz quase tudo o que é necessário para viver, sem que se dêem ao trabalho de cultivá-la.’ [Página 88-89].

Considerações:

a) Novamente a questão da fartura da terra, a ociosidade pela incompreensão sobre a economia de subsistência reinante em Santa Catarina nesse período. Não existia a lógica da economia de mercado e a produção em excesso para venda e troca, por isso a pesca, caça, coleta e agricultura rudimentar lhes eram suficientes. Os navegantes

confundiam essa lógica como sendo de preguiça, ociosidade, malandragem. O mesmo que ocorreu com os portugueses diante da cultura da caça e pesca dos silvícolas nativos.

Informação 2: ‘Toda a costa do Brasil está provida de madeira de cento e vinte a duzentos anos cujos pés estão como que asfixiados pelos matagais e pelas urzes. As da ilha estão envolvidas por uma espécie de aloés espinhosos. Nas orlas que se aproximam mais da costa, há muitas diferentes espécies de árvores da altura e espessura das macieiras, de folhas lisas e um bonito verde (...)’ [Página 107].

Considerações:

a) Essa mata vai ser derrubada para: suprir os navios, pequenas indústrias e lares com lenha; venda de madeira; derrubada para agricultura.

b) O comércio da madeira vai estar na gênese da colonização do Vale do Itajaí também.

Informação 3: ‘Os portugueses ignoram, sem dúvida, as máquinas de que nos servimos nas Ilhas Antilhas para separar o algodão das sementes que estão entremeadas a ele, também aderente a elas.’ [Página 113].

Considerações:

a) Os europeus não portugueses [França, Inglaterra, Alemanha ...] já estavam introduzindo no processo produtivo as primeiras máquinas dando início ao fenômeno depois reconhecido como ‘Revolução Industrial’. Esses benefícios no sistema produtivo chegaram ao Brasil somente com os imigrantes vindos após 1830.

JAMES GEORGE SEMPLE LISLE

TEXTO: The life of Major James George Semple Lisle (1799). IN: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: ACALESC, 1979. Páginas 129-138.

Informação 1: ‘A Ilha de Santa Catarina é notavelmente fértil e poderia, com pouco esforço, tornar-se um local muito produtivo; mas tão grande é a preguiça dos seus habitantes, que muito pouco ou nada é feito por eles, sendo que o próprio gado para consumo deve ser trazido de Rio Grande.’ [Página 137].

Considerações:

a) Novamente a questão da preguiça atribuída ao português residente no litoral catarinense. É o visível choque entre duas lógicas diferenciadas de mundo: os portugueses que estão no Sul do Brasil produzem em uma economia de subsistência, enquanto os viajantes chegam com uma visão da florescente economia de mercado iniciada com o processo industrial. É o início do que depois vamos chamar de Capitalismo.

ADAM JOHANN VON KRUSENSTERN

TEXTO: Reise Um Die Welt in den Jahren 1803, 1804, 1805 (...). IN: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: ACALESC, 1979. Páginas 139-156.

Informação 1: ‘O quanto Portugal subestima as vantagens que poderá obter de suas colônias nesta parte do mundo é um fato por demais conhecido para merecer repetição. De todo o Brasil, a Ilha de Santa Catarina, juntamente com a parte do continente em suas proximidades, é talvez aquela que menos tem atraído a atenção do governo português, tanto como deveria merecer, em vista de sua localização, seu clima saudável, seu solo fértil, e seus valiosos produtos.’ [Página 149].

Considerações:

a) Krusenstern está acusando o fato de que até ali, início do século XIX, o litoral catarinense ainda estava praticamente abandonado por Portugal, não obstante ser visível as potencialidades da terra, inclusive para a agricultura e o corte da madeira.

b) Nesse tempo, todos os viajantes, sem exceção, tinham um olhar único: exploração da natureza. Olhavam para a natureza de forma diferenciada em relação ao silvícola nativo. Enquanto o silvícola procurava [caça, pesca e coleta] apenas o necessário para sobreviver; o português que não experimentou a Revolução Industrial, se dava ao trabalho de plantar apenas a quantidade necessária para sobreviver; o europeu não-português, já tinha consciência da lógica de mercado, por isso procurava ‘produtos’ e não gêneros de primeira necessidade dentro da lógica de sobrevivência.

Informação 2: ‘Meus esforços para obter um total exato da população deste governo falharam, mas deve ser muito insignificante, já que somente a costa é habitada, e o povo

está exposto aos ataques dos nativos, como aconteceu mesmo durante a nossa estada aqui. Esses ataques não são, entretanto, levados a efeito com quaisquer conseqüências sangrentas; os nativos se contentam em pilhar e levam consigo particularmente o gado pertencente aos portugueses.’ [Página 151].

Considerações:

a) O viajante registra ainda a presença de silvícolas hostis no litoral próximo à Ilha de Santa Catarina, sendo esta a principal causa da existência de pequeno número de colonos no continente, fora da Ilha de Santa Catarina.

Informação 3: ‘Eles têm as melhores espécies de madeira em abundância aqui, as quais, por causa de sua cor e resistência, formariam um importante artigo para exportação: mas isso é absolutamente proibido (...) o principal produto do solo, a madeira, não pode ser exportado de forma alguma, e os outros somente em regime de troca. Não é provável que qualquer navio venha da Europa até a Ilha de Santa Catarina para comprar café, açúcar e rum, por dinheiro à vista; e eu tenho sérias dúvidas se em toda a ilha, e na costa vizinha, seria possível encontrar o suficiente para carregar um navio de 400 toneladas. Além disso, como os habitantes são proibidos de exportar seus produtos para qualquer outro lugar que não seja o Rio de Janeiro, seu comércio permanece, como anteriormente, na mais miserável condição.’ [Página 151].

Considerações:

a) Sempre apontando a madeira como riqueza natural em abundância e indicando o choque entre visões de economia diferenciada, sendo em Santa Catarina ainda praticada uma economia rudimentar à base de troca.

b) As leis portuguesas impediam o desenvolvimento da Província por restringir o comércio de sua principal riqueza, a madeira. Por outro lado, sabemos, havia todo um comércio clandestino e uma verdadeira máfia operando no limbo criado no espaço entre a ação governamental e a ação privada. É a corrupção dando o seu jeitinho.

Informação 4: ‘Já ao aportarmos, a árvore do sassafrás e de óleo de ricino, a planta da qual esse óleo é extraído, podiam ser vistas em toda a parte em grande quantidade; e, ainda assim, o Dr. Espenberg não conseguiu encontrar nem mesmo uma pequena porção desse óleo, embora ele tivesse especial esperança de obtê-lo aqui.’ [Página 151].

Considerações:

a) Exemplo de como a economia era de subsistência e atrasada não se beneficiando dos conhecimentos e tecnologias já encontradas em diversas partes do mundo a partir dos países europeus que experimentavam a Revolução Industrial.

b) A riqueza mal aproveitada legava à Santa Catarina a pobreza.

Informação 5: ‘Eu já disse antes que não se encontra um só comerciante na Vila de Nossa Senhora do Desterro; e, ainda assim, se alguns deles viessem aqui se estabelecer sob a proteção do governo, eles não poderiam fracassar, com um mínimo de espírito empreendedor, não importando quão pequeno fosse o capital inicial, não somente garantindo consideráveis lucros para si próprios, como também produzindo os mais benéficos efeitos ao cultivo do solo (...)’ [Página 151-152].

Considerações:

a) Krusenstern está refletindo sobre algo que logo em seguida vai ocorrer com o comerciante Anacleto José Pereira na Ilha de Santa Catarina e todo o litoral catarinense; depois, Agostinho Alves Ramos no Vale do Itajaí.

b) Agostinho não foi o primeiro comerciante da foz do Rio Itajaí mas foi o que, associado a Anacleto José Pereira, conseguiu dar uma nova dinâmica ao processo produtivo regional.

UREY LISIANSKY

TEXTO: A voyage round the world, in the years, 1803 ... (1814). IN: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: ACALESC, 1979. Páginas 157-166.

Informação 1: ‘A Ilha de Santa Catarina foi originariamente povoada pelos desertores dos povoados vizinhos, mas sua população tem sido consideravelmente aumentada, com muitas famílias européias estabelecendo-se aqui. Por uma estimativa do governo, a população soma, no presente, a 10.142 almas, das quais umas 4.000 são negras. A condição desta infeliz raça, na ilha, não é tão ruim quanto seus irmãos nas Índias Ocidentais ou em qualquer outra colônia européia que já visitei.’ [Página 162].

Considerações:

a) Lisiansky dá uma dimensão favorável da escravidão em Santa Catarina comparando-a com o que viu no restante do mundo. Quase metade da população de Desterro é escrava. Um número muito acentuado se ainda considerarmos a existência de silvícolas, mulatos e mestiços diversos.

b) Ele atesta um fenômeno que vai aumentando gradualmente em Santa Catarina, a chegada de colonos não-portugueses para formar as colônias. Esse fluxo de novos imigrantes vai alterando o perfil da população catarinense.

Informação 2: ‘Os habitantes de Santa Catarina são corteses e hospitaleiros’ [Página 164].

Considerações:

a) O perfil da população catarinense já é outro em relação àquele oferecido pelos primeiros habitantes sem eira e sem beira. Os desterrados vão dando lugar a imigrantes com outra moral e lógica de trabalho, também já possuem eira [terra] e beira [moradia].

JOHN MAWE

TEXTO: Travels in the interior of Brazil ... (1812). IN: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: ACALESC, 1979. Páginas 11-25.

Informação 1: ‘A dez léguas ao norte desse lugar, fica o belo e espaçoso porto de Garoupas, com a sua simpática aldeia; o ancoradouro é tão bom quanto o de Dois Ganchos. Os habitantes vivem do mesmo modo que seus vizinhos de Tijucas. O clima é ótimo, o solo produz tudo quanto é semeado ou plantado e tornou-se conhecido por suas deliciosas frutas. O algodão com que fabricam suas roupas é por eles plantado, fiado e tecido; constroem suas próprias casas e canoas, manejando estas com grande destreza e preferindo-as aos botes. Pode-se dizer, em verdade, que todo homem é mais ou menos um artesão, mas notei, com pesar, que dão preferência aos trabalhos leves e à indústria, e não são, de modo algum, tão bons maridos quanto os de Tijucas. Esta baía, tanto quanto pude observar, durante a minha ligeira permanência, apresenta à vista maior variedade de montes, vales e planícies do que a anterior. Ambas são consideradas ótimo posto de pesca, na estação da pesca da baleia, que vai de dezembro a junho.’ [Página 208].

Considerações:

a) Novamente a Enseada da Garoupa é lembrada por ser piscosa, inclusive para as armações de caça às baleias. A terra é fértil e o povo é malandro.

b) A população vivia isolada na questão econômica, já que conseguia tudo que precisava para a subsistência de forma artesanal na pesca e agricultura.

c) Essa lógica da economia de subsistência que prevê, no máximo, algumas trocas informais entre produtores autônomos é que vai ser substituída gradualmente pelo grupo liderado por Anacleto José Pereira, incluindo Agostinho Alves Ramos e outros pioneiros do litoral Centro-Norte de Santa Catarina.

LOUIS ISIDORE DUPERREY

TEXTO: Voyage autour du monde, exécuté para ordre du Roi... (1822).
IN: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: ACALESC, 1979. Páginas 262-281.

Informação 1: ‘M. Gabert foi em seguida apresentado aos principais negociantes da cidade, dentre os quais nós o havíamos encarregado de encontrar um fornecedor de víveres frescos para a tripulação; mas, ele os viu pouco dispostos e, na impossibilidade real de obter alguma coisa que fosse, pelo fato deles estarem empenhados em transferir seus fundos ao Rio de Janeiro, para maior segurança em face dos acontecimentos reinantes, por outro lado, ele percebeu que o tráfico de mercadorias não é muito intenso nesta região, pobre em geral, e cujas relações comerciais são bastante limitadas.’ [Página 268].

Considerações:

a) A independência assustou os comerciantes portugueses radicados na Ilha de Santa Catarina e preventivamente eles levaram seus estoques para o Rio de Janeiro de onde deveriam embarcar para Portugal. Santa Catarina que já não contava com muitos comerciantes ficou momentaneamente mais desfalcada ainda.

b) Essa debandada dos comerciantes portugueses de Desterro deve ter influenciado Agostinho Alves Ramos a vir para o Vale do Itajaí fixar residência, uma vez que sua esposa tem origem portuguesa. Podemos considerar a hipótese dele já ter este plano alinhavado e o processo da independência ajudou na decisão do casal. Sendo assim, é factível pensar que Agostinho Alves Ramos veio para Itajaí não apenas por ter a visão empreendedora, mas também para proteger sua esposa de constrangimentos em Desterro.

c) Também há a possibilidade de Agostinho ter vindo para Itajaí já em 1822, construindo sua casa e comércio, uma vez que em 1823 ele estava ativo no local.

d) Duperrey detectou a existência de um comércio no litoral. Já começa a surgir um sistema de trocas mercantis mais sofisticado tornando o projeto de Agostinho factível.

d) Devemos anotar, ninguém o faz, que em princípio temos Agostinho Alves Ramos, Alvim Mello e Drummond atuando no mesmo cenário: Desterro de 1819/1821. Deve ter ocorrido troca de informações entre eles. Os três estavam em Desterro tendo

contato direto com a região de Porto Belo/Camboriú/Itajaí. Eram informações práticas, obtidas *in loco* pelo intendente Miguel de Sousa Alvim e Mello, os caixeiros viajantes e representantes comerciais de Anacleto José Pereira, documentos oficiais do governo da Província.

e) A vinda de Agostinho Alves Ramos para Itajaí deve-se, portanto, a um somatório de fatores: clima desfavorável aos portugueses no processo de independência em Desterro; surgimento – incipiente, mas consistente – de uma economia de trocas de excedentes no litoral catarinense; acesso à propriedade de terras por preço acessível; conhecimento dos futuros projetos governamentais para a região através de informações privilegiadas; apoio logístico do capitalista Anacleto José Pereira; mentalidade empreendedora ...

Informação 2: ‘Antes de Frézier, Santa Catarina não passava, no princípio, de um valhacouto de vagabundos de diferentes partes do Brasil. Em 1740, a corte de Lisboa estabeleceu um governo regular, formando com as terras adjacentes do continente a província que leva seu nome, e que não passa de um desmembramento da província de São Paulo, cujos habitantes intrépidos compuseram-se nos seus primeiros colonizadores.’ [Página 277].

Considerações:

a) A realidade em Santa Catarina mudou drasticamente em questão de meio século. Santa Catarina não tinha comerciante e agora tinha muitos – que estavam assustados com a questão da independência, por serem portugueses natos.

b) A colonização açoriana mudou o perfil da população e propiciou novas lógicas em toda a Província. Inclusive, vai ocorrer um excedente populacional na Ilha de Santa Catarina, sugerindo a expansão da colonização para o continente.

Informação 3: ‘As costas apresentam uma enorme variedade de peixes excelentes, que nos fornecem em abundância os lagos, os rios e as margens da baía. Existe um que chama de ‘bagre’, motivo de um comércio lucrativo: pescam-no ordinariamente nos meses de novembro e dezembro, época em que ele vem em mantas numerosas se refugiar nas lagunas que se comunicam com o mar: conservam-no seco, expondo-o à ação dos raios solares; e, mesmo que exale, após este preparo, um odor de ranço muito desagradável, não deixa de ser um alimento muito apreciado pelos brasileiros. Exportam-no em barcos carregados aos portos vizinhos da Ilha.’ [Página 278].

Considerações:

a) Duperryre acusa a existência de um comércio no litoral de Santa Catarina, a partir de Desterro, com barcos levando o bagre escalado. Obviamente que junto se

levavam outras mercadorias. Está indicado aqui o sistema de comércio entre portos, via cabotagem de pequenas embarcações, que trouxe Agostinho Alves Ramos ao Rio Itajaí.

b) A pesca e preparo do bagre vai se constituir em uma importante indústria na florescente economia itajaiense. O bagre itajaiense era muito desejado no mercado do Rio de Janeiro. Juventino Linhares nos relata pescarias na foz do Rio Itajaí com cerco de milhares de bagres e que este produto era apreciado no Rio de Janeiro pelo ministro itajaiense Lauro Müller, já nas primeiras décadas do século XIX.

c) Talvez o viajante tenha estranhado a cor e cheiro do bagre escalado e posto ao sol porque tinha como referência o bacalhau, que era salgado e posto ao sol. Mas o sal era um produto raro e muito caro no Brasil, por tratar-se de um monopólio comercial. Então o processo de produção da combira [cambira / cumbira] se realizava, nos primórdios da nossa colonização, sem o uso do sal: peixe escalado ao sol apenas, numa variante que podemos chamar de frescal.

RENÉ PRIMEVÉRE LESSON

TEXTO: Voyage autour du monde entrepris par ordre du Gouvernement sur la corvette La Coquile ... (1838). IN: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina – relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: ACALESC, 1979. Páginas 283-293.

Informação 1: ‘A maior parte dos habitantes da Ilha de Santa Catarina, e mesmo os da terra firme, dedicam-se à pesca’ [Página 286].

Considerações:

a) A população trabalhava com essas opções: pesca e agricultura. Na safra de determinados alimentos ficava na agricultura, na entressafra partia para o mar atrás de peixes como tainha, bagre O maior desafio da pesca era justamente o alto preço do sal, cujo monopólio o encarecia. Não adiantava nada pescar em grande quantidade se não tinha como transformá-lo em cumbira ou frescal.

b) Entre as safras de determinados alimentos, sempre plantados apenas em quantidade para a subsistência da família, sem pretensões de comércio, e as safras de alguns peixes, como a tainha e o bagre, os habitantes locais davam a impressão de que realmente eram malandros e ociosos. Entender essa lógica da sazonalidade econômica

era complicado para quem já estava com a mentalidade inserida no contexto do capitalismo comercial.

Informação 2: ‘A agricultura colonial está ainda por surgir na província de Santa Catarina; os habitantes não procuram aumentar suas colheitas, uma vez que nenhum mercado externo lhes propõe oferta.’ [Página 291].

Considerações:

a) É nesta lógica que o grupo liderado pelo empresário Anacleto José Pereira vai intervir em Santa Catarina, incluindo nesse cenário Agostinho Alves Ramos. Vai-se comercializar entre portos, sistema de cabotagem, levando e trazendo produtos pelo sistema de troca ou compra e venda, dependendo da situação. O grupo cria o mercado.

CHARLES MAXIMILIANO LUIS VAN LEDE

TEXTO: 1843 - De la Colonisation au Brésil – Mémoire historique, descriptif, statistique et commercial sur – LA PROVINCE DE SAINTE CATHERINE – Bruxelles – A la Librairie Polytechnique d’Aug. Decq. – 1843. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí: uma cidade em busca do seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 27-31.

O texto foi copilado originalmente de: Os rios Itajaí Grande e Itajaí-Mirim descritos por van Lede. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Nº 03. Março de 1959. Páginas 41 a 45.

Informação 1: ‘Acha-se a embocadura do Itajaí Grande a 26° 54’ 41” de latitude; é facilmente reconhecido pela ponta do Itapocoroia, pela da Cabeçuda, pelo morro de Itajaí e ao longe pelo Baul, semelhante a um enorme cavaleiro que domina as cercanias. Infelizmente é sua embocadura obstruída pelas areias que, nas grandes enchentes, suas águas trazem em suspensão e depositam desde que diminui a velocidade de que são animadas, e seria perigoso tentar a entrada dêste rio com mais de dez pés de calado. Cuidadosamente sondámos a entrada dêste pôrto, e com maré baixa não achámos menos de duas braças e meia d’água. O canal não é difícil de distinguir, e temos a convicção de que êste pôrto poderia ser fácilmente melhorado.’ [Página 27-28].

Considerações:

a) Van Lede é um dos primeiros exploradores que efetivamente adentra a foz do Rio Itajaí Grande para estudá-lo com critérios científicos. No primeiro momento acusa o grande problema para os navegadores da costa catarinense que desejavam adentrar o

Itajaí Grande: enormes bancos de areia que mudam de lugar ao sabor das marés e grandes enchentes.

b) Esse é o principal motivo de muitos navegadores evitarem o local, preferindo afastar-se da costa a partir de Penha voltando para ela em direção a Porto Belo. Vimos esse relato, por exemplo, em Saint-Hilaire. Assim sendo, o Itajaí Grande, apesar de ser o maior rio da costa catarinense foi um dos últimos a ser efetivamente explorado e colonizado. Por isso o processo de colonização veio acompanhando o ritmo dos trabalhos realizados na Colônia Nova Ericeira a partir de Porto Belo seguindo o ‘Caminho do Meio’ em direção de Camboriú e depois as margens do Rio Itajaí Pequeno entre Itaipava e Taboleiro. Evitava-se a foz do Itajaí, preferindo as viagens por terra. Isso valia para quem saía de São Francisco e para quem saía de Desterro. Estes últimos geralmente vinham por mar até Porto Belo e de dali seguiam por terra até o Vale do Itajaí.

Informação 2: ‘A freguesia de Itajaí compõe-se de umas cinquenta casas dispersas pelas margens do rio, perto de sua foz e ao longo da praia. Tem uma igreja, alguns pequenos estaleiros; é sede dum juizado de paz e residência dum tenente-coronel da guarda nacional. Para estas duas autoridades tínhamos cartas do presidente, que nos apressámos em entregar (...) O Coronel Agostinho Alves Ramos acolheu-nos perfeitamente e pôs à nossa disposição um iatezinho no qual subimos o Itajaí Grande. Aproveitámos esta ocasião para levantar-lhe o curso, que não era conhecido, e para o sondar em todo seu desenvolvimento.’ [Página 28-29].

Considerações:

a) Van Lede confirma que é Agostinho Alves Ramos uma das poucas autoridades locais na nascente freguesia do Itajaí, que conta apenas com cinquenta casas às margens do Rio Itajaí Grande. E, o mais importante, é a pessoa que vai dar todo o apoio logístico para a expedição científica de Van Lede, a ponto de emprestar uma embarcação de sua propriedade.

b) Essa postura de Agostinho Alves Ramos é que lhe confere um lugar de destaque em todo o processo de colonização do Vale do Itajaí. Por isso é que não compreendemos porque seu nome não é destacado também nas histórias de Blumenau, Ilhota, Gaspar, Luis Alves e Brusque.

Informação 3: ‘Às seis horas, aportámos à margem direita do rio, onde se encontrava a última casa no Itajaí-Mirim. Manoel Custódio, seu proprietário, recebeu-nos da melhor maneira possível e ofereceu-nos tudo o que possuía; mas aceitámos apenas pernoitar em seu engenho de farinha de mandioca. Sua fazenda era para trás, numa elevação do

terreno, sua casa circundada de alguns cafeeiros, laranjeiras e algodoeiros, uma bela roça de mandioca, outra de milho e feijão, de cana de açúcar e de arroz, e no fundo, a mata virgem, da qual uns trinta hectares tinham sido abatidos e queimados, e que se alargava em hemicírculo ao redor da casa (...) No dia seguinte, levámos a nossa exploração até ao Taboleiro, já muito além das terras devolutas da Coroa (...).’ [Página 30-31].

Considerações:

a) As terras da região passam muito rapidamente das mãos de um proprietário para outro, retornando muitas delas como ‘devolutas’ as mãos da coroa. Van Lede atesta que havia muita terra devoluta às margens do Itajai Pequeno antes do Taboleiro, onde Drummond e Agostinho Alves Ramos tentaram criar colônias.

b) Importante observar que em todo o relato que promoveu dos dois rios nada foi destacado quanto às colônias Taboleiro, Belchior e Pocinho. É como se não existissem. Seria muito difícil para van Lede não acusar o fato de um desses lugares estar abrigando um arraial bem sucedido. Por isso, queremos crer que realmente as colônias pareceram a van Lede como simples ocupação de terra e não como um empreendimento merecedor de destaque. Se bem que a própria freguesia de Itajaí mereceu apenas algumas linhas, sem destaque, em todo o seu relatório. Parece que estava mais interessado em observar e destacar as terras não ocupadas, alvo de seu interesse colonizador.

LÉONCE AUBÉ

Léonce era professor da Escola Politécnica e de Minas de Paris além de oficial do exército francês quando, em 1844, foi designado para vir a Santa Catarina para reconhecer as terras que a princesa Francisca [depois Dona Francisca] ganhou de dote no casamento com o Príncipe de Joinville. Seus escritos foram publicados somente em 1861 no livro ‘La Province de Sainte-Catherine’, traduzido por José Jansen Ferreira.

TEXTO: La Province de Sainte-Catherine. José Hansen Ferreira. 1861. IN: Impressão de um viajante do século XX. Anuário de Itajaí 2010. Itajaí: FGML, 2010. Páginas 202-204.

Informação 1: ‘A embocadura do Rio Itajaí-Açu que se encontra algumas léguas ao Norte, forma um pequeno porto perfeitamente fechado, onde os navios estão em segurança, mas, para aí chegar, infelizmente, é necessário contornar o ‘banco’, coisa que não é sempre fácil destituída de perigo. A profundidade no local do banco não é

sempre a mesma e, em certas circunstâncias, não chega a 10 pés, e algumas rochas invisíveis que se encontram no meio, vêm ainda aumentar os perigos.’ [Página 202].

Considerações:

a) Ainda em 1844, com Itajaí já há muito sendo promovida à condição de freguesia ainda persistia a questão principal da foz do Rio Itajaí: os bancos de areia móveis. Esse é o grande motivo do atraso de nossa comunidade em relação a outros portos catarinenses.

b) A rocha que ele fala é aquela que dá continuidade ao Morro da Atalaia. Essa pedra foi sendo derrocada aos poucos, na medida em que iam aprofundando o canal de acesso ao Porto de Itajaí. No início do século XXI ainda se derrocou parte dessa pedra.

Informação 2: ‘Deixando o Itajaí, o caminho abandona de novo a praia e atravessa alguns pequenos montes não desbastados, com largura apenas suficiente para caminharem dois de frente, no meio de pedras enormes entre as quais o cavalo tem freqüentemente dificuldade para encontrar lugar onde pousar a pata, e pelos declives abruptos da natureza, pois nada foi suavizado e o único trabalho de engenharia foi abrir uma passagem com o sabre e o machado (...) Um pouco depois, uma hora mais ou menos, chega-se ao rio Camboriú que tem pouca largura e cujas águas são sempre calmas (...)’ [Página 204].

Considerações:

a) Leonce está atestando que o caminho entre Itajaí e Camboriú não passava de uma picada. Portanto, abre as portas para a tese de que o principal caminho entre essas duas comunidades era o conhecido ‘Caminho do Meio’ que tantos autores já falaram, passando longe do litoral pelo Rio do Meio em Camboriú e Itajaí.

b) Caso essa tese do ‘Caminho do Meio’ seja comprovada, fica evidenciado também que a colonização do Vale do Itajaí não ocorreu preponderantemente pelo litoral, mas por terras interiores que ligam Camboriú a Canhanduba, Itaipava, Taboleiro

...

NÍVEL ESTADUAL

Muitos historiadores, jornalistas, memorialistas, escritores deram contribuições interessantes para a história de Itajaí nos ajudando a compreender o processo que nossa comunidade estava envolvida à época de sua fundação. São autores que, a exemplo daqueles antes elencados em níveis internacional e nacional, ajudaram a coletar dados sobre nossa história ainda na sua gênese. Por serem textos elaborados em um momento de formação da história de Itajaí muitos dados são conflitantes, antagônicos e, até mesmo, vetores de informações deturpadas e/ou erradas sobre determinados fatos.

Muitos desses erros cometidos pelos autores em nível estadual foram repetidos à exaustão pelos nossos historiadores, memorialistas, articulistas ... ao longo de décadas. Daí a necessidade de identificar esses textos que serviram de referência para a argumentação dos outros estudiosos, indo à fonte do erro, para entendê-lo e, na medida do possível, confrontá-lo com informação mais exata. Todo esse esforço tem como objetivo identificar dados incorretos para não reproduzi-lo.

A ordem dos autores aqui selecionados não segue uma cronologia, mas tão-somente a ordem de leitura que realizamos.

FELICIANO NUNES PIRES

TEXTO 1: Relatório feito ao Conselho Geral da Província de Santa Catarina, na Sessão de 09 de Dezembro de 1833, pelo Presidente Feliciano Nunes Pires. IN: Relatório e fala no governo de Santa Catarina 1833-1835. São Paulo: Arquivo do Estado de SP; Florianópolis: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1985. Páginas 07-20.

Informação 1: ‘Temos na Província quinze Paroquias contempladas as de S. João Baptista da Laguna, e do S. S. Sacramento de Itajahi, cuja criação consta ter sido Sancionada; e temos também duas Capellas Curadas, a de s. Francisco de Paula em Canasvieiras, e a da Penha em Itapocoroi.’ [Página 11].

Considerações:

a) Esta fala é dirigida ao Conselho Geral da Província de Santa Catarina a 09 de dezembro de 1833.

b) O Conselho Geral da Província aprovou a petição dos moradores de elevar Itajahi à condição de freguesia a 12 de agosto de 1833, sendo sede do distrito com paróquia e circunscrição policial.

Informação 2: ‘À medida que a nossa agricultura se vai acanhando da parte da Ilha, onde além da falta de industria para aproveitar convenientemente as terras, se sente a escacez de lenha para o fabrico de generos preparados a fogo; ella tende a alargar-se para a terra firme; sendo assim que de tempos a esta parte os nossos lavradores sevão resolvendo a entranhar-se no sertão; para o que tem afluido hum grande numero delles a pedir concessão de terras ali: e não podendo ser deferidos com ella, eu lhes tenho facilitado o disfructarem em lavoura as terras que se achem devolutas, para adquirirem a ellas o direito que de sua occupação possa provir-lhes, ficando alias sujeitos ao que haja de ser competentemente determinado sobre a concessão, e distribuição de terras. Deste modo estão sendo aproveitadas muitas que alias jazerião improductivas: e deste aproveitamento deve resultar, além do augmento dos nossos productos o hirem-se afugentando os indomitos indigenas que dominão as matas, d’onde sahem frequentemente a fazer estragos, que tanto tem consternado os nossos pacificos lavradores.’ [Página 16].

Considerações:

a) A fala do governador aborda três pontos fundamentais para a colonização de Santa Catarina: o esgotamento das terras na Ilha de Santa Catarina; os silvícolas; o aumento populacional e a necessidade urgente da utilização de terras continentais para a agricultura, estabelecendo um fluxo migratório que chegará até o Litoral Centro-Norte.

b) O mais grave é observar que o próprio governador está confessando que estimula a invasão de terras devolutas sem a correspondente garantia pública de propriedade. Um fenômeno que vai ocorrer em toda Santa Catarina e por isso comprometer as estatísticas e dados oficiais sobre os moradores do Vale do Itajaí. Por não ter a posse oficial da terra muita gente simplesmente não existia para a administração pública. Era gente invisível aos olhos do Estado e por isso mesmo também tornou-se invisível aos olhos dos historiadores.

TEXTO 2: Fala do presidente da Província de Santa Catarina Feliciano Nunes Pires, em 1º de março de 1835, apresentado à Primeira Assembléia da mesma Província. IN: Relatório e fala no governo de Santa Catarina 1833-1835. São Paulo: Arquivo do Estado de SP; Florianópolis: Arquivo

Público do Estado de Santa Catarina, 1985. Páginas 07-20. Páginas 21 a 44.

Informação 1: ‘Pelo que toca a estradas, limitar-me-ei as que guão de huns a outros Municipios; d’ellas he aprincipal aquela à beira mar segue de S. Francisco para Porto Bello, São Miguel, S. Jozé até à laguna, e que serve de comunicação com as Províncias de São Paulo e Rio Grande do Sul; Esta estrada atravessando grandes morros, multiplicados rios, e tambem alguas varzeas alagadiças apresenta por isso hum transito incommodo e mal seguro: o seu melhoramento deve ser assas dispendiozo, como de pendente de calçadas, estivas, pontes e melhores embarcações do que as em uzo para passagem.’ [Página 28-29].

Considerações:

a) O caminho terrestre entre São Francisco e Laguna já existia em 1835. A comunicação entre Itajaí e Porto Belo, pelo litoral, estava incluída nessa estrada geral.

Informação 2: ‘Em quanto á navegação interior importa mencionar o Rio Itajahi que fertil e aprazivel em suas margens se offerece a embarcações de consideravel porte, e em diversas ramificações; hua memoria que sobre a importancia deste rio me derigio o prestimoso Cidadão Agostinho Alves Ramos, e que vos offereço em copia, me dispensa de extender-me sobre suas vantagens. Para poder-se porem tirar todo o partido que deste magestoso rio se pode derivar, he mister exploralo na maior possivel extensão de suas braças ou confluentes, especialmente d’aquale que com o nome de Itajahi Merim atravessa a estrada de Lages nas imediações do Trombudo. Se a fortuna deparar que elle se ache navegavel até ali ou perto, não hesito em assegurar-vos que a nossa Provincia em pouco tempo redobrará de importancia: por isso ousou tambem prometer-me que se a Assembleia assim o pensar não deixará de aprovar a quantia que com este objecto proponho no artigo de Despezas eventuaes.’ [Página 30-31].

Considerações:

a) Desde Drummond que a questão de uma estrada entre o litoral e Lages ganha condição de importância econômica e estratégica. Não é diferente na fala do governador, que pede dinheiro para colocar gente matto a dentro para explorar esse possível caminho Lages – Vale do Itajaí. Fica evidente que há um erro geográfico gritante na fala do governador, mas isso só se irá saber após as expedições que hora o governador está projetando dentro do orçamento da Província.

b) Agostinho Alves Ramos estava em Desterro fazendo propaganda do Vale do Itajaí. Como deputado provincial entregou relatório das potencialidades da região ao governador, que tomou a iniciativa de repassar aos demais deputados. Esse vai ser um trabalho contínuo de Agostinho – divulgar o Vale para atrair colonos e investidores.

Informação 3: ‘Como dados estatísticos, que poderão ser de algum uso nos trabalhos da Assembleia apresento também em nº 5 hum quadro dos movimentos dos portos da Cidade, Laguna, e São Francisco; e em nº 6 outro da importação e exportação dos mesmos portos: o 1º se vê que entrarão no anno findo 408 embarcações (...) além de que sahio da Laguna, São Francisco e Porto Bello.’ [Página 36].

Considerações:

a) O movimento de cargas no Porto de Itajaí em 1835 era praticamente inexistente, a ponto do governador não fazer qualquer referência na contabilidade da Província. O porto regional era Porto Belo.

Informação 4: ‘Pelo que respeita a Colonias, não se podendo negar que ellas devão ser vantajozas a hum paiz como o nosso em que há tanta falta de braços industriosos, e tendo nós na Colonia alemã hua prova de quanto elles são capazes; não se pode também escurecer que as colonizações por conta do Estado, sobre gravosa mal correspondem ao seu intuito, especialmente se ellas forem da gente europeia que falle a nossa linuga ou que nella possão facilmente fazerse entender. Exemplo temos na Colonia dos Ericeiros, que não custou pouco, e nos Canarios que aqui aportarão, e se deixarão ficar; nem huns nem outros se derão aos trabalhos para que se mandarão vir, ou que devião esperar segundo as profissões que se suppunhão ter em suas terras: todos, assim se pode diser, tornarão-se mascates ou taberneiros, industrias, de que certo não carecemos e as ainda que muito menos, e talves com menos máor effeitos, cito acontece também com outros estrangeiros.’ [Página 38].

Considerações:

a) O governador está defendendo a instalação de novas colônias, fazendo a ressalva de que o melhor seria fazê-las com europeus não portugueses. No seu levantamento sobre Nova Ericeira afirma que, por falarem português e terem facilidade em se comunicarem com os demais, aqueles que ganharam terra na Enseada das Garoupas logo se ocuparam de outras atividades longe daquelas propostas pela colonização.

b) Essa avaliação, negativa aos portugueses e favoráveis aos demais povos europeus, vai pesar na hora de se colonizar o Vale do Itajaí. A língua era um fator de confinamento territorial do agricultor.

Informação 5: ‘Pelo mesmo modo alguns outros estabelecimento se vão também fazendo no Itajahi , Cambriú e outros lugares; mas he notavel que nesta tendencia para aproveitar terrenos devolutos, com todas as vantagens que elles prometem, se não encontre hum cazal da parte da Ilha; o medo do Bugre, e a falta de meios para principiar novos estabelecimentos he o forte de suas objecções e os convites que se tem feito. Isto vem em apoio do que deixo refletido acerca da preferência nas despezas de colonização, e sobre a criação dos Pedestres, os quaes afora o indicado fim de repellis e afugentar o

gentio servirão também para descobrir situações que possam ser vantajosas para estabelecimento de Colonias quer de estrangeiros, quer de Nacionaes.’ [Página 40].

Considerações:

a) A questão do silvícola vai estar presente em todo o processo de ocupação das terras catarinenses pela civilização europeia. A presença do silvícola é um forte obstáculo à colonização do Vale do Itajaí. Por isso o governador está pedindo verba para colocar pedestres [soldados] nesses locais.

b) Interessante que o governador mostra outra utilidade para as entradas na mata pelas companhias de pedestres: encontrar oportunidade de investimento.

LUCAS ALEXANDRE BOITEUX

TEXTO 1: Ephemérides Catharinenses – 1500-1910. [...]: Escola Artífices, 1921.

Informação 1: ‘(...) Fallece o Coronel da Guarda Nacional Agostinho Alves Ramos, deputado provincial e um dos fundadores de Itajahy.’ [Página 66].

Considerações:

a) Lucas Boiteux deixa bem clara sua posição sobre a temática da fundação ao qualificar Agostinho Alves Como ‘um dos fundadores’ e não como ‘o fundador’.

b) Ele mantém essa posição em correspondências que estabelece com o historiador José Ferreira da Silva. Uma posição de dizer o que não é, sem dizer exatamente o que é, ou seja: Drummond não é o único fundador de Itajaí. José Ferreira da Silva, espertamente, utiliza essa lacuna deixada por Boiteux para afirmar em diversos textos que esse historiador renomado estava de acordo com sua tese de que Agostinho Alves é o legítimo fundador de Itajaí. Uma armadilha armada se prevalecendo de uma leitura parcial dos textos de Boiteux. Quando ele diz que José Ferreira tem razão, está se referindo ao fato de que Drummond nada fez ou pouco fez em Itajaí para merecer sozinho o título de fundador.

LIVRO 2: Pequena história catharinense – ilustrada. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1920.

Informação 1: ‘Portos e enseadas – conta a sua entretalhada costa quarenta e tantas articulações capazes de receber e abrigar grandes embarcações. A começar do norte, salientam-se: S. Francisco, Itapocoroy, Itajahy, Camboriú, Porto Bello, Caixa d’aço, Zimbros, Tijucas (...)’ [Página 23].

Considerações:

a) Esta característica geográfica é que colocou Santa Catarina como ponto estratégico entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, entre as pretensões portuguesas e espanholas.

b) Interessante perceber que Santa Catarina contava com inúmeros portos em condições de receber o sistema de navegação de cabotagem. Nossa região tinha Penha, Itajaí, Camboriú e Porto Belo. Acontece que os navios foram aumentando de tamanho e calado, fazendo gradativamente uma seleção. No final desse processo de depuração sobraram São Francisco, Itajaí, Laguna. Mas foram necessários séculos para que essa seleção apresentasse um resultado final. Mesmo assim, hoje assistimos o interesse de diversas empresas em construir novos terminais, como é o caso de Navegantes e Itapoá.

Informação 2: ‘(...) Em 1665 a villa de N. S. da Graça foi elevada a parochia (...) Continuava a villa a prosperar e a receber novos povoadores. A exploração das minas de Itapocú e Itajahy ia em progresso.’ [Página 60].

Considerações:

a) Lucas informa que estavam tirando ouro no Itajahy do século XVIII. Confirma, portanto, que João Dias de Arzão andava por essa região, já que é ele que sai de S. Francisco como faiscador. Mas não cita fontes ou mostra documentos.

Informação 3: ‘Outras vias de comunicação – em 1736 por ordem de el-rei foi mandada abrir uma estrada, pondo em comunicação S. Francisco com a Ilha de Santa Catharina.’ [Página 60].

Considerações:

a) Essa informação fornecida por Lucas Boiteux nos permite projetar que no tempo da Nova Ericeira e de Drummond já existia uma estrada ligando Porto Belo – Camboriú – Itajahy – São Francisco do Sul. A questão é identificar onde exatamente essa estrada passava e qual das três possibilidades ela representa nos dias atuais:

Rodovia Osvaldo Reis, BR-101, Rio do Meio. Inicialmente devemos dar mais crédito que esta estrada passava pelo Rio do Meio, justamente porque é essa estrada que liga Porto Belo – Camboriú – Itajaí nas terras que compreendemos como pertencentes às colônias Nova Ericeira e Itajaí-Mirim.

b) De qualquer forma, os outros caminhos também já existiam, como caminhos feitos secularmente pelos silvícolas e depois usados cotidianamente pelos colonos. A ideia é identificar apenas qual deles era o principal, aquele que ligava Itajaí ao sul e ao norte de Santa Catarina.

Informação 4: ‘Porto Bello – Por decreto de 18 de Março de 1818 o governo mandou fundar na enseada das Garoupas (Porto Bello), uma colonia de pescadores, vindos da Ericeira, em Portugal. Para ella foram encaminhadas, no anno seguinte, 101 pessoas de ambos os sexos. A póvoa tomou o nome de Nova Ericeira. Decahi u em pouco tempo, pelo abandono dos colonos.’ [Página 96].

Considerações:

a) Nem todos os colonos deixaram suas terras. Outros colonos já estavam no local. Muitos outros colonos invadiram as terras abandonadas pelos Ericeiros e voltaram a produzir nelas. Então, fica difícil de defender a ideia de Lucas atribuindo somente aos colonos o fracasso da Nova Ericeira.

b) Nova Ericeira foi o primeiro projeto de colonia em Santa Catarina e um dos primeiros do próprio governo brasileiro. Antes, os açorianos vindos para Santa Catarina foram trazidos à Ilha de Santa Catarina com o único objetivo de ocupar a terra, sem projeto colonizador centralizado, sem administração do empreendimento como um todo.

TEXTO 3: Os primeiros moradores do Itajaí. Lucas Alexandre Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 3, janeiro de 1958, págs. 47-51. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018.

Informação 1: ‘**João Dias de Arzão** – (...) Quando, por 1655, o Capm. Manuel Lourenço de Andrade, com poderes do marquês de Cascais, veio fundar a vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul, entre outras sesmarias, concedeu a João Dias de Arzão uma na zona da lagoa de Acarahy. (...) Por 1680-81 exerceu êle o cargo de Juiz ordinário da Câmara da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco.’ [Página 72].

Considerações:

a) Importante salientar que Lucas Boiteux afirma que João Dias de Arzão era integrante da bandeira de Manuel Lourenço de Andrade e requereu terras no Icaray e não no Itajaí.

b) O João Dias de Arzão a qual Lucas faz referência está atuando no cenário de São Francisco do Sul do século XVII [1600]. Como ele chegou em 1655, requereu terras em Acarahy – onde existe um morro com o nome de ‘Morro do João Dias’ -, foi juiz ordinário no período próximo a 1680-1681; fica difícil de acreditar que estivesse às margens do Rio Itajaí Grande, faiscando ouro, por volta de 1658 como afirmam alguns historiadores.

c) De qualquer forma a história é factível. João Dias pode efetivamente ter se aventurado no Vale do Itajaí entre 1658 e 1680. Não há provas afirmando ou mentindo tal assertiva. Portanto, é crível, e deve ser alvo de novos estudos.

d) O historiador de São Francisco do Sul, Luis Gualberto, que foi um dos primeiros a afirmar que João Dias de Arzão tinha requerido sesmaria no Itajaí, por volta de 1658, retrocedeu em sua afirmação em carta que escreveu ao historiador Carlos da Costa Pereira que, por sua vez, já havia reproduzido a informação errada em seu livro. Esses dois historiadores serviram de referência para muitos historiadores itajaienses desde Marcos Konder.

e) Portanto, há de se refazer toda a trajetória da família Arzão, para entender melhor a história dos Arzão no Vale do Itajaí.

Informação 2: ‘Mais tarde encontramos outro **João Dias de Arzão** casado com Maria do Rosário, com os seguintes filhos que achamos: (...) 1 – **Pedro Dias de Arzão**, natural de São Francisco, casado a 10 de junho de 1810 com Leonor Francisca Xavier, filha de Manuel de Souza Rêgo e Ana Francisca, viúva de Marcelino José Martins. (...) 2 – **Luiz Dias Arzão** com uma propriedade à montante do “Pocinho” à margem esquerda do Itajaí.’ [Página 72].

a) É certo que membros da família Arzão habitaram as margens do Rio Itajaí Grande. Temos pelos menos dois mapas de sesmarias que afirmam isto. Um deles, datado de 1791, foi publicado no livro ‘Itajaí’ de Silveira Júnior em 1972. O outro mapa tenho em minha coleção mas não consigo definir a data. Terá de passar por uma perícia.

b) Como o mapa acusando a sesmaria de João Dias de Arzão defronte à Barra do Rio Itajaí-Mirim, margem esquerda, é datado de 1791, tudo indica tratar-se do segundo João Dias [1800], porque seu filho era proprietário no Pocinho.

c) Se temos um João Dias de Arzão proprietário de terras em 1791 e Luiz Dias de Arzão, seu filho, proprietário de terras por volta de 1810, temos elementos para concentrar nossas pesquisas mais nesse segundo João Dias.

d) Se as pesquisas apontarem para esta hipótese, João Dias de Arzão e/ou Matheus Dias de Arzão acharam ouro no Monte Tayó próximo a 1800 e não em 1600.

e) Agora, com os novos mecanismos de pesquisa genealógica que encontramos na internet vai ser uma questão de tempo encontrar o verdadeiro João Dias de Arzão.

Informação 3: ‘Vimos ainda, em 1794, **Matias Dias de Arzão** ser aquinhoadado com uma sesmaria em **Itajaí**. Refere o Dr. Gualberto que um **Mateus** (seria o Matias?) **de Arzão**, sertanista, havia extraído ouro do morro do Tayó; e que, em 1829, a Câmara de Destêro informava ao govêrno provincial de que o dito Arzão tirara ouro de muito boa qualidade no referido morro’ [Página 72].

Considerações:

a) Novamente uma grande confusão quanto aos nomes de membros da família Arzão. Aqui Mathias aparece também como Mateus.

b) Independente da confusão entre Matias e Mateus, temos esse personagem histórico situado no século XIX [1800], retirando ouro no lendário Monte Tayó, fato que muitas vezes é atribuído ao próprio João Dias de Arzão – o primeiro – ainda por volta de 1658.

c) Diante de todas essas contradições que encontramos nos nossos primeiros historiadores sugerimos que as informações acerca de João Dias de Arzão sejam reproduzidas sempre fazendo-se as devidas ressalvas. Indicando fontes e apontando as contradições encontradas.

Informação 4: ‘Paulo J. Miguel de Brito, em sua preciosa “Memória política” (1816) ao referir-se a Itajaí, escreveu que o fundeadouro do pôrto “é defronte de uma **Fazenda** de lavoura, chamada do **Arzão**, única que com casa ali se encontra”.’ [Página 73].

Considerações:

a) É fácil perceber que Paulo José Miguel de Brito não está se referindo à fazenda da foz do Rio Itajaí Grande de propriedade de Alexandre José Azeredo Leão Coutinho. Isto porque ele faz referência a um local de parada de navios defronte da fazenda – ora isso nos remete ao outro lado do rio. Quem tinha terras na margem esquerda de frente para um porto era justamente João Dias de Arzão, cuja propriedade

ficava na margem esquerda de frente para a ‘Barra do Rio’ Itajaí-Mirim que ficava na margem direita – onde teremos Itajaí.

b) Muitas pessoas leram de forma equivocada a informação de Paulo Miguel de Brito, entendendo que ele fazia referência à ‘barra do rio’ como sinônimo de ‘foz do rio’. Mas até muito tempo essas duas coisas eram bem distintas em se tratando de referência geográfica no Rio Itajaí Grande. Ao se falar ‘barra’ a referência era a foz do Itajaí Pequeno; ao se falar ‘foz’ ou ‘entrada’ a referência era o Itajaí Grande. Essa situação só foi mudada, e gradativamente, na medida que as empresas responsáveis pelo comércio operado pelo sistema de cabotagem começaram a trazer muitos navios para dentro do Itajaí Grande e instalar portos particulares à sua margem direita, mais próximo do Estaleiro – atual Praça Vidal Ramos.

Informação 5: ‘Alexandre José Azeredo Leão Coutinho (...) Em 1793 alcançou uma sesmaria no **Itajaí**, onde estabeleceu uma fazenda (...) casou pela 2ª vez com D. Felícia Alexandrina Azeredo Leão Coutinho (...). O Tenente-coronel Alexandre J. A. Leão Coutinho faleceu com a idade de 64 anos, a 8 de outubro de 1815.’ [Página 73].

Considerações:

a) O historiador fala que Alexandre ‘estabeleceu uma fazenda’ e não que deu continuidade à uma fazenda ali já iniciada por um Arzão. Parece claro que Alexandre é o pioneiro da ‘Fazenda’ e que sua mulher deu continuidade aos trabalhos ao viubar.

b) Alexandre faleceu em 1815, portanto cinco anos antes de Drummond chegar a Itajaí.

c) Tudo nos leva a crer que efetivamente a família Arzão não teve propriedade sobre a sesmaria que deu origem ao nome Fazenda. Mesmo porque, as terras dos Arzão sempre são referidas como localizada na ‘Barra do Rio’ enquanto a localidade das terras de Alexandre são referidas como Fazenda ou na foz do Rio Itajaí.

d) De qualquer forma, a pesquisa sobre essa questão deve continuar. Muitos equívocos na história de Itajaí estão diretamente associados a pequenas contradições como essas sobre a propriedade da Fazenda. Eliminar um por um desses pequenos equívocos é de fundamental importância para que um pesquisador no futuro possa compor a História Geral de Itajaí livre de qualquer erro ou contradição. Até lá, teremos de conviver com eles.

Informação 6: ‘Dos dois casamentos nasceram: [...] **João**. Estabelecido em Pedra de Amolar, defronte da Ilhota à margem esquerda do Itajaí. [...] **Domingos de Azeredo Leão Coutinho**, morador na “Volta-grande”, à margem esquerda do rio Itajaí.’ [Página 74].

Considerações:

a) Alexandre e Felícia conseguiram implantar uma grande fazenda produtiva na foz do Rio Itajaí, margem direita, a partir de 1793. Eram terras limítrofes com o que consideramos atualmente ‘marco zero’ de Itajaí, a localidade de Estaleiro. O casal foi grande estimulador da exploração e colonização do Vale já que seus dois filhos são proprietários de grande quantidade de terra em Pedra de Amolar e Volta Grande.

b) Diante de todas essas informações por que até hoje ninguém levantou a hipótese de ser Alexandre e Felícia fundadores de Itajaí? Deles temos provas de que colonizaram e tornaram produtivas, por longo período, terras na foz do Rio Itajaí Grande que deram origem a parte substancial do perímetro urbano de Itajaí.

c) Percebemos que todos os critérios utilizados para guindar Drummond à condição de fundador de Itajaí também encontramos plenamente satisfeitos no casal Alexandre e Felícia, com um detalhe importante a mais: as terras da família ficavam, todas, às margens do Itajaí Grande e uma delas, a Fazenda, limítrofe com o que consideramos nosso ‘marco zero’.

LIVRO 4: Itajaí: De fazenda à cidade I. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 6, abril de 1958. Páginas 115-117. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018.

Informação 1: ‘El Rei N. S. Ho servido que Vmce. vá se apresentar a João Vieira Tovar Albuquerque, Governador de Santa Catharina, para tomar posse d’huãs Terras para o mesmo Senhor junto ao Rio Tajahy-mirim, a fim de nelas formar hum Estabelecimento segundo a direcção que lhe ha de dar o mesmo Governador, na forma das Instruções que serão a este dadas por esta Secretaria d’Estado dos Negocios do Reino. O que participo a Vmce. para que assim se execute. Ds. Ge. a Vmce. Paço em 5 de fevereiro de 1820’ [Página 92].

Considerações:

a) Esta é a íntegra do Aviso Real que Drummond entregou em mãos do governador Tovar a 14 de fevereiro de 1820.

b) Percebe-se que o ministro Tomás não fala em colônia mas tão-somente em ‘estabelecimento’ e ‘segundo direção que lhe ha de dar o mesmo governador’.

c) Queremos crer que, pelo menos na vinda de Drummond à Itajaí, a ideia era dar continuidade ao processo que já estava ocorrendo entre Porto Belo e Camboriú com a Colônia Nova Ericeira pelas mãos do Intendente da Marinha Miguel de Souza Mello e Alvim. Talvez até reanimá-la já que estava dando sinais de pouco desenvolvimento até aquela data. Abrir uma nova frente de trabalho, talvez mais próspera por conta de terras às margens de rio e em área mais plana ‘taboleiro’.

d) Abrir nova frente de colonização poderia salvar todo o projeto desenvolvido entre Porto Belo e Camboriú. Algo parecido ocorreu com a Colônia de São Pedro de Alcântara com os alemães insatisfeitos com as terras recebidas migrando por vasta região chegando até mesmo ao Vale do Itajaí. As duas colônias poderiam ter sofrido readequações planejadas ou forçadas pelas circunstâncias sofridas pelos colonos.

TEXTO 5: Itajaí: De fazenda à cidade II. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 7, maio de 1958. Páginas 128-132. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018.

Informação 1: ‘Em o primeiro quartel do século XIX, procedente do Destêrro (Florianópolis) – segundo as memórias de J. M. da Costa Rodrigues – estabeleceu-se “no território do rio de Itajaí, o coronel da legião da Guarda nacional, Agostinho Alves Ramos, onde edificou um grande prédio e concorreu para a construção da primeira Capela que se fêz de pau a pique, barreada, próxima à casa de residência em a qual tinha negócio, e sua mulher, padaria. Era o único negociante do lugar, e comprador de todos os gêneros e madeiras que o povo serrava a braços. Obtivera do govêrno várias concessões de terras; era o carregador dos barcos do major Anacleto José Pereira (negociante de Destêrro); diretor das colônias que o govêrno mandou estabelecer, cujas terras tinha autorização de passar títulos; era diretor das obras públicas, pontes e estradas; fornecedor de tudo que era preciso no lugar; administrou a primeira Capela, bem como a segunda, por ter caído a primeira. A pedra da segunda Capela, que presentemente serve de matriz, êle a mandou tirar da sua fazenda no rio da Conceição, onde também tinha olaria, e também boas madeiras, sendo a nova Capela construída pelo material por êle fornecido e bem vendido”.’ [Página 94].

Considerações:

a) As memórias de José Mendes da Costa Rodrigues estão desaparecidas. Uns garantem que seus alfarrábios estão guardados em uma coleção particular em Blumenau. Em visita recente, 2018, ao Arquivo de Blumenau tivemos a confirmação

dessa notícia por parte de funcionário graduado da instituição. Quem sabe um dia esses escritos surgem novamente a público e os historiadores poderão colocar os olhos sobre os mesmos.

b) José Mendes presta um detalhado relatório sobre as atividades de Agostinho Alves Ramos e é dessa fonte que a maioria dos historiadores vai se servir para escrever sobre os primeiros anos de Agostinho em Desterro e Itajaí.

c) Não é correto dizer que Agostinho era o único comerciante quando chegou a Itajaí entre 1823 e 1824. Também podemos questionar a data da chegada dele em Itajaí. Nós queremos crer que ele chegou antes, 1821 ou 1822, fugindo dos problemas oferecidos aos comerciantes portugueses na Desterro devido ao processo de independência do Brasil.

d) Interessante observar que ele mandou construir a primeira capela próxima à sua casa. A capela já estava pronta em 1824, logo a sua residência devia estar pronta antes, e era uma grande residência de pedra. Uma construção dessas demanda mais tempo para ser erguida.

e) José Mendes passa uma informação interessante: Agostinho vendeu o material que forneceu para a construção da segunda capela. Por isso, aí já temos o indício de que a comunidade estava organizada em torno da ideia de curato. Um grupo colocou a mão no bolso para construir a capela e estabelecer o curato a 31 de março de 1824.

Informação 2: ‘Dom José Caetano da Silva Coutinho, por mcê de Deus e da Santa Sé APCA., Bispo do Rio de Janeiro, Capelão Mor de Sua Mag. Imperial, do seu Conselho e Presidente da Mesa da Consciencia e Ordem, etc. Aos q. a presente Nossa provisam virem Saúde e Benção. Fazemos saber que atendendo Nòs a suficiencia e bom procedimento do Rev. Pe. Frei Pedro Antonio Agote, Religioso Franciscano, Havemos por bem de o prover, como pela presente Nossa Provisam o provemos e enquanto não mandarmos o contrario em a Ocupação de Capelão curado no Districto de Itajahy que comprehende todos os moradores entre o Rio Gravatá do Norte e o Rio Camboriu do Sul a qual Occupação servirá bem e fielmente como convem ao serviço de Deus e bem das almas dos moradores do mencionado districto, administrando-lhes os Sacramentos e absolvendo-os de todos os pecados excepto dos reservados, actuaes, voluntarios concubinatos e occações (?) proximas, fazendo Estações, ensinando a doutrina christá principalmente aos pequenos e pessoas rudes que necessitarem de a saber e muito lhe encarregamos a boa direcção das almas dos moradores do districto, do que dará contas a Deus Nosso Senhor e na dita Occupação perceberá os fructos da ... e pé de Altar segundo o costume do Bispado além da Congrua em que convencionar com o povo e todos os mais prões e percalços que diretamente lhe pertencerem e lhe concedemos mais a facilidade de poder benzer na forma do Ritual Cemitérios e uma Capela do Smo. Sacramento logo que estiver acabada e em termos de se celebrar o St.º Sacrifício da missa, authorizando-o para celebrar entretanto no oratório particular que lhe parecer

decente. E mandamos a todos os moradores do referido districto reconheção ao dito Pe. Frei Pedro Antonio Agôte por seu Capellão curado e como tal o estimem, obedição e bem o tratem em tudo quanto são obrigados e para que inteiramente assim se observe a publicará em a primeira Dominga ou dia festivo aos seus Aplicados; e será apresentada ao Revdo. Vigário da Vara respectiva para a fazer cumprir e registrar. Dada nesta leal e heroica cidade do Rio de Janeiro sob o Nosso Sinal e Sello da N. Chanc.a, aos trinta e hum de Março de mil oitocentos e vinte e quatro. E eu Padre Francisco dos Santos Pinto, Escrivão da Camara Episcopal a subscrevi. – J. Bispo do Rio de Janeiro, Capellão Mor”. [...]

REgda. a fl. 46 do L. das Provisões

Rio 31 de Março de 1824. Gonzvez.

“Provisão que V. Exca. Revma. ha por bem prover ao Rdo. Pe. Frei Pedro Agôte na Occupação de Capellão Curado no districto de Itajahy na forma acima. Para V. Exca. ver. Cumpra-se e registre-se. Itapocoroy 20 de Julho de 1824.” [Página 95-96].

Considerações:

- a) Em todo o texto Itajaí é referida como Distrito.
- b) O documento foi recebido em Itapocoroi e não em São Francisco do Sul.
- c) O curato de Itajaí ficava estabelecido com o território compreendido entre a margem sul do Rio Gravatá e a margem norte do Rio Camboriú. Esse é o primeiro território da nascente Itajaí.

Informação 3: ‘Dizemos nós a Baixo assignados com huma cruz que he o Signal de que uzamos José Coêlho da Rocha e minha mulher Maria Coêlho da Rocha que somos senhores e possuidores de trinta 30 Braças de terras de Frente com cecenta 60 braças de fundos sites neste Rio de Itajahy Grande no Logar Chamado Esteleiro (...) cujas terras fazem a Leste no dito Rio as frentes os fundos ao Oeste com terras da nossa propriedade. Extremão pelo Sul com terra de Agostinho Alves Ramos e pelo Norte ainda com terras de Nossa propriedade cujas terras assim confrontadas fazemos Doação no valor de trinta mil reis ao Santissimo Sacramento para nellas ser feita sua Capella e hum cemiterio Com condição de se nos dar à sepultura e fazer noço Bem d’alma cuja Doação fazemos por muita nossa Livre vontade e sem Constrangimento de pessoa Alguma. E pedimos o Senhor Bento José da Costa qui este por nós fizesse. Assignando como testemunhas e Nós assignamos com o nosso signal que é uma Cruz. Rio de Itajahy 2 de abril de 1824. José Coêlho + da Rocha – Maria Coêlho + da Rocha. Como testemunha que este fiz por ser pedido pellos ditos Senhores – Bento José da Costa. – Como testemunha que lhe este vi fazer – Germano José da Silva’ [Página 96-97].

Considerações:

- a) O documento usa como referência geográfica Rio de Itajahy, nem Itajahy, nem Foz do Rio Itajahy. A localidade em que fica a propriedade é ‘esteleiro’ ou ‘estaleiro’ conforme vimos em diversos outros documentos.

b) Por ter sido estabelecido o curato a partir da construção da igreja é que ali ficou convencionado ser o ‘marco zero’ de Itajaí. Mas, ao confirmarmos ser ali no ‘estaleiro’ no ‘Rio de Itajahy’ o marco zero, finda qualquer discussão sobre a fundação de Itajaí por João Dias de Arzão, Vasconcelos de Drummond e outros. O marco zero estabelece que a fundação de Itajaí dá-se em alguma data ou feito relacionados com a instalação do curato.

c) Como o ‘marco zero’ da cidade está estabelecido na Praça Vidal Ramos, o antigo ‘Estaleiro’, a nossa proposta de considerar a data de 05 de janeiro de 1824 como data de fundação de Itajaí continua válida, porque é a data da assinatura da petição dos moradores para constituir justamente esse curato.

d) Prevalecendo a tese de que Drummond é o fundador de Itajaí o ‘marco zero’ tem de ser deslocado para o ‘Taboleiro’ entre a Rodovia Antônio Heil e as margens do Rio Itajaí-Mirim.

e) Prevalecendo a tese de que João Dias de Arzão é o fundador de Itajaí o ‘marco zero’ tem de ser deslocado para terras hoje pertencentes ao município de Navegantes defronte à ‘Barra do Rio’ na foz do Rio Itajaí-Mirim.

f) Prevalecendo a tese de que o casal Alexandre Coutinho e Felícia é o fundador de Itajaí o ‘marco zero’ tem de ser deslocado para o ‘Bairro Fazenda’ às margens da Rodovia Osvaldo Reis onde ficava a sede da fazenda.

Informação 4: ‘Illms. Snrs. Presidente e membros do Conselho Geral da Provincia: (...) A Câmara Municipal da Villa da Graça desta Província de Santa Catharina, satisfazendo o seu dever na parte que lhe toca de promover quanto possa o bem e felicidade dos povos do seu Municipio, vem com todo o devido respeito ante ao Illm^o Conselho Geral da Provincia apresentar uma Representação dos habitantes da Capela Curada do SS. Sacramento e N.^a S.^a da Conceição do Rio d’Itajahy como lhe he pedido para o fim de obterem a graça de erigir em Freguezia a dita Capela, provida pelo Estado com a merecida congrua, o que tudo bem expende a mesma representação e officio do respectivo Juiz de Paz que acompanha. A mesma Camara ao tempo em que assim oferece as supplicas d’aqueles moradores não pode também deixar de referir ao Illm.^o Conselho Geral quão justa por que os Povos mencionados, com seu trabalho, com sua deligencia, sem mais algum auxilio edificaram a Capela actual; buscarão seu Cura d’almas a quem pagavão em quanto podião, edificarão seus prédios urbanos no lugar detalhado, que já oferecem muito bonita perspectiva, egindo séria contemplação sua População e Lavoura teem muito aumentado; necessária por que o mercado Rio de Itajahy por sua riqueza e extensão pode ser já huma Freguezia, e no futuro huma vila, que muito interessará a Provincia e ao Estado. Digne-se pois o Illm.^o Conselho Geral de tomar com o merecido acolhimento a presente informação, e de resolver com a justiça que costuma. Paço da Camara em sessão (sic) extraordinária de 19 de janeiro de 1833, etc., etc.’ [Página 97].

Considerações:

a) A Câmara de São Francisco não só aceita gestionar favorável ao pleito dos moradores de Itajaí de tornarem o curato uma freguesia como ainda indica da possibilidade de um futuro próximo Itajaí se tornar uma vila, coisa que Porto Belo vai fazer de tudo para impedir, como podemos constatar em outros documentos.

b) Documentos apresentados por Lucas Boiteux evidenciam que todo o esforço foi realizado por Agostinho Alves que fez a ligação entre a comunidade de Itajaí com a Câmara de São Francisco do Sul e o governo em Desterro.

WALTER F. PIAZZA

TEXTO 1: A modernização e as elites emergentes: a contribuição alemã. Separata da revista Blumenau em Cadernos. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1975.

Informação 1: ‘(...) nas vésperas da Independência, o Intendente de Marinha, Miguel de Souza Mello e Alvim, foi incumbido de instalar, pelo Ministro Thomaz Antônio de Vilanova Portugal, pelo Decreto de 18 de março de 1818, com pescadores, na Enseada das Garoupas (...) a colônia ‘Nova Ericeira’, dispendendo o govêrno, com a aquisição de terrenos e construção de casas, Rs. 5:383\$458, e ali, inicialmente, se instalaram 101 pessoas, de ambos os sexos.’ [Página 05].

Considerações:

a) Na verdade bem poucos desses ericeiros tinham como atividade profissional a pesca. Eis um dos graves problemas para a consolidação da colônia como um empreendimento pesqueiro. Ericeira era uma vila com atividade pesqueira acentuada, mas quem migrou para o Brasil não tinha, obrigatoriamente, o conhecimento e a prática da pesca.

Informação 2: ‘Pela Provisão régia de 8 de abril de 1823 é autorizado o governo da Província de Santa Catarina a conceder sesmarias de um quarto de légua quadrada aos colonos residentes nessa província, e a todas as mais pessoas que estiverem em circunstâncias de poderem fazer estabelecimentos rurais. É o primeiro Governo Provincial a iniciar no Brasil, um programa de imigração – e até 1840, o único.’ [Página 05].

Considerações:

a) Lucas atesta algo importante sobre as colônias catarinenses: o pioneirismo em muitas ações de governo quanto à colonização. Gastou-se muito dinheiro para se obter resultados muito pouco auspiciosos. As práticas governamentais foram mudando de acordo com o aprendizado, culminando com os sucessos obtidos nas colônias formadas meio séculos depois.

Informação 3: ‘(...) Neste ano tem início a colônia São Pedro de Alcântara, com elementos germânicos (...) Essas condições fizeram com que, em 1837, colonizadores de São Pedro de Alcântara saíssem à procura de novas terras e no vale do Cubatão fixassem a colônia Vargem Grande, como irão, mais tarde, migrar para outras áreas da então Província de Santa Catarina, seja ao longo do vale do Itajaí, seja na colônia Dona Francisca (...).’ [Página 05].

Considerações:

a) A exemplo do que ocorreu com os açorianos da Ilha de Santa Catarina – que promoveram fluxo migratório devido ao esgotamento da terra e aglomerado populacional – as condições da terra em São Pedro de Alcântara obrigou os colonos alemães a buscarem melhores terras ainda em Santa Catarina. Agostinho Alves Ramos aproveitou essa oportunidade e trouxe alguns alemães para as margens do Rio Itajaí, inclusive o pai de Lauro Severiano Müller.

Informação 4: ‘(...) o Ato Adicional à Constituição, promulgado em 1834, autorizara as Províncias a fundar estabelecimentos colonizadores (...). Quase simultaneamente, por força da lei Provincial nº 11, de 5 de maio de 1835, fundam-se duas colônias, cada uma com dois arraiais, no baixo curso do rio Itajaí-açu e Itajaí-mirim, em sua planície aluvial – o são Pocinho e Taboleiro (...) Por esse tempo a Lei Provincial nº 49, de 15 de junho de 1836, permitia a colonização por firmas comerciais ou companhias particulares, tanto nacionais, como estrangeiras, apesar de caber tal iniciativa ao Governo Imperial e a Lei Provincial nº 79, de 2 de maio de 1837, também estabelece disposição sobre colonização.’ [Página 06].

Considerações:

a) Em resumo: tudo estava sendo feito como um grande experimento. Ninguém tinha experiência suficiente para dizer o que podia, e o que não podia, dar certo. Há até um bate-cabeças entre os legisladores provinciais e nacionais já que algumas leis catarinenses extrapolaram competências.

Informação 5: ‘O Governo Imperial, pela Decisão de 21 de julho de 1837, vai informar ao Governo da província de Santa Catarina que a Assembléia Provincial tinha excedido

sua autoridade quando concedeu terras públicas para estabelecimentos colonizadores e tem-se presente que nenhum esforço foi efetuado para recobrar as terras que tinham sido dadas, mas, o programa provincial de colonização foi suspenso por este ano.’ [Página 06].

Considerações:

a) O governo continuou com sua prática de distribuir terra porque não tinha outra alternativa. Havia um excesso populacional na Ilha de Santa Catarina, falta de insumos básicos e estagnação econômica para a maioria da população. Por outro lado, a maior parte da Província continuava em situação de ‘caos primitivo’.

b) Muitas terras foram ocupadas no Vale do Itajaí por grileiros, posseiros, sesmeiros, jornaleiros, adventícios, faiscaidores Essa gente não aparecia nos documentos oficiais do governo, mas estava ali derrubando a mata, plantando, cortando árvore e fazendo madeira, construindo barcos ... gente invisível aos olhos da burocracia estatal, assim como fora os silvícolas ao longo desses três séculos de colonização.

TEXTO 2: A colonização de Santa Catarina. 3ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

Informação 1: ‘No início de 1820, poucos eram os ericeiros que estavam contentes em seus estabelecimentos, assim sendo o Intendente Mello e Alvim enfrentava dificuldades no tocante à medição de terras aos novos casais recém-chegados, pela irregularidade dos terrenos, com diferentes metragens de frente (...) Por falta de terrenos, nove dos colonos novos foram acomodados em espaço devoluto na encosta do morro dos Bobos, a mais de 2,5 km da povoação, enquanto que sete ficaram com terras na praia a oeste da Enseada das Garoupas e os outros dois no rio Camboriú (...)’ [Página 90-91].

Considerações:

a) A Colônia Nova Ericeira distribuiu terras entre Bombinhas e Camboriú, mas como ocorre em todo grupo de imigrantes/migrantes uma parcela descontente sempre acaba saindo do núcleo central do projeto procurando terras em melhores condições. Assim como a Colônia São Pedro de Alcântara forneceu agricultores alemães para a colonização do Vale do Itajaí, a Colônia Nova Ericeira também espalhou colonos por uma vasta região, possivelmente até Penha.

b) É factível pensar que a colônia criada por Drummond às margens do Rio Itajaí-mirim seja contígua a esta, sendo considerada por Miguel de Souza Mello e Alvim como uma continuação do mesmo projeto colonizador.

c) Como sabemos Drummond teve acesso às suas terras pelo Caminho do Meio, passando por Porto Belo e Camboriú. Esse caminho foi sendo ocupado aos poucos, avançando em direção ao Itajaí-Mirim e se espalhando pelas localidades da Canhanduba em direção a Brusque, sempre formando novas colônias gradativamente.

Informação 2: ‘Em 1824, a Colônia foi elevada à freguesia com a chegada de novos colonos e a José Maria Pinto coube a compra de novos terrenos, sendo ereta a vila com o nome de Porto Belo, pelo Decreto Imperial de 13 de outubro de 1832, e a 03 de dezembro do mesmo ano de 1832 foi criado o município de Porto Belo (...)’ [Página 93].

Considerações:

a) A colonização de Porto Belo foi intensificada com o projeto da Colônia Nova Ericeira, mas não iniciou ali e não parou ali. Em 1824, quando Drummond já tinha partido para o Rio de Janeiro e o novo protagonista da colonização do Vale do Itajaí era Agostinho Alves Ramos ainda ocorria distribuição de terras a partir de Porto Belo.

b) Uma armadilha que muitos historiadores se deixam cair é quanto à localização das terras por conta da expressão ‘em Porto Belo’ ou ‘de Porto Belo’. Acontece que as terras de Porto Belo não se limitavam a Porto Belo que conhecemos nos dias de hoje, mas, dependendo da época, abrange terras de Tijucas a Penha. Então quando se diz que em 1824 ainda estava se distribuindo terras ‘em Porto Belo’ isso poderia estar ocorrendo aqui no Vale do Itajaí, Tijucas ou Brusque nesse ponto, todo cuidado é pouco.

c) Por último nos resta uma reflexão sobre a visível omissão de Walter Piazza a cerca dos feitos de Drummond no Itajaí-Mirim. Ao se propor escrever um livro sobre a história da colonização em Santa Catarina é de se pensar dos motivos dessa lacuna. Não tinha dados suficientes? Não considerou importante o que foi feito por Drummond? Considerou a colônia do Itajaí Mirim continuidade da Colônia Nova Ericeira? O certo é que ele simplesmente não fala de Drummond e sua colônia.

CRISPIM MIRA

TEXTO: Terra Catharinense. Florianópolis: Livraria Moderna, 1920.

Informação 1: ‘Itajahy (...) Tem certa importancia, nesta cidade, a industria de carpintaria de ribeira, gozando de bôa fama os hiates e baleeiras que ahi são construidos.’ [Página 100 e 102].

Considerações:

a) Desde sempre a carpintaria de ribeira é lembrada como uma atividade econômica de destaque de Itajaí. Já no tempo de Agostinho Alves Ramos ele se fixou em uma localidade chamada justamente de ‘Estaleiro’ [Atual Praça Vidal Ramos].

b) Na proximidade da barra do Rio Itajaí existiam duas localidades que tinham designação antiga: Fazenda e Estaleiro. O epicentro urbano de Itajaí foi instalado na localidade de Estaleiro, onde se construiu a capela e o cemitério, ali também Agostinho Alves Ramos montou seu comércio.

c) Há quem afirme que Itajaí teve justamente como primeiro nome Estaleiro. Nesse tempo o nome Itajaí designava apenas o rio. Quando se fala ‘Praia de Itajahy’ – antiga designação da atual Praia de Navegantes – rapidamente entendemos que trata-se da praia da cidade de Itajaí, mas pode-se compreender também que a referência é da praia que dá acesso às terras banhadas pelo rio Itajaí. Porque não foi a Praia de Cabeçudas que recebeu este nome? Porque são as terras de Navegantes que formam sua hinterlândia. Quem mora na Praia de Itajahy tem acesso ao Rio Itajaí.

CARLOS DA COSTA PEREIRA

TEXTO: História de São Francisco do Sul. Florianópolis: EdUFSC, 2004.

Informação 1: ‘Lourenço de Andrade reservou para si as terras que se estendiam da vila até as Laranjeiras, ficando-lhes ao lado as de Luís Rodrigues Cavalinho, que se alongavam, como aquelas , até o mar grosso, compreendendo a lagoa do Acaraí. O capitão Antônio Francisco Francisques foi estabelecer-se na península do Saí; Francisco Alves Marinho, no Parati; João Dias de Arzão, no Itajaí (...).’ [Página 45-46].

Considerações:

a) João Dias de Arzão comprovadamente fez parte dos colonizadores que vieram com Lourenço de Andrade à Santa Catarina e consolidaram o povoamento de São Francisco do Sul.

b) Carlos da Costa Pereira nomeia em diversos pontos do seu livro integrantes da família Arzão: João Dias de Arzão [pag. 46], José Vieira de Arzão [pag. 86], Miguel Dias de Arzão [página 86,87], José Dias de Arzão [pag. 91].

c) Pelo que se lê acerca dos Arzão é bem provável que João Dias de Arzão tinha mais de uma sesmaria, sendo uma delas na margem direita do Rio Itajaí-Açu. Agostinho Alves Ramos, por exemplo, tinha terra no Estaleiro, Barra do Rio, Rio Conceição e Itaipava. Esta é uma das hipóteses a serem consideradas em estudos futuros. Ela colocaria João Dias de Arzão [primeiro] em diversos locais e não apenas em um como até aqui tem pensado a maioria dos historiadores.

Informação 2: ‘A indústria extrativa do ouro, um dos objetivos do povoamento desta e de outras regiões do sul do Brasil, além do propósito de tornar-se efetiva a posse deste largo trato de terras até o Rio da Prata – foi uma ilusão que se desfez desde logo, para ressurgir mais tarde e depois desaparecer novamente, não só pela escassez do precioso metal, como pelas exigências do fisco e pelo receio de que a exploração do ouro despertasse a cobiça dos capitães de navios de diferentes nacionalidades que cruzavam a costa. Em 1722, o Governador da Capitania de São Paulo (...) proibindo a procura de ouro na vila e distrito de São Francisco (...).’ [Página 96].

Considerações:

a) A proibição durou apenas dois anos, mas evidenciou a preocupação dos colonizadores do sul do Brasil acerca dos estrangeiros. O autor não fala, mas a principal preocupação era com os espanhóis que ainda estavam lutando pela posse de uma boa parte das terras da margem esquerda do Rio da Prata. Se chegasse aos seus ouvidos a notícia de ouro no litoral abaixo de Cananéia, todos os esforços diplomáticos até ali realizados por Portugal voltariam à estaca zero.

Informação 3: ‘Não obstante ser diminuta e carecer de importância, essa produção provocou a cupidez do fisco, que tentou lançar os quintos reais em São Francisco, ‘por dizer-se que a esta vila vinha parar o ouro que se tirava em alguns arraiais deste distrito’, presumivelmente nos rios Baraara, Itapocu, Itajaí, etc.’ [Página 97].

Considerações:

a) Nunca se descobriu grande quantidade de ouro na região, sempre se explorando ‘pequenas faisqueiras’. Mas o que se encontrou foi suficiente para trazer para a região muita gente ambiciosa. Até o ministro Tomás Antônio enviou Drummond atrás do lendário Monte Tayó.

Informação 4: ‘É notável o número de carpinteiros existentes na vila – provavelmente a maior parte carpinteiros da ribeira, uma vez que, por esse tempo, se construam aqui pequenas embarcações destinadas à navegação costeira.’ [Página 105].

Considerações:

a) Interessante constatar que tanto a comunidade de São Francisco do Sul como a comunidade de Itajaí, assim que se estruturam já contam com grande número de carpinteiros da ribeira, enquanto a Colônia Nova Ericeira sofre pela falta de um. Alguma coisa não está dita nesta ausência de carpinteiros e a conseqüente construção de barcos na Colônia Nova Ericeira. Pode ter ocorrido que, não sendo a maioria dos migrantes de Ericeira efetivamente pescadores, preferiu a agricultura a arriscar a vida no mar.

Informação 5: ‘Os limites do termo da Vila de Nossa Senhora da Graça e os limites do Município de São Francisco do Sul (...) Assim, teve Pires Pardinho ensejo de, em sua estada aqui, traçar os limites do termo da vila de Nossa Senhora da Graça, ficando eles, pelo provimento de 29 de abril de 1720, estabelecidos da seguinte forma: (...) até a ponta da parte do norte da Enseada de Garoupas, da qual para o sul fica sendo Termo da Vila de Santo Antônio [Laguna], incluída a povoação da Ilha de Santa Catarina; e assim o Termo da Vila de N. Senhora da Graça fica sendo, da dita ponta do norte da Enseada de garoupas para esta parte, até a barra de Guaratuba (...)’ [Página 168-169].

Considerações:

a) em 1720 o território onde está localizado Itajaí pertence a São Francisco do Sul, que pertence desde 1709 à Capitania de São Paulo.

Informação 6: ‘(...) como já vimos, o termo da vila de Nossa Senhora da Graça, em 1720, limitava-se com o da vila de Santo Antônio da Laguna, pela ‘ponta da Enseada de Garoupas’, no atual município de Porto Belo. Em 1820, essa divisa era pelo rio Camboriú, e, em 1832, pelo Itajaí. Entre 1832 e 1833, passou a ser pelo rio Gravatá, conforme se depreende da ata da sessão do Conselho Administrativo, de 1º de março desse último ano, mandando subsistir os limites do termo da vila de São Francisco e determinando que o termo da vila de Porto Belo, compreendido o curato de Itajaí, se dividisse do São Francisco pelo rio Gravatá (...)’ [Página 171].

Considerações:

- a) Itajaí só pertenceu a Porto Belo a partir de 1832 quando virou freguesia.

Informação 7: ‘Os limites com o município de Porto Belo perduraram até 1859, ano em que, pela resolução provincial nº 464, de abril, foi criado o município de Itajaí, que se comporia das freguesias do SS. Sacramento de Itajaí e de N. S. do Bom Sucesso de Camboriú, desmembradas do município de Porto Belo, e da freguesia de N. S. da Penha do Itapocorói, desmembrada do município de São Francisco. Sendo as divisas da Penha, ao Norte, pelo Itapocu, o município de São Francisco passou, em virtude da citada resolução, a limitar-se ao Sul por esse rio.’ [Página 171].

Considerações:

- a) São Francisco tinha limite com Laguna de 1720 a 17... pela ponta da Enseada de Garoupas. Entre 1726 e 1820 a Ponta da Enseada da Garoupa era o limite com Desterro. Entre 1820-1832 São Francisco tinha território até o Rio Camboriú. Entre 1833-1859 São Francisco passou a ter território até o Rio Gravatá...
- b) O Município de Itajaí inicialmente atingia as margens sul do Rio Itapocu.
- c) Desterro ampliou o território continental em 1726.

Informação 8: ‘Em 1720 – com o termo da vila de Laguna, pela ponta da parte do norte da Enseada de Garoupas (...) em 17.. – com o distrito da vila do Desterro, pelo rio Camboriú; em 1832 – com o mesmo distrito, pelo rio Itajaí; em 1832 e 1833 – com o termo da vila de Porto Belo, pelo rio Gravatá; Em 1859 – com o município de Itajaí, pelo rio Itapocu.’ [Página 173-174].

Considerações:

- a) 1658-1720 - São Francisco se restringia à Ilha
- b) 1720-1726 - São Francisco tem divisa com Santo Antônio de Laguna pela parte norte da ponta da Enseada das Garoupas. Itajaí pertence totalmente a São Francisco.
- c) 1726-1820 – São Francisco deixa de fazer divisa com Laguna e passa a fazer divisa com Desterro, mantendo a ponta da Enseada das Garoupas como divisa. Itajaí continua pertencendo a São Francisco.
- d) 1820-1832 – A divisa sul de São Francisco deixa de ser a ponta da Enseada das Garoupas e passa a ser o Rio Camboriú. Itajaí continua pertencendo integralmente a São Francisco.

e) 1832-1860 – A divisa sul de São Francisco passa a ser o Rio Gravatá e Itajaí passa a integrar o município de Porto Belo. Penha e Piçarras continuam pertencendo a São Francisco. São Francisco tem divisa com Porto Belo.

f) 1860-1876 – A divisa sul de São Francisco passa a ser com Itajaí pelo Rio Itapocu. Piçarras/Penha/Navegantes/Ilhota/Luis Alves pertencem ao território de Itajaí.

g) 1876 – Parati/Araquari se emancipa de São Francisco fazendo divisa com Itajaí.

h) desdobramentos do Município de Itajaí: Blumenau [04 de fevereiro de 1880]; Brusque [23 de março de 1881]; Camboriú [05 de abril de 1884]; Ilhota / Luiz Alves / Penha [21 de junho de 1958]; Navegantes [30 de maio de 1962].

PASCHOAL APÓSTOLO PÍTSICA

TEXTO: A Capitania de Santa Catarina – alguns momentos. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes / Editora Lunardelli / Fundação Catarinense de Cultura, 1993.

Informação 1: ‘A partir de 1778 passaram a chegar degredados de toda espécie: criminosos, desordeiros, vagabundos e vadios (...) Do Rio de Janeiro, da Bahia, de outras partes do Brasil ou até mesmo de Angola, os marginais de que as autoridades queriam se ver livres eram mandados para Santa Catarina.’ [Página 42-43].

Considerações:

a) Muitos desses desterrados que chegaram à Ilha de Santa Catarina lograram ganhar a terra firme e povoar o nosso litoral na condição de posseiros, jornaleiros... adventícios de modo geral. Foram pioneiros na derrubada da mata, no confronto com os silvícolas, na busca por terra boa para a agricultura, bons lugares de pesca, etc.

b) Como sempre ocorre no Brasil com os despossuídos, era gente invisível às tintas da burocracia estatal. Mas ela estava lá, abrindo clareira na mata virgem.

Informação 2: ‘1765 [A Capitania de Santa Catarina nas notícias que se dá ao Governador Francisco de Sousa de Menezes, antes de assumir o governo e suceder Francisco Cardoso de Menezes e Sousa – O porto do Rio São Francisco é capaz de receber navios grandes, e é bem cuidado para atender as embarcações. Vão ao porto para carregar farinha, cordoagem e amarras de piaçava. Desse porto até o de Santa Catarina não há povoação alguma que se possa dar esse nome e nem porto capaz de

atracar embarcações, lanchas ou canoas, salvo a famosa enseada das Garoupas que está a 6 léguas da Barra de Santa Catarina.’ [Página 138/142].

Considerações:

a) O relatório é claro: não existia aglomerado urbano na foz do Rio Itajaí ou nas suas proximidades em 1765, o que tínhamos eram sesmeiros, posseiros, jornaleiros, faiscadores, pescadores, adventícios de toda sorte... espalhados pela região. Muitos desses eram desterrados fugidos da Ilha de Santa Catarina ou colonos açorianos e madeirenses descontentes com a partilha da terra promovida pelas autoridades.

OSWALDO RODRIGUES CABRAL

TEXTO 1: Antigos moradores de Gaspar. Blumenau em Cadernos, tomo I, nº 4, fevereiro de 1958, páginas 68-70. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 80-83.

Informação 1: ‘O documento agora encontrado permite-nos citar os nomes de algumas destas famílias e de posseiros de terras na região, pois, em 1842, sendo distribuídos novos lotes a novos moradores, são citados os confrontantes (...) Assim, no lugar chamado Estaleiro das Naus do Pocinho já residiam Fermiano Correia, José Coelho da Rocha, Benigno Lopes Monçam, Francisco da Costa Passos, Joaquim Alexandre de Castro e João Vicente da Silva; no Arraial do Pocinho, Manoel Machado, o Padre Francisco Rodrigues, Agostinho Alves dos Santos e Luís Dias de Arzão; na Volta do Gaspar, possuía o major Henrique Etur uma vasta propriedade, Benedito Rios ocupava um pequeno retângulo, sendo outros posseiros Tomé Vieira Barbosa e Antônio Branzuite, não contando a grande área pertencente ao maior latifundiário de todo o vale do Itajaí, onde contava com numerosas e vastas áreas, José Henrique Flôres; no Pedra de Amolar, localizavam-se Antônio Dias, Antônio Pinto de Carvalho, Carlos Monçam, José Angelo e os alemães Pedro Joaquim, João Cloques e um Jacó conhecido por Jacó alemão; na volta do Belchior, eram posseiros Pedro Dias de Arzão e Adão Miguel e, acima do Arraial do mesmo nome, Luciano José de Campos e Manoel José Pereira; na volta da Praia Comprida, arraial do Belchior, Jacinto Correia; na Fortaleza, Joaquim dos Reis e, acima dela, José Lisandro.’ [Página 81].

Considerações:

a) Cabral nos entrega evidências de que os pioneiros que assinaram a petição ao bispo do Rio de Janeiro para que Itajaí fosse promovida a curato tinham terras fora da foz do Rio Itajaí. Fato que já tínhamos conhecimento por conta de correspondência que recebemos a 20 de agosto de 2018 do historiador de Porto Belo – Hans Dieter Kohl –

dando provas de que José Lopes de Mattos tinha terra, em 1820, na Colônia Nova Ericeira; enquanto José Ignácio Borges, em 1821, tinha sesmaria em Camboriú.

b) Agora vemos nominados com terras, entre 1830 e 1840: no ‘Estaleiro das Naus’ - José Coelho da Rocha; Pedra de Amolar – Antônio Dias de Arzão.

c) Também encontramos nomes importantes da história da colonização do Vale do Itajaí como: Major Henrique Etur, José Henriques Flores [Volta do Gaspar]; padre Francisco Rodrigues [Pocinho]; Baltazar Pinto Correia [Pedra de Amolar]. Essa gente tinha poções de terras aqui e ali, umas arrendando, outras cultivando, a maioria delas apenas guardando para venda posterior.

d) Em entrevista com o memorialista Isaque de Borba Corrêa, realizada a 25 de junho de 2018, ficamos sabendo que Baltazar Pinto Correia, seu aparentado, tinha terras em Pedra de Amolar, Praia Brava, Barra Norte de Camboriú [Balneário Camboriú], Barra do Camboriú e Tapera [Itapema]. Sabemos que Agostinho Alves Ramos tinha terras no ‘Estaleiro’, foz do Rio Conceição [Canhanduba], Itaipava, foz do Rio Itajaí-Mirim.

e) O historiador Hans Dieter me enviou a informação sobre propriedades de terras em Porto Belo e Camboriú [José Lopes de Mattos, em 1820, na Colônia Nova Ericeira; e, José Ignácio Borges, em 1821, em Camboriú] justamente porque havíamos conversado, durante uma mesa redonda sobre a Colônia Nova Ericeira, das evidências de que a Colônia espalhou gente num amplo território que compreende terras entre Tijucas e Penha. Juntando as provas documentais de Hans Dieter e o texto de Cabral podemos afiançar que efetivamente essa gente era proprietária regional e não apenas local. Porto Belo [depois Itajaí] era simplesmente o epicentro de um fenômeno de ocupação rápida que vinha se processando no Vale do Itajaí. Alguns abastados, por tirocínio comercial ou informações privilegiadas, trataram de amealhar para si o máximo de terras possível. Era a especulação imobiliária em pleno século XIX [1800].

ZEDAR PERFEITO DA SILVA

Zedar Perfeito da Silva publicou uma série intitulada ‘Documentário da vida rural’ patrocinada pelo Ministério da Agricultura. O volume de número seis é dedicado do Vale do Itajaí e foi publicado em 1954. Temos um exemplar da edição original em nossa biblioteca e é dela que colhemos as referências aqui compiladas.

TEXTO: O Vale do Itajaí. documentário da vida rural nº 6. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura / Serviço de Informação Agrícola, 1954.

Informação 1: ‘No Brasil Colônia, grande era a preocupação das autoridades em povoar o sul do país, tendo em vista a política expansionista dos espanhóis (...) Em 1793, com uma população que não ultrapassava a casa de 20.000 habitantes, Santa Catarina tinha como zona povoada no litoral, desde N.S. da Graça do Rio São Francisco até os Conventos, no distrito de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Além da capital e da freguesia de São José, era o sertão ainda virgem. No interior, ficava isolada a vila de Lajes, que pertencia à capitania de São Paulo. (...) A colônia mais antiga foi a de São Pedro de Alcântara, cujo projeto de criação datava de 1793 e com o qual o tenente coronel João Alberto Miranda Ribeiro pretendia estabelecer duas freguesias para, com fins estratégicos, ligar a capital á vila de Lajes.’ [Página 03].

Considerações:

a) Zedar destaca como fatores preponderantes para a colonização do Vale do Itajaí a necessidade de Portugal em ocupar o território em litígio com a Espanha e a busca por uma boa via de acesso ao Planalto Serrano. Dois fatores exaustivamente indicados por outros autores aqui estudados.

Informação 2: ‘Não há dúvida de que a cidade de Itajaí, onde se encontra o pôrto de mar do Vale, foi, como opina Marcos Konder, fundada no ano de 1820 e o seu fundador o jovem diplomata Antônio Meneses de Vasconcelos Drumond. Admite-se o fato de que nem os pescadores espanhóis e portugueses existentes na costa, nem Mateus Arzão, que garimpava ouro de boa qualidade no sertão do Vale, e outras famílias, não se fixaram no solo, nem positivaram qualquer ato de colonização, embora já em 26-5-1793, Silvestre Nunes Leal Corrêa pedisse ao governador da Capitania a concessão de um terreno em Itajaí, conforme documento existente no arquivo da Prefeitura de Blumenau.’ [Página 03].

Considerações:

a) Zedar escreveu sob influência intelectual de Marcos Konder, conforme ele mesmo relata na introdução do seu livro. Desta forma, seguindo o raciocínio de Marcos Konder menospreza os feitos de todos os outros pioneiros que se fixaram às margens dos rios Itajaí, Itajaí-Açú e Itajaí-Mirim, para garantir a Drumond a condição de fundador da cidade.

Informação 3: ‘Vasconcelos Drumond, durante dois anos, dirigiu a novel colônia. Montando um engenho de serrar madeira, também construiu um barco de madeira, a sumaca ‘São Domingos Lourenço’ levou para o Rio de Janeiro um carregamento de

milho, feijão e madeira serrada, prova mais que convincente de que se começava a produzir naquela colônia.’ [Página 03].

Considerações:

a) Aceita, sem contestar ou pesquisar mais profundamente, todas as afirmações de Drummond em suas ‘Anotações’ esquentadas historicamente por Marcos Konder. Até alguns desvirtuamentos que Marcos promoveu a partir do texto de Drummond são reproduzidos por Zedar, como é o caso de afirmar que Drummond construiu uma sumaca quando na verdade ele próprio atesta que ‘ali se construiu uma sumaca’ e não que ‘eu construi uma sumaca’.

NÍVEL REGIONAL

Neste espaço vamos apresentar as anotações e comentários acerca de obras elaboradas por pesquisadores do Vale do Itajaí. Contudo, incluímos os textos de outros memorialistas e historiadores locais que não se manifestaram de forma direta sobre o tema da fundação, mas cujos escritos nos auxiliam na compreensão do processo histórico que nossa comunidade vivenciava à época.

MARIA LUIZA RENAUX HERING

TEXTO: Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Ed.Furb, 1987.

Informação 1: ‘Pode-se generalizar as práticas comerciais nas colônias do Itajaí até o final do século XIX, afirmando que até então se fazia o comércio a varejo pelo escambo de produtos, sem intermediação do dinheiro nas trocas. O colono procurava um vendeiro, nome pelo qual eram chamados os comerciantes, e trocava seus produtos agrícolas por outros não produzidos na colônia [sal, manufaturados]. O vendeiro, por sua vez, revendia os produtos aos atacadistas, geralmente importadores e exportadores, deles adquirindo os artigos que seriam fornecidos aos colonos.’ [Página 46].

Considerações:

a) Essa cadeia logística entrelaçava os colonos fazendo a roda da economia girar diferentemente de quando ali só existiam famílias produzindo na base da economia de subsistência. Agora, tratava-se de produzir excedentes para o escambo na busca por melhores sementes, novos equipamentos agrícolas, bens de consumo e utilidades diversas. O dinheiro, geralmente, ficava apenas na ponta da cadeia logística, entre as mãos de Agostinho Alves Ramos, Anacleto José Pereira e os capitalistas do Rio de Janeiro.

Informação 2: ‘As vendas distribuam-se por todos os cruzamentos das linhas coloniais, e seus proprietários eram, igualmente, agricultores ou, muitas vezes, pequenos fabricantes de cerveja (...)’ [Página 46].

Considerações:

a) Agostinho Alves Ramos era um vendeiro diferente, ele tinha propriedades nas desembocaduras dos rios, porque eram os rios as estradas do Vale do Itajaí. Outros

membros do grupo político-econômico de Anacleto José Pereira fizeram o mesmo nas desembocaduras do Rio Camboriú, Tijucas ... Nas terras interiores os vendeiros ocupavam as encruzilhadas, ao velho estilo medieval europeu; no litoral os vendeiros ocupavam a foz do rio.

b) A autora está detectando os vendeiros de encruzilhada, que cuidavam do processo de intermediação de trocas no interior das colônias. O grupo liderado por Anacleto José Pereira fazia a intermediação seguinte, mais complexa, com esses comerciantes e Desterro, São Francisco e Rio de Janeiro.

c) Obviamente que Agostinho também fazia o comércio picado em Itajaí como qualquer outro vendeiro.

Informação 3: ‘Ainda que muitos comerciantes não gozassem de bom conceito devido ao caráter exploratório de sua atividade, não se pode negar sua importância no desenvolvimento da economia colonial (...) eles eram os responsáveis pela articulação das unidades produtoras isoladas no conjunto do sistema colonial (...) As vendas eram os reguladores da economia; o vendeiro, a figura central na vida colonial.’ [Página 47].

Considerações:

a) Dessa importância do vendeiro é que surgiu a possibilidade da representação política de Agostinho Alves Ramos.

b) Ele ficava como intermediário entre as duas pontas: o capitalista de Desterro [Anacleto José Pereira] e os colonos produtores/consumidores. Dos capitalistas da capital tirou a influência política, dos colonos os votos.

Informação 4: ‘(...) o comércio era a fonte de acumulação de capital, apropriando-se da poupança dos colonos, cuja única posse resumia-se na propriedade do lote colonial. O capital manipulado pelos vendeiros teria servido para ampliar a pequena produção (serrarias, engenhos), com o objetivo de incrementar a exportação. Mais tarde, a acumulação decorrente do comércio canalizou investimento para o ramo da produção industrial.’ [Página 59].

Considerações:

a) Drummond não foi um comerciante, Agostinho foi um ‘vendeiro’ que se alojou em três bocas de rios, fazendo-se de porteiro de suas respectivas hinterlândias: Itajaí, Itajaí-Mirim, Conceição [Canhanduba]. Tudo passava por ele, desde o início, antes mesmo do colono estar produzindo.

b) Marcos Konder também foi um desses ‘vendeiros’, que inclusive fazia a ponte de agiota e de representante bancário. A economia da região passava por suas mãos.

Mas aí a economia já estava em um nível mais desenvolvido, mais sofisticado, com o capital industrial instalado no Vale do Itajaí. Já tinha ocorrido acumulação de capital suficiente para o surgimento da indústria e do grande produtor.

GIRALDA SEYFERTH

TEXTO 1: A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim. Porto Alegre / Brusque: Movimento / SAB, 1974. Páginas 36-42. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca do seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 296-299.

Informação 1: ‘As tentativas de penetração para o interior se frustraram em virtude das dificuldades impostas pelos contrafortes da Serra do Mar. A bacia do Itajaí passou a entrar nos planos de colonização do governo como meio mais provável de ligação entre o litoral e o planalto.’ [Página 296].

Considerações:

a) Em diversos relatos oficiais, inclusive no tempo de Agostinho Alves Ramos, o Vale do Itajaí interessava ao governo como possível caminho para as terras altas de Lages, onde queriam buscar gado. Pensavam que o Itajaí-Mirim [depois, o Itajaí-Açu] nascia para o lado de Lages e terras mais altas de Santa Catarina. Muita coisa foi feita aqui no Vale do Itajaí pensando nessa estrada até Lages.

Informação 2: ‘As tentativas que se fizeram para explorar e colonizar o vale do Itajaí-Mirim desde 1836 tinham uma razão estratégica muito mais do que intenções de povoamento: toda a área era inexplorada e pensava-se que este rio era o que cruzava, no planalto, a estrada de Lajes e, neste caso, seria a vida de penetração ideal do litoral à região de criação de gado. Com a intenção de constatar isto, foi autorizada uma viagem de exploração até as cabeceiras deste rio, tendo Agostinho Alves Ramos informado às autoridades de Desterro em 1º de junho de 1836 que o Itajaí-Mirim não era o rio que atravessava a estrada de Lajes e, portanto, não serviria como elo de ligação.’ [Página 297].

Considerações:

a) Obviamente que essa não era a única motivação dos colonizadores das terras que margeiam o Itajaí-Mirim. Há séculos os Arzão tinham localizado ouro em um lendário Monte Tayó, cujo mapa indica sua localização às margens do Itajaí Pequeno. Também tinha a madeira para carpintaria de ribeira e casas, que serviram inclusive para

a construção de casas na Colônia Nova Ericeira. As terras eram férteis e planas, servindo à agricultura melhor que muitos lotes doados aos colonos em Porto Belo etc.

b) Mas, evidentemente, que essa questão de Lages foi importante para o governo da Província.

LEDA MARIA BAPTISTA

TEXTO 1: Simplesmente Gaspar. Blumenau: Nova Letra, 1998. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca do seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 330-337.

Informação 1: ‘Barros Cassal, em publicações de 1816, afirma que nas margens do Itajaí-Açu havia muitas serrarias que consistiam apenas em um estaleiro, onde pessoas serravam madeira à mão (...) “Bento Dias era carpinteiro à beira-mar. Construía barcos. Vinha para Belchior, subia os ribeirões e comprava a madeira em pé. Derrubava a árvore, puxava-a com bois até o ribeirão, depois para o Rio Itajaí e daí até seu estaleiro, onde os barcos eram construídos com madeira leve. Um dos ribeirões de Belchior era conhecido como Ribeirão do Bento (...) Os ribeirões, na época (Séc XIX) eram verdadeiros corredores de transporte de madeira para o litoral”.’ [Página 333].

Considerações:

a) Esse é um excelente exemplo de como se processava a carpintaria de ribeira. Ficou assim por séculos. O memorialista Isaque de Borba Corrêa conta que seu avô localizou uma árvore gigantesca na localidade de Toca da Onça em Itajaí e a comprou em pé ainda na mata, cortou, levou para Camboriú e nela esculpiu a gigantesca canoa ‘Onça’, lendária na pesca da tainha em Balneário Camboriú. Com o restante do tronco ainda esculpiu a canoa ‘Espada’ de tão grande que era o tronco.

a) Interessante perceber que essa citação é de 1816, anterior a Drummond e Agostinho Alves Ramos.

MAX TAVARES D’AMARAL

Max Tavares escreveu um livro muito utilizado pelos pesquisadores da colonização alemã no Brasil. Não obstante o seu sucesso, pelo menos na parte que toca à fundação de Itajaí, ele é impregnado de erros históricos e distorções grosseiras.

Utilizamos como referência para este trabalho a edição que temos em nossa biblioteca particular de 1950.

TEXTO: Contribuição à história da colonização alemã no Vale do Itajaí. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1950.

Informação 1: ‘O Vale do Itajaí, o mais importante centro económico e cultural de Santa Catarina, é também o mais florescente e o principal núcleo da colonização alemã em nosso Estado (...) Sua área de cerca de quinze mil quilómetros quadrados, compreendendo as terras banhadas pelos afluentes e braços que formam o maior rio do litoral catarinense – o Itajaí-Assú, com os seus 196 kms. de curso, se estende dos contrafortes das serras do Mar e Geral até o Oceano, tendo por escoadouro de sua riqueza o porto de Itajaí, na cidade do mesmo nome, cujo fundador oficial foi Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond.’ [Página 07].

Considerações:

a) Não consta em nenhum documento oficial que Drummond é o fundador de Itajaí. Marcos Konder, em 1920, proferiu um discurso diante da Câmara Municipal, alusivo à passagem do centenário de fundação de Itajaí que ele próprio determinou, dando a Drummond o *status* de fundador de Itajaí. Mas parece que o documento oficial não existe.

b) Como sabemos Max Tavares foi político vinculado ideologicamente aos Irmãos Konder, notadamente Victor Konder que tinha sua base política em Blumenau onde Max era alto executivo.

Informação 2: ‘Rezam as crônicas que, afim de afastá-lo da Côrte, por causa de sua intensa luta em prol da separação do Brasil da metrópole, foi-lhe dada pelo Ministro dos Negócios do Reino e Justiça, Thomaz Antônio, a incumbência de colonizar o Itajaí, o que tornava realidade em 1820 com a fundação, da embocadura dêsse rio, de uma povoação que recebeu o nome de S.S.Sacramento.’ [Página 07].

Considerações:

a) A colonização feita por Drummond ocorreu em sesmarias às margens do Rio Itajaí-Mirim e supostamente por ele batizada de Colônia São Tomás de Vilanova, segundo a maioria dos historiadores, em homenagem ao ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal, seu amigo e protetor na Chancelaria do Reino no Rio de Janeiro.

b) São dois pontos geográficos completamente diferenciados e dois processos colonizadores também diferenciados. Drummond colonizou no Taboleiro do Itajaí-Mirim o Curato foi constituído na Foz do Rio Itajaí após sua partida de Santa Catarina.

Informação 3: ‘O primeiro plano oficial de colonização do Vale do Itajaí, data, porém, de 1835; veio com a lei provincial nº 11 de 5 de Maio dêsse ano e com êle aí começa também a colonização alemã.’ [Página 07].

Considerações:

a) A Colônia Nova Ericeira distribuiu terras até a Canhanduba e Rio do Meio. A colônia liderada por Drummond ocorreu em 1820, sendo, portanto, anterior as colônias lideras por Agostinho Alves Ramos nos rios Itajaí-Açu e Mirim.

Informação 4: ‘Para organizar e supervisionar êsses núcleos fôra nomeado Agostinho Álvares Ramos, possuidor de grandes extensões de terras às margens do Itajaí-Assú, já por volta de 1820. Sucederam-lhe mais tarde, João Dias da Silva Mafra, velho morador do Itajaí que houvera suas terras de Domingos de Azevedo Coitinho, morador à margem esquerda do rio, ao que parece, já desde 1825; e depois o major Henrique Etur e seu filho Augusto Benjamin. Nenhum dêles, porém, morava na colônia, cuja sede era a freguesia do S.S.Sacramento. Deputado à Assembleia Provincial, fôra Silva Mafra um dos principais colaboradores na feitura da lei acima referida.’ [Página 08].

Considerações:

a) Max Tavares tenta diminuir a importância histórica de Agostinho Alves Ramos no cenário da fundação de Itajaí e a colonização do Vale do Itajaí. Para isso atribui a Silva Mafra muitos dos méritos atribuídos consensualmente a Agostinho pelos nossos demais historiadores e memorialistas.

b) O texto de Max Tavares, não há dúvida, busca consolidar a tese de Marcos Konder sobre a fundação por Drummond e sub-repticiamente mina a participação de seu maior concorrente, Agostinho Alves Ramos.

OS TRES PILARES DO DEBATE

I – A CONTRIBUIÇÃO DE ANTÔNIO DE MENESES VASCONCELOS DE DRUMMOND

Com referência a Vasconcelos de Drummond temos dois textos iniciais que devem ser analisados em profundidade. Temos a sua ‘biografia’, publicada na França em 1836, na revista *Biographie universelle et portative des contemporains*; e ‘Anotações’ publicado em português nos Anais da Biblioteca Nacional em 1890. Depois, durante os debates promovidos pelos grupos liderados por Marcos Konder e José Ferreira da Silva vão aparecendo outros documentos de menor importância histórica, que também devem ser analisados pontualmente uma vez que foram utilizados nas argumentações dos debatedores. ⁽⁴²⁾

TEXTO 1: Biografia de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond publicada em 1836 na *Biographie universelle et portative des contemporains*. IN: Anotações de A.M.V. de Drummond à sua Biografia. Vasconcelos de Drummond. Edições do Senado Federal. Vol. 165. Páginas 51-58. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012.

Informação 1: ‘Quando em 1817 o primeiro grito de liberdade se elevou da província de Pernambuco, ele foi denunciado ao rei dom João VI como proveniente a um clube de onde havia partido a centelha revolucionária; porém o crédito de seu pai e a consideração da qual ele mesmo gozava o colocaram ao abrigo dos ataques de seus inimigos. No entanto, o governo julgou conveniente afastá-lo da capital e uma espécie de recesso, acompanhado de cartas especiais de recomendação, o fez partir em uma fragata para a ilha de Santa Catarina’ [Página 52].

Considerações:

a) Dom João VI proíbe oficialmente as sociedades secretas em 30 de março de 1818, mas a questão é antiga na corte.

b) Ele vai a Pernambuco em missão do governo e não como membro da maçonaria ou qualquer sociedade secreta, portanto, o seu afastamento do Rio de Janeiro não tem como motivo sua participação na Revolta de Pernambuco como deixa a entender o texto. Se bem que, informações que conseguimos de um estudioso da maçonaria em Itajaí, existem estudiosos que afirmam textualmente que Drummond esteve envolvido com grupos maçons em Pernambuco, frequentando suas reuniões oficiais em lojas.

c) realmente seu pai e ele próprio gozavam de alto conceito junto ao ministro Tomás de Vila Nova Portugal. Essa condição favorável foi decisiva para ele não ser preso ou deportado à revelia, como ocorreu com outros membros de sociedades secretas.

Informação 2: ‘Ele aí permaneceu por sete meses sob a vigilância do governador da província. Este exílio não foi perdido para a pátria do Sr. Drummond. De volta à capital, ele apresentou ao ministro Vilanova seus vastos planos de melhoria e foi imediatamente despachado para colocá-lo em prática’ [Página 52-53].

Considerações:

a) Drummond aproveitou sua longa estada em Santa Catarina para se ater mais detalhadamente acerca das necessidades da Província. Deve ter efetivamente proposto ações de melhoramento ao governo central.

b) Contudo, nem todas as ideias que vão ser propostas por ele são de sua criação, mas sugestões e reivindicações que colheu em suas andanças pela Província.

c) Efetivamente Drummond serviu de porta-voz das reivindicações catarinenses junto à corte, mas as ideias apresentadas ao ministro não eram, necessariamente, de sua autoria. Muitas delas, como vimos em diversos autores, tem longa trajetória na história catarinense, como é o caso da estrada ligando o litoral de Santa Catarina a Lajes. Por outro lado, Drummond não retornou à Santa Catarina para colocar em prática essas ideias que levou à corte, mas tão-somente administrar projeto colonial em duas sesmarias pertencentes ao rei às margens do Rio Itajaí-Mirim. Tivesse vindo com a missão da qual fala o texto, estaria Drummond com mais poderes do que o próprio governador, o que não corresponde à realidade dos fatos.

Informação 3: ‘Ele desembarcou pois de novo em Santa Catarina, superou os obstáculos que surgiam para ele em um país ainda selvagem; empreendeu e executou a navegação do grande rio Itajaí, estabeleceu povoamento nas duas margens, atravessou imensas florestas virgens, abriu caminhos, aproximou assim grandes distâncias, e logrou enfim animar, pela sua infatigável presença, uma região que cochilava ainda no caos primitivo’ [Página 53].

Considerações:

a) A foz do Vale do Itajaí não era mais completamente selvagem já que na região como um todo habitavam inúmeros sesmeiros, posseiros, jornaleiros ... longe de estar no seu ‘caos primitivo’.

b) A palavra ‘empreender’ no contexto deveria indicar que ele promoveu o comércio através da navegação no Itajaí Grande, o que, obviamente, não corresponde à realidade dos fatos.

c) Drummond deve ter utilizado dois caminhos já prontos para chegar às suas terras no Rio Itajaí-Mirim: o primeiro, natural, trata-se da hidrovia composta pelos rios Itajaí e Itajaí-Mirim; o segundo, por terra, vindo de Porto Belo pelo Caminho do Meio de Camboriú. Este caminho aproveita trilhas feitas pelos silvícolas, quiçá até pelos sambaquinianos, há tempos imemoriais. É ampliado e melhorado pelos colonos descontentes oriundos da Colônia Nova Ericeira. Documentos comprovam que Drummond utilizou inicialmente o percurso por terra e não por mar/rio para acessar suas terras.

d) A palavra ‘animar’ deve ser entendida no contexto como ‘feito civilizatório’, ações que motivassem outras pessoas a empreender. Mas não temos qualquer prova de que Drummond efetivamente tenha feito obras e cultivasse a terra no Itajaí-Mirim. Contudo, está provado que ele efetivamente gastou muito dinheiro durante sua estada em Santa Catarina, e não foi somente dinheiro seu. Tanto isso é verdade que ele é chamado de volta ao Rio de Janeiro como medida de economia. Tendo efetivamente gastado algum dinheiro na região, obviamente, ao fazer circular o dinheiro, ‘animou’ a economia regional. Isso não significa dizer que seja ele o iniciador de todo esse processo econômico [montagem de engenho de serrar, plantação de milho e feijão...], pode ter simplesmente comprado de quem ali já estava operando nessa direção.

Informação 4: ‘Durante esses feitos, uma grande revolução eclodiu no Rio de Janeiro, no dia 26 de fevereiro de 1821. Obrigado por ordem da Corte a suspender todos os trabalhos que exigiam grandes despesas, o Sr. Drummond entrou na capital da província de Santa Catarina, dilacerada pelos partidos que se agitavam para seguir o movimento do Rio de Janeiro em favor da metrópole.’ [Página 53].

Considerações:

a) Se Desterro estava ‘dilacerada pelos partidos’ então não podia ser por uma única ideia – no caso aquela que favorecia a metrópole - como dá a entender o texto. Os partidos em luta defendiam ideias antagônicas como a proclamação da República; a independência do Brasil pelo próprio rei Dom João VI; independência do Brasil com o príncipe regente; manter o Brasil como colônia de Portugal com o rei retornando à Portugal...

b) Essa divisão da comunidade desterrense vai ser uma das causas que levam Agostinho Alves Ramos a empreender no Vale do Itajaí, deixando Desterro ainda em clima político condicionado pelo processo de independência do Brasil e animosidades contra portugueses resistentes à mudança.

Informação 5: ‘Ele aí declarou solenemente que se o Brasil rompesse a cadeia de obediência que o unia a Portugal, isso deveria ser para sua inteira liberdade e para sua independência, e que ele não concebia e não aprovava que um povo se revoltasse para recair em seus antigos grilhões. Essa opinião que ele sustentou durante vários dias não tendo prevalecido, ele foi forçado a embarcar às pressas no meio da noite (...)’ [Página 53-54].

Considerações:

a) Drummond fazia parte do grupo palaciano, liderado por Tomás Antônio de Vilanova Portugal e José Bonifácio de Andrada, que pregava a independência do Brasil a ser proclamada pelo próprio rei Dom João VI. Eles queriam que o rei ficasse com o Brasil e enviasse para Portugal seu filho. Mas Dom João optou pelo contrário, deixou no Brasil o príncipe regente e foi ele próprio para Portugal.

b) Não ocorria distúrbio em Santa Catarina que justificasse Drummond deixar Desterro ‘as pressas no meio da noite’. Havia um ambiente tenso, mas nada que justificasse ele ser perseguido ou coisa que valha. Ele foi chamado de volta por medida de economia, já que aqui estava gastando dinheiro público.

c) Se Drummond tinha tanta influência em Desterro para fazer o que diz ter feito então é porque, constata-se automaticamente em linha reta, ele ficou muito tempo ali, criando um vasto círculo de amizade e influência política. Ninguém lidera ou é ouvido em tempo de ânimos acirrados sem conquistar o status de autoridade. E isso, obviamente, demanda tempo e empenho. Isso demanda, por outro lado, que ao gastar tempo em Desterro deixou de gastá-lo em Itajaí. Na primeira viagem que fez fica constatado que pouco andou por Itajaí, na segunda parece não ter sido diferente.

TEXTO 2: Anotações de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond à sua biografia publicada em 1836 na *Biographie universelle et portative des contemporains*. IN: Anotações de A.M.V. de Drummond à sua Biografia. Vasconcelos de Drummond. Edições do Senado Federal. Vol. 165. Páginas 59-232. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012.

Informação 1: ‘O que se refere de 1817 é exato. Fui com efeito denunciado de pedreiro-livre (...) e como eu me achasse então moralmente doente com os desgostos que me causava a perseguição, conviemos em ir para Santa Catarina mudar de ares, com seis meses de licença. Da denúncia ao dia de minha partida decorreram muitos meses, mais de um ano, e neste longo intervalo a minha saúde sofreu muito.’ [Página 61-62].

Considerações:

a) Essa foi a primeira vez que Drummond veio à Santa Catarina para ficar uma temporada, mas não foi a primeira vez que veio ao Sul, já que esteve por aqui diversas vezes em ‘missão secreta’ da Chancelaria como tivemos oportunidade de observar em diversos textos que copilamos sobre a História do Brasil.

b) Segundo o texto Drummond chegou à Santa Catarina doente e desmotivado. Contudo, há a possibilidade do grupo liderado pelo ministro Tomás ter enviado Drummond à Santa Catarina para fazer um levantamento estratégico sobre o ânimo das tropas e dos portugueses no Sul do Brasil. Alguns autores insinuem que Drummond, sempre que esteve fora do Rio de Janeiro, cumpriu missões de coleta/entrega de informações de conformidade com os interesses do ministro Tomás. Por que seria diferente dessa vez? Então, a perseguição por desconfiança de ser ‘pedreiro-livre’ pode ter servido de pretexto para uma missão mais afeita aos interesses do grupo que pretendia a independência do Brasil com Dom João VI.

c) Em diversos textos encontramos duas informações acerca de Drummond que nos indicam uma certeza: ele conhecia muito bem toda a região Sul até Montevideo e, ele não ficou todo o tempo apenas em Desterro. Por não ter feito um relato minucioso de todos os seus deslocamentos não significa atestar que ele não se deslocou. Há indícios textuais de que ele se deslocou muito nesses seis meses de exílio.

Informação 2: ‘O Sr. D. Pedro I, desde o princípio do seu reinado até 1830, me atribuía a maior parte das cousas que se faziam no Rio de Janeiro ou se publicavam pela imprensa, e ainda no tempo em que eu me achava no exílio. Agora mesmo passo por autor de cousas que não fiz e soffro as consequências da calúnia.’ [Página 62-63].

Considerações:

a) Drummond é lembrado por alguns historiadores como leva-e-traz, fofoqueiro, guri de recado dos Irmãos Andradas e até do ministro Tomás de Vilanova Portugal. Parece que esta fama, que ele próprio atesta nas suas anotações, é devido ao seu espírito mais expansivo e direto. Deveria ser, pela juventude, o mais arrebatado e o menos

dissimulado. Depois que pegou a fama valeu o dito popular ‘Faça a fama e deite-se na cama’.

b) É importante observar que o texto de Drummond foi escrito na maturidade enquanto os feitos relatados foram feitos na juventude. Então, muito daquele arrebatamento da juventude que demonstrava recebeu tintas da pena de um homem maduro, mais parcimonioso e menos arrebatado. Décadas separam o jovem Drummond que esteve em Santa Catarina do idoso Drummond que escreveu suas memórias.

Informação 3: ‘Quando regresssei a Santa Catarina, encarregado da comissão de que fala a biografia, a qual tinha por fim colonizar as terras que banham o rio Itajaí (...)’ [Página 63].

Considerações:

a) Drummond fala em terras banhadas pelo Rio Itajaí e não Itajaí-Mirim. Mas ele sabia muito bem da diferença existente. Acontece que naquele tempo a colonização estava ocorrendo através do Caminho do Meio [Porto Belo / Camboriú / Itajaí] e não pela foz do Rio Itajaí. Então, para ele, era natural falar do Rio Itajaí como sinônimo do Rio Itajaí-Mirim uma vez que a foz do Rio Itajaí não estava nos projetos iniciais daquele grupo liderado por Mello Alvim.

b) Pela foz do Rio Itajaí estava chegando adventícios, sesmeiros ... gente esparsa, fora do projeto colonial liderado por Mello Alvim. Eram projetos diferenciados. Um contava com a tutela do ministro Tomás e verba pública, outro era motivado por uma onda de valorização das terras continentais para além da Ilha de Santa Catarina. São dois fenômenos diferenciados que caminham lado a lado, mas de forma independente. Lá na frente, décadas depois, os interesses de ambos vão se juntar na figura colonizadora de Agostinho Alves Ramos.

Informação 4: ‘Durante o meu exílio na Europa, sendo colaborador do *Journal des Voyages*, etc., publiquei vários artigos concernentes aos interesses do Brasil e em um ou dois deles falei do rio Itajaí, do célebre monte Taió, onde há, segundo se supõe, abundantes minas de prata, e da minha viagem e residência nas margens daquele rio.’ [Página 63].

Considerações:

a) Drummond atesta que sabia do Monte Taió e as informações sobre ouro no Vale do Itajaí. Novamente ele faz referência ao Rio Itajaí e não ao Itajaí-Mirim e atesta de própria pena que residiu às margens do Rio Itajaí.

b) O problema central é que as terras a serem colonizadas por Drummond estão localizadas no Itajaí-Mirim e não no Rio Itajaí-Açu. Essa referência que faz [Rio Itajaí] pode evidenciar apenas uma falta de atenção de sua parte ou sinalizar para a hipótese dele residir em um lugar fora da colônia que estava administrando.

c) Se residiu às margens do Rio Itajaí e, sendo verdadeira a informação de que a sumaca São Domingos Lourenço foi construída na localidade Estaleiro - também às margens do Rio Itajaí -, bem poderia Drummond morar justamente nesse ponto próximo à foz. Nada exclui essa hipótese.

d) Como já evidenciamos no livro ‘A lenda do Monte Tayó’ um mapa muito antigo coloca o Monte Tayó no Vale do Itajaí-Mirim e não no Vale do Itajaí Grande. Então, tudo chamava as vistas de Drummond para o Itajaí-Mirim deixando de lado o Itajaí-Açu.

Informação 5: ‘Foi no meu tempo em Santa Catarina e por proposta minha que Tomás Antônio determinou a abertura de uma estrada de Santa Catarina a Lajes, e desanexou esta vila da província de S. Paulo para a reunir à província de Santa Catarina.’ [Página 63].

Considerações:

a) Parece que tudo indica haver nesse texto um certo exagero, no mínimo inexatidão, por parte de Drummond. Os fatos relatados já vinham sendo alvo de inúmeras iniciativas governamentais e particulares. Mas podemos acreditar que Drummond pode ter feito gestões junto ao ministro no sentido de ajudar Santa Catarina quanto a estas questões.

Informação 6: ‘Há aqui muita exageração. Alguns trabalhos se fizeram no rio Itajaí; mas nem houve tempo nem meios para os levar ao cabo. Todavia, ali se construiu uma sumaca denominada *S. Domingos Lourenço*, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí, carregada de feijão, milho e taboado, para o Rio de Janeiro.’ [Página 64].

Considerações:

a) O próprio Drummond garante que não terminou a obra de colonização a que se propusera. Por outro lado também não faz um relatório detalhado dizendo o que fez e onde parou, dando margem a muitas fantasias.

b) Ele não afirma, como interpretam alguns historiadores, que construiu a sumaca, mas simplesmente que ‘ali se construiu’ a tal sumaca. Ora, como ele diz que

residiu às margens do Rio Itajaí e alguns historiadores afirmam que a sumaca foi construída no lugar ‘Estaleiro’ – hoje Praça Vidal Ramos, pode ser viável a ideia de que ali ele também tenha residido. Nada deve ser descartado nesse sentido. Drummond pode ter morado em um lugar diverso da colônia que estava implantando.

c) Nesse ponto parece factível supor que a sumaca tenha sido construída no local conhecido como ‘Estaleiro’. Sendo um barco de maior porte é razoável pensar que tinha-se de contar com uma estrutura já montada, com gente especializada na carpintaria de ribeira. Afinal, era uma embarcação destinada a fazer a rota Itajaí-Rio de Janeiro, o que não é pouca coisa.

d) O jornal ‘Diário do Rio de Janeiro’, atesta na sua edição de 03 de junho de 1821, que a sumaca ‘*São Domingos Lourenço*’ está deixando o porto do Rio de Janeiro com destino à Santa Catarina. Então a sumaca realmente existiu. Interessante anotar que encontramos referência a esta sumaca somente após 1821 o que nos leva a acreditar que efetivamente ela tenha sido feita por esta época de conformidade com que atesta Drummond.

e) O anúncio do jornal do Rio de Janeiro não dá o nome do proprietário da sumaca. Mas, por alguns anos ela foi utilizada no serviço de cabotagem entre Rio de Janeiro e o porto de Santa Catarina. Naquela época Santa Catarina era sinônimo de Porto de Desterro. Então ainda se tem de buscar documentos sobre esse roteiro da sumaca e onde efetivamente ela foi construída, qual sua tonelagem, etc.

f) Falta-nos dar uma interpretação razoável à afirmação de Drummond sobre o fato da sumaca ser ‘*a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí*’. Estaria ele sinalizando para a possibilidade de ter sido construído um ‘lote’ de sumacas na localidade Estaleiro? Ou a expressão ‘lote’ estaria se referindo à safra de milho, feijão? Poderia também estar fazendo referência ao lote de madeira para as construções no Rio de Janeiro?

g) Drummond faz referência à barra do Rio Itajaí. Temos uma hipótese acerca dessa referência geográfica específica. Naquele tempo só era considerada ‘barra’ aquela localizada a cerca de seis quilômetros rio adentro na desembocadura do Itajaí Pequeno. Essa estranha, mas compreensível, identificação do local levou muitos historiadores a erros grosseiros, como por exemplo situar as terras de João Dias de Arzão e Matheus Dias de Arzão no atual Saco da Fazenda. Alguns escritos nos mostram que a geografia da foz do Rio Itajaí Grande mudou muito ao longo dos anos por questões diversas: ocorrências de grandes enchentes [1851, 1880 e 1911], bancos de areias gigantescos

móveis, desbarrancamento e assoreamento nas margens do rio, ressacas violentas e marés altas que transpunham as terras do pontal atingindo as propriedades da margem direita do rio... Por tudo isso, todo o local era considerado móvel, um grande pontal que levava à barra.

h) Outra possibilidade de se designar aquele ponto geográfico como barra do rio dá-se pelo fato do governo estar investindo somente no projeto Nova Ericeira – Rio Itajaí Mirim, deixando de lado a colonização do Itajaí Grande. Então, sempre que se reportavam ao rio era usual falar-se do Itajaí Mirim, alvo do projeto de governo. A barra do rio era sinônimo de barra do rio que abrigava os projetos do governo, onde estava sendo investido, onde estavam colonizando...

i) Por outro lado, notamos que José Ferreira da Silva faz o possível e o impossível para tirar Drummond do cenário mais próximo da localidade Estaleiro, que depois vai ser considerado o ‘marco zero’ da cidade. Tenta com isso desqualificar os feitos de Drummond justamente por não terem sido realizados propriamente em Itajaí. Mas não devemos desconsiderar a hipótese de Drummond ter morado às margens do Itajaí Grande, porque provas conclusivas não temos de uma nem de outra teoria acerca disso. Se não temos provas conclusivas sobre a sua moradia na região, então nada deve ser descartado *a priori*.

j) Ademais, se a sumaca viajou ao Rio de Janeiro, obrigatoriamente, passou pela barra do Itajaí Grande. Pode ter passado pelas duas barras, mas, com certeza, não deixou de passar pela primeira e maior, senão não poderia deixar a hinterlândia do Itajaí.

Informação 7: ‘Do rio Itajaí mandei a madeira para a obra do museu do campo de S. Ana, e mandei de presente, porque era cortada e cerrada à minha custa.’ [Página 65].

Considerações:

a) Realmente esta obra estava em curso no Rio de Janeiro e sob inspiração do ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal.

b) Contudo, parece não ser totalmente verdadeira a informação de que tenha feito tudo às suas custas. O dinheiro que gastou não provinha somente de seus salários, isso é fato. O próprio governador Tovar em correspondência com o ministro sobre o envio dessa madeira dá informações contraditórias com as que apresenta Drummond.

Informação 8: ‘Durante a minha estada na província de S. Catarina percorri o rio de S. Francisco do Sul, e no museu nacional devem existir algumas pérolas que eu mandei, pescadas naquele rio. Eram pequenas, mas de boa qualidade.’ [Página 65].

Considerações:

a) Interessante que o próprio Drummond atesta que não ficou exclusivamente às margens do Rio Itajaí cuidando da sua colônia. Viajou pelo litoral até São Francisco e se ocupou de procurar valores da terra como foi o caso da pérola que enviou ao Museu Nacional. Em outros momentos ele também insinua que ficou muito tempo em Desterro e até ficou adoentado por lá.

b) Aqui também o governador Tovar relata ao ministro Tomás fatos diferenciados em relação às conchas e pérolas do São Francisco. Definitivamente Tovar e Drummond não mantinham boas relações.

Informação 9: ‘A província de S. Catarina, pela sua posição geográfica, pelos seus portos, rios, lagos e matas e pela fertilidade de seu terreno, deve merecer amplos cuidados do governo (...) Deve-se criar ai e fazer prosperar uma boa povoação marítima. Para isso é necessário proteger a pesca em grande. A pesca é o viveiro de marinheiros e produz muito alimento barato. O ministro Tomás Antônio tinha em vista fazer de S. Catarina um grande arsenal marítimo. Tinha em vista elevar aquela província a um grau de grande prosperidade. S. Catarina é o posto avançado do Rio de Janeiro no rio da Prata.’ [Página 64].

Considerações:

a) Drummond evidencia que o interesse por Santa Catarina dava-se principalmente por questões estratégicas em relação ao Rio da Prata.

b) A Colônia Nova Ericeira ao se voltar prioritariamente, pelo menos no projeto original, à atividade pesqueira, não descuidava desse interesse estratégico do ministro Tomás Antônio, uma vez que a salga do pescado poderia auxiliar tanto na alimentação das tripulações que se dirigiam ao estuário do Prata como as populações instaladas no Rio Grande do Sul.

Informação 10: ‘Foi um aviso do almirante Quintela, ministro do Reino da revolução de 26 de fevereiro de 1821, pelo qual me participava que tendo a tropa reunida pelo silêncio da noite, na Praça do Rocio, proclamado a Constituição que se fizesse em Portugal, S. M. havia anuído e nomeado a ele almirante seu ministro do Reino; que, sendo necessário nas atuais circunstâncias proceder com a mais severa economia, suspendesse eu todas as obras que exigissem despesa e me retirasse para a corte, porque S. M. dava por acabada a comissão de que eu estava encarregado.’ [Página 64-65].

Considerações:

a) Drummond chegou ao Rio de Janeiro a 09 de maio de 1821.

b) Em nenhum momento Drummond afirma que foi chamado a Desterro para receber a correspondência do almirante Quintela. Tudo indica que Drummond estava em Desterro, o que atesta que ficou tempo demais fora de sua colônia. Muitas evidências existem nesse sentido.

c) Ele atesta que seu retorno é motivado por economia nas despesas de governo, indicando que efetivamente tinha orçamento a gastar em Santa Catarina.

Informação 11: ‘(...) o conde dos Arcos mandara examinar nas tesourarias de Santa Catarina, Rio Grande e no Erário do Rio Janeiro o estado das minhas contas durante a comissão de que tinha estado encarregado com a Fazenda Pública (...) O conde desconfiou, e nisto me fez grave injustiça, que eu estaria alcançado com o erário ou teria gerido mal os dinheiros do Estado, e que sendo assim era chegada a ocasião de poder ele saborear o prazer da vingança.’ [Página 68].

Considerações:

a) Drummond atesta que utilizou uma quantia expressiva de dinheiro público para tentar implantar a colônia. Seria interessante sabermos quanto gastou e o que realizou com esse dinheiro aqui no Vale do Itajaí já que ele mesmo afirma que não teve tempo de fazer muita coisa por aqui.

b) Por tudo o que disse, fica difícil de acreditar que realmente a madeira enviada ao Rio de Janeiro saiu do seu próprio bolso.

Informação 12: ‘(...) general Madeira (...) Veio para o Brasil no posto de coronel comandante do batalhão nº 12 de infantaria, que fazia parte da Divisão Auxiliadora que o rei D. João VI mandou vir de Portugal, depois dos acontecimentos de Pernambuco em 1817. O batalhão 12 de que Madeira era comandante foi transferido em 1819 da Bahia para Santa Catarina (...) Em 1820 regressou com o seu batalhão para a Bahia.’ [Página 97].

Considerações:

a) Neste batalhão serviam muitos agricultores e jornaleiros que iriam ser dispensados para compor três colônias catarinenses: Nova Ericeira, Itajaí, Cubatão.

b) Era tradição, desde Portugal, que os soldados fizessem trabalhos extras nas horas de folga. Portanto, todo soldado português tinha uma certeza prática na agricultura, servindo dessa forma aos interesses coloniais na região.

Informação 13: ‘A amizade que me unia a José Bonifácio era tão estreita que entre nós, apesar da diferença das idades, não havia a menor divergência. As opiniões de José Bonifácio na generalidade eram as minhas; eu o respeitava como amigo, como mestre e diretor, e para mim tudo isso era uma glória que enchia a minha alma da mais pura satisfação. O Imperador sabia muito bem que em política eu não tinha outros sentimentos que não fossem os sentimentos de José Bonifácio.’ [Página 112].

Considerações:

a) Se ele atesta de próprio cunho uma vassalagem intelectual como pudera resistir ao pedido de José Bonifácio, e do próprio imperador D. Pedro I, de aderir às hostes maçônicas? No nosso entendimento Drummond era maçom.

II – A CONTRIBUIÇÃO DE MARCOS KONDER

O médico e político republicano José Ferreira da Silva foi um dos primeiros homens públicos a realmente demonstrar interesse em preservar a memória do povo itajaiense. No inverno de 1907 publicou no jornal *Novidades* uma série de quatro artigos sintetizando as entrevistas que promoveu com Antônio da Costa Flôres sobre a Itajaí de 1840-1844. Deu às entrevistas o sugestivo título de ‘Reminiscências’.⁽⁴³⁾

Treze longos anos se passaram até outro homem público tomar a iniciativa de se interessar vivamente pela história de Itajaí. Trata-se de Marcos Konder, que, em 1920, na condição de superintendente municipal, organiza o evento memorável que ele próprio intitulou de ‘Centenário da fundação de Itajahy’. Marcos escolheu aleatoriamente a data de 12 de outubro para marcar no calendário histórico de nossa comunidade a sua fundação pelo colonizador Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond. Na oportunidade, Marcos deixou como legado o discurso intitulado ‘A Pequena Pátria’ proferido no dia 12 de outubro de 1920.⁽⁴⁴⁾

A tese de Marcos Konder concedendo a Drummond a honra da fundação de Itajaí reinou soberana até a década de 30, quando o memorialista José Ferreira da Silva publicou dois artigos [o primeiro no jornal ‘A Cidade de Blumenau’ de 05 de dezembro de 1931; o segundo no jornal ‘Correio de Blumenau’ de 1932] onde enfrenta Marcos Konder dizendo em linha reta: ‘É fóra de duvida que Drummond não foi o fundador de Itajahy’.⁽⁴⁵⁾

A partir daí se estabelece um novo silêncio que perdura até a década de 50, quando Marcos Konder resolve publicar uma segunda edição do opúsculo contendo o

discurso do centenário intitulado ‘A Pequena Pátria’, defendendo o nome de Drummond como fundador de Itajaí e questionando o arrazoado apresentado por José Ferreira da Silva em seus artigos publicados na imprensa de Blumenau. O brilhante pesquisador Lucas Alexandre Boiteux, sem entrar diretamente na contenda entre Marcos e José Ferreira, publica, em 1958, uma série de artigos sobre os primeiros moradores do Vale do Itajaí, passando a impressão de que deseja contestar indireta e sutilmente a tese da fundação de Itajaí por Drummond. ⁽⁴⁶⁾

A partir da segunda edição do ‘A Pequena Pátria’ parece que José Ferreira da Silva resolveu aceitar o debate proposto por Marcos Konder e passa a pesquisar de forma sistemática a questão da fundação de Itajaí, publicando os resultados de suas pesquisas na imprensa regional. O debate se intensifica com a entrada em cena de diversos outros articulistas, como é o caso de Nemésio Heusi, José Tolentino da Silva, Silveira Júnior e Arnaldo Brandão. Na década de 70 a polêmica ganha novos contornos com a publicação do livro de Afonso Luiz da Silva ⁽⁴⁷⁾ – secretário da Câmara de Itajaí – e se arrasta pelos anos 80 para nunca mais sair da pauta da imprensa local.

É essa grande produção histórica/jornalística que vamos utilizar como base para nossos estudos. Nesse sentido, nada mais objetivo do que começar analisando o próprio discurso de Marcos Konder, fonte principal de todo o debate sobre a fundação de Itajaí. Depois, analisaremos diversos textos que publicou isoladamente ou no calor da polêmica com José Ferreira da Silva e seus apoiadores.

O discurso que Marcos Konder estabeleceu na historiografia itajaiense é o que podemos qualificar como ‘discurso fundador’ ⁽⁴⁸⁾ ou ‘instauração de discursividade’ ⁽⁴⁹⁾. Apoiados em autores como Foucault, Pêcheux, Orlandi, podemos concluir que ‘A pequena pátria’ de Marcos Konder não é apenas um discurso, apenas um opúsculo publicado, republicado e citado à exaustão; constitui-se como um ‘discurso fundador’. Ele transferiu Marcos Konder da simples categoria de ‘autor’ para a categoria de ‘fundador’: ‘(...) quando os autores não são apenas autores de suas obras, mas quando *produzem alguma coisa a mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos*’. ⁽⁵⁰⁾. Em síntese: o discurso de Marcos Konder fundou o debate sobre a fundação de Itajaí.

Marcos estabelece uma nova ‘discursividade’ ‘(...) *cria uma nova tradição, re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra*’ ⁽⁵¹⁾. Nisso nem tudo é verdade, nem tudo é real. Essa construção histórica, essa re-significação do fato, essa nova versão, esse novo olhar sobre o passado à luz das necessidades e dos interesses

presentes, não trabalha apenas no plano do real e do racional, abrindo espaço para idiosincrasias e até mentiras construídas intencionalmente para consolidar hipóteses e interesses políticos-ideológicos (⁵²).

Não podemos deixar de registrar que Marcos Konder construiu, elaborou, retocou cenários históricos, mentiu ao argumentar em defesa de suas teses. Mas, José Ferreira da Silva, seu principal oponente, também colocou os pés nessa trilha arenosa e íngreme. Eles andaram por um caminho onde *'(...) a verdade e a mentira se misturam e se refundem'* (⁵³) na construção de uma nova realidade história, ou em uma nova forma de, no presente, impor um outro olhar sobre o passado.

Apesar do texto de Vasconcelos Drummond ter sido elaborado quase um século antes do texto de Marcos Konder, é no segundo que encontramos as características da 'discursividade' do 'discurso fundador'. Há uma diferença qualitativa gritante entre os dois textos. Drummond se limita a relatar um episódio histórico da qual foi autor presente, protagonista, enquanto Marcos o re-significa, deslocando para um novo cenário montado por ele próprio, dentro de uma lógica conjuntural completamente diferenciada em relação a Drummond. Vasconcelos de Drummond se vê em uma Santa Catarina concreta, real; Marcos Konder o coloca em uma 'Pequena Pátria' idealizada.

Nesse sentido consideramos que o ponto fundamental na 'discursividade' de Marcos Konder está justamente em estabelecer o ato de colonização de Drummond como um ato fundador de uma comunidade, coisa que Drummond não demonstra ter intenção de fazer ao longo do seu texto. Mas Marcos Konder vai além de colocar Drummond como fundador de Itajaí, ele, sabendo que Drummond está atuando em lugar diverso [Taboleiro – Rio Itajaí-Mirim] daquele que consensualmente se estabelece como marco zero da cidade [Estaleiro – Rio Itajaí-Açu], cria um não-lugar, quase uma terra ficcional, legendária, com a expressão – copiada da literatura mundial – 'A pequena pátria'. A partir do estabelecimento de que Itajaí é uma 'pequena pátria' já não importa mais onde exatamente se deu o ato fundador da cidade, se no Taboleiro ou Estaleiro, porque fica aqui valendo a máxima de que 'no todo cabem as partes'. E não há nada mais amplo, porque entra no campo do imaginário.

Quando José Ferreira da Silva e todos os demais debatedores resolvem construir textos acerca do tema iniciado por Marcos Konder já estava estabelecido um ponto de referência: a fundação de Itajaí. Ora, para algumas pessoas essa indicação temática é óbvia, mas não pensamos assim. Não há nada de óbvio em estabelecer que Drummond fundou a comunidade de Itajaí ao tentar instalar uma colônia às margens do Rio Itajaí-

Mirim. Dar a Drummond o *status* de fundador é guindá-lo a uma esfera de homens especiais, daqueles que fizeram a diferença e, por isso mesmo, devem ser considerados como mitos ou até mesmo deuses, como é o caso de Rômulo para Roma e, Teseu para Atenas. ⁽⁵⁴⁾. Podemos olhar diferentemente para 1820 e a colônia no Itajaí, e aí podemos deixar a criatividade solta para estabelecer diversos outros olhares que não o da fundação.

Outro ponto fundamental na promoção de uma análise mais depurada da ‘A Pequena Pátria’ diz respeito aos interesses políticos de Marcos Konder em todo o processo que culminou com os festejos do centenário da fundação da cidade. Passou um cavalo encilhado e Marcos pulou sem vacilar. Caso não pulasse nesse potro xucro outro só passaria muitos anos depois, já fora do seu mandato de superintendente. Não lhe ocorria outra data e outro feito que lhe pudessem propiciar tal oportunidade política. Então ele agarrou as rédeas com unhas e dentes para não soltá-la mais. Mesmo que para isso tivesse de pagar um preço muito alto, aquele que Machiavel indicou no rei Luis XII de ‘*cometido o primeiro erro, precisou então cometer outros (...)*’ ⁽⁵⁵⁾.

Marcos errou ao inventar a data de 12 de outubro, mas errou muito mais em sustentar suas invenções ao longo do debate com outros intelectuais. Mesmo quando acenou com a possibilidade de defender uma tese consensual, colocando Drummond como fundador e Agostinho como colonizador, estabeleceu no espírito da proposta o interesse de manter intacto o núcleo válido ⁽⁵⁶⁾ de sua tese. Portanto, aceitava perder os anéis para não perder os dedos. Essa postura de Marcos abriu caminho para que outros oficialmente cometessem desatinos no trato da história de Itajaí. Funcionários da Fundação Genésio Miranda Lins e do Museu Histórico de Itajaí, por exemplo, insistem em apresentar uma tela de Willy Zumblick como representando a imagem de Agostinho Alves Ramos, ao mesmo tempo que mostram um busto inventado do escravo Simeão – construtor da primeira Igreja da Immaculada Conceição.

Doze de outubro, Colônia São Tomás de Vilanova, retrato de Agostinho, busto de Simeão ... o que afinal é verdade e o que é mentira na História de Itajaí?

TEXTO 1: A Pequena Pátria. Navegantes: Papa Terra Editora, 2012.

Escolhemos usar como referência a edição de 2012, apesar de termos em nossa biblioteca particular também as edições de 1958, 1982, 2003, porque esta edição é fac-símile da primeira edição de 1922.

Informação 1: ‘Quando em 17 de junho de 1860 o nosso município se emancipou da tutela de Porto Belo (...)’ [Página 14].

Considerações:

a) Durante muito tempo a data de emancipação oficial era 17 de junho de 1860. Depois a data foi corrigida para 15 de junho e assim ficou até os dias atuais. Parece que existem três datas básicas sobre nossa independência: a data da lei – 04 de abril de 1859, a data da sessão solene de posse da Câmara – 15 de junho de 1860, a data do início dos trabalhos administrativos de fato – 17 de junho. Prevaleceu a data da sessão solene de instalação da Vila.

b) As datas comemorativas são sempre arbitradas por um grupo de pessoas conforme conveniências de época. Por algum tempo a ideia era conceder feriado municipal no dia 04 de abril, mas aí também prevaleceu o 15 de junho.

c) Ao arbitramos a data de 15 de junho de 1860 como a data máxima de criação da Vila ocorre um fenômeno interessante: Blumenau tem mais idade que Itajaí apesar de ter sido desmembrado deste. Seria como um filho ser mais velho que o pai. Resulta daí que muitos pretendem dar a Itajaí uma nova data de nascimento, estabelecendo uma data próxima a 1820, com Drummond e/ou Agostinho Alves Ramos na posição de fundador.

Informação 2: ‘Em 1818 uma fragata aportou à ilha de S. Catarina, trazendo a bordo um jovem diplomata, de fina educação e de descendência ilustre, cuja missão, sem fins visíveis, em nossa pitoresca ilha, vinha envolta em inexplicável mistério.’ [Página 22].

Considerações:

a) A bem da verdade Drummond trabalhava no gabinete do chanceler-mor Tomás Antônio de Vilanova Portugal mas não era diplomata e sim burocrata da repartição. A diplomacia entra na vida de Drummond só depois do retorno do exílio na Europa por volta de 1830.

b) Mistério existia, porque nunca ficou bem explicado qual a real missão de Drummond em Santa Catarina. Se tinha de passar férias, também falta explicar porque escolheu Santa Catarina e não outra província mais desenvolvida...

c) Ele já conhecia Santa Catarina de outras missões que lhe designou o chanceler Tomás na região sul entre Desterro e Montevidéo. Mas a escolha de Desterro pode estar associada aos interesses do grupo político de Tomás, incluindo José Bonifácio de

Andrada, em duas questões que mereciam descrição total: movimento de independência do Brasil, localização da mina de ouro ou prata do Monte Tayó.

Informação 3: ‘Estudioso infatigável e excursionista apaixonado, ele explorou o litoral em quase toda a sua extensão e ideou a abertura da primeira estrada de penetração para o planalto serrano. Eram excursões, já se vê, não de um viajor. Ansioso por gozar panoramas inéditos, mas sim de um bandeirante, em ambições outras do que as de estudar o melhor meio de abrir clareiras na mata virgem, de rasgar o sertão de estradas para levar o facho da civilização a zonas selagens e inexploradas, habitadas pelo gentio bárbaro, ou em cujas praias vegetavam filosoficamente pescadores espanhóis e lusitanos.’ [Página 23-24].

Considerações:

a) A ideia original da ligação litoral-Lajes não é de autoria de Drummond. Concordamos que ele possa ter feito gestões junto a Tomás para tomar a decisão de governo de revitalizar essa passagem tão importante para a economia de Santa Catarina.

b) Também não abriu estradas, porque serviu-se de estrada conhecida como ‘Caminho do Meio’ entre Porto Belo e Camboriú para chegar pela primeira vez às suas terras no Itajaí-Mirim. Em outras viagens tinha também como opção as hidrovias do Itajaí Grande e do Itajaí Pequeno, disponibilizadas pela própria natureza.

Informação 4: ‘E de todas as terras que ele explorou, por mar ou por terra, a que mais prendeu a sua atenção de observador arguto foi uma região ao norte da Ilha de S. Catarina, vale ubérrimo e magnífico, servido e fecundado pelo maior rio do litoral, dotado de uma natureza luxuriante e soberba, região e vale que, dormindo ainda o sonho multissecular da incultura primitiva, aguardavam apenas o *fiat* do homem civilizado para desabrochar em esplendidas eclosões de messes e de bênçãos.’ [Página 24].

Considerações:

a) As terras da foz do Rio Itajaí, bem como todas as terras interiores de Canhanduba, Rio do Meio, Itaipava, Taboleiro já estavam ocupadas por sesmeiros, posseiros, jornaleiros, adventícios em geral. Tanto isso corresponde à verdade que as duas sesmarias a serem colonizadas por Drummond foram repassadas ao rei por seus proprietários legítimos, concessionários de sesmarias. Portanto, a região não estava ‘dormindo ainda o sonho multissecular da incultura primitiva’ só não tinha ainda sentido a força da mão do Estado e sua boa vontade.

b) Esse ponto é de fundamental importância para entender muitas coisas que depois serão ditas a favor e contra Drummond. Afinal, quem seguir a linha de raciocínio

de Marcos Konder vai supor que Drummond é um bandeirante, um desbravador que tudo fez desde o início. Mas, quem tiver em mãos a lista de sesmeiros e posseiros que já estavam na região há décadas, poderá perceber rapidamente que Drummond ocupou uma região que já produzia milho e feijão, construía barcos e canoas e produzia taboado.

Informação 5: ‘Drummond não se conteve e, atraído por esse vale da promessa, concebeu desde logo um vasto e grandioso plano: o de colonizar as terras banhadas pelo rio Itajaí.’ [Página 24].

Considerações:

a) O plano de colonizar o Vale do Itajaí não é de Drummond. Tomás já esboçara essa preocupação estratégica de ocupar todo o Sul até a margem direita do Rio da Prata por conta da disputa territorial com os espanhóis. Aqui em Santa Catarina ele tinha o operador Mello Alvim, que estava administrando a Colônia Nova Ericeira na Enseada das Garoupas – depois Porto Belo.

b) A missão de Drummond, tudo faz crer, dava continuidade à ocupação de terras iniciadas na Enseada das Garoupas. Um projeto envolvendo grande extensão que hoje corresponderia a terras de municípios como Tijucas, Bombinhas, Porto Belo, Camboriú, Balneário Camboriú, Itajaí, Brusque, Navegantes e até Penha.

c) Marcos Konder, a exemplo de Drummond, não distingue o Rio Itajaí Grande do Rio Itajaí Pequeno. Essa inexatidão geográfica vai dar margens a muita confusão nos debates acerca da fundação de Itajaí. Parece, pelo menos no caso específico de Marcos Konder, ser proposital, visando confundir os debatedores adversários.

Informação 6: ‘Fora isto em 1819, tinha então Drummond 25 anos. Chegado a S. Catarina e preparada com vagar e método a expedição memorável, provida de tudo, inclusive dos elementos precisos para a construção de um engenho de serrar madeiras e de um pequeno estaleiro, Drummond singrou com a sua pequena flotilha em demanda da barra do Itajaí, em cuja foz ancorou para estabelecer a sua colônia em uma das margens.’ [Página 25].

Considerações:

a) O discurso de Marcos Konder tenta preencher em apenas um parágrafo as principais lacunas encontradas nos dois textos, muito mais longos, deixados por Drummond. É um texto ideologicamente pensado. Vai servir de referência para todas as argumentações futuras.

b) Primeiro afiança que Drummond veio à Itajaí comandando uma flotilha, quando sabemos que ele teve acesso às suas terras pelo ‘Caminho do Meio’. Ele não veio pela barra do Rio Itajaí mas por Porto Belo e Camboriú.

c) Nenhum documento existe comprovando que ele trouxe componentes para montar um engenho de serrar ou equipamentos para a montagem de um estaleiro. Para Marcos Konder, fora isso teria de reconhecer que na região já existiam engenho para cortar madeira e estaleiro para construção de barcos maiores. Afirmando que Drummond trouxe tudo, ficava incólume sua assertiva de que Drummond colonizou a terra selvagem, foi o pioneiro, o colonizador, o desbravador.

d) Mas o mais importante nesse ponto do discurso de Marcos Konder é a afirmativa de que ele ancorou sua flotilha em terras próximas à foz do Rio Itajaí e ali formou sua colônia. Desta forma conseguiu colocar Drummond exatamente no ‘marco zero’ de Itajaí.

e) Alguém já pôs os olhos sobre um documento que relacionasse o nome dos tripulantes e passageiros dessa flotilha ou os nomes das embarcações que formavam a flotilha de Drummond?

e) O discurso de Marcos Konder, desta forma, vai deixando rapidamente de se constituir como um documento histórico para se transformar em uma peça de ficção.

Informação 7: ‘Bem depressa a atividade e a energia dos primeiros colonos, sob a direção criteriosa e inteligente do seu chefe, frutificaram. Armandando o engenho em um dos ribeirões mais próximos foram as matas reduzidas a toras e as toras a taboado; os roçados transformados em sementeiras de milho e feijão. Simultaneamente trabalhava-se febrilmente na construção do primeiro barco, a sumaca S. Domingos Lourenço (...)’ [Página 25].

Considerações:

a) Este parágrafo colhe os frutos do que fora plantado no parágrafo anterior. Se antes Marcos Konder afirmava que Drummond trouxe instrumentos de carpintaria naval, sementes, peças de um engenho de serrar madeira ... agora é natural que isso tudo seja utilizado e comece a dar resultado produtivo. Então as toras viram taboado, as madeiras viram uma sumaca, as sementes se transformam em um carregamento de milho e feijão... Plantou e colheu sem, contudo, mostrar um documento, uma evidência, uma prova física. O discurso de Marcos Konder é uma peça que basta a si mesma. Ele constrói a base onde sustenta suas conclusões.

b) Um discurso desse teor só é possível perpetuar-se como uma grande peça histórica por ter sido construído em um tempo em que Itajaí simplesmente não tinha história. Seria como se Itajaí estivesse nos seus primórdios civilizatórios com Marcos Konder nos servindo como o poeta Homero serviu à Grécia.

c) Como já afirmei anteriormente, a sumaca São Domingos Lourenço existiu de fato e promoveu diversas viagens entre os portos do Rio de Janeiro e Santa Catarina neste período em questão. Falta contudo saber onde foi construída, data de construção, proprietário

Informação 8: ‘Estavam assim conquistadas definitivamente para a civilização as terras banhadas pela foz do nosso rio e fundado o povoado, que deu origem a nossa pequena cidade.’ [Página 25].

Considerações:

a) As terras banhadas pela foz do nosso rio – Itajaí – já estavam em mãos de sesmeiros brancos há mais de século, já que o primeiro aqui registrado pode ter sido João Dias de Arzão em 1658.

b) A colônia não foi fundada na foz do Rio Itajaí, mas na localidade conhecida por Taboleiro, às margens do Rio Itajaí-Mirim.

Informação 9: ‘A data exata da fundação não a consegui averiguar. A única fonte, onde colhi os subsídios para esta despreziosa crônica, foram as ‘Anotações’ feitas pelo mesmo Drummond (...).’ [Página 26].

Considerações:

a) Marcos Konder não esconde de ninguém que inventou uma data para comemorar o centenário de fundação de Itajaí.

b) Há quem afirme que a data [12 de outubro] foi escolhida por orientação de um grupo maçom. A data teria relação com diversos fatos históricos do Brasil, todos relacionados diretamente com ações dessas sociedades secretas.

c) Estamos diante da confissão de que Marcos Konder não pesquisou sobre o tema, mas se apropriou apenas das ‘anotações’ feitas pelo próprio Drummond. Pior, deu à elas uma leitura toda particular, de forma a manipular informações nelas contidas para justificar a sua decisão de escolher Drummond como fundador de um povoado que supostamente deu origem ao Município de Itajaí.

Informação 10: ‘Antes de conhecer a obra de Drummond, este fato já nos tinha sido revelado pelo Padre Leonardo Stock da Ordem dos Franciscanos, que rebuscando assentos antigos da paróquia, encontrara documentos que coincidem exatamente com as ‘Anotações’ de Drummond.’ [Página 26-27].

Considerações:

a) Pela primeira vez o historiador Marcos Konder cita uma fonte que não seja as ‘Anotações’ de Drummond. Contudo é uma citação vaga. Ouvi dizer, ouvi falar, fulano me contou. Mas de qualquer jeito é uma fonte interessante que devemos considerar como válida.

b) Talvez esteja aí a origem da ideia do centenário de Itajaí. Marcos Konder em conversa com o padre Leonardo Stock ficou sabendo da viagem de Drummond à região, pesquisou, encontrou as ‘Anotações’ e teve a ideia do centenário, usando-a em seu benefício político.

Informação 11: ‘Apesar dos meus quase nulos conhecimentos de história catarinense, julgo não ser temeridade afirmar que semelhantes controvérsias e dúvidas teriam razão de ser, se não possuíssemos o testemunho escrito do próprio colonizador, que era um homem de bem e de caráter incapaz de mentir ou de fantasiar. Podemos, portanto, tranquilamente aceitar Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond como o primeiro colonizador destas paragens, certos de que se outro qualquer aqui esteve antes dele, não realizou ato algum, digno de ser assinalado como obra de conquista do homem civilizado.’ [Página 28].

Considerações:

a) Drummond não era um homem ‘incapaz de mentir’ e isso está mais do que provado confrontando as correspondências de Drummond e do governador Tovar dirigidas a Tomás Antônio de Vilanova Portugal.

b) Marcos Konder está certo na afirmação de que ‘Podemos ... tranquilamente aceitar Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond como o primeiro colonizador (...)’ porque essa é uma escolha arbitrada pelo conjunto da sociedade. O povo de Itajaí escolhe uma data e um fundador à sua vontade. O povo romano escolheu Rômulo como fundador aceitando a história de que fora abandonado na selva e alimentado por uma loba ao lado do seu irmão Remo. Porque nós itajaienses não podemos aceitar Drummond como fundador de Itajaí? Nisso basta querer mandar os fatos históricos às favas, dando primazia à lenda, como fizeram os romanos e também Marcos Konder.

Informação 12: ‘Espírito brilhante, impregnado das teorias econômicas em voga, ele soube aplicá-las na prática com admirável descortino a rara elevação de vistas, realizando uma colonização inteligente e moderna que pode ainda servir de modelo aos estadistas de hoje. O cultivo do solo ao lado da indústria extrativa da madeira e ambas amparadas no transporte fácil e econômico. O lavrador e o industrial produzindo com entusiasmo, certos de que o seu trabalho não pereceria por falta de meios de comunicação e a míngua de mercados de consumo.’ [Página 28].

Considerações:

a) Marcos Konder fala de uma administração inteligente e moderna, mas sua única fonte de pesquisa foi as ‘Anotações’ de Drummond, e nelas nada encontramos sobre a questão do modelo administrativo adotado na suposta colônia. Marcos colocou o produtor rural ao lado do madeireiro, o armador ao lado do comerciante do grande centro ... todos unidos em um grande esforço para fazer florescer a nova colônia. Tudo sob orientação ‘inteligente e moderna’ do jovem Drummond. Haja criatividade.

TEXTO 2: 1956 - A Pequena Pátria. Marcos Konder. O Libertador de 27 de dezembro de 1956. Sem página numerada. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 65-66.

Informação 1: ‘Em 5 de Dezembro de 1931 publicou o sr. Ferreira da Silva no Jornal “A Cidade de Blumenau” um artigo, no qual se refere à fundação de Itajaí. Ele contesta o fato de que Antônio de Menezes Vasconcelos Drummond tenha sido o primeiro fundador das terras de Itajaí e cita como primeiros concessionários de terras os nomes dos posseiros José Corrêa de Negreiros e Silvestre Nunes Leal Corrêa. Mas, estas concessões referem-se a terras sitas no Itajaí-mirim, citando até o ribeiro Canhanduba, intitulado no documento Cajanduva. Nenhum ato de colonização eles praticaram (...) Há também o caso dos Arzões, moradores no bairro da Fazenda. Ali naturalmente tratavam esses posseiros apenas de plantar algumas roças e de pescar no rio e barra fronteiras para o sustento da sua família.’ [Página 66].

Considerações:

a) Marcos Konder argumenta que os colonos que tinham terra no Itajaí-Mirim ou próximo dele não estavam dentro da lógica da fundação de Itajaí e ‘Nenhum ato de colonização eles praticaram’. Ele argumenta assim por acreditar que Drummond colonizou o Itajaí Grande e não o Itajaí Pequeno. Também acreditava que Drummond efetivamente realizou tudo o que insinuou ter realizado, mesmo sem dar provas sobre quaisquer dos seus supostos feitos.

b) Para descartar a família Arzão como fundadora da cidade garante que eram apenas posseiros que plantaram e pescaram no sistema de economia de subsistência, também não promovendo ato de colonização. Sobre estes reproduz erro de autores catarinenses que colocam os Arzão na Fazenda quando eles estavam na Barra do Rio. Como vimos anteriormente, essa confusão é encontrada em livros dos historiadores de São Francisco do Sul e foi reproduzida à exaustão pelos historiadores de Itajaí e Santa Catarina de modo geral.

c) Desconsidera uns por serem proprietários de terras no interior e outros, por serem apenas posseiros. Na verdade todos tinham posse de terra e todos estavam dentro do território que podemos considerar ‘itajaiense’.

Informação 2: ‘A fundação do futuro povoado de Itajaí deve-se assim atribuir a Vasconcelos de Drummond por ter este realizado *a primeira obra de posse*, construindo o primeiro barco oceanico, a sumaca S. Domingos Lourenço, e montado o primeiro engenho de serrar madeira, utilizando para tal fim um dos maiores ribeirões que desembocava no rio. Talvez fosse o afluente antigamente chamado da preta Caetana e hoje conhecido como da Fluvial. Com o barco ele deixou ainda assinalado uma industria, a da carpintaria da ribeira, que tornou conhecido o nome de Itajaí. Muitos navios construídos nos estaleiros de Itajaí ainda navegam hoje em dia. Com a exportação da primeira madeira para o Rio, encetou-se um comercio, o qual constitui até hoje a principal exportação do vale do Itajaí. Estas duas obras – barco e madeira – foram assim os marcos primitivos da fundação de Itajaí.’ [Página 66].

Considerações:

a) Marcos considera que Drummond realizou a primeira posse oficial de terra em Itajaí o que não condiz com a verdade já que muitos sesmeiros tinham recebido a posse oficial de terra antes de 1820.

b) Considera que Drummond construiu a sumaca São Domingos Lourenço, quando ele próprio afirma que ‘construiu-se’ uma sumaca e não que ‘eu construí’. Quando Drummond chegou à região já existia o local intitulado por ‘Estaleiro’ na foz do Rio Itajaí Grande que depois seria considerado o nosso ‘marco zero’ – atual Praça Vidal Ramos.

c) Sabemos que o Ribeirão Caetana foi um canal extravasor feito pelas águas do Rio Itajaí-Mirim na enchente de 1880. Como ele nasceu em 1882 e teve contato com gente que pode testemunhar se essa informação é verdadeira ou não, é interessante ele afirmar da existência do ribeirão no tempo de Drummond [1820]. A informação sobre a formação do Caetana como um canal extravasor feito durante a enchente deve ser colocada em suspeita.

d) Garante que Drummond exportou o primeiro lote de madeira quando sabemos que o comércio da madeira já existia em toda a região, assim como a carpintaria de ribeira. Ele não foi pioneiro em nenhuma das duas atividades econômicas e, portanto, não foi responsável pelos ‘marcos primitivos da fundação de Itajaí’. Ele não pode inventar, instalar, implantar ... o que já está sendo praticado há muito em toda região. O memorialista Isaque de Borba Corrêa tem pesquisa bem adiantada sobre essa questão. Afirma em livro que está concluindo [2018] que existia uma verdadeira ‘máfia’ liderada por Miguel de Mello e Alvim para retirar a madeira ilegalmente das matas catarinenses. (57).

e) A base da argumentação de Marcos Konder está em aceitar como tese verdadeira aquela levantada pelo biógrafo de Drummond: que aqui encontrou a região em situação de ‘caos primitivo’ e deu início à civilização nos moldes europeus. Antes dele nada existia, ninguém fez nada de relevante, não produziu e não comercializou, não navegou no Itajaí Grande ... de tudo Drummond foi o desbravador, o explorador, o pioneiro.

f) Marcos não aproveitou o principal argumento em favor de Drummond para guindá-lo à condição de fundador de Itajaí. Como já havíamos colocado durante mesa redonda na ACII em 2016, o grande feito de Drummond foi ter sido o arauto de um grande feito para Itajaí: pela primeira vez em sua história o governo central demonstrou interesse prático pela colonização do Vale do Itajaí. Drummond não implantou nada de novo, não fez nada de novo, mas trouxe para nós a presença oficial do Reino. A partir dele ficou estabelecido que o governo central estava interessado de fato em colonizar o Vale. Isso nós vamos ver nas ações sucessivas que irão ocorrer, principalmente a partir da década de 1830 sob liderança de Agostinho Alves Ramos. Drummond é ato institucional, a presença oficial do Estado no Vale do Itajaí. Ele lidera o primeiro projeto oficial de colonização do Vale do Itajaí. Antes dele todas as iniciativas eram particulares e isoladas, feitas por sesmeiros, posseiros, jornaleiros, adventícios em geral.

g) O mérito de Drummond, por esse viés, não deve ser medido pelo fato da colônia ter dado certo ou não, mas pelo fato dele ter trazido a presença do Estado às terras do Vale do Itajaí. Esse é o marco histórico estabelecido por Drummond. Antes dele todas as iniciativas foram particulares e isoladas, com ele e depois dele, muitas iniciativas contaram com a participação do Estado.

h) A fazenda de Alexandre e Dona Felícia na foz do Rio Itajaí foi mais produtiva que qualquer coisa que Drummond tenha feito lá pelo lado da estrada de Brusque. Então

não está em questão aqui se a colônia de Drummond foi produtiva ou não, porque esse critério colocaria outros atores no cenário da fundação em igual condição com ele. Se ele trouxe alguma coisa nova para o Vale do Itajaí, essa inovação chama-se: interesse do Estado em colonizar suas terras... o que não é pouca coisa se estamos falando em termos de perspectivas de desenvolvimento futuro.

TEXTO 3: O historiador José Ferreira da Silva e o fundador de Itajaí - Antonio de Meneses Vascondellos de Drummond. Marcos Konder. *Jornal do Povo* de 23 de novembro de 1958. Capa. IN: FLORIANO, Magru. *Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador*. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 123-124.

Informação 1: ‘Em vez disto Ferreira da Silva manda Drummond para Brusque, sem se lembrar que Brusque foi fundada mais tarde pelo Barão von Schneeberg. A distância de Itajaí aos limites de Brusque (Limeira) são nada menos de 38 quilômetros. Ele tem também a liberdade de afirmar que Drummond provavelmente nem tenha estado em Itajaí. Ora, como naquele tempo não havia estradas de rodagem – a primeira entre Itajaí e Camboriú foi construída no meu tempo pelo governo Estadual – Drummond teve necessariamente de vir numa embarcação para desembarcar em Itajaí. Como o Itajaí-mirim ou Rio Pequeno desagua na Barra do Rio, bairro que hoje faz parte da cidade, é possível que o barco de Drummond tenha sido construído na foz deste rio.’ [Página 123].

Considerações:

a) No conflito de informações que Marcos Konder manteve com José Ferreira da Silva bem poucas vezes ele tem razão, mas nessa ele a tem. Realmente José Ferreira não pode colocar as terras do ‘Taboleiro’ como sendo Brusque, quer seja porque Brusque não existia – fora fundada décadas depois -, quer porque Itajaí é Itajaí em qualquer parte do seu território [centro ou periferia, urbano ou rural, litoral ou interior ...]. Dessa maneira se Drummond fez algo no Itajaí Grande ou no Itajaí Pequeno o fez em Itajaí.

b) Quanto a contestar a informação de que ‘Drummond provavelmente nem tenha estado em Itajaí’ é um equívoco sem tamanho cometido por José Ferreira da Silva, mesmo porque Taboleiro era Itajaí à sua época. Já vimos muitos textos que, pelo menos na sua primeira viagem, Drummond chegou às suas terras pelo ‘Caminho do Meio’ vindo por terra de Desterro ou a partir de Porto Belo ladeando as propriedades da Colônia Nova Ericeira estendidas ao longo da estrada Porto Belo – Camboriú. Mas essa certeza que nos dá relatório do próprio governador, não exclui a possibilidade de outras viagens de Drummond pelos rios Itajaí Grande e Pequeno. Então não dá de afirmar que ele não esteve no Itajaí Grande. Mesmo porque não se pode descartar a ideia de que a

sumaca São Domingos Lourenço tenha sido fabricada no ‘Estaleiro’, nosso ‘marco zero’ oficial.

c) A estrada entre Camboriú e Itajaí não foi feita pioneiramente por Marcos Konder. Como já vimos em diversos textos uma estrada entre São Francisco do Sul e Desterro já tinha sido construída no século XVIII [1700].

d) Aqui ele considera a possibilidade da sumaca ter sido construída na foz do Rio Itajaí-Mirim enquanto em outro texto considera a hipótese da construção ter sido na foz do Ribeirão Caetana. Isso demonstra que Marcos Konder não tem certeza sobre onde, como e por quem efetivamente a sumaca foi construída. Ele depende tão-somente das afirmações de Drummond em suas ‘Anotações’ e elas, por si só, constituem provas muito frágeis.

Informação 2: ‘Assim sendo terminemos esta contenda. O dr. Antonio Menezes de Vasconcellos Drummond realizou os atos de posse e o Coronel Agostinho Alves Ramos foi o seu sucessor e tomou a si o encargo da colonização.’ [Página 124].

Considerações:

a) Marcos Konder como bom político, percebendo que o fundamento de sua argumentação estava ficando cada vez mais fragilizado, acenou com uma bandeira de paz no conflito com José Ferreira da Silva. A conciliação dos contendores seria obtida dividindo os feitos em colonização e posse, onde Drummond ficaria com a honra de ser o primeiro a tomar posse das terras do Vale do Itajaí e Agostinho com a honra de ter promovido de fato os atos de colonização das terras do Itajaí. Tentou entregar os anéis para não perder os dedos.

b) A proposta de Marcos sintetiza muito bem a questão, porque recupera aquela questão fundamental na participação de Drummond, ou seja, o fato que ele representa pioneiramente a presença do Estado no Vale do Itajaí. A esse feito de representação dos projetos oficiais da Corte no Vale Marcos Konder chama de ‘atos de posse’. Esse ato independe da Colônia ter dado certo ou não, ser produtiva ou não, ter deixado legado ou não, ser em Itajaí Grande ou Pequeno ... É um fato histórico de alta relevância para todo o processo de desenvolvimento do Vale do Itajaí. Marcos Konder não tinha total consciência dessa importância que denominou de ‘atos de posse’. Ao escrever o que escreveu ‘atirou no que viu e acertou no que não viu’.

c) Pela primeira vez em toda essa questão sobre quem fundou Itajaí surgiu uma alternativa coletiva, ou seja, de atribuir a mais de um ator o mérito da fundação.

TEXTO 4: A Pequena Pátria – Respondendo a Nemésio Heusi. Marcos Konder. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Página 127.

Informação 1: ‘Assim teremos como realizador das posses Drummond e como seu sucessor e colonizador Agostinho Alves Ramos. Contentamos ambas as partes e não precisamos de mesa redonda’ [Página 127].

Considerações:

a) Marcos Konder, para se defender de ataques do grupo liderado por José Ferreira da Silva, volta a defender a tese conciliadora de atribuir a Drummond a posse e Agostinho a sucessão dos trabalhos iniciados por Drummond.

b) Aqui novamente Marcos Konder pode ter ‘Atirado no que viu e acertado no que não viu.’ Acontece que nenhum dos envolvidos nesse debate até a presente data ligou a ação de Drummond com a ação de Agostinho. Como podemos perceber facilmente, todos, sem exceção, colocam Drummond e Agostinhos em cenários e tempo diferentes. O primeiro no Itajaí de 1820 e o segundo no Itajaí de 1823 em diante. O que eles nunca perceberam é que os dois podem muito bem ter se encontrado em Desterro de 1819 e 1820. Mello e Alvim, Tovar, Drummond, Agostinho, Anacleto José Pereira ... estão em Desterro nesse período e poderiam muito bem ter trocado informações acerca das terras do Vale do Itajaí.

c) Porquê Drummond decidiu vir para Santa Catarina? Veio porque tinha realizado diversas viagens ao Sul do Brasil em ‘missão secreta’ da Chancelaria do Reino ... Havia um conhecimento prévia do local onde iria passar seu ‘exílio’. O mesmo podemos considerar a Agostinho Alves Ramos. Ele estava ligado ao comerciante Anacleto José Pereira, que mantinha barcos promovendo o comércio de cabotagem em toda a costa catarinense. Ele e sua esposa deviam estar sofrendo pressão política e econômica na Desterro durante o processo de independência do Brasil. Já estava buscando alternativas para sair de Desterro em caso do cenário tornar-se inóspito para os comerciantes portugueses. Vale ressaltar que muitos transferiram seus bens para o Rio de Janeiro buscando maior garantias econômicas, já que dali poderiam enviar tudo para Portugal mais facilmente. Desterro não mantinha ligação direta com a Europa. Então Agostinho e Ana, ao invés de optarem pelo Rio de Janeiro optaram por Itajaí. Uma ousadia que deu certo.

d) Se esta tese prevalecer em futuras pesquisas históricas, fica dito que Drummond e Agostinho tem muito mais em comum do que pensamos: primeiro porque podem ter se conhecido e trocado informações em Desterro entre 1819 e 1820; segundo porque Itajaí serviu de exílio para os dois no processo de Independência – Drummond por ser favorável à independência e Agostinho por ser considerado suspeito de ser contra a independência devido a nacionalidade do casal. Temos dois exilados, de lados opostos, buscando uma alternativa de vida em Itajaí.

e) Temos de reconhecer que ainda sabemos muito pouco da vida desses dois personagens históricos. Mas parece factível estabelecer um relacionamento entre Drummond e Agostinho em Desterro como frequentadores do circuito social da vila, junto com Anacleto José Pereira, o governador Tovar e o intendente da Marinha Miguel de Mello e Alvim ...

f) Nada é por acaso, nada acontece por acaso. A vinda de Agostinho para Itajaí tem uma conjuntura complexa composta por diversos fatores. Um desses fatores é o ambiente inóspito aos portugueses na Desterro à época da independência do Brasil. Um deles, mas não o único.

TEXTO 5: Centenário da criação do Município de Itajaí. Marcos Konder. *Jornal do Povo* de 18 de abril de 1959. IN: FLORIANO, Magru. *Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador*. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 147-149.

Informação 1: ‘Para comemorar o centenário do município de Itajaí havia duas correntes. Uma que decidiu-se pelo dia 4 de abril de 1959 e outra pela instalação do município em 17 de junho de 1860. Já se havia ajustado realizar-se a comemoração no ano vindouro, em 17 de junho. Eu era também da mesma opinião (...) Em 13 de Outubro de 1920 li e escrevi uma conferência a respeito da comemoração do centenário da fundação de Itajaí, a qual intitulei *A Pequena Pátria*.’ [Página 147].

Considerações:

a) Marcos Konder parece que escrevia sempre confiando em demasia na sua memória. Talvez por esse motivo, em muitos escritos, trabalha com datas diferentes ao falar do mesmo fato histórico. A sua conferência intitulada ‘*A pequena pátria*’, por exemplo, em outros escritos é tida como lida diante do Conselho Municipal no dia 12 de outubro e não no dia 13 como fala acima. O mesmo acontece com a Lei de 12 de agosto de 1833 que é citada como se fora 13 de agosto.

b) Por um longo tempo a data de instalação do Município de Itajaí era considerada 17 de junho de 1860 e não 15 de junho. Queremos crer que se dá pela seguinte perspectiva: A sessão de instalação do Município ocorreu no dia 15 de junho de 1860, mas os trabalhos efetivamente iniciaram no dia 17 de junho de 1860. Após Marcos Konder a data oficial passou a ser considerada 15 de junho de 1860. Também poderia ser considerada a data de 04 de abril de 1959, quando da promulgação da Lei que nos tornou município. Mas data é uma escolha. Ponto.

Informação 2: ‘Em 13 de Outubro de 1920 li e escrevi uma conferência a respeito da comemoração do centenário da fundação de Itajaí, a qual intitulei A Pequena Patria. Em 1956 mandei imprimir uma segunda edição atualizada, a qual provocou grande discussão. Ainda até hoje não chegaram a um acôrdo os que são os paladinos da fundação. A fim de não discutirmos mais resolvi deixar ao Dr. Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond a gloria das obras de posse – engenho de serra e barco – e ao Coronel Agostinho Alves Ramos o merito da colonização.’ [Página 147].

Considerações:

a) Marcos Konder fala que sua palestra foi proferida dia 13 quando em outros escritos fala sempre na data de 12 de outubro de 1920. Em diversos textos ele muda datas dando a entender que redigia seus textos confiando plenamente em sua memória, sem consultar arquivos e documentos.

b) Esse é um dos últimos escritos de Marcos Konder sobre o tema e, como podemos perceber, ele mantém a sua proposta conciliadora de incluir Drummond e Agostinho Alves Ramos no ato fundacional de Itajaí. Uma missão quase impossível porque os dois modelos [Drummond e Agostinho] são completamente antagônicos, até mesmo pelos motivos que os trouxeram à Itajaí: Drummond era pela independência; Agostinho foi perseguido por ser português [pelo menos assim pensava o povo de Desterro] no momento da independência. Um veio subvencionado pelo dinheiro público, outro veio movido pelo espírito do empreendedorismo. A colônia de Drummond estava baseada em ação de governo; a vila de Agostinho estava baseada na organização de uma comunidade que deseja autonomia administrativa. Tudo em Drummond era público: dinheiro, terras, projeto colonizador, motivação ... Mas público pelo lado ruim, aquele lado que se gasta dinheiro que não é seu, em um projeto que não é seu, e na qual não acredita. Por isso o projeto de Agostinho sobreviveu e vingou, por ser mais realista, mais concreto.

c) Tudo o que foi dito acima não elimina a presença do Estado no projeto de Agostinho. O Estado está muito presente nele, em todos os momentos, desde o início. Agostinho chega à Itajaí com informações privilegiadas obtidas em Desterro. Sabia que podia investir em Itajaí porque o Estado iria investir muito aqui nos próximos anos. Essa gente ‘não prega prego sem estopa’. Depois, Agostinho estrutura um projeto de poder para si que envolve diversos setores: econômico, político, religioso. A argamassa que junto tudo isso é seu carisma pessoal. Comparado com Agostinho o cavalheiro Drummond parece ave de arribação.

TEXTO 6: O Município de Itajahy – physico, economico, administrativo, historico – monographia apresentada ao Congresso das Municipalidades em 29 de setembro de 1927. Marcos Konder. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1927. Páginas 24 – 27.

Informação 1: ‘Itajahy foi fundado em 1820 por Antonio Menezes de Vasconcellos Drummond, jovem diplomata que o ministro de D. João VI Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal enviára em missão desconhecida a Santa Catharina, afim de afastal-o da Côte, onde suas tendencias libertarias de jornalista e amigo dos Andradas o tornavam um elemento perigoso e indesejavel. Em torno de descobrimentos e descobridores reina geralmente uma profunda controversia historica. A fundação de Itajahy não escapou a esta regra. Julgamos, no emtanto, ter elucidado sufficientemente a questão na conferencia realisada por nós por ocasião do primeiro centenário de Itajahy, em 1929. Demonstrámos pelo testemunho escripto do proprio Drummond nas ‘Anotações’ feitas à sua biographia, publicada em 1836 na ‘Biographie Universelle et Portative des Contemporains’, que devemos admitir Drummond como o verdadeiro fundador de Itajahy e acceitar o anno de 1820 como a data mais provavelmente exacta da fundação. Os pescadores hespanhóes e portuguezes existentes na costa, principalmente para os lados de Penha, não tivêram intuios de se fixar ao sólo nem praticaram acto algum de colonisação. Eram elementos instaveis, limitados exclusivamente à pesca erradia do mar. Nas mesmas condições se achariam os Arzões e outras familias que Drummond por ventura encontrasse pelas immediações da fóz do Itajahy-assú.’ [Página 24].

Considerações:

a) Importante observar que Marcos Konder era a única voz a propagar a História de Itajaí, em discursos, eventos e escritos [jornais, livros, atas ...]. Era a voz da História Oficial de Itajaí. Sua versão dos fatos prevalecia por ser a única já que somente em 1931 José Ferreira da Silva inicia o enfrentamento teórico com Marcos Konder movido por seu interesse pela História de Blumenau. José Ferreira entrou na História de Itajaí por consequência direta de estar estudando a História de Blumenau e do Vale do Itajaí, o resto foi pura paixão pela polêmica.

b) Para estabelecer Drummond como fundador era fundamental para Marcos Konder desconsiderar tudo o que fora feito anteriormente pelos primeiros moradores da região. Incluía nesse menosprezo, inclusive, a obra extraordinária da ‘Fazenda’ realizada por Alexandre de Azeredo Leão Coutinho e seus familiares. Uma propriedade localizada na foz do Rio Itajaí, altamente produtiva e que perdurou ao longo de décadas.

c) A obra de Marcos Konder tem uma certa característica de ‘metalinguagem’ na medida que dialoga consigo mesma, supre de informações produzidas por si mesma. José Ferreira da Silva nos acusou essa característica argumentativa de Marcos Konder ao perceber que ele forneceu dados para um texto do Instituto de Estatística e, depois, utilizou esse mesmo texto como prova a favor de suas teses, como se aquele primeiro texto tivesse sido feito por um terceiro que não ele.

Informação 2: ‘Drummond permaneceu na nova colonia cerca de dois annos, durante os quaes construiu num dos ribeirões proximos um engenho de serrar madeira e um barco, a sumaca S. Domingos Lourenço. Esta embarcação, a primeira deste tamanho construida nas margens do Itajahy, levou para o Rio de Janeiro um carregamento de milho, feijão e taboado, ‘o producto abençoado dos primeiros itajahyenses’. Proclamada a Constituição do Brasil, em virtude da revolução de 26 de Fevereiro de 1821, recebeu Drummond ordem do almirante Quintella, ministro do reino, para suspender as obras e retirar-se para a Côrte. Terminou assim a missão do fundador de Itajahy.’ [Página].

Considerações:

a) Vamos utilizar esse pequeno trecho da obra de Marcos Konder para alertar os pesquisadores da História de Itajaí. Todos os autores antigos cometem pequenos deslizes em seus textos que comprometem de forma decisiva a informação que está transmitindo. Isso vale para Marcos Konder, Lucas Boiteux, José Ferreira da Silva... No texto em questão Marcos Konder afirma que Drummond ficou ‘cerca de dois annos’ quando na verdade a sua estada total em Santa Catarina foi de exato um ano. No mesmo texto encontramos desvirtuamentos quanto a sucessão de fatos históricos como: Constituição, Revolução de 26 de fevereiro de 1821, retorno de Drummond ao Rio de Janeiro.

b) Tudo que lemos sobre a História de Itajaí, portanto, tem também de ser repassado à vista dos escritores nacionais. Não basta ler e reproduzir os autores regionais, tem de checar suas fontes, confrontar dados ... pesquisar.

Informação 3: ‘Sucedeu a Drummond na direcção da colonia, embora sem character official, o mais graduado do logar, o coronel Agostinho Alves Ramos, mais tarde

commissionado para dirigir a colônia Itajahy, fundada em 1836 nos lugares Pocinho e Belchior.’ [Página].

Considerações:

a) O discurso de Marcos Konder é articulado nas próprias invenções que vai construindo ao longo de diversos textos. Aqui, por exemplo, ele, para sustentar que a Colônia São Tomás da Vilanova deu certo dá a Agostinho Alves Ramos a condição de administrador sucedendo a Drummond. Inventa um cargo de administrador informal para o homem ‘mais graduado do lugar’. Mas aí tem uma contradição porque a sucessão sem ruptura só seria possível se Drummond e Agostinho estivessem trabalhando em conjunto há algum tempo e que Agostinho já tivesse, naquele tempo, os títulos que lhe davam a posição de ‘mais graduado’ o que efetivamente não podemos constatar. Agostinho estava chegando quando Drummond estava saindo, isto é fato, mas Agostinho chegava apenas com sua vontade de começar uma nova vida, sem títulos, sem representação de governo ... coisa que vai construindo aos poucos.

III – A CONTRIBUIÇÃO DE JOSÉ FERREIRA DA SILVA

Drummond escreveu suas ‘Anotações’, Marcos Konder as utilizou para comemorar o centenário de fundação de Itajaí a 12 de outubro de 1920. Até a década de trinta a História de Itajaí seguiu por águas tranquilas, sem qualquer incidente de percurso, aproveitando da modorrenta paz proveniente de um silêncio estabelecido pela ausência de combatentes. Quem, em Itajaí, teria a ousadia de contestar Marcos Konder? Ninguém! Não foi por acaso, portanto, que a primeira voz que se levantou contra as ideias de Marcos Konder partiu de Blumenau. Foi a voz de um homem forte, com currículo invejável, com capacidade de enfrentar letra a letra, feito a feito, o também invejável currículo do superintendente e letrado Marcos Konder.

José Ferreira da Silva assinou um primeiro artigo no jornal ‘A Cidade de Blumenau’ em 05 de janeiro de 1931 chamando para si o dever cívico de contestar as informações, até ali consensuais, estabelecidas por Drummond e Marcos Konder acerca dos primórdios da comunidade itajaiense. Mas de início foi prudente, não desmerecendo as ideias de Drummond e Marcos Konder de forma direta. A contrariedade foi sendo exposta aos poucos, texto a texto. Foi, de longe, o historiador que mais escreveu sobre a fundação de Itajaí, não parando nem mesmo com a morte do seu principal oponente, no

caso o próprio Marcos Konder. José Ferreira da Silva demonstrava ser um Dom Quixote lutando contra moinhos de vento.

Graças a este seu empenho quixotesco é que ficamos tomando conhecimento de muitos documentos enfiados nos arquivos históricos de Florianópolis e Rio de Janeiro, bem como em coleções particulares de estudiosos da História do Brasil. José Ferreira da Silva foi o primeiro a demonstrar disposição em pesquisar, com método, a História de Itajaí. O seu legado, portanto, é de suma importância para aquele que pretende estudar seriamente a História de Itajaí nos seus fundamentos.

Os dois oponentes, se cabe aqui uma síntese analítica de suas obras, cometeram o mesmo erro de raciocínio: mantiveram suas ideias como se fossem estacas cravadas no território inimigo, delas não desviando uma vírgula ao longo dos debates, mesmo que surgissem aqui e ali, à exaustão, novos documentos, novas ideias, novas argumentações.... Nada os demoviam das argumentações iniciais com as quais iniciaram a contenda cívica na busca de um fundador para a cidade de Itajaí. Marcos Konder ficou grudado nas ‘Anotações’ de Drummond e, José Ferreira da Silva, não largou a ideia de que ‘Taboleiro’ não é Itajaí. Na teimosia, perderam os dois.

TEXTO 1: História de Blumenau. Florianópolis: Edeme, 1972.

Informação 1: ‘Documentos de todo fidedignos, informam terem os terrenos próximos à foz do Itajaí Açu, na sua margem esquerda, começado a ser povoados e cultivados a partir de 1750 (...) No território do atual Município de Navegantes já havia, em 1793, cerca de quarenta famílias, com casas e lavouras, quando várias sesmarias foram concedidas, tanto numa como na outra margem do rio, pelo govêrno da Capitania. Êsses moradores dedicavam-se, preferencialmente, à pesca. Muitos dêles tinham, também lavouras de milho, feijão e cana-de-açúcar. Outros entregavam-se à extração da madeira, abundantíssima, de que eram serradas, a braços, toras e tábuas.’ [Página 16-17].

Considerações:

a) As primeiras terras a serem povoadas próximas à foz do Rio Itajaí foi a Praia de Itajahy, margem esquerda. Isso se deu, até prova em contrário, porque o fluxo migratório deu no sentido norte-sul, isto é: São Francisco do Sul/Penha em direção a Itajaí. Com a invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina começou também o fluxo migratório sul-norte.

b) Muito antes de 1820, quando Drummond veio montar sua colônia já havia na região da Foz do Rio Itajaí plantação de feijão e milho, bem como a extração da madeira e a produção de taboado.

c) Como os moradores no intervalo entre a plantação e a colheita se dedicavam à pesca é natural pensar também que desde o início tivemos uma intensa atividade de carpintaria de ribeira, conforme nos mostram diversos autores.

d) Antes de 1800, portanto, temos plantações de milho e feijão; carpintaria de ribeira; extração de madeira. Esses três elementos econômicos compõem a base da argumentação de Marcos Konder para demonstrar o pioneirismo de Vasconcelos Drummond. Ao garantir que essas atividades estavam estabelecidas no cotidiano das famílias residentes antes da chegada de Drummond, José Ferreira da Silva visa, obviamente, descredenciar todos aqueles que tentam guindá-lo a fundador de Itajaí justamente por ter trazido essas práticas ao Vale.

Informação 2: ‘Da mesma foram, pelas margens do Itajaí Mirim, onde se descobriam ouro, fixaram-se vários moradores dedicados, ao lado da pequena agricultura, mais ao corte de árvores e serração de tábuas. Ali, por volta de 1819, já o govêrno mantinha um estabelecimento oficial, onde se preparava madeira para as construções públicas (...) Às margens do Itajaí Mirim havia duas sesmarias reais onde, em 1819, o govêrno da Capitania estabeleceu um ‘corte’ de madeiras para construção e de onde saíram os barrotes e tábuas para a edificação das primeiras casas dos fundadores de Nova Ericeira (...) Nessas sesmarias, situadas no local em que, mais tarde, foi erigida a Colônia Itajaí (Brusque), é que Antônio Menezes Vasconcellos de Drummond deveria fundar uma Colônia, o que se não concretizou.’ [Página 17].

Considerações:

a) Interessante anotar que este texto é datado de 1972, portanto, um dos últimos feitos por José Ferreira da Silva a cerca da fundação de Itajaí. Ele traz uma informação muito importante, a de que as terras da margem do Itajaí-Mirim abrigavam propriedades que forneciam a madeira serrada para a confecção das casas da Colônia Nova Ericeira. Sendo assim o caminho Porto Belo – Camboriú – Itajaí já estava feito em 1819, antes da chegada de Drummond, tornando-se factível que efetivamente ele tenha vindo tomar posse das duas sesmarias por este caminho chamado popularmente de ‘Caminho do Meio’.

b) José Ferreira mantém sua ideia inicial [1931] de que Drummond nada fez na Colônia do Itajaí Mirim. Os anos passaram, as ideias permaneceram intactas.

Informação 3: ‘Comerciantes de São Francisco e de Destêrro (...) vinham até êsses moradores, trocando, pelos produtos de sua lavoura, pelo peixe sêco e outros bens da terra, fazendas, carne sêca, vinho, louças de barro, armarinhos, etc. trazidos nos porões dos lanchões e sumacas, que regressavam ao pôrto de origem, abarrotados de farinha, de feijão, de milho, de açúcar mascavo etc.’ [Página 17].

Considerações:

a) José Ferreira acusa a existência de comércio baseado na troca de produtos essenciais desde o primórdio da colonização do Vale do Itajaí. As trocas realizadas pelas embarcações, em sistema de cabotagem do litoral catarinense, tinham dois destinos prioritários: São Francisco e Desterro. Desses portos os produtos chegam aos demais portos brasileiros.

b) Nada de novo há, portanto, quando Drummond diz que enviou ao Rio de Janeiro feijão, milho e taboado produzidos na região.

Informação 4: ‘A Armação (...) de Itapocoróia, contava com grande número de escravos (...) mas, além dessa escravatura, dezenas de trabalhadores livres encontravam serviço na Armação, na pesca dos cetáceos, nos tanques e fornos de azeite, no preparo das barbatanas, no carregamento e descarga de barcos etc. tais trabalhadores, terminado o período da pesca (geralmente de junho a setembro) voltavam para os seus terrenos e para as suas plantações (...) ou iam agregar-se aos mais abastados proprietários das imediações, quando não adquiriam ou se apossavam de terrenos devolutos, próximos, para cultivá-los. Muitos dêles vieram instalar-se nas terras marginais do grande e do pequeno Itajaí (...)’ [Página 18].

Considerações:

a) A pesca da baleia era sazonal [junho a setembro] e atraía muitos trabalhadores em regime de jornada de trabalho. Depois todo mundo voltada para a pesca ou agricultura.

b) O fim da caça à baleia originou um ciclo migratório regional de grande proporção, alterando substantivamente a demografia do Vale do Itajaí.

Informação 5: ‘Pouco depois da independência do Brasil e, possivelmente, ainda no mesmo ano, um comerciante, antes estabelecido em São Pedro do Rio Grande do Sul e, posteriormente, em Destêrro, resolveu transferir-se para Itajaí, edificando, nas imediações da foz do grande rio, uma casa de negócio.’ [Página 18].

Considerações:

a) Essa afirmação de José Ferreira vai ao encontro do que aqui defendemos à exaustão no sentido de que Agostinho deve ter chegado à Itajaí mais cedo do que falam

alguns escritores. Ele veio para a foz do Itajaí no período da independência do Brasil, num primeiro momento para comprar terra e instalar casa, comércio e oratório; num segundo momento para residir e comerciar.

b) A vida de Agostinho Alves nesse breve período de tempo [1819/1823] é de suma importância para a História de Itajaí. Qualquer informação que logramos obter, por menor que seja, vai nos ajudar a montar um quebra-cabeça que nos dará condição de ter uma ideia mais exata de todo o processo que envolve o nascimento da cidade de Itajaí.

TEXTO 2: A colonização do Valle do Itajahy (notas para a historia do povoamento e cultura do valle do maior rio do litoral catharinense). José Ferreira da Silva. Blumenau: Correio de Blumenau, 1932. Páginas 07-18.

Informação 1: ‘Póde bem dar-se que uma busca minuciosa nos archivos de Porto Bello, ou mesmo da capital do Estado, nos revele moradores ainda mais antigos no valle do Itajahy (...) Deveria mesmo não ser pequeno o numero de habitantes ás margens do grande rio quando Vasconcellos Drumond, a quem foram conferidas as honras de fundador da actual cidade de Itajahy, chegou a esse porto e deu ahi começo aos seus trabalhos de colonização (...) É fóra de duvida que Drumond não foi o fundador de Itajahy (...) Mas, do que não resta duvida tambem é de que data da estadia desse illustre diplomata no local onde depois surgiu a freguezia do S. S. Sacramento a historia da colonização do valle do Itajahy, colonização que continuou numa progressão constante, ininterrupta, até os dias em que vivemos, tornando o valle do maior rio litoraneo a zona mais rica e mais prospera de toda a terra barriga-verde (...) Pode-se, por conseguinte, enquanto outros elementos mais seguros não aparecerem, afirmar que, com Vasconcellos Drummond começou, em 1820, a efectiva colonização do Itajahy.’ [Página 13-14].

Considerações:

a) José Ferreira atesta diretamente que Drummond não foi o fundador de Itajahy mas, contemporiza, momentaneamente, atribuindo-lhe o mérito da colonização do Vale. É que, até aí, ele não tinha em mãos o mapa das sesmarias de Drummond fornecido por Walter Piazza, localizando essas terras no Itajaí-Mirim, localidade de Taboleiro. O mapa mudou o entendimento de José Ferreira, em definitivo, sobre o tema.

TEXTO 3: Itajaí e Vasconcellos Drumond. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 08. Jun/jul de 1958. Página 148-150. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 108-111.

Informação 1: ‘Há muito eu vinha alimentando dúvidas quanto à fundação da cidade de Itajaí por Antônio de Meneses Vasconcellos de Drummond, o diplomata que teve, também, destacada atuação nas lutas pela independência do Brasil (...) Já em 1931, em artigos na imprensa blumenauense, expendi considerações em torno do assunto, apontando os motivos que me levavam a opor restrições às afirmativas de vários historiadores nesse particular (...) Procurei, de então para cá, intensificar as pesquisas e aprofundar-me mais no estudo do tema tão interessante para o conhecimento dos fatos ligados à colonização e ao povoamento da Bacia do Itajaí (...) E, quanto mais me adentrava no problema, mais em mim se acentuava as desconfianças de que a história da fundação de Itajaí estava muito mal contada (...) Com os elementos últimamente colhidos, posso, agora, afirmar que andam muito errados os que atribuem a Drummond a fundação da linda e futura cidade.’ [Página 108].

Considerações:

a) José Ferreira da Silva foi tendo convicção na medida que aprofundava sua pesquisa sobre Drummond. Em 1931 ele tinha dúvidas sobre Drummond ser o fundador, em 1958 ele já tinha convicção de que Drummond não era o fundador de Itajaí. Temos aí quase três décadas de pesquisa. Ninguém se aprofundou tanto na História de Itajaí como José Ferreira da Silva. A pesquisa virou paixão ou obsessão, mas rendeu muitos frutos para toda uma geração de novos historiadores.

b) Ele combateu em duas frentes: derrubando as ‘Anotações’ de Drummond e as teses de Marcos Konder embasadas nessas ‘Anotações’. Nessa luta, teve de enfrentar o conservadorismo de muitos.

Informação 2: ‘Não se pode chegar a outra conclusão senão à apontada, a verdadeira: Drummond veio ao Itajaí para fundar um estabelecimento colonial no Itajaí-mirim, no território do atual município de Brusque. E ali tomou, realmente, algumas providências para pôr em execução o seu plano. Mas, nunca chegou a executá-lo (...) Nos terrenos da atual cidade de Itajaí êle não praticou nenhum ato de colonização, mesmo porque todos êsses terrenos já eram do domínio e posse de particulares, que ali tinham casas e plantações, conforme fartamente tenho provado,’ [Página 110].

Considerações:

a) José Ferreira aqui comete um erro de raciocínio e vai mantê-lo como um dos fundamentos de sua argumentação contra Drummond e Marcos Konder: as terras não estavam localizadas em Itajaí mas em Brusque. Acontece que as terras estavam, à época, no que consideramos o Itajaí. Prova disso é que, assim que Itajaí virou Curato e depois Freguesia essas terras estavam inclusas em seu território.

b) Nesse ponto Marcos Konder ganha um ponto na luta com José Ferreira na medida em que fala menos de Itajaí e mais na sua ‘Pequena Pátria’. Essa estratégia textual amplia sua ideia de colonização para além do conceito de ‘marco zero’ ou um

lugar físico qualquer, como é o caso da margem direita do Rio Itajaí Grande, colocando Itajaí em qualquer ponto desse vasto território a que denominou ‘Pequena Pátria’.

c) Enquanto José Ferreira da Silva exagerou ao delimitar Itajaí às margens do Itajaí grande, Marcos Konder mostrou mais perspicácia ampliando ao campo imaginário o território de Itajaí. Nessa contenda Marcos Konder ganhou muitos pontos, pelo menos em termos de estratégia argumentativa.

Informação 3: ‘O mais que se tem dito e escrito é lenda, pura imaginação, sem base histórica.’ [Página 110].

Considerações:

a) José Ferreira não entendeu que é justamente aí que Marcos Konder fundamenta seu discurso: lenda. Pensa que Itajaí pode reeditar a Roma de Rômulo. Nesse ponto não precisa de comprovação dos fatos históricos, porque a lenda caminha por outras trilhas utilizando mais a bengala da imaginação que o apoio da razão. Reedita o mito fundador e deixa o resto por conta da imaginação do povo, desconsiderando a lógica da ciência chamada História – que tanto cultiva José Ferreira da Silva.

b) O discurso centrado na lógica ‘Pequena Pátria’ tem também uma datação histórica. É um discurso que vai ganhando força por si próprio na medida em que se acentua no Brasil a questão nacionalista. Marcos Konder escreveu no final do discurso ‘A Pequena Pátria’ um texto emblemático intitulado ‘O que é a Pátria?’, além de textos como: ‘Colonização e Nacionalização’ e ‘A bandeira através da História do Brasil’. Nacionalismo era um valor em voga no século XX e isso ajudou a firmar as ideias de Marcos Konder junto ao povo. Enquanto Marcos Konder afirmava que Drummond era o pai de nossa ‘Pequena Pátria’, José Ferreira da Silva afirmava que Agostinho Alves Ramos era nosso colonizador. Não resta dúvida de que a ‘discursividade’ de Marcos Konder mostra-se muito mais efetiva, eficiente e eficaz em termos de comunicação e, por isso mesmo, parece ter se perpetuado ao longo dos anos, apesar de ser menos factível e mais mitológica.

TEXTO 4: Mais uma prova contra Drummond. *Jornal do Povo*. 30 de outubro de 1958. Capa. IN: FLORIANO, Magru. *Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador*. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 118-120.

Informação 1: ‘O ilustrado conterrâneo e mestre insigne da história catarinense, almirante Lucas Boiteux, a pedido meu, examinou, no arquivo do Exército, a correspondência trocada entre o ministro da guerra de 1820 (que era o mesmo Vilanova Portugal) e o presidente da província de S. Catarina, Tovar e Albuquerque. Dêsse exame resultou muita luz sôbre a questão, com o encontro do registro do ofício de 19 de setembro daquele ano, que se encontra no 2º livro de Correspondências (...) Nêsse ofício, o ministro Vilanova, respondendo ao que Tovar e Albuquerque lhe endereçára, em 8 de agosto, anterior, e no qual informava que “se achava pronto o corte de madeiras estabelecido nas sesmarias da corôa, junto ao Rio Itajahi Mirim (...) dizia-lhe que “remettesse as 40 dúzias de madeira, bem como as mais que se fossem aprontando, para a Côrte”, para o edificio do Museu Real, sendo dirigidas ao negociante Tomaz Pereira de Castro Viana.’ [Página 119].

Considerações:

a) José Ferreira vai atrás de documentos que comprovam ou não as falas de Drummond e Marcos Konder. Nisso tem grande sucesso. Uma a uma vão caindo as afirmações dos oponentes. José Ferreira mantém-se no campo da ciência, da pesquisa, do método, da prova ..., Marcos Konder, tranquilo, mantém-se no vaporoso mundo das lendas e mitos. Os dois pensam que estão dialogando, quando na verdade estão em mundos completamente estranhos sem a menor possibilidade de comunicação. Um chama todos à luz da razão, outro, chama todos à ludicidade inebriante da imaginação.

b) O certo é que efetivamente Drummond mentiu e omitiu muito. Acreditar em Drummond é querer incorrer em erros grosseiros. Disso já nos alertaram diversos historiadores em nível nacional.

c) No caso específico da madeira [taboado] que Drummond diz ter serrado às suas próprias custas e enviado ao Rio de Janeiro pela sumaca São Domingos Lourenço, a correspondência do governador Tovar com o ministro Tomás indica que a história é bem outra. Estamos diante de duas versões antagônicas sobre o mesmo fato o que nos sugere, pelo menos, prudência.

TEXTO 5: A fazenda de Arzão. José Ferreira da Silva. O Popular. 16 de outubro de 1959. capa. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 160-161.

Informação 1: ‘Paulo Miguel José de Brito, o apreciado autor da ‘Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina’, referindo-se ao Itajaí-açu, informa o seguinte:(...) ‘O pôrto de Tajaí é pequeno e pouco freqüentado, por não haver ali povoação, mas é seguro e abrigado, e pode vir a ser de transcendente utilidade; o canal é estreito e deve demandar-se com vento e maré favoráveis; o ancoradouro é defronte de uma fazenda chama do Arzão, única que com casa ali se encontra’. (...) Qualquer espirito menos prevenido contra as deduções fáceis, baseadas em fatos pouco estudados, diria logo que o fundeadouro, a que Paulo de Brito se refere, ficava em frente ao local, ainda hoje conhecido por ‘Fazenda’, crente que essa designação viesse da sesmaria concedida a João Dias de Arzão, na segunda metade do século 17. (...) Por motivos fãcilmente compreensíveis pelos que procuraram, sèriamente, conhecer o nosso passado, nós nunca pensáramos assim. A sesmaria, ou melhor a ‘fazenda chamada Arzão’, que Brito menciona, não devia ficar, segundo tôdas as probabilidades, à margem direita do rio e nem o local do suposto fundeadouro, poderia ter sido em frente à chamada ‘Fazenda’, pois ali, como ainda se verifica, não havia senão um baixio impróprio ao abrigo de embarcações, mesmo das de infimo calado.’ [Página 160].

Considerações:

a) José Ferreira nos dá uma aula sobre método de pesquisa. Ele questiona as interpretações apresentadas por diversos autores acerca do texto de Paulo Miguel José de Brito e faz a sua própria interpretação a partir de dados que considera mais fidedignos. Esse exercício é que torna a História uma disciplina dinâmica, com capacidade de trazer à luz novas informações sobre um mesmo fato e, principalmente, novas formas de interpretar o mesmo fato.

b) Para defender a tese da correta localização da fazenda de Arzão, José Ferreira usa na argumentação uma informação que, a primeira vista, pode parecer estranha, mas certamente verdadeira. Trata-se do fato da geografia da foz do Rio Itajaí ter passado por severas mudanças durante longo período, principalmente devido às grandes enchentes de 1850 – 1880 – 1911. Só para utilizarmos como referência desse processo ocasionado pelo Rio Itajaí, as ilhotas que deram nome à localidade ‘Ilhota’ foram retiradas pela violência das águas das enchentes de 1880-1911. Desta forma a localidade de Ilhota ficou sem suas ilhotas que lhe serviam de referência geográfica para quem navegava pelo Rio Itajaí Açu.

c) Parece não haver dúvida de que a fazenda do Arzão não ser a mesma fazenda de Alexandre de Azerêdo Leão Coutinho e Dona Felícia. Essa informação é muito importante porque nos remete a algumas análises diferenciadas acerca da ocupação das margem direita do Rio Itajaí nos seus primórdios.

Informação 2: ‘Numa das freqüentes visitas aos arquivos públicos, descobrimos o mapa que, em 1796, o demarcador da real fazenda, José Ferreira de Mendonça, levantara, em virtude da medição da sesmaria, requerida por Manoel da Costa Fraga, de uma légua quadrada na Praia de Itajaí. É um mapa precioso e talvez o mais antigo da região da foz do grande Itajaí. E dêsse mapa consta, com absoluta clareza, a fazenda do Arzão, mais precisamente de João Dias de Arzão, defronte à embocadura do Itajaí-Mirim, à margem esquerda do Açu. As plantações de bambus e eucaliptos da Fábrica de Papel, à passagem da Barra do Rio, ficam nos terrenos que integravam essa sesmaria. Tinha esta 200 braças de fundos e cêrca de mil braças de frente no rio, acompanhando-lhe a suave curva que êle faz, desde pouco acima dos Navegantes até próximo aos Machados.’ [Página 161].

Considerações:

a) tem cópia do referido mapa no Arquivo Histórico de Itajaí e também na minha coleção particular. Ele também foi publicado em diversos livros de história regional.

b) Não há dúvidas que: 1 - um João Dias de Arzão realmente foi proprietário de terras em Itajaí – mas falta resolver a questão sobre a possível existência de dois João Dias de Arzão, afinal o mapa a que faz referência José Ferreira da Silva é datado de 1796, quando o primeiro João Dias de Arzão tem sua provável vinda para Itajaí em 1658. 2 – O mapa é de 1796 e a concessão de sesmaria a Alexandre é de 1793. O mapa que temos em nossa coleção particular não está datado e mostra a demarcação de terras apenas na margem esquerda do Rio Itajaí. Não faz referência, portanto, a possíveis terras de Alexandre. De qualquer forma, os dois mapas, colocam João Dias de Arzão na barra do Rio Itajaí-Mirim e não na foz do Rio Itajaí.

c) Essa questão só será resolvida em definitivo com o aparecimento de novos documentos. Dois pontos tem de ser elucidados plenamente: 1 - sobre a existência de dois João Dias de Arzão; 2 - a localização exata das duas fazendas.

d) Em princípio acreditamos ser factível que: 1 – Existem dois João Dias de Arzão, sendo o concessionário de terras o segundo já no século XVIII; 2 – a referência que faz Miguel de Brito é acerca da fazenda de João Dias de Arzão na barra do Rio Itajaí-Mirim; 3 – não pode ser descartada a hipótese do demarcador de terras ter colocado o nome de João Dias de Arzão em propriedade que há época da demarcação já estava, há muito, em mãos de seus herdeiros. Contudo, seria natural ele utilizar expressões como: ‘tendo como cabeça’ ou ‘herdeiros de’.

TEXTO 6: Com a palavra o sr. Vasconcelos de Drummond. O Popular. 04 de dezembro de 1959. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 162-164.

Informação 1: ‘(...) carta de Vasconcelos de Drummond, escrita em Destêrro, a 19 de Março de 1820 e dirigida ao Ministro Vila Nova Portugal (...): ‘Tenho a honra de participar a V. Excia. da minha chegada a esta Ilha, no dia 2 do corrente e de haver entregue ao governador o ofício de V. Excia. As chuvas têm sido efetivas e copiosas, de maneira que precisamos de alguns dias de sol para termos os caminhos transitáveis. Estou à espera das disposições do governador para a medição e posse das terras do TAJAHY MIRIM, que me diz será logo que o tempo permitir; para o quê tem dado as providências e mandado tirar as precisas notícias.’ [Página 163].

Considerações:

a) Consideramos que Drummond recebeu o Aviso Real a 05 de fevereiro de 1820, chegou na Ilha de Santa Catarina no dia 12 de fevereiro, entregou a correspondência ao governador Tovar no dia 14 de fevereiro. Esta é a cronologia que consideramos mais factível.

b) Drummond não deixa dúvida de que na primeira viagem que empreendeu para demarcação e posse das sesmarias não veio por via marítima, mas por terra. Obviamente que seguiu pelo já falado ‘Caminho do Meio’ a partir de Nova Ericeira.

c) Se Drummond tivesse empreendido sua viagem pelo mar, teria utilizado as duas hidrovias naturais compostas pelos rios Itajaí e Itajaí-Mirim não ficando dependente de ‘caminhos transitáveis’.

TEXTO 7: O fundador de Itajaí. Anuário de Itajaí de 1959. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 164-168.

Informação 1: ‘Agostinho Alves Ramos, que nos comêços da terceira década do século passado, se estabeleceu na fóz do maior rio do litoral catarinense, não foi o primeiro morador do Itajaí. Em ali chegando, já encontrou, donos de terras com moradia e plantações, a exemplo de Alexandre de Azeredo Leão Coutinho, no lugar da “Fazenda”, José Coelho da Rocha, doador do terreno para a capela, Domingos Francisco de Souza, Manoel Francisco da Costa, Silvestre Nunes Leal Corrêa e muitos outros que, entre 1792 e 1819 requereram e obtiveram sesmarias no grande e no pequeno Itajaí, nas proximidades da cidade dêsse nome. (...) Mas, o que já agora não padece dúvida, é que foi êsse Alves Ramos, quem, construindo casa de pau-a-pique, onde montou negócio, levantando a primitiva capelinha e para ali trazendo o primeiro padre, fundou o povoado, origem da atual sede do município de Itajaí.’ [Página 164].

Considerações:

a) José Ferreira considera que Agostinho Alves Ramos ‘fundou o povoado’ porque construiu a capelinha e trouxe o padre. Na nossa consideração esses dois feitos

não constituem ato de fundação por si só, já que não há nesse momento qualquer movimento no sentido de aglomerado urbano, ou seja, as pessoas continuaram dispersas, cada uma cuidando de suas propriedades particulares. Não está nas obras a formação da comunidade, mas no ato de reunião das pessoas visando um fim comum.

b) Vale lembrar que à época era comum as propriedades privadas contarem com capelinhas próprias. Todas as fazendas as tinham regularmente.

Informação 2: ‘Não se sabe ao certo em que ano Agostinho Alves Ramos se estabeleceu definitivamente no local. Segundo indicações merecedoras de crédito, êle deve ter aportado ao Dêsterro no milésimo da nossa independência política. Guarda-livros que era e muito hábil, associou-se a Anacleto José Pereira, negociante de grande prestígio na capital da província. E, por conta da firma, deve ter visitado os moradores e os poucos povoados espalhados pela costa norte-catarinense desde Destêrro a S. Francisco, vendendo e comprando gêneros da terra e fazendas, em lanchões que sempre voltavam à procedência carregados de farinha, cereais, madeira serrada. Esta última, era mercadoria abundante nas margens do Itajaí, onde muita gente se empregava no mister de desdobrar em tábuas as toras abatidas nas densas florestas, ricas das mais variadas essências. Aos serradores do Itajaí, Aires Casal já se referia na sua “Corografia Brasilica”.’ [Página 165].

Considerações:

a) José Ferreira coloca Agostinho Alves Ramos na condição de ‘guarda-livros’ e ao mesmo tempo supõem que ele conheceu Itajaí nas suas muitas viagens pela empresa de Anacleto José Pereira. Aqui, fez o mesmo que sempre recriminou em Marcos Konder, creditou ao seu personagem atos dos quais não tem provas ou sequer evidências. Nada atesta que Agostinho viajava em negócios pelo litoral catarinense.

b) Fugiu-lhe a hipótese, mais plausível, de que Agostinho não tenha viajado [porque essa não era a função do guarda-livros, um contador-tesoureiro da empresa], mas ouvido muitas referências sobre a potencialidade comercial do Vale do Itajaí devido aos muitos projetos que os governos [Reino e Província] estavam elaborando para exploração e ocupação de suas terras. Agostinho frequentava, obviamente, rodas de conversas em Destêrro, onde estavam inclusos o grande empresário Anacleto José Pereira, o governador Tovar, o intendente da Marinha Mello e Alvim, e o próprio Drummond. Destêrro era pequena demais para que isto não seja factível. Mesmo que não estivesse integrando essas rodas de conversas entre autoridades e empresários, poderia muito bem ter relatos sobre o conteúdo de suas conversas através de Anacleto José Pereira ou outro amigo qualquer. Agostinho tinha informações privilegiadas, que lhe deram a convicção de que estaria fazendo um bom negócio em trocar Itajaí por

Desterro. Não foi um tiro no escuro, às cegas, baseado apenas no seu tino comercial e espírito empreendedor. Ele e Anacleto tinham informações de dentro do governo sobre os projetos para o Vale do Itajaí.

c) Assim que tivermos tempos vamos vasculhar os arquivos de Florianópolis atrás de informações que mostrem essa formação de grupo na Desterro de 1820. Pesquisar sempre!

TEXTO 8: Ainda a fundação de Itajaí. Blumenau em Cadernos. tomo IV. abril de 1961, nº 04. Páginas 74-75. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 187-190.

Informação 1: ‘(...) a abundante documentação que nos ficou da atuação do Intendente de Marinha de então, Melo e Alvim, encarregado da localização, em Pôrto Belo, dos colonos ericeiros e da fundação da colônia Nova Ericeira, nos dá notícia de que muita madeira, para as moradias daqueles colonos, foi tirada das margens do Itajaí Mirim e que, quem as preparava e fornecia era um dos Correia de Negreiros, ali estabelecido com morada e roças, além do ribeirão Canhanduva, desde antes de 1793. (...) E note-se, a fundação de Nova Ericeira é anterior à segunda vinda de Drummond a Santa Catarina (...) Do exame cuidadoso dos papeis em que Melo e Alvim deixou o seu relatório e a sua prestação de contas, relativos à fundação de Pôrto Belo, se pode, até mesmo, concluir que o Intendente da Marinha foi quem orientou Drummond nos passos que deveriam ser dados para a localização de soldados e colonos nas sesmarias do Itajaí Mirim.’ [Página 188].

Considerações:

a) Não há qualquer dúvida de que existe um relacionamento em Desterro entre essas pessoas: Drummond, Tovar, Mello e Alvim. Outros documentos devem surgir às nossas vistas comprovando que esse núcleo governamental conversava em paralelo com o empresário Anacleto José Pereira e o guarda-livros Agostinho Alves Ramos.

b) Os documentos de Tovar e Miguel Mello e Alvim comprovam que existia a ligação entre o projeto da Nova Ericeira e a economia já existente no Itajaí-Mirim. Mello e Alvim projetava a ampliação da colônia da Enseada das Garoupas até por conta da necessidade de novas terras agriculturáveis para dar conta da demanda exigida pelos próprios colonos ali instalados de forma inadequada. Como aconteceu em São Pedro de Alcântara, muitos colonos insatisfeitos começaram a pressionar as autoridades no intuito de receberem terras mais adequadas ao plantio. Expandir a área inicial da

colônia, portanto, era algo esperado. A Colônia Nova Ericeira veio se esparramando pelo interior no sentido norte [Porto Belo- Camboriú- Itajaí- Penha...].

Informação 2: ‘Agora mesmo, repassando uns números antigos da “Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sta. Catarina”, relemos a interessante “Memória Histórica da Província de Santa Catarina, relativa às pessoas que a têm governado”, onde se confirma o que outros historiadores têm afirmado a propósito da atuação de Drummond no Itajaí Mirim.(...): “... mas tanto esta área (a colônia que quiz fundar nas Caldas), como a de Enseada das Garoupas e a do RIO TIAJAÍ, (é nosso o grifo), tudo ficou em projeto de vilas e com o qual se fêz não pequena despesa à Fazenda Real”.’ [Página 189-190].

Considerações:

a) A verdade é que esses projetos de colonização pioneiros utilizavam muito dinheiro público, e com a colônia no Itajaí não foi diferente.

b) Antes que algum historiador recaia em erro de análise ao ler apenas essas poucas linhas selecionadas, vale registrar, que o texto da revista está se referindo ao governo do Tovar, portanto, as três colônias são do governo Tovar e não devem ser atribuídas a Drummond no seu todo.

TEXTO 9: Alves Ramos e os alemães. Jornal do Povo. 18 de fevereiro de 1962. Página 07. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 190-193.

Informação 1: ‘Mas o que é incontestável também é que, tendo resolvido se estabelecer à foz do Itajai-Açu, em 1822 ou 23, com uma casa comercial, Alves Ramos veio com o propósito de criar um povoado e fazer dêste o centro de relações com os habitantes da região e aonde êstes pudessem levar todos os frutos do seu trabalho e receber o suprimento para a satisfação de suas necessidades físicas e espirituais (...) Assim foi que, com a sua casa de moradia e o seu negócio, tratou Alves Ramos de construir também uma capela e de supri-la imediatamente da cura dalmas. Com isso, estavam lançados os principais elementos da freguesia: o comerciante que adquiria os gêneros produzidos pelos moradores da região e a êstes supria dos que deviam ser importados de outros centros da província, do império e mesmo do exterior e o padre que atendia aos reclamos espirituais.’ [Página 191].

Considerações:

a) Observamos que tem uma diferença muito grande quando falamos de Drummond e de Agostinho. Quando falamos de Agostinho Alves Ramos falamos de outras pessoas como o casal Coelho, o padre Pedro Antônio de Agote, Anacleto José

Pereira, os vinte e dois pioneiros que assinaram a petição para criação do curato; Quando falamos de Drummond, não encontramos em documentos um nome que estivesse oficialmente estabelecido no local da sua colônia. É como se a colônia fosse apenas formada por ele. Sempre que algum documento ou relato faz referência à gente na colônia de Drummond o faz de forma coletiva, como: soldados do regimento, detentos de São Pedro do Rio Grande ...

b) Como na colônia de Drummond não encontramos um João ou um José para termos como referência fica difícil identificar quem chegou na região para integrar o projeto da colônia e quem já estava ali como posseiro, jornaleiro, sesmeiro, adventício Dessa forma alguns historiadores podem incorrer em erro ao atribuir, como o fez o historiador Ivan Serpa, as populações remanescentes – cujos herdeiros chegaram aos dias de hoje – como sendo oriundas dessa colônia. Acontece que já tinha gente ocupando essas terras antes de Drummond e elas não foram abandonadas com a saída de Drummond. Fica difícil de separar, portanto, do que está posto na comunidade atual de Taboleiro, o que é remanescente dos atos colonizadores de Drummond e o que não é. Por exemplo: Agostinho trouxe a esposa Ana e o padre Agote!, Drummond trouxe ...?

c) Interessante observar que nas falas de Drummond aparecem nomes do Reino [Tomás Vilanova, Almirante Quintela] e Desterro [Mello e Alvin, Tovar ...], mas não aparece um nome de personagem fixado em sua colônia.

d) Agostinho não foi o primeiro comerciante a se instalar na foz do Rio Itajaí ou comerciar com os colonos ali instalados desde o século XVIII [1700]. Mas, ao se instalar na foz - com comércio e padre, mantendo relação regular com Desterro através de barco próprio e do armador Anacleto José Pereira, sendo dado às letras e tendo liderança política – logo conseguiu se constituir como um polo de atração daquela massa populacional que até então estava dispersa. O fluxo se inverteu: no lugar do caixeiro viajante passar em propriedade por propriedade para promover trocas, os colonos começaram, gradualmente, a saírem de suas propriedades em direção à casa comercial de Agostinho. Seja para buscar o conforto d'alma com o padre Pedro Agote, remédios com o próprio Agostinho, interferências junto à burocracia legal em Desterro e no Reino, ferramentas, sementes ... Estavam estabelecidas as condições para o surgimento do núcleo central da comunidade itajaiense.

Informação 2: ‘Aproveitou Alves Ramos o seu prestígio político (pois fôra eleito deputado provincial) para pôr em execução os planos que há muito vinha alimentando.

Inspirou e conseguiu a aprovação, pelos seus pares, da lei nr. 11, de 1835, que criou duas colônias, uma no Itajaí-Mirim, com arraiais no Tabuleiro e nas cabeceiras do Ribeirão Conceição e outra no Itajaí-Açu, com os arraiais de Pocinho e Belchior, arraiais, tanto êstes como aquêles, que seriam ainda criados.’ [Página 192].

Considerações:

a) Aqui temos fatos invertidos. Os planos de Agostinho eram planos concebidos pelos governos [Reino e Província] de colonizar o Vale do Itajaí, como já vimos anteriormente em várias oportunidades e documentos. A iniciativa de colonização não foi de Agostinho. Agostinho foi a liderança que conseguiu operacionalizar um projeto que estava em andamento desde antes de Drummond. Havia uma vontade política do Reino, e por extensão do Governo da Província, de colonizar o Vale do Itajaí. Agostinho não inventou nada, só remou a favor da maré.

TEXTO 10: As terras do Itajaí Mirim e Vasconcelos de Drummond. Blumenau em Cadernos. Tomo VI, abril de 963, nº 4, páginas 01-20. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 193-210.

Informação 1: ‘Eu era, em 1820, governador das colônias da província de Santa Catarina, sob o título de inspetor geral, quando recebi do ministro Vila Nova, ordem de fazer tôdas as tentativas necessárias para redescobrir o maravilhoso monte Taió. Essa ordem vinha acompanhada de uma cópia da correspondência que havia sido trocada outrora a êsse respeito e que não oferecia nenhuma pista a seguir. Convencido da importância dessa missão, desenvolvi todos os esforços para saber se ainda existia algum descendente do desgraçado Aragão e cheguei a descobrir os netos dessa vítima, os quais sabiam, por tê-lo ouvido dizer de seus pais, qual fôra a sorte de seu avô e que, presumivelmente êle havia levado consigo para Lisboa, o roteiro, o mapa do traçado que êle fizera para chegar ao monte Taió, plano êsse que depois de sua morte se disse fôra achado entre seus despojos, na prisão de Lisboa (...) Em seguida, eu procurei colher informações entre os velhos dos logares os mais distantes das povoações brasileiras e as mais próximas das hordas de selvagens. Não consegui nada mais do que eu já conhecia. Sómente nas margens do rio Itajaí eu encontrei um homem de 120 anos, que tinha conhecido Aragão e ao qual êle falara depois da descoberta das lâminas de prata. Êle me assegurou que tôdas as vêzes que Aragão partia para as suas excursões passava por sua casa e que, por essa razão, o monte Taió não podia estar muito distante do rio Itajaí e era mesmo, segundo supunha, banhado por suas águas (...) Eu continuei as minhas indagações sem, entretanto, alimentar grandes esperanças de encontrar o Taió, porque numa enorme extensão de florestas virgens e de montanhas mais ou menos iguais à que Aragão descobrira, isso era difícilimo; e depois, em virtude da revolução portuguesa que teve lugar no Rio de Janeiro, a 26 de fevereiro de 1821, eu julguei de meu dever voltar àquela capital.’ [Página 201].

Considerações:

a) Reproduzimos um trecho do artigo que Vasconcelos de Drummond publicou na revista francesa ‘Journal des Voyages, de Couverts et Navigations Modernes ou Archives Géographiques du XIX siècle’, no final da década de 1820, sob o título ‘Notice sur les mines du Brésil’, porque fica perceptível em suas linhas o quanto Drummond manipulou informações quanto às suas atividades em Santa Catarina. Mas antes de atribuir total má-fé a Drummond não podemos deixar de considerar que estamos falando de um brasileiro que escreveu em francês e depois teve novamente seu texto traduzido para o português. Portanto, muitos termos atribuídos ao escritor Drummond podem ter sido traduzidos indevidamente. Lembremos sempre: tradução é um ato autoral.

b) Drummond informa no seu artigo francês que gastou muito tempo da sua estada em Itajaí procurando o lendário Monte Tayó. Como teve dificuldade de acessar suas terras por causa da estação chuvosa, ficou doente diversas vezes, procurou ouro, teve de fazer gestão em Desterro para conseguir colonos ... sobrou muito pouco tempo para efetivamente Drummond tratar, no local, da montagem de sua colônia. Ele chegou a Itajaí depois do dia 14 de fevereiro de 1820 e o aviso do ministro Quintela o encontrou em Desterro no final de fevereiro de 1821. Portanto, tudo o que diz ter feito, o fez em exato um ano.

Informação 2: ‘Muito antes de Drummond – e isso é fácil de imaginar e de provar – barcos de maior lote que sumacas, transpuzeram a barra do Itajaí Açú para comerciar com os muitos moradores que já havia pelas suas margens (...) Para não perdermos muito tempo com êsse pormenor, diremos, apenas, que a 6 de abril de 1815 (cinco anos, portanto, antes de Drummond) um certo Francisco Lourenço da Costa, residente em Destêrro, obteve uma sesmaria nas margens do Itajaí, tendo declarado, em seu requerimento, que êle ali já tinha ‘UM ARMAZEM PARA RECOLHER OS EFEITOS QUE ALI COMPRA PARA O GIRO DO SEU NEGÓCIO’’. (ver livro nº 2 do Registro de Sesmarias, no Departamento de Terras de Colonização, em Florianópolis).’ [Página 203].

Considerações:

a) Francisco Lourenço da Costa em 1815, antes de Drummond e Agostinho Alves Ramos já promovia negócios aos moldes que depois Agostinho vai ser reconhecido como pioneiro. Fazia a cabotagem Itajaí-Desterro-São Francisco e promovia trocas. Caixeiro viajante, resolve se fixar às margens do Rio Itajaí.

b) De quem era a sumaca São Domingos Lourenço? De Drummond não era. Quem sabe não seria desse comerciante Lourenço? É possível que Drummond tenha comprado milho, feijão do próprio Lourenço e ter enviado ao Rio de Janeiro na sumaca de sua propriedade. Pesquisa nesse sentido tem de ser feita em documentos e jornais de Desterro e Rio de Janeiro como se estivéssemos procurando agulha no palheiro. Mas procurando sempre se acha. Sabemos, por exemplo, que essa sumaca ficou fazendo a viagem Rio de Janeiro – Santa Catarina entre 1821 e 1822, porque temos notícias recolhidas em jornais do Rio de Janeiro com saídas e entradas de navios desse porto.

c) José Ferreira não tem elementos comprobatórios suficientes para afirmar que barcos maiores que ‘sumaca’ entravam na barra do Rio Itajaí. Difícil acreditar que isso ocorria por vários motivos: bancos de areias móveis, pedra na boca da barra que limitava o calado das embarcações, quantidade incipiente de mercadoria a ser transportada.

Informação 3: ‘4º - Nas margens do rio de Itajaí foram oferecidas para a Real Fazenda três sesmarias: duas de légua em quadro cada uma, outra de duas léguas de frente e uma de fundos, as quais fiz medir e demarcar e tomar conta pela Real Fazenda, em consequência dos régios Avisos expedidos pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 4 de fevereiro de 1820 e de 6 de maio do mesmo ano. Pelo primeiro citado aviso se mandavam aproveitar as madeiras, ao que com efeito procedi, estabelecendo um corte nas ditas sesmarias por conta da Fazenda Real da qual, assim como dos estabelecimentos dos colonos nas mesmas terras, encarreguei a Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, que para êsse efeito veio comigo do Rio de Janeiro, por Aviso Régio de 5 de fevereiro de 1820. Êste corte de madeira se tem limitado à serraria de tabuado, do qual se tem tirado obra de umas cem dúzias em obediência das ordens da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de 17 de setembro de 1820 e de 19 do mesmo mês e ano; do resto mandei tomar conta e recolher aos armazens reais, por julgar conveniente cessar, por enquanto êsse artigo de despesa. Para a nova colônia de Itajaí, foram 16 soldados do batalhão nº 1 (sic), que tiveram para êsse efeito baixa do Real Serviço, como os demais, do mesmo batalhão que ficaram para os outros estabelecimentos, porém todos com praça em milícias, tudo por Carta Régia de 9 de maio de 1820 e aviso de 19 de setembro do mesmo ano. Êsses dezesseis se acham ali estabelecidos, com suas datas de terras, ferramentas e gados.’ [Página 205].

Considerações:

a) Esse é o item quatro da correspondência do governador Tovar e Albuquerque ao ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal datada de abril de 1821, portanto, depois de Drummond deixar Santa Catarina.

b) Tovar testemunha que 16 soldados continuam nas terras da colônia em abril de 1821, dando provas de que efetivamente as terras foram colonizadas. Fica, desta

forma, em definitivo, destruída a argumentação de alguns historiadores de que ali nada havia sido feito.

c) Por outro lado, os termos utilizados pelo governador acerca do que era feito na colônia não deixa dúvidas de que o comando administrativo estava em mãos de Tovar e não de Drummond. A colônia não tinha autonomia administrativa como vamos ver em outras colônias aqui mesmo no Vale do Itajaí. Tovar se refere a Drummond, em diversas correspondências, como um ajudante de ordens. O próprio aviso de 05 de fevereiro de 1820 estabelece essa relação de comando do governador sob Drummond.

Informação 4: ‘Na presente ocasião, vão pela sumaca “Gratidão”, mais dez dúzias de tábuas, tiradas de Itajaí e destinadas ao Museu Real, remetidas por Antônio de Menezes a Thomás Pereira de Castro Viana. O dito Antônio de Menezes (estava riscado o seguinte: “que veio de lá bastante doente há mais de um mês) dará conta a V. Excia. do que tem feito ali, pois que dêle tenho incumbido de tudo o que respeita àquele estabelecimento.’ [Página 205-206].

Considerações:

a) Esse é um trecho da correspondência de 15 de dezembro de 1820 que o governador Tovar enviou ao ministro Tomás. Nele está confirmado que Drummond mandou madeira comprada com seu dinheiro – ou com dinheiro que tinha para gastar na sua missão colonizadora. Só essas dez dúzias de tábuas foram enviadas por Drummond. Muita madeira foi enviada para o Rio de Janeiro paga com dinheiro público.

b) Já sabemos que Drummond deve ter chegado nas terras de Itajaí no final de fevereiro ou início de março. O governador está afirmando na correspondência que Drummond estava em Desterro, doente, ‘há mais de um mês’ a 15 de dezembro de 1820. Então pode ter ficado no Vale entre março e novembro, cerca de oito meses.

Informação 5: ‘Ofício nº 12 – 16 de abril de 1821. “Tenho a honra de participar a V. Excia. que nesta ocasião regressa a essa Côrte Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, o qual havia vindo para esta província por Aviso Régio de 5 de fevereiro de 1820, para ser empregado nos estabelecimentos de colonização e cortes de madeiras que se começaram nas sesmarias da Coroa no rio de Itajaí E HAVENDO EU JULGADO CONVENIENTE CESSAR COM AQUÊLES TRABALHOS até receber a êsse respeito novas ordens de S. Majestade, ÊLE ME PEDIU LICENÇA PARA IR A ESSA CÔRTE, a qual lhe concedi, conforme tenho a honra de comunicar.’ [Página 209].

Considerações:

a) Esse ofício do governador Tovar evidencia que os fatos relacionados por Drummond sempre tem dois comandos, duas versões... são contraditórios quando confrontados com as correspondências oficiais do governador e do intendente da Marinha, etc. Drummond diz que fez uma coisa e Tovar ou Mello e Alvim dizem que foram eles que fizeram, sugeriram, mandaram fazer ... O problema aí é que temos dois contra um. O problema é que o governador Tovar também não é fonte das mais confiáveis.

b) Por essa correspondência fica evidenciada que a primeira causa da colonização no Itajaí foi o corte da madeira a ser enviado à Corte. Madeira que já havia sido explorada anteriormente por Mello e Alvim para as casas dos colonos da Nova Ericeira.

c) Temos de ler os documentos de forma minuciosa para não incorrer em erros primários. Tovar atesta que achou conveniente cessar os trabalhos na colônia e essa informação parece ser contraditória com o aviso do almirante Quintela de cessar despesas. Acontece que cabia ao governador Tovar decidir sobre que despesas cortar na prática administrativa do dia-a-dia.

d) De qualquer forma Tovar não utiliza nenhum título para designar as funções que Drummond tinha na colônia. Diretor geral, inspetor geral, administrador ... nada disso é utilizado em referência a Drummond.

e) Tovar atesta que Drummond ficou sem função na colônia, por economia nas despesas do governo, e pediu licença para ir ao Rio de Janeiro. Dessa sua fala depreende-se que Tovar não tinha conhecimento da correspondência que Drummond recebeu diretamente do Almirante Quintela, comunicando que havia terminado sua missão em Santa Catarina por questões de economia. Mas isso é compreensível, porque Tovar estava recebendo instruções sobre os custos da implantação da Colônia, enquanto Drummond estava recebendo instrução quanto à sua condição de funcionário do governo com desvio de função, já que estava em Santa Catarina recebendo salário atuando fora de sua função de burocrata da Chancelaria. Drummond pode muito bem ter escondido de Tovar a informação de que havia sido chamado ao Rio de Janeiro e, para este, pediu licença para retornar ao Rio de Janeiro. Um fato é notório: os dois não se gostavam.

Informação 6: ‘No mesmo ano (1820) veio da Côrte do Rio de Janeiro Antônio de Meneses Vasconcelos, encarregado da fundação de uma colônia no rio Itajaí. Êste homem gastou um ano em passear e iludir (expressões de uma memória que temos presente, e vamos copiando) o Ministro a bem do seu interesse particular, vexando aos pobres moradores do lugar, a quem dava a tarefa de serrar tabuado, e cujos jornais nunca foram pagos, apesar de despender a Fazenda Real em tão pouco tempo, pois retirou-se em 1821, o melhor de cinco mil cruzados: não fêz mais do que uma derrubada, sem deixar sinal algum de colônia. Ouviu-se-lhe por muitas vêzes dizer: aproveitemos o ministro de Estado (era então Tomás Antônio da Vila Nova Portugal) que está velho.’ [Página 210].

Considerações:

a) O perfil mais negativo de Drummond foi escrito por Manoel Joaquim d’Almeida na sua clássica Memória Histórica da Província de Santa Catarina à página 93. Ali Drummond foi taxado de caloteiro, malandro, interesseiro, aproveitador de amigos. Gastou ‘cinco mil cruzados’ para não fazer nada.

b) Com certeza Drummond fez um amigo em Santa Catarina – o intendente da Marinha Miguel de Souza Mello e Alvim, bem como dois inimigos declarados - o governador Tovar e Albuquerque e o burocrata de governo Manoel Joaquim d’Almeida.

DEBATE
AMPLIADO

A gênese da historiografia itajaiense está vinculada à própria história de nossa imprensa. Um dos primeiros memorialistas de Itajaí foi o imigrante alemão Guilherme Müller que escreveu ainda no século XIX um diário sobre o cotidiano da cidade onde exercia a atividade de construtor. Um pouco do que relatou no ‘Diário’ foi publicado em jornais de Itajaí. Foi o caso do relato detalhado que realizou sobre a enchente de 1880, publicado no jornal ‘Novidades’ em outubro de 1911. Um dos primeiros moradores de Itajaí que demonstrou interesse em registrar na imprensa a história de nossa comunidade foi Pedro Ferreira e Silva. Em 1907, ele publicou nas páginas do jornal ‘Novidades’, uma série de textos com o conteúdo de entrevista promovida com o sexagenário Antônio da Costa Flores. A série recebeu o sugestivo título de ‘Reminiscências’.

Depois de Guilherme Müller e Pedro Ferreira e Silva, temos, em 1920, os textos de pesquisa documental de Marcos Konder sobre o centenário de Itajaí e o seu clássico ‘A Pequena Pátria’. São três maneiras de exercer a atividade de resgatar a história de nossa comunidade. Três métodos que perduram até os dias de hoje: 1 - resgate da memória pessoal [memorialismo], 2 - resgate das vivências de pessoas comuns e o cotidiano da cidade [história oral], 3 - pesquisa fundamentada em documentos oficiais [história tradicional, positivista].

Em seguida recebemos as contribuições dos tradicionais ‘anuários’, publicações que buscavam timidamente compor nossa História Geral através da publicação de textos temáticos. Os anuários transformaram-se em verdadeiros mosaicos de nossa história. O primeiro desses anuários foi escrito em 1924, recebendo as assinaturas de Jayme Vieira e Juventino Linhares. Ali encontramos textos sobre: centenário da Paróquia de Itajaí, fac-símiles de diversos documentos históricos, dados gerais do município e uma breve história do Mercado Público.

O ‘Anuário para 1949’ foi assinado por Marcos Konder e Silveira Júnior, com fotografias de José Marçal Dutra [Foto Juca] e Roland Schneider [Foto Schneider]. Ali encontramos: histórico da fundação de Itajaí, listagem dos prefeitos de Itajaí entre 1930 e 1947 – complemento do trabalho publicado por Marcos Konder em ‘A Pequena Pátria’ até 1927-, síntese histórica sobre a tradução do nome Itajaí, história da educação municipal e também do Ginásio Itajaí, dados biográficos de ilustres que cederam seus nomes às ruas de Itajaí [epônimos], ‘...aspectos do Itajaí antigo’ segundo a memória de Marcos Konder.

Os anuários de 1959 e 1960 recebem as assinaturas de Laércio Cunha e Silva [Laercinho] e Roberto Mello de Faria contando com a participação de gente de peso na historiografia itajaiense como: Lucas Alexandre Boiteux, Raulino Reitz, Juventino Linhares, Lausimar Laus, Abdon Fóes, Lauro Uller, José Ferreira da Silva, Silveira Júnior. Contou ainda com o acervo fotográfico de José Marçal Dutra [Foto Juca]. Depois do ‘Anuário para 1960’ vamos ficar quase três décadas sem esse tipo de publicação. Os anuários retornam em 1998 nas mãos da Fundação Genésio Miranda Lins. Deixam de ser uma iniciativa particular para integrar a política pública de resgate da nossa história. Política mantida até os dias atuais [2018].

O primeiro livro publicado com a pretensão de ser uma História Geral de Itajaí foi escrito pelo secretário da Câmara de Vereadores - Afonso Luis da Silva - em 1971, com o título ‘Itajaí de ontem e de hoje’. O livro foi escrito sob forte influência do historiador José Ferreira da Silva que entregou àquela secretaria vasta documentação defendendo a tese de que os louros da fundação de Itajaí devia ser creditado a Agostinho Alves Ramos e não a Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond - como pregava Marcos Konder. José Ferreira participou de uma sessão temática na Câmara de Vereadores a 09 de setembro de 1968, oportunidade em que defendeu seu ponto de vista apresentando vasta documentação. Desses documentos serviu-se Afonso Luiz para compor o livro.

Nemésio Heusi escreveu o livro ‘A fundação de Itajaí – sua história – seu romance’ em 1982, mesmo ano que o professor e historiador Edison d’Ávila entregou ao público o clássico ‘Pequena História de Itajaí’. O livro de Edison d’Ávila, por ser um excelente resumo dos fatos históricos da formação de nossa comunidade, caiu no gosto do público em geral, mais, notadamente, entre aqueles jovens que estudavam para concurso público. Virou, portanto o grande *best-seller* da história itajaiense, nunca sendo superado. Tornou-se um guia prático de muita utilidade em termos de consulta rápida, principalmente em um tempo sem computador e internet como eram os anos 80.

Alguns opúsculos foram publicados e mereceram atenção por parte dos historiadores, como é o caso do livreto de Marcos Konder intitulado ‘A pequena pátria’ reeditado quatro vezes. Edison d’Ávila publicou, em 2001, um resumo do resumo sobre a História de Itajaí com o título de ‘Itajaí – O começo da História’. E, publicou segunda edição – revista e ampliada – do clássico ‘Pequena História de Itajaí’ no ano de 2018. Esta sim, uma obra completa sobre a História de Itajaí. A primeira que merece por completo o título de História Geral de Itajaí.

Ninguém mais ousou publicar livros sobre a História Geral de Itajaí, restando nos anais de nossa comunidade muitos textos abordando temas específicos – em livros, revistas, anuários e jornais. De Pedro Ferreira da Silva a Juventino Linhares, de Silveira Júnior a Cláudio Bersi de Souza ... temos um número expressivo de articulistas que se ocuparam em escrever acerca da História de Itajaí, notadamente sobre sua fundação, naqueles períodos em que ardeu a chama da polêmica introduzida em nossa imprensa pelos contendores Marcos Konder e José Ferreira da Silva.

Por questão editorial, dividimos nossos articulistas em dois grandes grupos: ‘nossos articulistas de ontem’ e ‘nossos articulistas de hoje’. Claro que alguns articulistas que ainda hoje estão na ativa, escrevendo para nossa imprensa e até publicando livros, como é o caso de Edison d’Ávila, podem ser incluídos nos dois grupos.

O órgão de imprensa que mais cedeu espaço para artigos envolvendo a História de Itajaí foi o Jornal do Povo. Foi principalmente em suas páginas que se deu o grande debate sobre a fundação de Itajaí, coadjuvado por publicações como ‘Blumenau em Cadernos’ e outros jornais de menor circulação em Itajaí e região. Temos artigos publicados em jornais de Brusque, Blumenau, Florianópolis e Rio de Janeiro. Entre os escritores itajaienses que publicaram a memória de nossa comunidade o destaque fica por conta de Juventino Linhares que escreveu o insuperável ‘O que a memória guardou’. Uma joia da coroa em se tratando de História de Itajaí e de seu povo. Mas Juventino Linhares pouco se intrometeu nessa questão da fundação de Itajaí, alvo desse estudo.

ARTICULISTAS DE ONTEM

Quem já leu os dois primeiros livros que compõem essa trilogia sobre a fundação de Itajaí [‘A lenda do Monte Tayó’ e ‘Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador – textos compilados’] poderá a ausência de alguns articulistas nessa seleção que apresento na presente obra. Acontece que alguns articulistas que debateram, principalmente nas páginas do Jornal do Povo, sobre a fundação de Itajaí com Marcos Konder e José Ferreira da Silva, não apresentam argumentações novas, limitando-se a reproduzir as argumentações desses dois protagonistas principais.

Nesse sentido, selecionados textos de articulistas que contribuíram com o debate trazendo novas informações sobre o tema, contribuindo para o leitor firmar seu juízo sobre a fundação de Itajaí.

PEDRO FERREIRA E SILVA

TEXTO 1: Reminiscências I. Pedro Ferreira e Silva. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí: uma cidade em busca do seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 32-33.

Trata-se da memória do morador Antônio da Costa Flôres anotada por Pedro Ferreira e Silva que publicou seu conteúdo originalmente no jornal Novidades em quatro partes a partir de junho de 1907. A revista Blumenau em Cadernos copilou os textos republicando-os em 1959.

Informação 1: ‘As únicas embarcações que havia eram: um pequeno palhabote, de nome, se não me engano, “Sete de Abril” e que pertencia ao então major e depois coronel, Agostinho Alves Ramos e que fazia viagens para Destêrro e grande número de canoas de variados tamanhos, destinadas à pesca e viagens aos rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim e mesmo à pesca do mar.’ [Página 32-33].

Considerações:

a) ‘Sete de Abril’ pode ser uma referência à data de abdicação do trono brasileiro pelo imperador D. Pedro I em 1831, considerados por muitos como a segunda declaração de independência do Brasil. Quem sabe Agostinho Alves Ramos quisesse

sinalizar com esse pequeno gesto, nomear seu barco com uma data importante para os brasileiros, de que não estava ao lado dos portugueses na questão da independência do Brasil. Essa era uma questão muito importante para Agostinho, uma vez que ele era tido por muitos com ressalva já que sua mulher era portuguesa e o casal frequentava o círculo dos comerciantes portugueses na Desterro de 1820-1822. O clima desfavorável aos comerciantes portugueses, possivelmente, foi um dos motivos que levaram o casal Alves Ramos a migrar de Desterro para Itajaí.

b) O barco de Agostinho era o maior da localidade e era responsável pela ligação de cabotagem Itajaí-Desterro na primeira metade do século XIX [1800]. Vale destacar que Flores não está afirmando que este era o único barco que fazia cabotagem entre Itajaí e os diversos portos catarinenses e nacionais. Afirma que este é o único de proprietário do local, no caso Agostinho Alves Ramos.

Informação 2: ‘Sempre residindo em Itajaí, durante quase 70 anos, tenho observado que o pontal diminui ou cresce conforme há, ou não, enchente entre os anos de 1883 e 1885, mas em consequência da que houve em 21 de setembro de 1880 foi que êle sofreu maior diminuição. O mar veio bater na porta da cidade e os navios passavam por bem perto do ponto em que sempre há mato alto (...) Devo, porém, deixar consignado não só que nos últimos anos foi que o pontal conservou maior comprimento, mais fundo, por terem sido as enchentes mais fracas e menos frequentes, como também que desde que conheço o Itajaí, foi no ano passado que se sentiu maior falta de chuvas.’ [Página 33].

Considerações:

a) O mais importante do relato de Antônio da Costa Flores é a informação de que realmente a barra do Rio Itajaí Grande, principalmente na margem esquerda, sofria modificações significativas conforme ocorriam as enchentes. Também a informação de que nas enchentes maiores o mar passava por cima do pontal e vinha bater diretamente às portas da cidade. Isso significa dizer que a geografia da foz era instável, móvel, hora pela instabilidade do pontal de areia, hora pelos constantes desbarrancamentos das margens do rio, hora pelas marés altas... Por isso que os navegadores antigos consignavam como barra do rio aquela mais adentro já na foz do Itajaí-Mirim. Ali os barcos tinham abrigo e a geografia não mudava ao sabor das chuvas e das marés.

b) A natureza só foi domada a partir das obras dos molhes. Foram eles que deram uma formatação para a barra do Rio Itajaí Grande deixando-o estável. Os bancos de areias foram retirados com dragagem, o rio retificado, as encostas protegidas por espigão...

TEXTO 2: Reminiscências II. Pedro Ferreira e Silva. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí: uma cidade em busca do seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 34-39.

Informação 1: ‘Pedro Müeller era ainda solteiro; andava trabalhando em madeira com dois ou três companheiros; depois de estar ausente algum tempo, voltou casado: teve negócio na casa onde nasceu Lauro Müeller e hoje reside o sr. Marcos Konder; e se foi tornando um dos homens mais conhecidos e importantes de Itajaí.

Quem primeiro montou e ensinou a montar engenhos de serrar madeiras em Itajaí, foi um francês que veio de Tijucas, de nome José Bosfire. Depois disto é que surgiu e mais tarde predominou o sistema ainda hoje tão usado de fazer casa tôda de madeira.’ [Página 34].

Considerações:

a) Um dos moradores mais antigos de Itajaí comprova que o comércio de madeira foi uma das primeiras e mais importantes das atividades desenvolvidas na região no início da colonização.

b) O memorialista Isaque de Borba Corrêa corrobora com a tese de que foi justamente a economia em torno do corte da madeira que motivou a colonização do Vale. Corrobora também com a ideia de que Alvim Mello e diversos colonizadores formavam um grupo que atuava nas lacunas encontradas entre as leis rígidas do império e as falhas da burocracia estatal. Em outras palavras: um grupo de corruptos composto de funcionários públicos e empresários que burlavam as leis do império para comercializar grande quantidade de madeira existente em todo Vale.

Informação 2: ‘Nas imediações do local em que presentemente se acha a matriz, existiam uns alicerces de pouco mais de meio metro de altura, construídos por um pedreiro, escravo do major Agostinho, de nome Simeão, para a igreja e uma meia-água muito pequena, de taipa, sem reboco, coberta de telha, sem forma exterior de templo e conhecida por “casinha de Nossa Senhora”, porque agasalhava uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. O cemitério ficava no terreno sito nos fundos dessa casinha e ia até perto da atual casa de negócio do sr. Pedro Bauer.’ [Página 35].

Considerações:

a) Flores confirma a existência do escravo Simeão e sua participação na construção das primeiras igrejas, assim como a devoção a Nossa Senhora da Conceição por parte da família Alves Ramos.

b) Os contornos do terreno do cemitério coincidem com toda a extensão da atual Praça Vidal Ramos, jardim Bruno Malburg, com final na Rua XV de Novembro e Manoel Vieira Garção.

Informação 3: ‘Nos terrenos, ao sul da povoação, já conhecidos com o nome de ‘fazenda’ residia em uma boa casa caiada a respectiva proprietária, d^a Felícia Alexandrina de Azeredo Leão Coutinho. Dizia-se que era viúva de um oficial antigo, que governara Santa Catarina. O que é certo é que recebia sôldo. Tinha uma filha de nome Carolina, casada com um capitão Benigno Lopes Monção. Possuía muitos escravos. A ‘Fazenda’ tinha grande cafezal, muitas laranjeiras e outras árvores frutíferas, extensas roças, um engenho de fazer farinha de mandioca e um de moer cana e fabricar açúcar.’ [Página 39].

Considerações:

a) Itajaí contava com um número significativo de escravos porque Agostinho Alves Ramos tinha diversos escravos na fazenda e na olaria [incluindo o negro Simeão que construiu as igrejinhas]. Dona Felícia também mantinha muitos escravos em sua fazenda.

b) Essa fazenda muitas vezes foi confundida como sendo terra originária de João Dias de Arzão ou de Matheus Dias de Arzão. Na verdade João Dias de Arzão teve uma sesmaria na margem esquerda do rio defronte à barra do Rio Itajaí Mirim, enquanto Matheus teve uma sesmaria, muito tempo depois, na margem direita também próxima à barra do Rio Itajaí Mirim. No Arquivo Histórico de Itajaí estão guardadas cópias dos mapas dessas sesmarias.

Informação 4: ‘O povoamento do nosso território não se estendia mais de 6 a 10 quilômetros de distância da praia do mar ou das margens dos rios pelos motivos seguintes: a população era muito pouco numerosa; encontrava nos exíguos terrenos que explorava, satisfação às suas modestas ambições; não dispunha de vias de comunicação terrestre, bastando dizer que quase não havia outro caminho regular, além do que marginava o litoral; cousa alguma atraía para o sertão, longe da costa; e – o motivo principal – temia os ataques dos bugres. (...)’ [Página 37].

Considerações:

a) Flores nos coloca na perspectiva de uma economia de subsistência que dava conta de suprir as necessidades de uma população que não tinha conhecimento de uma economia mais sofisticada baseada nas relações de troca de produtos excedentes. Tudo era simples, rudimentar.

b) Ainda por volta de 1840 o índio se fazia presente na região ameaçando as pretensões da colonização. Um problema recorrente que, contudo, não impediu o avanço do branco europeu sobre as terras habitadas pelos silvícolas. Eles foram vencidos: mortos, aprisionados, aculturados, cooptados ... fechando mais um ciclo civilizatório no Vale do Itajaí: sambaquinianos, tupis-carijós, jês-kaingangues. O primeiro ciclo é datado entre seis e dez mil anos. Mas os estudos sobre os sambaquis ainda tem muito o que nos revelar. Por enquanto, sobre o homem do sambaqui temos mais perguntas que respostas.

TEXTO 3: Reminiscências III. Pedro Ferreira e Silva. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí: uma cidade em busca do seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 39-44.

Informação 1: ‘A cerca de 20 metros ao sul da ponte, próxima do edifício, recentemente construído, pela Companhia de Navegação Fluvial, o caminho que passa pelo local, em que mora Ângelo Rodi, se inclinava para a margem do rio e o acompanhava bem de perto até ao lugar em que reside Germano Thieme e daí é que se internava em direção à Barra do Rio. Esse trecho de caminho teve de ser mudado diversas vezes mais para longe da praia até ficar por onde hoje corre a estrada.’ [Página 40].

Considerações:

a) Flores mais uma vez dá testemunho de que a geografia da região da foz do Rio Itajaí sofreu modificações acentuadas. Isso é muito importante para podermos entender alguns pontos lacunares de nossa história, por exemplo: porquê sendo o Rio Itajaí-Açu o maior rio de Santa Catarina foi um dos últimos a ser efetivamente explorado? No nosso entendimento a resposta a esta e muitas outras perguntas está justamente na geografia da barra antes das enchentes de 1851 e 1880.

Informação 2: ‘Parece incrível, mas a verdade é que grande parte desse trecho de caminho, passava por onde hoje está o meio do rio. O rio, a partir do ponto em que está a casa de Germano Thieme, para cima, deixou, nos últimos anos, formar uma extensa ponta de acrescidos e, para baixo, vinha quase em linha reta até chegar aos morros da Fazenda e aí se encurvava bruscamente, dirigindo-se para o mar; apenas na margem direita, fazia primeiro uma suave curva côncava, e depois, no ponto correspondente ao centro da povoação, uma curta convexa. Mas, pela ação das marés, de certos ventos e das enchentes, principalmente a de 1880, deu-se o seguinte: a curva côncava se foi transformando nesse fundo saco, que parece ameaçar a existência da cidade, e o rio tanto ganhou nessa margem, quanto perdeu na oposta, na qual as suas águas iam até a linha de mato mais alto que se vê; a curva convexa aumentou consideravelmente e a margem fronteira foi bastante escavada pelas águas e tomou a forma de leve curva

côncava. Nos terrenos que foram escavados para se formar o aludido saco, existiam algumas casas, entre as quais a em que morava o escrivão de paz Francisco dos Passos e que era situada nas vizinhanças do lugar em que, ultimamente, Germano Friese tem engenho de beneficiar arroz e a do velho Francisco Gonçalves Tabalipa, cuja frente distava bastante da praia e cujos fundos ainda distavam mais de uma árvore grande que se vê ao norte e perto do mencionado edifício da Companhia Fluvial e tão próxima da margem o rio. Também nos terrenos que foram escavados para se formar a curva côncava, na margem esquerda, em frente à povoação, existiam casas que desapareceram (...) Tudo me leva a crer que, além da pouca frequência de chuvas e enchentes, o fato de ter o rio ficado, em geral, um pouco mais largo e acentuadas essas curvas concorreu para que as suas águas não corroam tanto e tão a miúdo o pontal, como antigamente.’ [Página 40-41].

Considerações:

a) Flores detalha as mudanças na geografia do Rio Itajaí-Açu e foz do rio que teve conhecimento. Fora aquelas mudanças que ele não lembrou de falar e/ou não teve conhecimento. A verdade é que nos primórdios da colonização o rio era diferente e sua foz era diferente. Isso deve pesar na hora de buscar as causas da exploração tardia do Vale do Itajaí a partir do Rio Itajaí. Como sabemos o processo colonizador iniciou por terra.

Informação 3: ‘Pouco depois de eu estar aqui, chegou para ser consertada uma “polaca”, embarcação grande de três metros (...) dizia-se que era de Gênova e vinha não sei se de Montevidéu ou Buenos Aires; pertencia a um tal Balão (sic) que trouxe nela muitos homens (que eram estrangeiros, mas falavam português), falquejadores e serradores de madeira, carpinteiros, calafates etc. e o material necessário para construção de navio, exceto madeira. (...) Os consertos da “Polaca” foram muito consideráveis; duraram bastante tempo; muitas pessoas aqui tiveram de auxiliá-los, procurando madeiras pelos nossos matos, trazendo e fazendo outros serviços. Os pagamentos eram feitos em dinheiro de ouro. Itajaí nunca tinha visto tanta animação no trabalho e circular tanto dinheiro. Logo depois chegaram para fazerem consertos outras embarcações (...) e mesmo alguns navios foram inteiramente construídos (...) O Itajaí, sem dúvida, deve o seu desenvolvimento a muitas causas, mas foi na época de tais consertos e construções que recebeu o mais rápido e vigoroso impulso para se engrandecer.’ [Página 43-44].

Considerações:

a) Flores está nos fornecendo um dado que nenhum historiador levou a sério até o presente momento [2018]: o conserto da ‘polaca’ trouxe uma nova dimensão econômica para Itajaí introduzindo o nosso ‘estaleiro’ no grande circuito da construção naval. Um ciclo econômico que perdura até os dias atuais.

b) Como ele próprio diz, Itajaí ‘deve o seu desenvolvimento a muitas causas’ mas a construção naval, nesse momento, foi fator decisivo.

c) Quem no futuro se propor a escrever sobre a história da carpintaria de ribeira em Itajaí deverá considerar a hipótese da ‘Polaca’ ter deixado na região um legado técnico acentuado. É factível pensar, por exemplo, que carpinteiros locais tiveram contato com novas tecnologias e aprenderam novas técnicas, assim como alguns deles podem ter ficado em definitivo na região, abrindo seu próprio estaleiro ou trabalhando nos já existentes.

Informação 4: ‘Até 1889 ainda se podia facilmente ajuizar o que, quando aqui cheguei, havia na área que abrangia o atual perímetro urbano; mas agora é difícil porque, depois da proclamação da república, se construíram e se transformaram inúmeras casas e as municipalidades retificaram, prolongaram, abriram e aterraram muitas ruas.’ [Página 44].

Considerações:

a) A fala de Antônio da Costa Flores é extraordinária. Primeiro nos fornece um fator de desenvolvimento que não consta em nenhum livro de história ou documentos oficiais de governo e depois evidencia que a República dotou Itajaí e Santa Catarina de uma nova lógica social, desenvolvimentista, urbana. Foi o que Lauro Müller ajudou a fazer em Santa Catarina e Rio de Janeiro, que teve seu correspondente em Itajaí com Pedro Ferreira e Silva.

b) Depois da Polaca e da República Itajaí não foi mais a mesma.

TEXTO 4: Reminiscências IV. Pedro Ferreira e Silva. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí: uma cidade em busca do seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 44-50.

Informação 1: ‘Parece que, a princípio, o que mais concorreu para atrair povoadores para as margens do Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, foi, além da abundância de terrenos férteis, inexplorados, e contendo muita madeira, própria para a construção de embarcações, a facilidade de comunicações por esses rios e de consertos e construções de embarcações perto da foz do Itajaí-Açu.’ [Página 45].

Considerações:

a) Antônio da Costa Flores dá como um dos elementos fundamentais para o nosso desenvolvimento a existência da madeira própria para a carpintaria de ribeira e, obviamente, grande quantidade de terras agricultáveis devolutas ou integrando projetos coloniais que contavam com apoio governamental.

b) Costa Flores inclui a capitania de ribeira na história econômica de Itajaí de forma decisiva e irrefutável.

Informação 2: ‘Havia habitantes originários de diversas Províncias, mas o maior número provinha do Destêrro e de lugares que lhe ficam próximos, na Ilha e no continente, de Tijucas, Pôrto Belo e Camboriú. Muitos eram bem antigos aqui, como Antônio Dias de Arzão, José Coelho da Rocha, João da Silva Mafra, Cel. Agostinho Alves Ramos, João Gonçalves da Silva, etc (*Ana Maria da Conceição, portuguesa, viúva, moradora em Canavieira, veio de lá com duas filhas e um filho de nome Vitorino Gonçalves da Silva, refugiar-se no lugar que hoje se chama “Cordeiros” em um terreno que lhe deu o governo, no tempo em que muita gente se mudou com receio dos castelhanos, que se apossaram do Destêrro (...)*).’ [Página 45].

Considerações:

a) A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina, em 1777, motivou uma diáspora, com o processo migratório dos lusos ilhéus chegando até Itajaí. Há muito vínhamos afirmando que Itajaí recebeu dois fluxos migratórios importantes no início de sua formação urbana: lusos vindos da Ilha de Santa Catarina quando da invasão espanhola; gente diversa, inclusive negros livres, vindos de Penha quando do término das atividades de caça à baleia em Armação do Itapocoroy. A fala do entrevistado de Pedro Ferreira nos dá elementos para sustentar a veracidade desse primeiro fluxo migratório.

Informação 3: ‘Quase nada se exportava. O Coronel Agostinho é que mandava, de vez em quando, pranchões de cedro para Destêrro, em seu iate “Sete de Abril”, ou para o Rio de Janeiro, por lá, ou por algum navio que, a pedido dêle, vinha aqui. O comércio era insignificante e diminuta a quantidade de dinheiro que circulava. Usava-se muito a permuta de serviços ou de produtos entre os moradores.’ [Página 46].

Considerações:

a) Agostinho Alves Ramos controlava quase que um monopólio econômico. A economia era menos monetária e mais baseada no escambo, realidade que foi modificando parcimoniosamente até a chegada dos alemães colonizadores de Brusque e Blumenau que incluíram o Vale do Itajaí no mapa da economia industrial.

Informação 4: ‘Termino cumprindo o grato dever de dar mais informações acerca do Coronel Agostinho Alves Ramos, justamente considerado o primeiro homem de Itajaí (...) sabia muito bem ler e escrever e se mostrava bastante instruído; tudo que aqui se fazia, tendo em vista o adiantamento ou bem estar geral, era por iniciativa ou com o auxílio dêle e quase tôda a gente se aconselhava com êle; dava atenção a quem quer que o procurasse, por mais humilde que fôsse; quando havia necessidade de fazer alguma comunicação, ou pedir alguma providência à autoridade ou pessoas de influência em Destêrro, êle é que se encarregava disso; em Destêrro, Rio de Janeiro e outras partes quem queria alguma coisa de Itajaí, a êle é que se dirigia.’ [Página 47].

Considerações:

a) Antônio da Costa Flores era aparentado de Agostinho Alves Ramos e o viu no leito de morte. Conhecia muito bem o homem que biografou de forma espontânea.

b) Agostinho era o intermediário entre o povo de Itajaí e as autoridades em Desterro e no Rio de Janeiro. O seu poder político parece inquestionável, assim como sua popularidade.

NEMÉSIO HEUSI

TEXTO 1: A grande injustiça. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 9, agosto de 1958. Páginas 177-178. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 113-115.

Informação 1: ‘Nada há contra a “Pequena Pátria”, de Marcos Konder. Nada há contra Vasconcelos de Drumond. Nada há contra a fundação de Itajaí. O que há são fatos históricos que pesquisados mais pacientemente, por historiadores como, José Boiteux, Lucas Boiteux, José Ferreira da Silva e Oswaldo Rodrigues Cabral, deram e ainda dão, uma versão muito diferente daquela que Marcos Konder deu em a “Pequena Pátria”, que acredito, foi precipitadamente, no interesse admirável de dar data e fundador para Itajaí.’ [Página 113].

Considerações:

a) Interessante observar que muitos historiadores de renome estadual foram envolvidos na polêmica entre Marcos Konder e José Ferreira da Silva. Destaque para os irmãos Boiteux que tinham acesso aos arquivos da Marinha do Brasil em um tempo que esses documentos eram inacessíveis àqueles que não eram militares.

b) A precipitação de Marcos Konder não se deve apenas a uma intenção isenta de ‘dar data e fundador para Itajaí’, mas de aproveitar politicamente, como aproveitou, de um fato histórico. Comemorava o centenário ali, naquele momento e com Drummond, ou o cavalo passava encilhado. A história lhe deu uma oportunidade política de ouro e Marcos Konder soube aproveitá-la como ninguém, fazendo três dias de festa.

Informação 2: ‘A Pequena Pátria foi o admirável comêço que Marcos Konder, com tanta sensibilidade escreveu, sôbre a história e fundação de Itajaí, acredito que não

quererá Marcos Konder, que ela seja um dogma e que ninguém mais possa escrever sobre a fundação e colonização da nossa querida terra.’ [Página 114].

Considerações:

a) Bem isso que pensamos. Marcos Konder escreveu um texto pioneiro, abriu as portas da História de Itajaí com sua ‘discursividade’ ou ‘discurso fundador’, mas não deve ser visto como o dono da verdade e sua tese ser vista como dogma, um saber inquestionável.

Informação 3: ‘Morreu, sendo enterrado no antigo cemitério atrás da velha Igreja Matriz, a 16 de julho de 1853, completamente pobre!’ [Página 115].

Considerações:

a) Pois então. Não temos nada de Agostinho Alves Ramos antes do seu casamento a 14 de outubro de 1813 e nada dele sobrou depois da sua morte. Incrível. Como alguém que tinha inúmeras propriedades, sem herdeiros, nada deixa? Obviamente que há muito o que se pesquisar sobre essa afirmação de que ‘morreu pobre’.

TEXTO 2: A cruz como símbolo. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 10, setembro - outubro de 1958. Páginas 186-188. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 116-118.

Informação 1: ‘O que tem sempre fixado no Brasil os sucessos históricos de descobertas e fundações, tem sido a Cruz de Cristo. Assim foi que a Primeira Missa rezada em solo brasileiro e a segunda, logo após Cabral tomar o Brasil como feudo de Portugal, foi o que de direito confirmou a descoberta e a posse deste novo continente. [...] Não temos dúvidas que as cruzes que os Jesuítas fincaram, pela vez primeira, em nosso solo pátrio e, que até hoje ainda seguem as pegadas da nossa Santa Igreja Católica, têm sido o símbolo que caracterizou e ainda caracteriza, os primórdios de uma civilização e as fundações de nossas vilas e cidades. Sendo assim, o lógico e admissível é que déssemos como data da fundação, efetiva, de Itajaí a data de 31 de março de 1824 que foi quando o pequeno arraial passou a Curato e nomeado o seu capelão pela provisão episcopal [...] Não erramos se dermos como data da fundação de Itajaí o dia 31 de março de 1824 e como seu fundador Agostinho Alves Ramos.’ [Página 117].

Considerações:

a) Muitas fundações ocorreram com a instalação da cruz, mas nem todas. Blumenau, aqui ao nosso lado, é um caso desses.

b) Nemésio escolhe a data da criação do curato como de fundação, colocando Agostinho Alves Ramos como fundador. Mas seria possível o curato sem o padre Pedro

Antônio de Agote? Sem os demais peticionários ao bispo? Sem a ajuda financeira para a construção da capela? No nosso entendimento o que ocorreu foi um ato coletivo e é justamente essa característica, de ato coletivo, que dá ao fato importância histórica.

c) Mas há um evento anterior promovido por esse mesmo grupo. Trata-se da petição para criar o curato. No nosso entendimento essa data deve ser considerada a data da fundação da comunidade porque nesse momento foi consubstanciada a comunidade de Itajaí. Evidente que isso ocorreu devido à liderança de Agostinho Alves Ramos. O grupo de pioneiros, liderado por Agostinho, fundou uma comunidade que peticionou junto ao bispo do Rio de Janeiro a 05 de janeiro de 1924.

TEXTO 5: A fundação de Itajaí – sua gente – seu romance. Blumenau: fundação Casa Dr. Blumenau, 1982, páginas 11-49. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 308-313.

Informação 1: ‘Chega-se, portanto, depois de nos inteirarmos do que disseram sobre Vasconcelos Drummond, os três mais destacados escritores sobre a fundação de Itajaí, a seguinte e lógica conclusão histórica de que Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond foi o fundador de Itajaí e que não dispôs de tempo útil para povoá-lo. Mas por que foi Vasconcelos Drummond o fundador? (...) Porque para se fundar e povoar naquela época só os que, oficialmente, recebiam ordens, quer da Corte, diretamente, ou dos Governadores das Capitânicas, e Vasconcelos Drummond indiscutivelmente, tivera oficialmente de um Ministro da Corte do Rio de Janeiro. Segundo muitos historiadores e escritores, o símbolo de uma povoação era a capelinha, e, em torno dela é que nascia a vila e, finalmente, a cidade. Mas nem todos pensavam assim, porque Oliveira Vianna diz sobre as fundações que, em primeiro lugar, o curral, ponto de partida para o povoamento, depois a fazenda, o engenho, o arraial, a povoação e a vila.’ [Página 312-313].

Considerações:

a) Nemésio começou a escrever sobre a fundação de Itajaí sob total influência intelectual de José Ferreira da Silva [1958], defendendo a tese de que ‘a cruz’ era o fundamento da fundação de uma comunidade no Brasil e, por isso, a data da criação do curato era a nossa data de fundação. Como o movimento de transformar o arraial do Itajahy em um curato teve a liderança de Agostinho Alves Ramos, concluiu ser Agostinho o fundador de Itajahy e a data de 31 de março de 1824 nossa data de fundação.

b) Agora, muda o critério que aceita para a fundação de uma comunidade, lembrando dos feitos vicentistas de estabelecer ‘currais’ por onde passavam – início de

muitos povoamentos pelo interior do Brasil. Em síntese: não precisava mais da cruz como fundamento de fundação, bastava um curral ou pequena póvoa ...

c) Por outro lado comete uma contradição gritante ao garantir que ‘para se fundar e povoar naquela época só os que, oficialmente, recebiam ordens’. Mas o sistema de estabelecimento de ‘currais’, pelo vicentistas, não se enquadra dentro desse critério de licença ou ordem oficial de fundação. Os currais eram montados no meio do caminho na medida das necessidades da ‘bandeira’. Por outro lado, está dito em todos os livros que as vilas de São Francisco do Sul, Desterro e Laguna não foram criadas pelo sistema de currais, mas dentro do sistema de concessão de sesmarias.

d) A argumentação de Nemésio Heusi está historicamente truncada. Misturou três possibilidades: a cruz, a concessão real de sesmarias, o curral. Agostinho representa o modelo de fundação pela cruz; João Dias de Arzão representa vagamente o modelo de fundação pelo curral; Drummond representa o modelo de fundação pela concessão real de terra. Em primeiro momento escolheu o modelo que guindava Agostinho ao posto de fundador; no segundo, escolheu o modelo que guindava Drummond ao posto de fundador. Portanto, o que está em jogo nos escritos de Nemésio Heusi é menos a história e mais a escolha de um modelo, de um conceito de fundação.

NORBERTO CÂNDIDO SILVEIRA JÚNIOR

TEXTO 1: Drummond – um homem de sorte. *Jornal do Povo*, 28 de março de 1959. Capa e página 8. IN: FLORIANO, Magru. *Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador*. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 143 - 146.

Informação 1: ‘A minha convicção presente é de que Itajai nunca foi fundada ... Nem por Vasconcelos Drummond, nem por Agostinho Ramos, nem pelos Arzões. E nunca foi fundada porque nunca ninguém teve o propósito específico de fundá-la. O povoado, a vila, a cidade nasceram – como milhares de outros povoados marítimos – pelo adensamento de habitações de pescadores e pequenos sitiantes, que para aqui aportaram a procura de abrigo e alimento (...) No comêço, um pescador solitário se instalou na foz do rio. Outros se lhe seguiram. Dentro de alguns anos – que tanto podem ser do século XVII ou do XVIII – por aqui já havia um pequeno povoado que, com o tempo, se transformou em vila e depois em cidade.’ [Página 143].

Considerações:

a) a tese de Silveira Júnior é bem explícita e direta: não há fundação porque Itajaí foi se construindo ao pouco, peça por peça, como um grande ‘Lego’.

b) A tese de Silveira Júnior, a bem da verdade, não pode ser contestada. Por isso mesmo, consideramos que, pelo menos seu núcleo, tem de ser aproveitado para dar substância a uma tese mais encorpada. Nesse sentido podemos dizer que os primeiros colonos foram ocupando as margens do Rio Itajaí envolvidos em atividade de economia de subsistência e pequenas trocas. A 05 de janeiro de 1824 essa gente assinou a petição endereçada ao bispo do Rio de Janeiro para criar o curato sob liderança de Agostinho Alves Ramos. Como percebemos facilmente, a tese de Silveira Júnior é aproveitada na nossa tese sem prejuízo de qualquer raciocínio fundamental deste primeiro.

Informação 2: ‘Mesmo porque não registra a história qualquer fluxo migratório que se tivesse fixado na foz do Itajaí-Açú naquela época. E só assim se poderia explicar que quatro anos após a pretensa fundação, ou seja em 1824, já aqui houvesse um número de habitantes que comportasse a presença de um padre (Frei Agote) e a ereção de uma igreja ‘porque os ofícios religiosos eram realizados na casa de Agostinho Alves Ramos’ (...) Como vimos, em 1820 (data em que se afirma ter sido fundada Itajaí) Armação e Penha já deviam ter um século. Florianópolis, Laguna, Porto Belo e S. Francisco teriam perto dos 200 anos. A Barra de Camboriú já era um povoado. Certamente pescadores na orla atlântica por aqui passavam diariamente. Navios, vindos da Côte, transitavam ao largo, rumo ao Destêro. Barcos de Porto Belo iam a Armação e S. Francisco. A Fazenda (parte central desta cidade) já tinha habitantes, os Arzões (...) Mas inexplicavelmente, Itajai, isto é, o miolo da atual cidade, continuava deserta e espera que Drummond a descobrisse e colonizasse. E colonizasse sem colonos, o que é pior ainda.’ [Página 144].

Considerações:

- a) Silveira Júnior alega que toda a região já estava colonizada, o que é real.
- b) Mas o ato de fundação é uma ato simbólico que nós podemos escolher a nosso critério. No caso de Itajaí entendemos que esse critério tem de ter como fundamento um fato histórico devidamente datado, sem ser inventado. Embora possa isso também ocorrer, como vimos no caso da lenda de criação de Roma. Tudo é possível, se assim o desejarmos.
- c) Silveira lembra que entre 1820 e 1824, isto é, entre Drummond e Agostinho Alves Ramos não ocorreu fluxo migratório/imigratório que promovesse alguma diferença nas margens do Rio Itajaí. Portanto, não tem sentido atribuir a qualquer um desses protagonistas a fundação da cidade. As pessoas já estavam ali e, como sempre, continuariam chegando espontaneamente.
- d) Ele observa que Drummond estava colonizando sem colonos, apenas com um aviso real em mãos. A bem da verdade, segundo documentos levantados pelos irmãos Boiteux junto ao Ministério do Exército, alguns militares chegaram a ser fixados no

Taboleiro. Na nossa família, por exemplo, os estudos estão adiantados no sentido de detectar a transferência de um desses militares para a região de Penha formando a numerosa família ‘Santos’ - que depois espalhou-se por Penha – Navegantes - Itajaí

Informação 3: ‘Mas como iamos passar sem um fundador? Nós que já o possuíamos, que já o havíamos transformado em herói, já o colocáramos na galeria de honra da Prefeitura, já o fizéramos avenida e clube e por pouco não o bustificamos? Não! Isso era obra de iconoclasta! Que não se procurasse desonrar as venerandas barbas do nosso ‘fundador’, ainda mais agora às vésperas do nosso centenario de municipio (...) Pensou-se substituí-lo por Agostinho Alves Ramos, que por aqui viveu no primeiro quartel do século XIX. Sem fundador é que não poderíamos ficar! Destronar o velho Drummond, homem culto, com cara de profeta e dizer simplesmente que Itajaí nunca foi fundada, era um golpe mortal na nossa história, um ultraje às nossas tradições! Blumenau, Brusque, S. Francisco, Laguna e até Ilhota tem fundadores. Nós então haveríamos de abrir mão do nosso?’ [Página 145].

Considerações:

a) Primeiro segue um alerta: a linguagem de Silveira Júnior é sempre satírica. Ele nunca economiza no humor, nem mesmo quando está falando sério sobre coisas sérias.

b) Ele fala da necessidade de se ter um fundador sem que isso tenha qualquer utilidade ou motivo além da vaidade trazida pela tradição. Se Ilhota tem fundador, Itajaí também tem de ter um. Fica valendo aquela lógica da pessoa que compra um carro novo, sem poder comprá-lo, porque o vizinho acabou de trocar o seu pelo último modelo da moda.

c) Aqui Silveira antecipa a tese que em 2018 o professor Edison d’Ávila começou a defender, ou seja, não precisa de fundador, ainda mais sabendo-se que muita lacuna ainda tem de ser preenchida sobre os fatos que envolvem Drummond, Arzão e Agostinho Alves Ramos. Pra que entrar numa dividida dessas? Não é prático, não tem qualquer utilidade ...

TEXTO 2: Um século de município. Jornal do Povo. 04 de abril de 1959. Capa. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 150 - 152.

Informação 1: ‘Compreende-se por aí (em que pese a opinião contrária de ilustres sociólogos) que o impacto do lusitano com o meio pre-existente criou na terra virgem da América um civilização estacionária por séculos. Era a Metrópole com medo do Brasil que nascia e o Brasil que nascia com medo da Metrópole de Alem Mar. Era o português reinol entravando o nosso progresso, através de proibições humilhantes de

comerciar e de ter imprensa; era o brasileiro tentando se libertar do jugo de Portugal (...) E foi nesse desamparo, nessa ausência total de planificação, nesse aventureirismo que foram nascendo os povoados e vilas litorâneas, entre elas – parece não restar mais dúvida – aquela que mais tarde viria a ser Itajaí. Compreende-se assim porque razão as ‘cidades brasileiras’, isto é, aquelas que foram fundadas por luso-brasileiros, levaram uma grande desvantagem sobre as suas irmãs planificadas, iniciadas e desenvolvidas por europeus de outras procedências.’ [Página 151].

Considerações:

a) Silveira entra em um campo de argumentação muito delicado ao comparar a colonização feita por portugueses e alemães, concluindo que os municípios que tiveram a colonização dos alemães levaram vantagem pela planificação. Contudo, sabemos que essa planificação não se deu por se tratar de alemão, belga ou russo, mas por conta do tempo histórico que se deu e em relação a fatores sócio-econômicos envolvidos na formação da mão-de-obra que emigrou para o Brasil e sua época.

b) Os açorianos vieram para Santa Catarina por volta de 1750, o arquipélago ainda vivia em bases feudais, sem experimentar qualquer novidade advinda com a Primeira Revolução Industrial. Gente que não sabia o que era máquina, mercado, produção excedente ... Em contrapartida, os alemães vieram depois de 1830, quando boa parte do continente europeu já tinha passado por grandes transformações econômico-tecnológicas advindas da Primeira e também da Segunda Revolução Industrial. Já tinham noção de produção para o mercado etc. Sendo assim, não se trata da origem do povo ou sua capacidade de trabalho, mas de realidade sócio-econômica em que viviam nas terras de origem.

c) Nova Ericeira, São Tomás de Vilanova ... foram planejadas e não deram os resultados esperados. A própria Colônia Belga, em Ilhota, também sofreu um grande revés mesmo sendo ocupada com planejamento por outro povo que não português. Daí depreende-se que outros fatores interferem no desenvolvimento das colônias que não apenas a origem do colonizador.

Informação 2: ‘Portanto, se olharmos as nossas origens, não temos do que nos envergonhar neste século de município. Somos o fruto de um amontoado amorfo de humildes moradores do litoral, sem ‘pedigree’, sem as tradições de cultura dos nossos vizinhos teuto-brasileiros. E não obstante, hoje podemos nos ombrear com êles, se não em pé de igualdade, mas por uma aproximação tão evidente que nos faz superar os complexos e esposar a tese de Franz Boas, segundo a qual ‘todos homens, de qualquer

raça ou cor, têm as mesmas possibilidades de êxito, se lhes dermos igualdade de tratamento, de clima e de oportunidades’.[Página 152].

Considerações:

a) Depois de deixar claro que a colonização sofreu em Itajaí a força de um povo sem pedigree, tenta dar uma amenizada para não ficarmos com complexo de ‘guapéca’. Meio que deixou bem claro que ‘considerando quem nos colonizou, até que levamos sorte....’.

Informação 3: ‘Porque se é verdade que nunca passámos por um ‘rush’ de progresso como o do norte paranaense, também não nos acorâmos pitando o palheiro de Jeca Tatú. Somos o meio termo. Pertencemos àquelas populações estratificadas pelo tempo, de progresso lento, sem grandes altos e baixos, caminhando em busca do seu destino.’ [Página 152].

Considerações:

a) Silveira Júnior no final de tudo quer defender a tese de que tudo em Itajaí deu-se de forma lenta e gradual, sem saltos, sem um acontecimento marcante, sem um fato histórico que se destaca na cronologia da vida de nossa comunidade. Ao não destacar feitos e homens tenta prevalecer a tese de que Itajaí não foi fundada por falta dos mesmos.

TEXTO 3: Itajaí – a fundação e seu fundador. 19 de março de 1960, nº 300. Capa e página 03. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 168-171.

Informação 1: ‘José Ferreira da Silva foi gentilíssimo para comigo, ao me enviar os originais do seu trabalho cujo título é o mesmo deste artigo. (...) Trata-se de uma obra de grande valor histórico, fartamente documentado e que projeta uma figura que Itajaí tem esquecido por ignorância ou por má fé. Agostinho Alves Ramos. Em ‘Itajaí – a fundação e o fundador’, José Ferreira da Silva espousa a tese de que o verdadeiro fundador desta cidade não é outro senão essa figura ilustre de Agostinho Alves Ramos (...) O seu autor não afirma que esse pioneiro tivesse vindo para Itajaí fundar uma cidade. Com efeito, quando Alves Ramos aqui aportou em 1823, não como um aventureiro, mas de malas e bagagens para ficar, já encontrou oradores na foz do Itajaí. Mas eram sitiantes que não representavam qualquer ‘unidade social e muito menos urbana’. Os antecessores de Alves Ramos viviam nos seus sítios, trabalhavam a terra, mas pouco ou nada fizeram para a formação de uma comuna com qualquer rudimento de poder político, administrativo, ou religioso.’ [Página 169].

Considerações:

a) Silveira Júnior faz um raciocínio interessante na medida que não contesta o núcleo central das argumentações de José Ferreira da Silva, pelo contrário, destaca para reforçar a sua própria tese.

b) Lembremos que a tese de Silveira é da formação de Itajaí aos poucos sem ato fundacional ou fundador. Ao aceitar a tese de que Drummond não fundou Itajaí e que Agostinho deu ‘unidade social’ não está, contudo, dando ao segundo o *status* de fundador, apenas lhe tributando os méritos evidentes.

Informação 2: ‘Foi Agostinho Alves Ramos que, na verdade, deu forma jurídica e social ao povoado, foi êle que edificou a primeira igreja e trouxe o primeiro sacerdote curado, foi êle que exerceu a primeira autoridade como preposto do Presidente da Província, foi êle que deu combate aos índios, foi êle o nosso primeiro representante na Assembléia Provincial (...) A verdade é que antes da vinda de Alves Ramos, Itajai nunca foi citado como povoado, ou mesmo como simples aglomerado humano. Foi êsse homem com sua mulher que projetaram a nascente comuna, atraíram a atenção do govêrno da Província sôbre ela e fizeram os primeiros trabalhos para a criação de um aglomerado humano, oficialmente reconhecido, na foz do Itajai.’ [Página 169].

Considerações:

a) Silveira Júnior argumenta sob o fio da navalha, quase cedendo ao corte das argumentações de José Ferreira da Silva a ponto de aceitar o fundamento de sua tese: Agostinho fundou Itajaí. Mas quem lê Silveira nas entrelinhas percebe que tem consciência de que está andando na corda bamba e que todo detalhe é essencial para não deixar-se cair em armadilhas do adversário.

b) Por várias vezes nesse livro falei de ‘núcleo válido’ e nisso faço referência à Dialética Materialista.

c) Para Silveira Júnior está tudo certo nas afirmações de José Ferreira da Silva por serem compatíveis com suas ideias, os dois arrazoados não são antagônicos. Eles concordam, por exemplo, que Drummond não fundou Itajaí e Agostinho tem de ser homenageado pelos itajaienses. Para Silveira Júnior homenagear Agostinho não é, necessariamente, reconhecê-lo como fundador.

TEXTO 4: Subsídios para a história de Itajaí. Cadernos de Blumenau, tomo XIV, nº 4, abril de 1973, páginas 72-74. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 286 - 289.

Informação 1: ‘É que por aqui nunca se usou a expressão barra-do-rio para designar o lugar onde o Itajaí-Açú deságua no Oceano, mas sim para nominar o local onde o Itajaí-Miri deságua no Itajaí-Açú. Foi assim que o dr. Blumenau designou em 1864 o limite leste da estrada que começava na Colônia Blumenau e terminava na barra-do-rio-Itajaí. Garantidamente, ele não queria dizer que o caminho que é hoje a estrada Jorge Lacerda ia terminar no mar, exatamente que ela terminava onde começava o nascente arruamento do povado de Itajaí, isto é: na nossa tão conhecida Barra-do-Rio, aquele lugar onde o Itajaí-Mirim desemboca no Itajaí-Açú.’ [Página 288].

Considerações:

a) Pela primeira vez leio alguém tratar do assunto em linha reta. Esse dado parece irrelevante mas tem o poder de desfazer um grande número de erros cometidos por outros escritores. Nos tempos idos ‘barra’ e ‘foz’ eram lugares diferentes. Alguns autores, usando a lógica atual, misturaram os dois pontos geográficos como se fossem duas referências acerca do mesmo ponto.

ARY GARCIA

TEXTO: Afinal, quem é o fundador? Ary Garcia. Jornal do Povo. 14 de julho de 1979. Capa e página 02. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 306-308.

Informação 1: ‘Como a grande maioria, por desconhecimento do assunto, também sempre louvei o procedimento do nosso inolvidável e estimado Coronel Marcos em presentear-nos, por ocasião dos festejos do nosso centenário, um fundador do nível dos fundadores de nossos municípios vizinhos e dos quais os seus munícipes tanto se orgulham (...) O venerado Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond, sem dúvida, sempre foi uma figura digna de todo o nosso respeito, pelos seus dotes de inteligência, de grande projeção na corte, diplomata, jornalista e por aí a fora (...) Um fundador, enfim, de nível intelectual do de nossos vizinhos, repito, com a vantagem, até, de uma exuberante e linda barba branca esparramada pelo peito. Com uma diferença, entretanto. Os deles são autênticos, e o nosso, infelizmente, é de araque.’ [Página 306-307].

Considerações:

a) A maioria pensava como Ary Garcia, era a autoridade de Marcos Konder que falava sobre a História de Itajaí. Não tinha como duvidar. Ele tinha poder e ilustração. Seria uma ousadia discutir com pessoa tão ilustrada e poderosa. Por respeito todos aceitaram o ‘discurso fundador’ de Marcos Konder.

b) Outro ponto interessante que nos relata Ary Garcia diz respeito ao orgulho que os itajaienses sentiram por ter Drummond como fundador. Um homem ilustre, à altura do Dr. Blumenau [Blumenau] e o Barão de Scheeneburg [Brusque].

c) Os itajaienses mantinham o respeito pela autoridade [política e cultural] de Marcos Konder e o orgulho por ter um fundador ilustre. Logo, não havia espaço para um itajaiense iniciar o debate da fundação com Marcos Konder, daí a importância de José Ferreira da Silva. Um historiador abriu a porta do debate pelo lado de fora.

d) Ary contesta a fundação por Drummond qualificando-o como um fundador ‘de araque’, de mentirinha.

Informação 2: ‘Posteriormente, em 1823, apareceu por aqui o segundo ‘pai da Pátria’. Agostinho Alves Ramos. Esse foi um próspero comerciante que exerceu, junto à comunidade que aqui encontrou, uma atuante liderança. Era comerciante, político, Deputado Provincial, Comendador, etc. (...) Mas fundador mesmo ele também não foi, é claro.’ [Página 307].

Considerações:

a) Ary também descarta a tese da fundação por Agostinho Alves Ramos, mas não dá seus motivos. Descarta por descartar.

Informação 3: ‘Resta-nos JOÃO DIAS DE ARZÃO (...) Esse sim, foi o primeiro proprietário de terras em nosso município, tendo recebido, em 1658, uma sesmaria onde hoje se acha instalada a cidade de Navegantes. Posteriormente, obteve outra gleba de terra onde hoje se situa o Bairro da Fazenda e onde liderava uma pequena comunidade de pescadores e lavradores (...) Por que não ficamos só com ele? (...) Por que cargas d’água não se dá ao João dias de Arzão o título de fundador?’ [Página 307].

Considerações:

a) Ao descarta Drummond e Agostinho, Ary parte na defesa do terceiro possível fundador: João Dias de Arzão.

b) O problema é que ele usa argumentação baseada em dados incorretos, como já tivemos oportunidade de comprovar. João Dias de Arzão não solicitou sesmaria em 1658 no Rio Itajaí. Ponto.

c) Ary também deu asas à sua imaginação ao afiançar que Arzão teve uma sesmaria na Fazenda – misturou informações coletadas em diversos autores para chegar a esta conclusão – e atribuiu-lhe a liderança de ‘uma pequena comunidade de pescadores e lavradores’ – coisa que indiscutivelmente não o fez.

ARNALDO BRANDÃO [ARBRAN]

TEXTO 1: O assunto é Vasconcelos Drummond. Arnaldo Brandão. Jornal do Povo de 30 de outubro de 1959. Edição Especial de Natal; e: Blumenau em Cadernos. Tomo II, outubro de 1959, nº 10, páginas 197-198. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 157-159.

Informação 1: ‘Analisar esse homem que tem tanto de tradição como tem de enigmático. Que passou por uma terra sem quase não deixar rastro. Fundou um núcleo, mas não se importou de deixar uma ata de fundação ou seu nome assinado em algum documento que lhe outorgasse o direito de fundador. E nos legou uma cidade com uma fundação quase lendária, como a Roma ou de Tróia, cuja origem são atribuídas a homens ou a semi-deuses. É o que faz duvidar da autenticidade de Drummond na fundação de Itajaí. Uma figura completa habituada às grandes magistraturas. Mas que não firmou seu nome em documento algum, tampouco se comprova o ato de ele ter fundado Itajaí, deixando como herança essa grande dúvida e a possibilidade de que se cometa uma injustiça, homenageando um fundador que realmente, nada fundou.’ [Página 158].

Considerações:

a) Arbran vai direto no que considera essencial: Drummond não deixou um documento sequer sobre a existência de sua colônia. Passou ‘sem deixar rastro’. Não deixou uma ata, um documento.

b) Outro ponto interessante firmado por Arbran diz respeito ao fato de Drummond ser um burocrata, personalidade ‘habituada às grandes magistraturas’, como querendo dizer, já dizendo, que era um engravatadinho de gabinete que não tinha perfil para entrar na mata virgem a dar tapas em mosquitos.

c) Também considera uma injustiça atribuir a condição de um fundador a quem não o mereça. E isso pode estar ocorrendo ao aprovar o nome de Drummond sem antes se fazer mais estudos acerca de tudo que realizou no Vale do Itajaí.

d) Arbran coloca a fundação de Itajaí na esfera da mitologia a exemplo de Roma e Tróia. Não precisa dizer mais nada.

TEXTO 2: Uma cidade em busca de um fundador. Arnaldo Brandão. Jornal do Povo de 10 de abril de 1971. Página 05 e contracapa. IN: FLORIANO, Magru. Itajaí – uma cidade em busca de seu fundador. 2ed. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. Páginas 236-239.

Informação 1: ‘nossa cidade parece ter sido gerada sob o signo da dúvida. O primeiro enigma encontrado no significado de seu nome, para o qual existem duas traduções: Rio que corre sôbre as rochas é a primeira. A segunda: Rio Taiá, resultante da abundância dessa planta na região. Duvida-se ainda do local onde os fundadores se estabeleceram para formar a povoação. Uns dizem que foi no lugar que hoje denominamos Fazenda e outros, posteriormente, vieram nos informar de que tudo nasceu no ancoradouro, onde o rio faz a grande curva e que atualmente tem o nome de Barra do Rio. Uma terceira dúvida com a qual nos deparamos em qual dia teria sido, exatamente, a data real da fundação?’ [Página 237].

Considerações:

a) Arbran lista o que considera as principais dúvidas sobre a fundação de Itajaí. Realmente, em 1971 tudo ainda restava por ser pesquisado. Tínhamos mais dúvidas do que certezas.

b) A primeira dúvida apresentada por Arbran tentei solucionar ao publicar o livro ‘A lenda do Monte Tayó’ onde pesquiso a origem e tradução da palavra Itajaí.

c) A segunda dúvida parece merecer uma resposta quase consensual: o marco zero de Itajaí é a Praça Vidal Ramos. Difícil alguém tirar daquele lugar o status de marco zero de nossa cidade.

d) A terceira dúvida, obviamente, só será respondida depois de respondermos a pergunta: quem fundou Itajaí? A data da fundação está entrelaçada com o nome do fundador. De qualquer forma, estes dois pontos históricos têm de estar amarrados com o terceiro ponto: marco zero – Estaleiro – Praça Vidal Ramos.

Informação 2: ‘(...) não compreendo o porque dessa insistência em dar a um homem que veio com a finalidade de apenas explorar nossas madeiras, a glória de fundador. Quanto ao segundo, ao desembarcar, já encontrava moradores naquela região que, ao tudo indica, já teria sido bem explorada, o que parecia unicamente ansiar pela chegada de alguém que viesse oficializar o Ato de Fundação. Dizem os estudiosos que o primeiro registro de concessões de terras na região da Foz do Itajai-Açu refere-se a João Dias de Arzão e data de 1658, quando obteve do 1º capitão-mor da vila de São Francisco uma sesmaria nas proximidades da embocadura do grande rio. Defrontamos, pois, com um terceiro personagem. E outras pessoas receberam sesmarias à beira do rio Itajai, muito antes dos nossos discutidos fundadores terem aparecido, em um período que vai de 1672 a 1811. Sòmente, nas proximidades da Independência é que vamos deparar com os nomes dos dois, a quem desejamos consagrar como verdadeiramente fundadores. O que significa que até então, tudo se confunde na mais densa nebulosidade.’ [Página 237-238].

Considerações:

a) Arbran desqualifica os feitos de Drummond considerando-o quase um aventureiro ou explorador que aqui chegou apenas com a finalidade de ‘explorar nossas

madeiras?; bem como desqualifica Agostinho, por chegar em um lugar onde já tinha muitos moradores.

b) Arbran serve-se, inicialmente, das argumentações de Silveira Júnior, evidenciando a presença de muitos adventícios, sesmeiros, jornaleiros, pescadores, posseiros No seu entendimento, escolher Drummond ou Agostinho é desconsiderar todo esse trabalho feito pelos pioneiros. Uma flagrante injustiça histórica.

Informação 3: ‘Não foram, pois os Arzões, nem os Drummonds, tão pouco Agostinho Alves Ramos que a batizaram com êsse nome tão puro e que bem retrata a beleza da região. Tenha sido na atual Fazenda ou na Barra do Rio ou nesse ignorado Taboleiro que os fundadores tenham se agrupado com seus escravos e homens trazidos de outras bandas, pouco importa; o que é certo é que ali existiria anteriormente uma grande taba. Eram os índios os donos da terra e o branco chegou para expulsá-los, abater suas árvores e serrar a madeira. E os nativos que até então viviam tranqüilos, naquela verde faixa que vinha da Itapocoroí até Itapema, viram suas terras serem tomadas; onde se erguia outrora a gloriosa taba, levantaram-se construções, engenhos, serrarias e uma capela de pau a pique.’ [Página 238].

Considerações:

a) Arbran desqualifica os feitos dos homens brancos introduzindo um novo elemento na discussão da fundação de Itajaí: o silvícola. A tese de que o primeiro homem a habitar essas terras foram os nativos, só não é válida se não se considerar o silvícola como ser humano, ou se arbitrar despoticamente que o ato fundacional só é válido se realizado por um representante da civilização europeia. Que é efetivamente o que ocorre por todo o Brasil desde o ato oficial de descobrimento por Pedro Álvares Cabral em 1500.

Informação 4: ‘Meu pai, Joca Brandão – que foi um colecionador como existiram poucos em nosso Estado – jamais guardou, entre seus objetos, algo que revelasse uma origem civilizada, relacionada com a fundação de Itajaí. Não que se tivesse descuidado ou se omitido em tal, mas porque não topou mesmo, com algo que houvesse pertencido a Drummond ou Agostinho Ramos. E acredito que ninguém desses dois forasteiros guarde qualquer objeto, precário utensílio que fôsse proveniente dos primórdios da nossa tão discutida fundação. O mesmo não se pode dizer dos índios. Grande foi o acêrvo de meu pai em seu museu particular, de peças oriunda das tribos que habitavam o Vale do Itajaí. Quem tiver a curiosidade de ver que procure, em Azambuja, o museu que leva seu nome. E tais objetos, perfeitamente conservados, encontram-se em salas apropriadas à exposição dos visitantes.’ [Página 238-239].

Considerações:

a) Arbran é filho de Joca Brandão. Ambos se tornaram fervorosos defensores da cultura silvícola. Joca Brandão, ao fundar um clube de carnaval colocou o nome de Guarani em homenagem aos silvícolas brasileiros, e, também deu os nomes de Ceci e Peri aos primeiros filhos. Colecionou tudo que pode sobre a cultura dos nativos. Este acervo compõe o Museu de Azambuja – Brusque.

b) Os silvícolas são os merecedores de todas as homenagens de fundação. Eles abriram os primeiros caminhos, limpavam os primeiros terrenos com suas coivaras, deram nomes aos acidentes geográficos ...

c) Essa tese de fundação nunca conseguiu ressonância na comunidade itajaiense porque sua população está envolta numa eurovisão extremada e absoluta. É o etnocentrismo absoluto e inquestionável sobre a qual nunca tivemos a capacidade de refletir e questionar.

d) Nesse sentido a tese fundacional dos Brandão [pai e filho] é a mais provocativa e, de longe, a mais radical.

ARTICULISTAS DE HOJE

Atualmente temos alguns historiadores e memorialistas debatendo o tema da fundação. Entre estes escritores selecionamos cinco: Claudio Bersi de Souza, Ivan Serpa, Edson d'Ávila, Isaque de Borba Corrêa e Magru Floriano.

Cláudio Bersi saiu na frente publicando o livro '2020 - Itajaí, 200 anos'. Não por acaso o livro conta com extensos prefácios de Isaque de Borba Corrêa, Edison d'Ávila e Magru Floriano. É que Cláudio Bersi busca em sua obra o consenso em torno de Drummond e a data de 05 de fevereiro de 1820. Um consenso impossível de ser alcançado porque, até a presente data, não temos qualquer comprovação de que efetivamente foi realizado algo por Drummond no Vale do Itajaí.

Seria o caso, portanto, de aceitar Drummond como fundador por ser ele o porta-voz da intenção do Estado em colonizar o Vale do Itajaí. Mas, temos de perguntar: isso também já não teria sido feito por todos aqueles que receberam sesmarias oficiais do governo e consolidaram suas presenças nas terras às margens do Rio Itajaí? Sesmaria por sesmaria, por que as sesmarias administradas por Drummond teriam maior

importância histórica do que aquelas concedidas e ocupadas pelos Arzão ou os Leão Coutinho?

Dos cinco articulistas aqui estudados o que apresenta obra mais complexa é o historiador Edison d'Ávila. Primeiro porque seus escritos iniciais tratam o tema da fundação sempre de forma muito sutil e até subliminarmente; segundo, porque parece ter variado seu entendimento sobre o tema ao longo do tempo. Contudo, isso é aceitável já que ele é o mais longevo dos nossos debatedores sobre o tema. Seu primeiro artigo foi escrito em 1979, perfazendo quase quatro décadas dentro do olho do furacão.

CLAÚDIO BERSI DE SOUZA

TEXTO 1: Por que Drummond foi para Itaipava? Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 29 de junho de 2016. Acesso em: diarinho.com.br.

Informação 1: ‘É uma pergunta curiosa que muita gente faz referindo-se ao fundador de Itajaí – Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond. O fato é que, como um pretexto para afastá-lo da Corte naquele momento em que se acentuava o movimento pró Independência do Brasil, foi feito o convite para ele ali fundar uma colônia e se encarregar dos reais cortes de madeira na região. Orientado pelo governador da província João Vieira Tovar e Albuquerque, Drummond subiu o rio Itajaí-Mirim e aonde achou o local ideal montou a serraria, estando assim mais perto da mata com as árvores de corte. Sobretudo o rio favorecia o transporte das toras que por ali eram conduzidas... O local denominado Itaipava (nome que deriva da língua tupi) uma mistura de pedra e lago que com certeza fora escolhido pelas condições que oferecia para aquele trabalho’.

Considerações:

a) Bersi reproduz uma afirmação que não temos confirmação – de que Drummond montou uma serraria no local. Sabemos que o taboado era serrado no braço, em dupla de homens, sem utilização de energia hidráulica ou tração bovina.

b) O local não foi escolhido por ele. As duas sesmarias – que na verdade chegaram a ser três nas pretensões reais – foram apresentadas a ele pelo ministro Tomás e o governador Tovar. As duas sesmarias já tinham proprietários anteriores e, portanto, presume-se que já continha uma sede devidamente demarcada.

Informação 2: ‘Drummond foi chamado de volta para o Rio de Janeiro. Segundo consta, o movimento com madeira não parou, ficando alguém encarregado até que o governador nomeasse o novo administrador. Assim foi decidido que o comerciante

Agostinho Alves Ramos ali se estabelecesse e assumisse como representante autêntico do chefe da província com plenos poderes para decidir sobre todos os acontecimentos da região. Daí a sua influência sobre as colonizações de Ilhota e Blumenau, especialmente.’

Considerações:

a) Não temos provas concretas de que os trabalhos na colônia pretensamente administrada por Drummond foram repassados à administração de Agostinho Alves Ramos. Essa linha sucessória não está contida em nenhum documento oficial ou sequer é contemplada em relatos orais ou memórias de homens da época. Portanto, é uma suposição. Uma suposição que parte do princípio de que Drummond efetivamente realizou alguma obra à margem do Itajaí-Mirim.

b) Também não temos elementos consistentes para embrincar a sucessão administrativa das três colônias referenciadas por Bersi. O sucesso das duas colônias posteriores não dependeu do sucesso da primeira ou da liderança conquistada por Agostinho quando administrador da primeira.

Informação 3: ‘Portanto considera-se Drummond o fundador e Agostinho Alves Ramos co-fundador, administrador e colonizador de Itajaí desde a foz até os limites de sua jurisdição. Se havia moradores antes, não foi por documentação oficial, pois não há um registro de quando ali chegaram como também dos próprios índios que habitavam a região. Portanto deve prevalecer o documento de Drummond, assinado na Corte Imperial de D. João VI, que foi específico, o designando para fundar uma colônia na foz do Rio Itajaí-Açu.’

Considerações:

a) Bersi advoga uma tese muito próxima daquela tese esboçada por Marcos Konder para se conciliar com José Ferreira da Silva, onde Drummond aparece como fundador e Agostinho como colonizador. Bersi toma uma variante dando a Agostinho também os títulos de co-fundador e administrador.

b) Afirma indevidamente que não temos documentação oficial sobre moradores anteriores, quando temos um mapa de demarcação de terras de 1796 e registros de petição de sesmarias a partir de 1794.

c) Bersi exige documentos oficiais para atestar a presença de moradores anteriores a Drummond no Vale do Itajaí mas, esquece de atentar-se para um detalhe fundamental: Drummond não deixou um documento oficial sobre seus feitos na pretensa colônia às margens do Itajaí-mirim. Diferentemente das demais colônias [Nova

Ericeira, Blumenau, Belga, Itajahy – Brusque] a colônia de Drummond não tem documento contábil, de pessoal etc.

d) Ao contrário do que afirma, com relação aos silvícolas, temos registros seculares sobre a presença de sambaquiniano, guarani-carijó e xokleng na região.

e) A bem da verdade o documento assinado por Tomás Antônio de Vilanova Portugal não especifica com todas as letras tratar-se da fundação de uma colônia mas de ocupar as sesmarias às margens do Rio Itajaí-Mirim conforme orientação do governador Tovar.

TEXTO: Tributo a Marcos Konder. Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 08 de junho de 2016. Acesso em: diarinho.com.br.

Informação 1: ‘E agora, quase cem anos depois, venho eu reiterar os planos do ilustre Marcos Konder sugerindo que se comemore o segundo centenário de Itajaí em 2020, contando da fundação pelo edito de D. João VI através do Conde Tomás Antônio de Villanova Portugal, que assinou o documento, em 05 de fevereiro de 1820, designando Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond a fundar uma colônia na foz do Rio Itajaí-Açu. Espero contar com a anuência das autoridades, mormente a Câmara Municipal, para que prevaleça a vontade de Marcos Konder, pois, sem dúvida queria o melhor para sua terra e seu povo. Portanto, rendo minha homenagem e admiração ao nobre itajaiense, fazendo-o feliz na comemoração dos 200 anos de sua ‘Pequena Pátria’.

Considerações:

a) Aqui está estabelecido o critério fundante do ‘conservadorismo’ em História. Trata-se de respeitar uma hierarquia entre historiadores e seus ditos. Como Marcos Konder foi um grande itajaiense, respeitável, honorável, então, deve-se respeitar sua memória aceitando sua tese.

b) Mas, não seria o caso também de ter-se igual respeito pelas teses de Arnaldo Brandão, Ary Garcia, José Ferreira da Silva? Acontece que Marcos Konder foi o chefe dos chefes. O líder supremo de uma família de poder. Um líder que, não podendo sair de sua cidade, elaborou ali mesmo sua ‘Pequena Pátria’, com uma monumental catedral, um palácio e, depois, sua ‘República’ [República de Cabeçadas]. Nesse pequeno universo de Marcos Konder ele pode transitar entre a monarquia e a república sem a perda do poder.

TEXTO 2: A fundação de Itajaí. Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 20 de julho de 2016. Pagina 10.

Informação 1: ‘O documento de Drummond, assinado em 5 de fevereiro de 1820, oficializa a data histórica da cidade, pois não há outro marco tão relevante antes desse. Drummond não foi um desbravador; ele já encontrou pessoas que foram contratadas para o seu serviço... Como já foi citado, ele ficou ali pouco tempo... Agostinho Alves Ramos também não ia se estabelecer com comércio se não houvesse consumidor... Ele esteve à frente da administração de Itajaí durante 30 anos – dos 40 que foram resgatados para complementar a história. 40 anos de desenvolvimento, tanto que proporcionou sua autonomia política em 1860’.

Considerações:

a) Bersi defende que a data de nascimento é 05 de fevereiro de 1820 e Drummond é seu fundador. Esse é o primeiro documento oficial e é ele que deve servir de referência para o nascimento oficial da comunidade.

b) Contudo, temos outros documentos oficiais de governo que também atestam a posse de terras por particulares e o interesse do Estado em habitar a região. São os documentos de posse de sesmarias concedidas no século anterior. E tudo indica que muitas dessas sesmarias localizadas às margens do Rio Itajaí já estavam produtivas quando da chegada de Drummond.

c) De qualquer forma a tese de Bersi é válida [Drummond fundador, tendo 05 de fevereiro de 1820 como data de fundação] uma vez que essa decisão deve ser arbitrada a partir do entendimento da maioria da comunidade envolvida. Fundação e fundador são escolhas a serem arbitradas.

IVAN CARLOS SERPA

TEXTO: Um jovem diplomata e a colônia que deu certo. Ivan Carlos Serpa. IN: História Secreta do Arrayal dos Cunhas. ADAMI, Luiz Saulo: ROSA, Tina. Itajaí: S&T, 2004. Páginas 19-25.

Informação 1: ‘Inicialmente, faz-se necessário esclarecer que a questão mais debatida pela historiografia itajaiense é a que diz respeito à fundação desta importante cidade catarinense. Reconhecer e legitimar o fundador do município foi motivo de acalorados debates entre os historiadores itajaienses. Enquanto a vizinha cidade de Blumenau sempre reverenciou a figura do Dr. Herman Blumenau, exaltando-o como incontestado fundador e incomparável administrador, cheio de virtudes, verdadeiro “herói” dos

blumenauenses, Itajaí carecia de tal figura. Brusque tinha também seu herói, representado na figura do Barão Maximillian von Schneeberg.’ [Página 19].

Considerações:

a) Ivan afirma algo de que estamos completamente de acordo. A comunidade itajaiense, ou pelo menos seus intelectuais envolvidos com sua história, estão interessados em dar à Itajaí aquilo que tanto orgulha municípios próximos. Um sentimento tipo: ‘Os outros têm e nós também devemos ter’. Uma constatação bastante pertinente de Ivan uma vez que não precisamos necessariamente ter as mesmas práticas históricas de nossos vizinhos.

b) O problema é que fica uma coisa batendo na cachola de alguns já que Itajaí fica mais novo do que Blumenau. Então vem aquela sensação de algo estar fora da ordem já que o filho é mais velho do que o pai ... Isso atíça a imaginação de muitos e agride a racionalidade de todos.

Informação 2: ‘O primeiro a tentar resolver essa questão foi Marcos Konder quando, ao escrever **A pequena pátria**, em 1920, exalta Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond como “primeiro colonizador destas paragens”. Seu texto, no entanto, é mais poético do que histórico, repleto de metáforas de exaltação como “figura varonil”, típica de discursos políticos, haja vista que o livro, publicado em 1923, é a transcrição de sua conferência proferida em sessão solene do Conselho Municipal em 12 de outubro de 1920. Os argumentos históricos, todavia, são imprecisos. Não se sabe, sequer, se Drumond efetuou sua colonização pioneira no Itajaí-Açú ou no Mirim. Seu estilo poético, no entanto, encantou várias gerações que aprenderam, com **A pequena pátria**, a venerar a figura de Drumond como fundador de Itajaí.’ [Página 20].

Considerações:

a) Novamente concordamos com Serpa quando, como historiador facultativo, cataloga a obra de Marcos Konder como um texto ‘mais poético do que histórico, repleto de metáforas’. É basicamente isto mesmo: Marcos Konder escreveu um discurso ou uma peça literária, nunca um texto histórico.

b) Quem considera a peça literária de Marcos Konder como um texto histórico está desejando caminhar por trilhas de areia movediça. Eis a primeira confusão: Marcos Konder estudou um fato histórico, mas não escreveu um texto histórico. Eis a segunda confusão: Marcos Konder pesquisou o fato histórico, mas não o relatou dentro de metodologia histórica. Eis a terceira confusão: Marcos Konder promoveu uma pesquisa histórica limitada a um autor, dando-se o direito à licenciosidade poética na ora de relatar seus resultados.

c) De qualquer forma, parece-nos evidente, que Marcos Konder é o primeiro intelectual itajaiense que se propõe a pesquisar um fato da história de Itajaí utilizando alguns conceitos historiográficos que encontramos na escola positivista / conservadora: cronologia, mito fundador, herói, figura varonil, documento oficial ... São três os pioneiros da historiografia itajaiense: Marcos Konder – história documental; Pedro Ferreira e Silva – História Oral; Guilherme Müller – memorialismo.

Informação 3: ‘em primeiro lugar, Drumond fez mais do que “uma coivara lá para os lados da Itaipava”. Em segundo lugar, como o autor pode falar com tamanha propriedade se jamais se preocupou em conhecer mais especificamente o local exato onde Drumond se estabeleceu em 1820? Em terceiro lugar, dizer que Drumond nada fez onde hoje existe Itajaí equivale a dizer que a região de Itaipava e Quilômetro Doze não pertenciam a Itajaí, o que constitui grave erro, uma vez que estas localidades sempre pertenceram a este município.’ [Página 21].

Considerações:

a) Serpa elabora em seu artigo uma breve sinopse da obra dos autores que considera mais relevantes sobre o tema. Em seguida contesta a afirmação de José Ferreira da Silva de que Drummond teria feito na Itaipava algo próximo de uma coivara. Também refuta a ideia de que a fundação teria de ser, obrigatoriamente, em terras onde hoje se encontra o centro de Itajaí.

b) Na verdade os dois autores, Serpa e Ferreira, estão andando sobre terreno movediço, já que ambos, a exemplo de ateus e crentes, não possuem provas confortáveis para defender suas teses. Sendo assim: ambos estão 50% certos e 50% errados ao afirmarem o que afirmam.

c) Concordamos com Serpa ao contrapor argumento sobre a afirmação de Ferreira de que Itaipava não é Itajaí. Itaipava é Itajaí. O problema é ter provas de que Drummond efetivamente realizou algo por lá.

Informação 4: ‘Sabemos que Drumond não permaneceu em Itajaí “apenas algumas semanas”, como afirmou Giralda Seyferth, pois o Aviso Imperial que determina sua vinda para Santa Catarina é de 5 de fevereiro de 1820, e seu retorno para o Rio de Janeiro ocorre em 26 de fevereiro de 1821. Ou seja, decorreu um intervalo de tempo de um ano e vinte e um dias, conforme informações de Nemésio Heusi. (...) De acordo com Zedar Perfeito da Silva, “a sumaca São Domingos Lourenço levou para o Rio de Janeiro um carregamento de milho, feijão e madeira serrada”. Ora, não se colhe milho, feijão, nem se constrói um barco de navegação oceânica em apenas “algumas semanas”. [Página 21-22].

Considerações:

a) Na verdade não sabemos nada sobre Drummond em Itajaí, sequer quanto tempo ele permaneceu em Itajaí. De qualquer maneira é fácil perceber, rastreando sua segunda estada oficial em Santa Catarina, que ele não usou esse ‘um ano e vinte e um dias’ para cuidar de sua colônia aqui em Itajaí. Os poucos relatos que temos dão conta do contrário, fazendo acreditar que pouco tempo dedicou à colônia e que ficou muito mais tempo em Desterro que em Itajaí.

b) É certo que ele esteve em Itajaí, porque temos relato do governador Tovar de que ficou doente e voltou para Desterro. Quando chegou e quando partiu? Não sabemos.

c) Serpa parte da certeza histórica de que o carregamento da sumaca São Domingos Lourenço era de produtos produzido na colônia, pela colônia. Mas, é possível que Drummond tenha comprado tudo de agricultores que já estavam na região, plantando há muito mais tempo, antes da sua chegada.

Informação 5: ‘(...) é muito provável que, mesmo após a partida de Drummond, os colonos que o acompanharam tivessem permanecido no local. Não seria por já haver aí se principiado um foco de colonização o motivo que levou Agostinho Alves Ramos a fundar, 16 anos mais tarde, a “Colônia Tabuleiro”? (...) Sobre a Colônia Tabuleiro, Giralda Seyferth diz que esta redundou em fracasso, mas fazendo a genealogia de algumas famílias tradicionais do Quilômetro Doze, chegamos a conclusão de que os avós de alguns moradores desta comunidade nasceram por volta de 1840, o que, portanto, não confirma a informação dada por Seyferth. Este indício pode ser confrontado fazendo-se a genealogia de outras famílias da região, que moram aí há várias gerações. Percebe-se, assim, a necessidade de um conhecimento mais específico desta região, como forma de esclarecer um pouco mais a história da fundação de Itajaí.’ [Página 22].

Considerações:

a) Também é provável que os colonos ali já estivessem, em sua maioria, plantando e colhendo na região. Certeza temos apenas que menos de vinte soldados deram baixa para integrar a colônia. Mas nada temos como certo. Sequer sabemos que foram esses soldados e se permaneceram no local. Correspondências de época evidenciam que a maioria deixou as terras logo em seguida da baixa.

b) Sem a lista oficial dos integrantes da colônia [como temos em Nova Ericeira, colônia Belga, Blumenau, Itajahy – Brusque] não dá de afirmar, como afirma Serpa, que as famílias encontradas em 1840 são famílias remanescentes da colonização encetada por Drummond. Poderiam ser descendentes de gente que já estava ali há muito

ou, quem sabe, chegaram depois de Drummond ou no vazio deixado por Drummond, etc. Cabe aqui muitas teses, inclusive a tese aventada pelo próprio Serpa.

Informação 6: ‘Se considerarmos do ponto de vista do desenvolvimento urbano da Vila e, posteriormente, do Município de Itajaí, evidentemente que a figura do fundador recairá sobre Agostinho Alves Ramos. Todavia, se considerarmos do ponto de vista da primeira tentativa oficial de estabelecer uma colônia, o fundador é Drummond. No entanto, recai sobre este o peso da “ausência de dados”, apontada por Afonso Luiz da Silva. Acreditamos, no entanto, que o problema não se deve pela simples “ausência de dados”, mas sim à “ausência de pesquisas” que privilegiem a área onde Drummond efetuou a tão discutida colônia: a região entre a atual Itaipava e Quilômetro Doze, sobre as quais não há sequer uma pesquisa realizada. Enquanto não se realizarem pesquisas sérias nesta região, principal foco das discussões em torno da fundação de Itajaí, nossos conhecimentos historiográficos não avançarão (...) Embora esteja aí o ponto nodal de toda a discussão, a historiografia itajaiense tem condenado esta região à obscuridade histórica. E, por assim proceder, os historiadores acabarão deixando de fora de suas discussões o principal elemento da questão. Se a figura de Drummond, como fundador, foi abandonada por falta de dados que comprovem sua atuação como colonizador, dever-se-ia esperar maiores aprofundamentos na pesquisa desta questão.’ [Página 23-24].

Considerações:

a) Serpa tem muita razão ao afirmar que os historiadores tem de concentrar esforços na pesquisa sobre o Tabuleiro. Muita coisa ainda está por ser descoberta. E parece válido o ‘fio de Ariadne’ que ele oferece aos historiadores: a genealogia das famílias antigas de Quilômetro Doze e Itaipava.

b) Um ‘Santos’, que está na minha linhagem por parte de pai, foi soldado que deu baixa e pertenceu a esta colônia. Mas, ele aparece tempo depois como proprietário de terra entre Penha e Navegantes. Foi um que não ficou na Estrada de Brusque, com certeza.

Informação 7: ‘entendemos que conhecer o local preciso onde Drummond estabeleceu a colônia é de vital importância, uma vez que a efetiva comprovação de sua existência histórica e de suas consequências para o desenvolvimento da zona rural do município de Itajaí interfere profundamente na história deste município. Em primeiro lugar, porque até aqui tem se escrito a história urbana, esquecendo-se completamente da história rural de Itajaí. Em segundo lugar, porque se for comprovado que no local onde Vasconcelos Drummond fundou sua colônia houve um processo de povoamento e desenvolvimento social, cai por terra a idéia do fracasso de seu empreendimento. O fato de não ter se desenvolvido enquanto centro político-administrativo do município não tira o direito da região, colonizada por Drummond, de ter a sua história. Se não pode ser considerado fundador de Itajaí, Drummond deve, sem dúvida, ser aceito como um dos pioneiros no desbravamento do Vale do Itajaí-Mirim. Pelas notícias a seu respeito, supomos que seu

papel na colonização e povoamento da região oeste do município de Itajaí não deve ter sido pequeno.’ [Página 24-25].

Considerações:

a) Contrapondo-se a Nemésio Heusi e outros autores, Serpa tem razão em afirmar que é importante os historiadores conhecerem com certa profundidade a região da Estrada de Brusque onde se deu a colonização em apreço. Assim como tem razão de afirmar que os historiadores privilegiam a história urbana de forma a deixar em segundo plano a história rural de Itajaí. Um preconceito que foge aos rigores dos métodos e cede aos caprichos das paixões.

b) Conta com o meu apoio integral, já que tenho a convicção de que a economia de Itajaí teve sua gênese na agricultura e, mais do que isso, uma agricultura que deu continuidade ao projeto colonial de Nova Ericeira, tomando terras do Rio do Meio em Camboriu e seguindo até Itajaí, batendo às margens do Rio Itajaí Pequeno. A Grande Itajaí que temos hoje começou pelo ‘Caminho do Meio’, rural, agrícola. Podemos até manter o ‘marco zero’ na Praça Vidal Ramos, por ser essa uma referência a dados históricos referentes à administração pública, mas Itajaí começou mesmo ali para a estrada de Brusque. Só um detalhe destoa da fala de Serpa: considero que esse processo já está estabelecido ali antes da chegada de Drummond. Ele remonta às necessidades de madeira da Colônia Nova Ericeira.

c) Muito do que Serpa pensa como historiador está envolvido em um manto de paixão por ser ele filho daquela região. Então sua história de vida também está influenciando na sua visão histórica de Itajaí. Menos mal, já que a Estrada de Brusque legou à Itajaí dois pesquisadores bastante produtivos: Serpa e Luiz Saulo Adami.

EDISON D’ÁVILA

TEXTO 1: Pequena História de Itajaí. Edison d’Ávila. 1ed. Itajaí: PMI/SM de Educação, 1982.

Informação 1: ‘Os primeiros homens brancos que visitaram a região de Itajaí foram os faiscadores de ouro, atraídos pelas muitas histórias que falavam de fabulosas minas e de rios ricos do precioso metal (...) Assim, João Dias de Arzão, primeiro morador das margens do Itajaí, quando em 1658 requereu ao Capitão-Mor da Vila de São Francisco do Sul uma sesmaria para aqui vir morar, tinha a intenção de explorar estas minas de

ouro. Aliás, não tão fabulosas assim, pois que a família Arzão logo se retiraria sem fazer fortuna (...)’ [Página 17].

Considerações:

a) Todo o nosso passado mais distante é controverso. Tem escritores que afirmam que os primeiros homens brancos que visitaram a região vieram atrás da captura dos silvícolas guarani - carijó para transformá-los em escravos. Somente após o rareamento do número desses silvícolas é que os bandeirantes começaram a procurar com maior intensidade os minerais preciosos.

b) sobre João Dias de Arzão, d’Ávila reproduz informação que o historiador Luiz Gualberto garante que está incorreta. João Dias de Arzão teria solicitado sesmaria em São Francisco do Sul, na lagoa de Acaray e não às margens do Rio Itajaí. Ele errou em um livro e corrigiu em correspondência ao amigo Carlos da Costa Pereira, em 1927.

c) A Família Arzão depois que chegou ao Vale do Itajaí não se retirou daqui quando as minas se esgotaram. Muitos documentos atestam que os Arzão conseguiram diversas sesmarias, como é o caso comprovado de Mathias Dias de Arzão e João Dias de Arzão [O Moço]. Joanna Dias de Arzão casou com José Correia de Negreiros, por exemplo.

d) Dizer que os Arzão não ficaram por aqui é importante no processo discursivo porque desmonta o arraçoado que defende um dos pretendentes ao título de ‘fundador’, no caso João Dias de Arzão. Mas Mathias Dias de Arzão foi proprietário de uma sesmaria que continha as terras da Barra do Rio e Coloninha – até a atual Rua Benjamin Franklin Pereira.

Informação 2: ‘Atraídos pelas mesmas histórias e mais encantados com a fartura da pesca e a fertilidade do solo, outros aqui se deixaram ficar. Requereram terras para plantar e iniciaram o povoamento (...) A estes, anos depois, veio se juntar muita gente de Desterro (Florianópolis), de São Miguel, de Porto Belo, de Armação de Itapocorói, de São Francisco do Sul e de Paranaguá (...) E foram tantos os que aqui se fixaram, que todas as terras das imediações da foz do rio Itajaí-açu, no começo do século passado, já estavam totalmente ocupadas (...) Destes moradores muito pouco se guardou a não ser alguns dos nomes e a vaga localização das suas terras.’ [Página 17-18].

Considerações:

a) Alguns desses ‘inominados’, na verdade, foram decisivos no processo que culminou com a criação do curato de Itajaí em 1824. Os nomes estão subscritos na petição de 05 de janeiro de 1824: Francisco Lourenço da Costa, Antônio Correa de Negreiros, Antônio Dias de Arzão, Jacinto Caetano da Silva, Benedito José Vaz,

Manoel da Cunha Maciel, José Francisco de Oliveira, José Macedo da Veiga, Frutuoso Soares, José Lopes de Mattos, José Antônio de Lima, José Pereira Lourenço, José Ignácio Borges [pai], Agostinho Alves Ramos, Manoel Ignácio Borges, Antônio José Borges, Manoel Soares da Silva, Manoel Soares da Costa, José Ignácio Borges [filho], José Ignácio dos Santos, Tomás Pereira da Roza.

b) Importante observar que um dos subscritores da petição ao bispo do Rio de Janeiro é membro da Família Arzão – Antônio Dias de Arzão – que o autor garantiu anteriormente ter deixado a região após as minas de ouro se exaurirem.

c) Entendemos que a lógica discursiva de d'Ávila está centrada na estratégia de não atacar diretamente as teses adversárias, mas miná-las sub-repticiamente. Dos Arzão diz que não ficaram na região após a exploração das minas; dos pioneiros diz que 'muito pouco se guardou'; de Drummond diz que 'a colônia não deu certo'. E assim, sucessivamente, limpa o mato e faz sua coivara histórica para plantar a tese da fundação por Agostinho Alves Ramos.

d) No desmonte das outras candidaturas a fundador, fica intacta apenas a candidatura de Agostinho Alves Ramos, d'Ávila não precisa afirmar sua condição de fundador, porque o leitor conclui espontaneamente que ele foi o fundador.

e) Importante notar, contudo, que na petição de 05 de janeiro o nome de Agostinho Alves Ramos não aparece em primeiro lugar. Pode ter ocorrido que a iniciativa do documento não surgiu de Agostinho, e sequer contou com sua liderança, mas do padre Pedro Antônio de Agote, o maior interessado em receber remuneração por seu emprego.

f) Diferentemente ocorreu quando Itajaí passou à condição de freguesia. Ali temos bem detalhada a liderança de Agostinho Alves Ramos.

Informação 3: 'De volta à Ilha de Santa Catarina, tratou de seguir para o Itajaí e dar início à colônia que se chamaria "São Tomás da Villanova". Com alguns ex-soldados e trabalhadores da região, Drummond começou a derrubada para limpar o terreno e construir o alojamento dos colonos, montar uma serraria manual e fazer plantações (...) Estavam os trabalhos neste pé, quando a 26 de fevereiro de 1821, o jovem colonizador de 26 anos recebia ordens para retornar ao Rio de Janeiro, pois que o Rei dera por acabada a sua missão (...) Assim, frustrou-se a colônia que Drummond intentara estabelecer em nossas terras, ficando apenas a lembrança histórica desse seu projeto inacabado (...) [Página 23-24].

Considerações:

a) Não temos documentos constando que a colônia tivesse nome oficial. O nome ‘São Tomás da Villanova’ aparece nos escritos do historiador Lucas Alexandre Boiteux na década de 1950.

b) D’Ávila supõe que Drummond levantou um barracão para alojar os colonos e reproduz a informação de que montou uma serraria e promoveu plantações no local. Mas disso nada temos documentos ou testemunhos orais, além daquele contido nas ‘Anotações’ do próprio Drummond.

c) O título do texto é sintomático: ‘Um jovem diplomata e a colônia que não deu certo’. Começa o texto anunciando que a colônia ‘não deu certo’ e finaliza afirmando que o projeto ficou ‘inacabado’. Está dada a sentença de morte nas pretensões de Drummond ser nosso ‘herói’ fundador.

Informação 4: ‘Tivera início a segunda década do século passado quando o comerciante Agostinho Alves Ramos e sua esposa Ana Maria Rita decidiram mudar-se do Desterro para as terras do rio Itajaí (...) Naturais de Portugal, eles haviam-se casado, em 1813, na cidade do Rio Grande e depois passaram a residir na capital da Província de Santa Catarina (...) Ali, Agostinho Alves Ramos se associara a um grande capitalista e por diversas ocasiões visitara a nossa região com as baleeiras da sua casa comercial, comprando dos lavradores e pescadores os produtos da lavoura, da pesca e da pequena indústria existente; bem como fornecendo-lhes mercadorias e gêneros de primeira necessidade (...) Inteligente e de larga visão logo percebeu o bom ponto que as terras da foz do rio Itajaí ofereciam para um empreendimento comercial.’ [Página 25].

Considerações:

a) Muito ainda temos de pesquisar sobre a vida de Agostinho antes dele chegar à Itajaí. Sobre essa fase de sua vida muito pouco sabemos ou temos convicção. Agostinho chega à Itajaí como um homem sem passado. Por isso iniciamos contato com o Arquivo Histórico da cidade de Rio Grande. Depois, também faremos o mesmo na Junta Comercial de Porto Alegre.

b) Autores divergem sobre a relação de Agostinho com o capitalista Anacleto José Pereira. Falam que ele foi sócio, outros guarda-livros, tem quem lhe dá o posto de caixeiro viajante, uns garantem que foi comerciante concorrente de Anacleto até vir para Itajaí e ser seu representante regional ...

c) Não temos informações de que Agostinho viajou nas baleeiras de Anacleto para ele próprio promover comércio.

d) O título do texto que D'Ávila dedica a Agostinho Alves Ramos é sintomático e fala por si: 'O comerciante de larga visão'. Se contrapormos os demais títulos da obra que envolvem diretamente os pretendentes ao posto de fundador de Itajaí veremos que Agostinho Alves Ramos levou vantagem desmedida.

e) Como já tivemos oportunidade de falar, essa 'larga visão' de Agostinho Alves Ramos e seu grupo de Desterro pode estar alicerçada em uma boa dose de informações privilegiadas obtidas junto ao governo da Província. Os empresários de Desterro tinham conhecimento das intenções do Reino de colonizar o Vale do Itajaí, daí ser uma questão de tempo o seu desenvolvimento econômico.

Informação 5: 'A partir de então, sua liderança se foi consolidando junto aos moradores da redondeza de tal sorte que nada se fazia com vistas ao adiantamento ou bem-estar geral que não fosse por sua iniciativa ou com seu auxílio.' [Página 21].

Considerações:

a) A liderança de Agostinho Alves Ramos no pequeno povoado de Itajaí vai se consolidando aos poucos, ao lado do padre Pedro Antônio de Agote, até se tornar incontestável. Ele tinha o trânsito com as autoridades e os empresários de Desterro. Tudo passava por suas mãos de autoridade local.

b) Um ponto na vida de Agostinho ainda não estudado por nossos historiadores diz respeito ao crescimento político regional suplantando as lideranças de Porto Belo e Penha. Como que Agostinho, estando em Itajaí, consegue suplantiar os nomes de Porto Belo que é a sede? Uma tese possível pode estar centrada na própria vinda de Agostinho para Itajaí quando o normal era ele ter saído de Desterro para Porto Belo ou Armação do Itapocoróia. Interesses políticos divergentes entre Desterro e Porto Belo – e vimos muitos deles durante a história de Porto Belo, inclusive com sua anexação por Tijucas – podem ter ajudado Itajaí a crescer.

TEXTO 2: Itajaí – breve notícia histórica do aglomerado urbano. Edison d'Ávila. Itajaí: Fund. Genésio Miranda Lins/PMI, 1993.

Informação 1: 'OCUPAÇÃO (...) A chegada dos primeiros moradores brancos ao Vale do Itajaí se deu no século XVII. Eram paulistas à procura de ouro e outros metais preciosos. João Dias de Arzão foi o primeiro sesmeiro a se estabelecer com fazenda às margens do rio itajaí-açu, em 1658 (...) No final do século XVIII e começo do século XIX, se deu grande corrida às terras do Vale do Itajaí, por causa da invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina em 1777 e da exploração das abundantes madeiras de lei da

região. Muito também contribuíram o solo fértil, apropriado à agricultura, e a pesca farta.’ [Página 01].

Considerações:

a) No seu opúsculo d’Ávila utiliza uma estratégia discursiva diferente daquela utilizada no livro ‘Pequena história de Itajaí’ para dissolver gradualmente as teses adversárias sobre a fundação de Itajaí. Ele divide o texto em três categorias: Ocupação, Colonização e Fundação.

b) No subtítulo ‘Ocupação’ ele trata dos feitos do candidato a fundador de Itajaí João Dias de Arzão. No subtítulo ‘Colonização’ faz referências ao trabalho de Drummond. No subtítulo ‘Fundação’ trata dos feitos de Agostinho Alves Ramos. Desta forma ele dita que: Arzão foi ocupante das terras, Drummond o colonizador, Agostinho o fundador.

c) Nesse texto ele abandona a tese, ou esqueceu dela, de que os Arzão abandonaram a região após o esgotamento das minas que exploravam no Vale do Itajaí.

Informação 2: ‘COLONIZAÇÃO (...) Antônio Menezes Vasconcelos de Drumond, natural do Rio de Janeiro, em 1820, fez a primeira tentativa de estabelecer um núcleo colonial no Vale do Itajaí, na hoje região de Itaipava, junto do rio Itajaí-mirim. Drumond era funcionário comissionado pelo rei Dom João VI, encarregado do real corte da madeira. A exploração da madeira e a construção naval já se destacavam como atividades econômicas da região. Aires do Casal, em 1817, em “Corografia Brasílica”, faz referências às madeiras do Itajaí. Embora já houvesse, esparsos por toda a foz do rio Itajaí-açu, cerca de cem fogos, a colônia intentada por Drumond não deu certo.’ [Página 01-02].

Considerações:

a) D’Ávila vai atestar mais uma vez que a colônia de Drummond ‘não deu certo’ como já havia afirmado no livro de 1982.

b) Essa afirmação é fundamental na lógica discursiva que leva ao reconhecimento de que Agostinho é o fundador de Itajaí. Arzão foi um lobo solitário como muitos outros que estavam cuidando das suas próprias existências no Vale do Itajaí; Drummond fracassou no seu intento colonizador sobrou? Sobrou, por eliminação natural dos candidatos, Agostinho Alves Ramos.

Informação 3: ‘FUNDAÇÃO (...) A intensa atividade de exploração da madeira e as boas perspectivas de colonização do Vale do Itajaí levaram o comerciante português, antes radicado em Desterro, AGOSTINHO ALVES RAMOS a fixar-se na foz do rio Itajaí-açu, possivelmente em 1823. Com ele se dá início à formação do aglomerado

urbano de Itajaí, com a criação do Curato do Santíssimo Sacramento do Rio de Itajaí em 31 de março de 1824, data de fundação da cidade de Itajaí. Alves Ramos funda ainda os núcleos coloniais de Belchior e Tabuleiro, em 1835, dando início à colonização do médio Vale e do Vale do Itajaí-mirim. Além do que, ele apóia as fundações coloniais de Ilhota, em 1842, com Charles Van Lede, e Blumenau, em 1850, com o Dr. Hermann Blumenau.’ [Página 02-03].

Considerações:

a) O discurso conservador coloca todos os feitos como atributo de uma pessoa, um líder, um ungido, um iluminado ... Tudo é obra de um homem. Agostinho fundou os núcleos coloniais de Belchior e Tabuleiro, Charles van Lede funda a Colônia Belga, Hermann Blumenau a Colônia Blumenau. O grande líder é a presença que não pode faltar para que ocorra o fato histórico. Sem esse homem-mito não há história. Não existe o esforço coletivo, o pensar coletivo, a contribuição de muitos, a presença de todos. O que existe é a liderança de um homem especial, o tirocínio e a visão empreendedora de um entre muitos. Nesse ponto a visão historiográfica do autor aproxima-se da visão conservadora de História.

b) No nosso entendimento a existência de uma liderança não tira do coletivo os méritos da fundação. Liderados ou não por Agostinho ou Agote, os pioneiros tiveram a consciência de assinar a petição pedindo a criação do curato e a independência administrativa. Ao reunir suas assinaturas em um documento eles, mais do que pedir algo, constituíram uma comunidade. Eis o fato fundador real, consistente, legítimo.

TEXTO 3: Itajaí – O começo da História. Edison d’Ávila. 2.ed. Itajaí: PMI/SM de Educação, 2001. [opúsculo sem numeração de páginas]

Informação 1: ‘JOÃO DIAS DE ARZÃO: À CATA DE OURO (...) A ocupação das terras do Itajaí pelo homem branco se daria pela iniciativa particular de João Dias de Arzão, companheiro do fundador de São Francisco do Sul em 1658. João Dias de Arzão era paulista e sua família, há tempo, procurava minas de ouro e outros metais preciosos pelo interior do Brasil (...) Naquele ano, ele requereu e obteve uma sesmaria que vem a ser um lote colonial, às margens do rio Itajaí-Açu, em frente à foz do rio Itajaí-Mirim e ali construiu moradia. Não tinha ele, porém, intenção de fundar uma póvoa, nem empreendeu meios para tal. Seu interesse maior era a cata de ouro, no que afinal não teve sucesso.’

Considerações:

a) d’Ávila reproduz, como sempre, a informação de que João Dias de Arzão foi o primeiro sesmeiro do Vale do Itajaí. Mas o desqualifica como fundador de Itajaí por ele não ter a ‘intenção de fundar uma póvoa’.

b) A observação é válida, porque efetivamente os Arzão eram faiscadores e não saíram de São Francisco com a intenção de criar novos currais ou vilas, a exemplo do que fizeram muitos bandeirantes e, como eles próprios em São Francisco no ano de 1655.

c) Mas no contexto do texto de d'Ávila essa informação é posta dentro de um argumento discursivo para desclassificá-lo na competição pelo título de fundador de Itajaí. Não se trata, portanto, de uma simples informação ou constatação, mas de uma argumentação contra a tese de que um Arzão tenha fundado Itajaí.

Informação 2: ‘VASCONCELOS DE DRUMMOND: COLÔNIA MALOGRADA (...) Foi a inexistência de qualquer obra e ao mesmo tempo as vantagens econômicas da exploração da madeira que animaram o jovem carioca de 25 anos, Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, que estava em Santa Catarina como contratador dos reais cortes de madeira, a solicitar o apoio governamental para a fundação de uma colônia nas terras de Itajaí. Por Aviso Real de 05 de janeiro de 1820, o Rei D. João VI autorizou Drummond a estabelecer uma colônia em duas sesmarias reais junto do rio Itajaí-Mirim, na região da agora Itaipava. Com a ajuda de soldados dispensados de um batalhão da sede da capitania, Drummond iniciou a derrubada das matas que permitisse começar as plantações e a construção de casas para os colonos.’

Considerações:

a) Pesquisas têm de ser realizadas sobre a questão aqui levantada sobre realmente de quem partiu a iniciativa de propor a colonização no Itajaí-Mirim.

b) Todas as obras ali realizadas são suposições de diversos escritores ou testemunho único do próprio Drummond. Documentos oficiais até o presente momento não apareceram. A partir daí, tudo o que é dito sobre obra às margens do Rio Itajaí-Mirim entra no campo da suposição histórica. A menos é claro, e não aconselhamos, que o historiador acredite cegamente no que atesta Drummond em suas ‘Anotações’.

Informação 3: ‘Estavam nestes trabalhos preliminares de implantação da colônia, que se chamara “São Tomas Vilanova” – evidente homenagem ao Ministro do Rei e protetor Tomás Antônio de Vilanova Portugal – quando a situação política portuguesa exigiu a volta do Rei a Portugal. Drummond então resolveu suspender os trabalhos, pois sabia que se acabaria o apoio do governo e retornou ao Rio de Janeiro. Sobre a sorte da sua colônia, é ele próprio que, anos mais tarde, vai afirmar: “*não houve tempo nem meios de levar a cabo*”.

Considerações:

a) Onde está escrito que estava sendo construída uma ‘colônia’? Onde está escrito que esta colônia se chamava ‘São Tomas Vilanova’?

b) Na Colônia Nova Ericeira, por exemplo, nós temos o superintendente Mello e Alvim distribuindo terras, comprando mais terras para assentar mais colonos. Temos os nomes deles, as terras – localização e metragem, etc. O que temos documentado em Itajaí?

c) Essa total inexistência de documentação sobre a ocupação das duas sesmarias em Itajaí, queremos crer, até prova em contrário, sinaliza para o fato de que os feitos realizados ou intentados por Drummond no Itajaí-Mirim estavam acoplados ao projeto da Colônia Nova Ericeira. Não era um projeto autônomo. O governo provincial via a ocupação dessas terras mais ao norte como uma extensão natural da colônia que estava minguando, por falta de terras férteis, em Porto Belo.

Informação 4: ‘AGOSTINHO ALVES RAMOS: FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ (...) No começo do século XIX, intensificou-se o comércio que os moradores do Itajaí faziam com comerciantes de várias vilas do litoral catarinense. Foi numa dessas viagens de negócio que Agostinho Alves Ramos pela primeira vez veio à Foz do Itajaí-Açu. Era português e sócio de uma casa comercial em Desterro. Homem de muito tino comercial, inteligente e bastante culto, logo percebeu o bom ponto para comércio que a região da Foz do rio oferecia. Principalmente, se aí se pudesse fundar uma povoação. Então comprou um lote de terra e construiu a casa de moradia e de comércio e aqui se estabeleceu com a mulher Ana Maria Rita. Com vistas a fundar uma póvoa, tratou logo de encabeçar um requerimento ao Bispo do Rio de Janeiro para a criação de um Curato, afinal criado a 31 de março de 1824 (...) Com a criação do Curato do Santíssimo Sacramento, estava fundada Itajaí. A pequenina capela e o cemitério que lhe ficava aos fundos começaram a ser então rodeados de outros moradores, entre os quais a maior liderança era Agostinho Alves Ramos, o fundador.’

Considerações:

a) Já colocamos nossos questionamentos sobre diversas informações reproduzidas aqui, que também já foram reproduzidas pelo autor em outros documentos. Mas, a principal dúvida que apresentamos foi se realmente a iniciativa de criar o curato foi iniciativa de Agostinho ou do padre Pedro Antônio de Agote, interessado em receber seu salário oficial do Estado.

b) D’Ávila, no final do texto, abre a porta para a nossa tese quando afirma textualmente que outros moradores tomaram a iniciativa de povoar as terras no entorno da pequena igreja. Mas as terras não eram de Agostinho. Quem as vendeu? Com que intenção? Com que interesses? Se todas as terras no entorno da igrejinha eram particulares, como só a vontade de Agostinho prevaleceu nesse momento?

c) Temos de pensar mais seriamente nos interesses e motivações do casal Coelho da Rocha em todo esse processo que levou à formação da pequena póvoa. No nosso

entendimento Agostinho não foi o primeiro líder do grupo de pioneiros, mas foi, aos poucos, se constituindo como a grande liderança do grupo por conta de sua ilustração e carisma. No começo, por exemplo, temos os interesses evidentes do padre Pedro Antônio de Agote e do casal proprietário de terra José e Maria Coelho da Rocha.

d) No mínimo, as ideias de Agostinho vieram ao encontro das ideias de outros moradores que tinham recursos para tornar o aglomerado urbano viável. Agostinho tinha carisma e ilustração, tinha barcos para viajar até São Francisco e Desterro para gestionar politicamente; os Coelho da Rocha tinham as terras e interesse em seccioná-las para vender a bom preço; o padre tinha interesse na cônica oficial; sesmeiros dispersos tinham recursos para ajudar na construção de uma boa igreja para, depois, receberem o acompanhamento da igreja em horas difíceis; o porto era útil a todos que já estavam produzindo excedentes para venda e troca ...

e) Ocorreu um esforço coletivo, não temos dúvida. Somatória de interesses diversos compondo uma conjuntura favorável. O somatório de fatores positivos, sobrepujaram os fatores negativos, e a força dos interesses coletivos propiciou a formação de um aglomerado urbano. Uma conjuntura favorável tornou possível unir os interesses individuais em um objetivo comum. Agostinho e Agote foram os líderes que potencializaram tudo.

TEXTO 4: A pequena pátria. Edison d'Ávila. IN: 2020 – Itajaí, 200 anos. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 13-16.

Informação 1: ‘A historiografia itajaiense se inaugurou com a conferência ‘A Pequena Pátria’, lida pelo prefeito Marcos Konder na sessão solene da Câmara Municipal de 12 de outubro de 1920, em comemoração ao centenário de fundação de Itajaí (...) Marcos Konder, prefeito de Itajaí desde 1915, havia se proposto a elucidar os fatos históricos relativos à fundação da cidade. Para tanto, pôs-se aos estudos e à pesquisa em arquivos e bibliotecas de Santa Catarina e fora do Estado. No Rio de Janeiro, na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deu com uma ligeira biografia de Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, publicada em 1836 na ‘Biographie Universelle et Portative des Contemporaines’, editada em Paris. Nessa pequena biografia, contavam-se os trabalhos encetados por Drummond em 1820, para estabelecer uma colônia no rio Itajaí em sesmarias que lhe concedera o rei Dom João VI.’ [Página 13-14].

Considerações:

a) Não concordamos com d'Ávila quanto à afirmação de que ‘A historiografia itajaiense se inaugurou com a conferência’ de Marcos Konder. Essa afirmação só é possível se não considerarmos como ação historiográfica o acervo fotográfico dos Currlim, o esforço memorialista de Guilherme Müller, a iniciativa de Pedro Ferreira da

Silva em relatar entrevista com o ancião Flores. Temos metodologias diferenciadas do fazer história. Atribuir o pioneirismo a Marcos Konder é atestar que a História Positivista [documental ...] representa a única metodologia histórica válida. Marcos é um dos pioneiros da historiografia itajaiense, mas não a ‘inaugura’.

Informação 2: ‘O achado histórico era relevante, porque inédito até então. A Marcos Konder, bastaram os dados históricos que encontrara sobre Itajaí, que se lhe afiguraram ser a data e nome do fundador, ilustre carioca, protegido de Tomás Antônio de Vilanova Portugal, ministro do rei português. Com este material à mão e mais as informações coletadas por aqui o prefeito historiador escreveu a magistral conferência ‘A Pequena Pátria’ e pôs-se a preparar a grande festa do Centenário de Fundação da cidade, já que o ano de 1920 se aproximava! Enfim, tinha-se fundador e data de fundação.’ [Página 14].

Considerações:

a) Nisso concordamos com d’Ávila, realmente o achado de Marcos Konder é relevante para a História de Itajaí. Marcos prestou um grande serviço para todos os historiadores que se dedicam à História de Itajaí. As ‘Anotações’ de Drummond são fundamentais, assim como o mapa das sesmarias encontrado por Walter Piazza e depois publicado à exaustão por José Ferreira da Silva. Tem documentos que são fundamentais, essenciais, porque podem alicerçar todo um bloco argumentativo, fundar uma nova linha argumentativa. A História não vive apenas de documentos físicos textuais, mas alguns deles são extremamente úteis aos historiadores.

b) Acontece que esse documento não deu, em princípio, o nome de ‘fundador e data de fundação’ para Itajaí. Marcos Konder, servindo-se das ‘Anotações’ arbitrou que Drummond era nosso fundador. Mesmo assim faltava-lhe uma data. Daí sua opção de arbitrar, à sua revelia, a data de 12 de outubro, como sendo a data da fundação. Marcos não tirou a data deste documento. Foi uma data inventada pelo historiador Marcos Konder, imposta à comunidade pelo superintendente Marcos Konder. O que teria acontecido se o historiador Marcos Konder tivesse esse documento em mãos e não fosse, ao mesmo tempo, superintendente municipal? O historiador encontrou o documento; o superintendente arbitrou a data de fundação.

Informação 3: ‘Vale a pena lembrar que em 1887, ao responder a indagação do Ministro do Império sobre a história do Município, a Câmara Municipal de Itajaí dissera que nada constava, que não havia memória ou, quem sabe, que a cidade não tinha história!’ [Página 14].

Considerações:

a) Entre 1887 e 1920 temos, como já referenciamos anteriormente, diversos esforços para iniciar uma historiografia itajaiense. Marcos Konder não foi o primeiro a se esforçar nesse sentido. Deu, contudo, grande contribuição ao longo de sua vida à História de Itajaí. Recuperamos muitos desses trabalhos aqui neste livro.

b) Não é aceitável, como deixa crer nas entrelinhas d'Ávila, que a História de Itajaí começa a ser escrita quando Marcos Konder encontrou as 'Anotações' de Drummond. Outros documentos já estavam disponíveis, entre eles as concessões de sesmarias às margens do Rio de Itajaí para nossos pioneiros. Por que Marcos Konder não começou a escrever a História de Itajaí pelas concessões de sesmarias ainda no século anterior a Drummond? Porque há uma cronologia de fatos históricos conspirando junto com interesses políticos. Explicando sinteticamente: Marcos Konder encontrou na data de 1820 de Drummond uma oportunidade política de promover evento grandioso, no estilo conservador da época. Era um cavalo encilhado que estava passando na frente do superintendente Marcos Konder. Foi uma conjuntura onde, como demonstra Maquiavel, ocorreu a união da 'fortuna' com a 'virtus'. Oportunidade e capacidade de decidir politicamente levaram Marcos Konder à grandiosidade da eloquência de 'A Pequena Pátria'. Esse momento, portanto, é mais bem explicado considerando-se os interesses políticos do superintendente Marcos Konder que a curiosidade do historiador Marcos Konder.

TEXTO 5: ENTREVISTÃO – Edison d'Ávila. Diário do Litoral. Itajaí, 18 e 19 de agosto de 2018, número 10.990. Seção Entrevistão. Página 06.

Informação 1: 'Eu penso que não é uma pequena polêmica. É uma grande polêmica que não só afeta à questão da fundação de Itajaí, do fundador de Itajaí, da data da fundação. Afeta a muitas comunidades, a muitas cidades do Brasil. Eu não entro nessa polêmica porque eu sou daquela linha de historiadores que não julga ser válido, significativo, definir-se exatamente quem é o fundador, quando foi a data de fundação, quando nós temos várias correntes, várias opções ou várias situações que não estão definidas. E é o caso de Itajaí. Por exemplo, tomando a situação de Blumenau. Blumenau foi uma colônia que foi planejada adrede [intencionalmente] pelo doutor Blumenau desde a Alemanha, não é? Que juntou os colonos, veio pra cá e montou seu estabelecimento colonial. Então você tem tudo isso de forma clara, documentada e historicamente você pode afirmar quem foi o fundador, quando ele chegou, data, nome. [Nesse caso, os registros estão claros ...]. Todos os registros'.

Considerações:

a) Marcos Konder, como vimos anteriormente, tinha essa inteligência discursiva de colocar o maior no menor, transformando um município em uma pátria. D'Ávila tenta o mesmo colocando um livro de 384 páginas [definitivamente reconhecido como uma obra exaustiva e completa, difícil de ser superada como obra de História Geral de Itajaí] na categoria de um 'pequeno' livro. Não que d'Ávila considere sua obra pequena ou que Marcos considere Itajaí pequena, é justamente o contrário, os dois elaboram um discurso onde a contradição é tão evidente que reforça a ideia oposta. Todos, diante dos 'pequenos' de Marcos e d'Ávila pensam: grandes obras! Eis aí, oportunidades onde a modéstia cai muito bem.

b) d'Ávila tem razão em se sentir pouco a vontade para tomar uma decisão sobre fundador e fundação já que a nossa história ainda é lacunar. Temos muitos pontos negros em nossa história, muitas perguntas sem respostas.

c) O autor tem uma tendência, há muito sinalizada, de estabelecer a data de fundação a 31 de março de 1824 tendo Agostinho Alves Ramos como fundador. Mas não foi só Agostinho que assinou a petição de 05 de janeiro e não foi Agostinho que assinou a provisão estabelecendo o curato a 31 de março.

d) Mas qual a diferença entre escolher 05 de janeiro ou 31 de março se as duas datas estão se reportando ao mesmo fato histórico? A diferença está na lógica discursiva sobre a fundação de Itajaí. Se optarmos por 05 de janeiro de 1824 estamos privilegiando o coletivo, o grupo de pioneiros; se optarmos por 31 de março de 1824 estamos destacando a decisão de apenas um homem.

Informação 2: 'Você não tem essa certeza. Você não tem essa documentação. Não tem os registros. Documentação não precisa ser escrita. Pode ser também oral. Mas nós não temos isso. Então, pra que entrar nessas divididas? Nós temos essas duas correntes, diríamos assim, historiográficas: Vasconcelos Drumond, 1820, e Agostinho Alves Ramos, 1823, 1824. Como nós não temos certeza documentada para tomar partido por um ou por outro, eu como historiador prefiro fazer um capítulo para o Vasconcelos Drumond e faço um capítulo para o Agostinho Alves Ramos. Tomo essa prudência. Por quê? Porque não há como, historicamente, sob o meu ponto de vista, definir a questão nem de quem foi o fundador nem quando foi fundada Itajaí. E não vi em nenhum dos dois uma intencionalidade de fundação da cidade de Itajaí'.

Considerações:

a) Uma afirmação contraditória à luz de sua obra, já que nos dois livros mantém títulos de capítulos afirmando que Itajaí nasce com o curato.

b) A Igrejinha da Immaculada Conceição é a referência de tudo nos escritos de d'Ávila quando o assunto é aglomerado urbano. O 'marco zero' está ali. Esse conceito, no nosso entendimento, deve ser mantido. Efetivamente o nosso 'marco zero' deve ser mantido no Estaleiro. Mesmo porque sobrevive a convicção de que, caso a colônia encetada por Drummond na Estrada de Brusque tivesse logrado sucesso absoluto provavelmente teríamos outra cidade, a exemplo do que ocorreu com Brusque, Ilhota, Gaspar, Luis Alves, Navegantes Tivesse logrado sucesso e a colônia no Itajaí-Mirim teria sido o 'marco zero' de uma cidade que não Itajaí.

ISAQUE DE BORBA CORRÊA

TEXTO: Uma importante polêmica. Isaque de Borba Corrêa. IN: 2020 – Itajaí, 200 anos. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 19-23.

Informação 1: 'Cláudio Bersi abre uma discussão importante sobre a polêmica história da fundação de Itajaí. Na verdade Itajaí tem o privilégio de possuir mais de uma data importante a se comemorar, sendo a data dos duzentos anos da chegada de Vasconcelos Drummond, uma delas (...) A história de Itajaí abre outras possibilidades, a escolher, conforme nos informa aqui, nesse livro, o próprio autor. A chegada do aventureiro João Dias de Arzão – tido como o primeiro morador dessas paragens; o dedicado Agostinho Alves Ramos – um líder comunitário incontestado e Vasconcelos Drummond – o personagem principal da história que nos relata Cláudio Bersi, são alguns deles.' [Página 19].

Considerações:

a) Isaque tem um entendimento interessante, da qual compartilhamos, que no lugar de ser visto como bagunça ou confusão o fato de Itajaí poder escolher entre diversas datas devemos ver todo esse processo como algo interessante e rico.

b) A questão é simples: o povo de Itajaí quer ou não quer escolher uma data de fundação e seu fundador? Temos de fazer essa escolha no presente momento justamente porque Marcos Konder e os conselheiros municipais de 1920 não oficializaram a fundação de Drummond a 12 de outubro de 1820. Queremos crer que o superintendente Marcos Konder não fez um ato oficial instituindo 12 de outubro como data do centenário porque não previu que sua versão histórica seria contestada com a força que foi contestada anos depois por José Ferreira da Silva. No seu tempo a ideia era consensual.

Informação 2: ‘Itajaí escolheu para a data de comemoração, a data da emancipação de Porto Belo. Isso elimina por si só as divergências em torno de datas relacionadas com a chegada de pessoas físicas. Ao contrário da cidade de Blumenau que preferiu escolher a data da fundação como data magna, relegando a segundo plano, a data de emancipação, o que equivocadamente torna a filha mais velha que a mãe. Não está errado Blumenau comemorar a data de fundação como data de aniversário, mas não se pode esquecer que nesse tempo as terras que abrigavam a Colônia Blumenau ainda pertenciam a Itajaí. Por isso seria mais prudente comemorar na data da emancipação, o que equalizaria essa impressão que se tem – analisando a frieza dos números – que a cidade de Blumenau é mais velha que o seu município original. Embora quanto ao distrito de Blumenau, não há divergência de data, nem de pessoa. Blumenau tem uma data e um fundador. Não é o caso de Itajaí, onde se aventam datas e fundadores.’ [Página 20-21].

Considerações:

a) Isaque reproduz a argumentação que ouvimos do estudante itajaiense sempre que palestramos nas escolas: Como que Blumenau é mais velha que Itajaí se ela foi desmembrada daqui? É contra a natureza das coisas que o filho seja mais velho que os pais, o que ocorre nesse caso. Acontece que Blumenau tem como data municipal a fundação por Hermann Blumenau em 1850, enquanto Itajaí tem a data municipal na emancipação política em 1860.

b) A data municipal de 15 de junho está tão enraizada em nossa cultura que vai ser difícil substituí-la por uma data arbitrada de fundação. Então, se tiver de comemorar também a data da fundação, terá de se ter duas datas: fundação e emancipação política. 15 de junho não sai mais do calendário itajaiense.

c) A questão é simples porque uma comemoração não exclui a outra. Não são datas antagônicas excludentes como seria o caso de termos dois fundadores e duas datas de fundação. Aqui trata-se de fatos históricos diferente, compatíveis historicamente: fundação e emancipação.

d) Como não temos uma data exata da chegada de Drummond a Itajaí, podemos arbitrar essa data para que esteja inserida dentro da ‘Semana do Município’. Podemos comemorar, sem perda de consistência histórica, os dois feitos juntos a 15 de junho. Passaríamos a afirmar: 15 de junho – 200 anos de fundação e 160 anos de emancipação. Mas mas aí, vem a questão de quem fundou, etc e tal.

Informação 3: ‘Cláudio Bersi mexe num vespeiro cultural que já vai pra quase um século. Não vejo nosso autor buscar polêmica, mas sim, bem intencionalmente prestigiar uma data que poucas cidades catarinenses podem comemorar, pelo simples fato de serem muito novas. Um bicentenário é uma data que a maioria das cidades

catarinenses não pode se dar ao luxo de comemorar – são muito novas ! Itajaí está perto desta data e por isso Cláudio Bersi nos alerta (...) O autor busca resgatar essa data e integrá-la ao calendário de comemorações, como mais um elemento cultural importante da nossa história e que não poderemos ignorar.’ [Página 22].

Considerações:

a) Concordamos com Isaque de Borba Corrêa que a passagem do bicentenário é uma oportunidade cultural. Independentemente de aceitarmos ou não Drummond como fundador da cidade devemos promover grande evento cultural para registrar o bicentenário. Poucas cidades podem dar-se a esse luxo de ser bicentenária e Itajaí vai deixar passar em branco? Inadmissível.

b) No nosso entendimento a comemoração do bicentenário da passagem de Drummond por Itajaí não precisa estar vinculada obrigatoriamente ao reconhecimento dele como fundador e qualquer data a ele vinculada como data de fundação de Itajaí. Podemos festejar o bicentenário como um feito histórico em si.

MAGRU FLORIANO

TEXTO 1: Breve reflexão sobre a história de Itajaí: períodos históricos. Magru Floriano. 2012. IN: Anuário de Itajaí – 2012. Itajaí: FGML, 2013. Páginas 128 – 136.

Informação 1: ‘1792 – Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho (Fazenda), Domingos Francisco de Souza, Francisco José Ferreira da Rocha Gil, Manoél Francisco da Costa, Manoél Teixeira de Souza. / 1793 – Joaquim Manoél da Costa Lobo, Manoel Fernandes Lessa. / 1794 – José Corrêa, Matias Dias de Arzão, Silvestre Nunes Leal Corrêa. / 1795 – Manoel da Costa Fraga. / 1799 – Joaquim Francisco de Sales e Melo, Manoel José Diniz. / 1800 – Domingos Luiz do Livramento / 1802 – Antônio Bernardino da Costa / 1803 – Joaquim José Pereira. / 1811 – Domingos Francisco de Souza Coutinho.’ [Página 132].

Considerações:

a) Floriano reproduz uma breve listagem dos moradores do Vale do Itajaí [já publicada por diversos autores] que começam a solicitar oficialmente a posse de suas sesmarias. Esse pequeno número de proprietários é apenas a ponta de um grande iceberg constituído de posseiros. Uns obtiveram sesmarias, outros continuaram como posseiros, jornaleiros, pequenos sitiantes incrustados dentro de sesmarias cujos donos preservavam a propriedade a título de especulação ...

b) O importante é observar que existia um movimento gigantesco envolvendo a questão da posse da terra do Vale do Itajaí, já no século XVIII [1700], que não aparece nos documentos do Estado. Daí a dificuldade do resgate histórico da época e a importância de outros documentos para além daqueles contidos nos arquivos governamentais, como é o caso de desenhos, gravuras, pinturas, mapas, literaturas diversas [diário, correspondência, discursos, reportagens, artigos ...].

Informação 2: ‘Quem traz ao Vale o conceito inovador de Colônia é Antônio de Menezes de Vasconcelos de Drummond. Em 1820 o jovem diplomata Vasconcelos de Drummond deixa o Rio de Janeiro para montar às margens do Rio Itajaí-Mirim a primeira colônia no Vale do Itajaí. Para tanto, não pode contar com contingente de imigrantes vindo diretamente para esse fim (como Van Lede em Ilhota), mas aproveitou soldados, caboclos e gente que já estava “à deriva” na região.’ [Página 132-133].

Considerações:

a) Floriano aponta o principal crédito histórico de Drummond. Ele foi o primeiro a trazer para o Vale do Itajaí um projeto organizado pelo Estado. Até este momento o Estado interveio na região apenas dando concessão de sesmaria de forma aleatória, sem um projeto de colonização. Eram concessões esparsas e esporádicas, mediante a condição do Estado ser provocado a tomar tal decisão. Há sempre um requerente que toma a iniciativa da posse. E essa posse se dá de forma isolada de todas as outras posses, sem projeto colonizador.

b) Drummond vem com um projeto de intervenção organizada. Uma novidade que depois vai servir de referência, aprendizado no sentido de corrigir erros, para as novas colônias que serão montadas rio acima.

c) Contudo, cabe aqui um questionamento: Porto Belo deve ser considerada terra do que denominamos Vale do Itajaí? Nos dias atuais Porto Belo participa da AMFRI – Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí. Quando a Villa de Porto Belo foi criada sua divisa incluiu grande extensão de terra do Vale do Itajaí. Definir essa questão é importante para afirmar que Drummond trouxe o conceito de colônia para cá. Como a Enseada das Garoupas recebeu uma colônia anterior, fazendo ela parte do Vale, Drummond não seria pioneiro na colonização do Vale.

Informação 3: ‘Vamos considerar esse esforço de Vasconcelos de Drummond como “misto” porque ele chegou à região com duas missões declaradas: formar uma colônia e encontrar o lendário Monte Tayó. Portanto, Drummond abriu uma porta para o futuro tentando montar uma colônia utilizando gente já estabelecida nas terras litorâneas de

Santa Catarina, ao mesmo tempo que manteve um pé no passado, dando asas à imaginação sobre a existência do lendário Monte Tayo, principal motivação de muitos faiscadores que andaram por nossa terra desde os primórdios da civilização branca. Acabou não conseguindo nem uma coisa, nem outra, retornando ao Rio de Janeiro (...) Um pouco dessa mentalidade intermediária entre duas propostas diferenciadas de ocupação do território ainda podemos ver em alguns imigrantes que ocuparam terras no Rio Itajaí-Mirim, quando da implantação das colônias Brusque e Príncipe Dom Pedro.’ [Página 133].

Considerações:

a) Uma linha investigativa interessante seria aquela que conseguisse aquilatar exatamente quanto do tempo de Drummond foi gasto em uma missão e outra. Quanto tempo gastou procurando o Monte Tayó, e quanto tempo sobrou para ele pensar a organização de uma colônia às margens do Rio Itajaí-Mirim. Sem falar que ele tinha, possivelmente, outras missões secretas a cumprir em Santa Catarina, todas relacionadas à Independência do Brasil e que lhe requeriam presença constante em Desterro.

Informação 4: ‘Vale ressaltar que Agostinho Alves Ramos não foi pioneiro em nada. O conceito de colônia foi trazido por Vasconcelos Drummond. A primeira casa comercial estabelecida na região da Foz do Rio Itajaí provavelmente tenha sido aquela de propriedade do comerciante do Desterro - Francisco Lourenço da Costa. Ao solicitar uma sesmaria às margens do Rio Itajaí no ano de 1815 ele declara que já mantém no local “*Um armazém para recolher os efeitos que ali compra para o giro do seu negócio*” [Página 133].

Considerações:

a) Floriano afirma que Agostinho ‘não foi pioneiro em nada’ e por isso é difícil juntar o nome Agostinho Alves Ramos a uma data que diz respeito apenas a ele. Marcos Konder conseguiu esse feito com Drummond inventando a data de 12 de outubro de 1820, mas poderia escolher a data de 05 de fevereiro de 1820 quando Drummond recebeu ordens ministeriais para vir a Santa Catarina tomar posse de terras no Itajaí-Mirim. Não ficou com esta data concreta, documentada, porque precisava de mais tempo para promover os eventos alusivos ao centenário. Com a invenção de uma data ganhou o tempo entre fevereiro e outubro.

b) De qualquer forma a candidatura de Agostinho ao posto de fundador de Itajaí se mantém pelo conjunto da obra, por ser reconhecido consensualmente como a grande liderança de Itajaí por décadas.

c) O fato de Francisco Lourenço da Costa informar que já está com negócio estabelecido em Itajaí é muito relevante porque mostra ao historiador que ele tem de

tomar muito cuidado com as ausências e omissões não percebidas nos documentos públicos, as tais ‘cifras negras’. Francisco Lourenço já tinha comércio em Itajaí e, portanto, já tinha gente organizando relações de troca de excedentes.

d) Mas será que só Francisco tinha comércio por aqui antes de Agostinho Alves Ramos? Sabemos dele porque se relacionou com o Estado e seus burocratas guardaram o documento. Mas quantos comerciantes estavam por aqui na informalidade?

e) O mérito de Agostinho reside justamente nesse ponto: ele reuniu quem estava disperso. Não foi pioneiro em nada. Apenas usou ilustração e carisma para reunir um povo que estava espalhado, cada um cuidando da sua vidinha e deu certificado oficial de suas presenças e ações. Agostinho colocou tudo e todos nos documentos do Estado.

Informação 5: ‘Os esforços do grupo político-econômico representado por Agostinho Alves Ramos foram eficazes de tal sorte a possibilitar a formação de colônias em todo o Vale do Itajaí. Mesmo diante do fracasso econômico de muitas dessas colônias o território foi ocupado definitivamente e passou a contar com uma produção que deu suporte para o desenvolvimento do porto de Itajaí. A atividade portuária, por sua vez, constituiu a base sobre a qual o Município de Itajaí foi erguido. /1835 – Colônia Itajaí – Arraial de Pocinho (Gaspar) / 1835 – Colônia Itajaí – Arraial de Tabuleiro (Itajaí) / 1844 ou 45 – Colônia Belga (Ilhota) / 1850 – Colônia Blumenau (Blumenau) / 1860 – Colônia Brusque e Príncipe D. Pedro / 1877 – Colônia Luiz Alves / 1897 – Ibirama.’ [Página 134].

Considerações:

a) Floriano passa uma informação que anos depois vai aprimorar nas pesquisas que manteve com Isaque de Borba Corrêa. Trata-se da ideia de que Agostinho participava de um grupo político-econômico que resolveu investir pesado no Vale do Itajaí e sua colonização. Agostinho era o braço político de um grupo econômico, disso resulta ter morrido com poucos bens.

b) A colonização do Vale do Itajaí deu-se pela junção dos interesses públicos e privados, mais privados que públicos. Nesse ponto parece evidente que o grupo se beneficiou largamente de informações privilegiadas que obtinha junto aos governos [Desterro e Rio de Janeiro].

TEXTO 2: Um convite ao debate. Magru Floriano. IN: 2020 – Itajaí, 200 anos. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 25-29.

Informação 1: ‘No nosso entendimento essa celeuma que envolve uma data de fundação da cidade ocorre por uma constatação histórica inquestionável: Itajaí não foi fundada. Pelo menos não nos moldes tradicionais que estamos acostumados a ver na

história da maioria dos municípios brasileiros. Diferente de Blumenau, Ilhota ou Brusque, nossa comunidade foi se formando aos poucos.’ [Página 28].

Considerações:

a) Floriano aponta o fundamento da polêmica entorno da fundação: não há ato fundacional. Por isso mesmo, se alguém pretende legar à Itajaí uma fundação e um fundador, terá de arbitrar nome e data.

Informação 2: ‘Por isso são legítimas as propostas de escolher uma data “símbolo” que represente este momento histórico, como faz nesse estudo Cláudio Bersi de Souza e também o fez no passado longínquo Marcos Konder. Obviamente que esta data simbólica, emblemática, vai ser estabelecida a partir de critério escolhido por cada um estudioso. Assim Marcos Konder escolheu uma data “possível” - 12 de outubro de 1920; Cláudio Bersi de Souza escolheu uma data registrada em documento oficial – 05 de fevereiro de 1820...’ [Página 28].

Considerações:

a) Ao constatar que ‘Itajaí não foi fundada’ Floriano passa a defender a tese de se arbitrar uma data de fundação como já fizeram Marcos Konder e tantos outros. Mas que seja oficial de forma a Itajaí se tornar mais velha que Blumenau, ‘seu filho’.

b) Qual o objetivo disso? Para Floriano o objetivo é educacional. Cria-se com toda essa polêmica um motivo para levar a História de Itajaí às escolas, ao público em geral. Cria-se um ambiente de interesse por sua História. A fundação é um pretexto para se falar sobre História de Itajaí. Nada a ver com a questão conservadora de mito-fundador, herói nacional, data histórica apenas cria-se uma oportunidade de se falar sobre algo que a cada dia está mais esquecido no currículo de nossas escolas.

TEXTO 3: Breve reflexão sobre a busca do ato fundacional da comunidade de Itajaí. Magru Floriano. Itajaí: autor, 2016 [cópia xerografada, sem paginação]

Informação 1: ‘Um primeiro questionamento que devemos fazer, provocando os pesquisadores para um levantamento documental ainda mais rigoroso no futuro, é sobre o itinerário e recursos utilizado por Drummond para acessar suas terras às margens do Rio Itajaí-Mirim. Todos inferem que ele partiu da Ilha de Santa Catarina por mar e adentrou a foz do Rio Itajaí para acessar a localidade de Tabuleiro pelo Itajaí-Mirim. Mas nem ele próprio afirmou isso no seu livro-testemunho. Muito pelo contrário. Diz ele no item sete de suas anotações: “(...) ali se construiu uma sumaca denominada S. Domingos Lourenço, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí.” (pag. 64) Esta afirmação de Drummond está de acordo com outros escritos de época que apontam que o Rio Itajaí era pouco visitado por embarcações de

médio e grande portes. Isso se devia a um grande banco de areia que existia defronte à foz e uma grande pedra submersa que constituía a continuidade geológica do Morro do Atalaia’.

Considerações:

a) Hoje sabemos que sumacas já adentravam a foz do Rio Itajaí antes de Drummond e que o Vale já apresentava comércio regular, tendo inclusive diversos comerciantes, principalmente de madeira serrada.

b) Também temos convicção firmada, junto com José Ferreira da Silva, que Drummond acessou as terras do Itajaí pelo ‘Caminho do Meio’ conhecendo a Colônia Nova Ericeira que se espalhava entre Porto Belo, Camboriú e Itajaí. Veio guiado pelo superintendente Mello e Alvim.

Informação 2: ‘Um segundo questionamento que devemos fazer diz respeito à fundação da colônia. O aviso assinado por Tomás Antônio da Vilanova Portugal datado de cinco de fevereiro de 1820 diz: “(...) vá se apresentar a João Vieira Tovar e Albuquerque (...) para tomar posse de umas terras para o mesmo Senhor junto ao Rio Tajaí-Mirim, a fim de nelas formar um estabelecimento (...)”. Percebemos que o documento não funda uma colônia, mas remete Drummond até o governador de Santa Catarina para dele receber instruções sobre o empreendimento a ser realizado às margens do Itajaí-Mirim’.

Considerações:

a) Importante esta observação já que alguns historiadores defendem a tese de que este documento é a certidão de nascimento de Itajaí porque cria uma colônia. Na verdade é um documento dando ordens a Drummond para se apresentar ao governador apenas. Nem manda Drummond vir direto à Itajaí, nem funda uma colônia. Essas questões estão subjacentes, implícitas, nas entrelinhas do texto oficial.

Informação 3: ‘Além do documento de cinco de fevereiro não fundar uma vila ou colônia Drummond tomou posse de suas terras muito tempo depois dessa data, e denominou o empreendimento de Colônia São Tomaz de Vilanova. Portanto, o documento não funda Itajaí e Drummond não funda Itajaí mas Vilanova – se é que o fez efetivamente, já que não existem provas materiais adequadas para afirmar peremptoriamente.’.

Considerações:

a) Floriano afirma algo que não tem dados suficientes para fazê-lo. Como já vimos anteriormente o nome da colônia parece ter surgido em textos do historiador Lucas Alexandre Boiteux já na década de 1950. Estudos nesse sentido devem ser feitos

para constatar efetivamente se Lucas se baseou em algum documento, já que teve acesso irrestrito a documentos oficiais de governo no Rio de Janeiro, notadamente os arquivos da Marinha.

b) Até o surgimento de documentos que mostrem a denominação da colônia, mesmo que de forma informal, por Drummond ou qualquer outra pessoa envolvida, faz-se necessário evitar repetir essa informação para não induzir novos pesquisadores a um possível erro. Aqui temos a importante missão de não inventar a nossa história.

Informação 4: ‘Alguns historiadores utilizam como evidência dessa fundação a existência de famílias remanescentes no local. Mas há de se questionar tal prova, já que a região vinha sendo habitada gradativamente desde 1818 quando do projeto da Colônia Nova Ericeira’.

Considerações:

a) Também estamos diante de uma informação inexata. A região parece já estar sendo habitada muito antes de 1818 por posseiros, jornaleiros, faiscaidores, adventícios em geral. Tanto isso é factível que todas as ordens ministeriais e do governo provincial mandam respeitar as posses já existentes quando da demarcação de sesmarias. Isso ocorre inclusive na ordem de demarcação das sesmarias destinadas à colonização por Drummond.

b) Não dá, portanto, de afirmar ou contestar a informação de que as famílias hoje existentes na localidade sejam ou não remanescentes da colonização demandada por Drummond. Estar cultivando as terras do Taboleiro desde 1800 não significa necessariamente que esta família é remanescente do projeto de Drummond. Pesquisa específica tem de ser realizada para atestar esse vínculo direto.

Informação 5: ‘O terceiro questionamento que promovo diz respeito à instituição oficial do que estabelecemos como “marco zero” do Município de Itajaí. Há muito que o Município reconhece a localidade de Estaleiro como seu “marco zero”. A Praça Vidal Ramos abriga o monumento do “marco zero” e todas as políticas públicas – nas três esferas de poder da República – o reconhecem nos documentos e ações que visam preservar a história e o patrimônio arquitetônico. Ora, colocando o “marco zero” na localidade de Estaleiro está determinando-se oficialmente que o empreendimento de Drummond não foi o ato fundador de Itajaí, porque se assim pensassem nossos administradores colocariam esse “marco zero” na localidade de Tabuleiro.’

Considerações:

a) Estabelecer Drummond e sua provável colônia como marco fundante da comunidade itajaiense envolve muitos interesses já consolidados. Um deles é retirar o

‘marco zero’ da cidade - onde temos um grande acervo histórico arquitetônico, da Igreja Imaculada Conceição aos casarios Burghardt, Malburg, Konder ... – para recolocá-lo num lugar vazio de obras históricas – o Tabuleiro.

b) O nome de Drummond também esbarra em alguns obstáculos oportunistas, como a reação negativa por parte de políticos, inclusive vereadores, que confessam religiões neopentecostais adversárias declaradas da maçonaria, instituição a qual esteve vinculado.

c) Aliás, a questão religiosa não deve ser menosprezada quanto à definição de um fundador para Itajaí. Como sabemos, nos últimos tempos, ocorreu um grande crescimento das religiões neopentecostais em Itajaí que lograram, inclusive, montar uma expressiva ‘bancada evangélica’ na Câmara Municipal. Essa corrente político-religiosa também tem interesse em não consagrar o nome de Agostinho Alves Ramos, por ser homem vinculado diretamente à Igreja Católica. O nome de Agostinho está umbilicalmente vinculado ao curato, a igreja da Imaculada Conceição, o padre Pedro Antônio Agote etc. Não há interesse, portanto, nem em Drummond, nem em Agostinho.

d) O poderoso grupo dos neopentecostais se junta tacitamente ao poderoso grupo dos acadêmicos da Nova História para riscar da pauta histórica itajaiense a discussão sobre sua fundação e fundador.

TEXTO 4: Drummond e a pretensa fundação de Itajaí. Magru Floriano. Diarinho. 08 de julho de 2016. Página t16.

Esse texto foi publicado como contraponto a artigos que Cláudio Bersi de Souza publicou anteriormente no jornal Diário do Litoral – Diarinho.

Informação 1: ‘não é correto afirmar que *“foi feito o convite para ele ali fundar uma colônia e se encarregar dos reais cortes de madeira na região”*. O que está dito no aviso ministerial de 05 de fevereiro de 1820 é que ele teria de se apresentar ao governador da Capitania de Santa Catarina “para tomar posse de umas terras para o mesmo senhor junto ao Rio Tajaí-Mirim, a fim de nelas formar um estabelecimento (...)”. Como podemos perceber, não está discriminado no documento original o tipo de estabelecimento, portanto, não sendo simples supor tratar-se especificamente da criação de uma colônia. Mesmo porque, como sabemos, para se criar uma colônia Drummond teria de transpor determinados trâmites legais, como ocorreu no mesmo local, em 1836, com Agostinho Alves Ramos e a Colônia do Itajaí-Mirim [arraiais Tabuleiro e Conceição] protegida pela Lei nº 11 de 05 de maio de 1835’.

Considerações:

a) Todas as colônias que conhecemos tem um ato oficial de fundação. No caso das colônias idealizadas por Agostinho Alves, por exemplo, temos a Lei nº 11 datada de 05 de maio de 1835. Também não temos um documento passando terra para um colono sequer na colônia de Drummond e as sesmarias não foram passadas para o seu nome.

b) Floriano desconsiderou documentos posteriores [correspondências oficiais] onde o termo ‘colônia’ é utilizado. Há, evidentemente, um rigor exagerado por parte do historiador na interpretação do texto.

Informação 2: ‘não está confirmado que “*Drummond subiu o rio Itajaí-Mirim e aonde achou o local ideal montou a serraria (...)*” Existem indícios fortes de que Drummond possa ter acessado suas terras no Tabuleiro pelo “caminho do meio” vindo por terra de Porto Belo, onde estava em andamento, desde 1818, a Colônia Nova Ericeira. A influência direta desta colônia sobre o povoamento das terras do Itajaí-Mirim será, com certeza, objeto de estudo de historiadores no futuro próximo’.

Considerações:

a) O que temos são apenas evidências. Ninguém pode afirmar ou desmentir esse tipo de informação. Floriano joga a bola pra frente, esperando o surgimento de novos documentos.

b) De qualquer forma parece factível investir na ideia de que a colonização empreendida por Drummond é contígua à Colônia Nova Ericeira. A ponte de ligação é o superintendente Mello e Alvim.

Informação 3: ‘não dá de afirmar que Drummond chegou a realizar algo no local, já que ele próprio testemunha em livro publicado no ano de 1836 que ‘*Alguns trabalhos se fizeram no rio Itajaí; mas nem houve tempo nem meios para os levar ao cabo (...)*’ e, confrontando fontes, conclui-se que seu testemunho tem exageros e “ideias roubadas” de outros agentes públicos que operavam em Santa Catarina à época’.

Considerações:

a) Afiramar algo contando apenas com o testemunho de Drummond é extremamente temerário como já nos alertaram diversos historiadores em nível nacional.

Informação 4: ‘Não existem evidências de que um possível empreendimento montado por Drummond em 1820 tenha seguido produtivo até 1836 quando Agostinho Alves chega á região para estabelecer a colônia do Itajaí-Mirim e seus dois arraiais.’

Considerações:

a) Floriano contesta essa informação reproduzida por Cláudio Bersi de Souza e por outros historiadores. Esse vínculo direto entre colônias sucedâneas não tem prova material alguma. Mas ela é factível. Nada é por acaso. O fato do local já ter sofrido algum melhoramento pode ter sido motivo suficiente para Agostinho se interessar pelo local.

b) Por que Agostinho se interessou em montar sua colônia no mesmo local de Drummond? Obviamente que a criação de uma nova colônia no local só é possível se as terras ali existentes não tenham sido passadas anteriormente para alguém. As terras que deseja Agostinho devem ser devolutas. Seria essa uma prova de que Drummond não chegou a distribuir terras?

c) Há também a possibilidade de Agostinho não empreender exatamente sobre as terras onde atuou Drummond, mas nas terras próximas que, como indicam algumas correspondências, inclusive de Drummond e Charles van Lede, eram devolutas e em grande quantidade.

TEXTO 6: Contraponto: A fundação de Itajaí. Magru Floriano. Diário do Litoral. nº 10.991. 20 de agosto de 2018. Página 06. Secção Variedades.

O texto foi escrito em contraponto ao ‘Entrevistão’ concedido pelo historiador Edison d’Ávila ao próprio Diarinho, publicada a 19 de agosto de 2018, página 06.

Informação 1: ‘Não precisamos usar de tanta imaginação para indicarmos um fundador para nossa querida Itajaí, porque já temos bem definido e documentado o seu ato fundacional. Trata-se do requerimento assinado por duas dúzias de moradores ao Bispo do Rio de Janeiro solicitando, a 05 de janeiro de 1824, entre outras coisas, ‘a declaração de independência e a separação territorial deste distrito (...)’. Foi este, no meu entender, o primeiro ato de alta relevância empreendido pela comunidade itajaiense, porque nele já estão contidos dois fundamentos para sua fundação: o espírito comunitário e a necessidade de autonomia administrativa.’

Considerações:

a) Floriano defende a tese de que a fundação deve ser estabelecida como ato coletivo, utilizando a petição ao bispo do Rio de Janeiro, a 05 de janeiro de 1824, como certidão de nascimento da comunidade.

b) O historiador destaca alguns pontos que considera dar especial importância a este documento: reunião de um coletivo, preocupação com a questão administrativa da

comunidade. Elementos que o autor, até esta data, não encontrou em outros documentos.

c) Novamente vem a questão da ausência de dados. Não é por não ter aparecido até o momento um documento anterior de igual teor que possamos atestar ser esse o primeiro que indica a formação do grupo pioneiro. Esse é o primeiro documento que temos em mãos.

REFLEXÃO

FINAL

Como podemos perceber a presente obra elaborou muito mais perguntas do que resolveu enigmas; abriu mais lacunas do que as preencheu. Essa era a motivação da obra: questionar todas as informações até aqui colhidas na historiografia sobre a fundação de Itajaí. Questionar, indagar, perguntar, deixar em suspensão, criar um ambiente de ‘épouque’, confrontar dados ... para abrir portas e janelas à novas teses, hipóteses, linhas de pesquisa, desmanchar vícios, derrocar mitos, minar certezas, sair da trilha oficial elaborada pela Prefeitura de Itajaí desde o final da década de 1970 ...

Nossa convicção é de que tudo deve ser repassado linha por linha, texto por texto, autor por autor, milhares de vezes, até a exaustão. Nunca é demais ler e reler os textos e os documentos. É um movimento intelectual profícuo. Agora mesmo nós estávamos encerrando esse trabalho quando o historiador Dieter Hans Bruno Kohl nos questionou acerca de uma nova maneira de ler o texto que escrevera no livro ‘Porto Belo – sua história sua gente’ sobre a petição de uma sesmaria por Mathias Dias de Arzão que diz:

‘Matias Dias de Arzão, Sylvestre Nunes e José Correia pediam, em 23 de agosto de 1794 a restituição dos terrenos por eles ocupados há tempo, e onde formavam um grupo de mais de quarenta pessoas na margem do rio Itajaí, e de onde tinham sido despejados pelos ‘invasores’, Antônio Teixeira (padre), Alexandre José de Azevedo Leão, Estácio Borges e Antônio Ferreira Lessa, que pertenciam à elite administrativa da Capitania, e que registraram as mesmas terras em seus nomes, no tempo do governador Manuel Soares Coimbra e do seu secretário Manuel Lopes Fraga.’ [⁵⁸]

Lemos inúmeras vezes esse texto solicitando as sesmarias e nunca o tínhamos ligado ao texto de autoria de Paulo José Miguel de Brito, datado de 1816, que diz existir um porto no Rio Itajaí que fica ‘(...) defronte de uma Fazenda de lavoura, chamada do Arzão, única que com casa ali se encontra’. Tudo se embaralha novamente na medida que é possível realmente Alexandre José de Azevedo Leão ter obtido legalmente, por influência na burocracia de Desterro, terras antes pertencentes a Matias Dias de Arzão. Alexandre podia estar ‘invadindo’ terras onde Matias era posseiro e nelas promoveu benfeitorias. Com a união desses dois textos dá de abrir uma nova linha de pesquisa onde Alexandre toma as terras beneficiadas por Matias na foz do Rio Itajaí, localidade da Fazenda. Por esse viés de análise, passa a ser verdadeira a informação de Paulo José Miguel de Brito, até então considera inverossímil.

Logo em seguida a esta releitura do texto de Dieter Hans o amigo Isaque de Borba me telefona dizendo que localizou na internet o site ‘www.davidrumsey.com’ com dezenas de mapas inéditos da América do Sul. Numa breve olhada no site localizei de imediato um mapa novo indicando o Monte Tayó e dois morros com o nome de ‘João Dias’ – o primeiro na ponta norte da Ilha de São Francisco do Sul – e, o segundo, ao norte do Rio Tajahi – o que corresponde à Ponta da Vigia em Penha, nos dias atuais. Na verdade são dois mapas confeccionados em datas bem diferenciadas, dando a entender que um usou o outro como referência. O primeiro desses mapas é de Louis Stanislas d’Arcy Delarochette datado de 1807, o segundo de James Wyld datado de 1860. Esses mapas indicam a existência de dois morros localizados entre São Francisco e Itajaí com o nome ‘João Dias’, registros que nos levam a novas reflexões sobre a questão da presença da Família Arzão no nosso litoral.

O mesmo ocorreu com nossa investigação sobre a vida de Agostinho Alves Ramos. Até aqui só temos informações sobre Agostinho Alves a partir de seu casamento na cidade do Rio Grande no ano de 1813. Levantamentos documentais realizados no Rio Grande nos remetem a Rio de Janeiro e Cananéia – litoral do Estado de São Paulo. Diferentemente de outros pesquisadores, resolvemos investir em um novo viés de pesquisa: ‘seguir o dinheiro’ de Agostinho Alves Ramos.

E assim, novos documentos vão sendo descobertos no dia-a-dia de nossas pesquisas, nos obrigando a deixar tudo em aberto, sem qualquer possibilidade de uma definição no curto prazo. Essa grande quantidade de lacunas deve-se pelo simples fato de poucos estudiosos terem se debruçado nos documentos desse período. O tema ‘fundação de Itajaí’ nunca foi estudado com profundidade, sempre sendo tratado como secundário e apenas mencionado nos textos históricos ‘*en passant*’. Poucas pesquisas e muitas reproduções sobre fatos pesquisados superficialmente nos legaram uma historiografia cevada de inferências, deduções, induções e fantasias.

A título de Reflexão Final vale reforçar algumas perguntas sobre a fundação de Itajaí que deixamos como legado aos futuros historiadores:

- Quando chegou ao Vale do Itajaí o primeiro membro da Família Arzão?
- A iniciativa de migrar para o Vale do Itajaí foi iniciativa de João Dias de Arzão, da viúva Maria Pedrosa ou do filho capitão Miguel Dias de Arzão?

- Teria João Dias de Arzão [primeiro] explorado as terras do Vale do Itajaí, na condição de faiscador e possessor?
- As primeiras terras dos Arzão estariam localizadas na Barra do Rio ou na Foz do Rio ?
- Qual dos Arzão realmente descobriu o Monte Tayó e onde ele está localizado?
- Por que alguns mapas mostram dois morros 'João Dias' em nosso litoral? Esses morros fazem referência a João Dias de Arzão ou João Dias de Solis?
- Qual a relação existente, nos mapas de Louis Stanislas e James Wyld, entre o 'Monte Tayó' e os morros intitulados de 'João Dias'?
- Por que não temos documentação oficial sobre a fundação da colônia empreendida por Drummond?
- Drummond batizou oficialmente o empreendimento às margens do Itajaí-Mirim de Colônia São Tomás de Vilanova?
- Há vínculo entre o projeto colonial Nova Ericeira e aquele empreendido por Drummond às margens do Rio Itajaí-Mirim?
- Agostinho Alves Ramos pretendeu utilizar as mesmas terras de Drummond em uma nova colônia no Itajaí-Mirim?
- Que famílias remanescentes na 'Estrada de Brusque' são oriundas da colônia empreendida por Drummond?
- Qual o passado de Agostinho Alves Ramos em Desterro e Rio Grande?
- Com quem ficaram os bens de Agostinho Alves Ramos - incluindo o palhabote '7 de Abril' - ?
- Por que as autoridades de Porto Belo tomaram a iniciativa de colocar fogo em todos os papéis de Agostinho Alves Ramos imediatamente após a sua morte?
- Onde estava morando o padre Pedro Antônio de Agote antes de vir para Itajaí? Onde ficava a 'casa de oratório de Camboriú'?

NOTAS

E

REFERÊNCIAS

1 – SANTANGELO, Beatriz Koneski. **Sobre Itajaí: uma discussão historiográfica.** Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998 (Orientadora Joana Maria Pedro).

2 – MORAES, Mello. **História do Brasil – Reino e do Brasil – Império.** tomo 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed USP, 1982. pag. 491.

3 – ‘O chanceler-mor entendia que convinha desde logo procurar dirigir a corrente da emigração européia para o Brasil, rodear a cidade do Rio de Janeiro de colônias agrícolas, que para o futuro viessem abastecer a grande cidade, cujos destinos ele encarava vantajosamente: Mas esta idéia foi combatida e não pôde prevalecer. Os adversários entendiam que o Brasil não convinha senão a portugueses, e que o enxerto de outros povos seria prejudicial à integridade da monarquia.’ (ibidem, pag. 492)

4 – RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e contra-revolução.** vol. II. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975; PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 20ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

5 – Ib., pag. 495.

6 – Ib., pag. 491.

7 – ib., pag. 495.

8 – ‘Tomás Antônio pouco se importava com os limites do norte do Brasil e com a conquista de Caiena. Quando esta conquista foi cedida à França pelo tratado de paz geral de 1814, o ministério de então fez desse acontecimento um grande negócio (...) Tomás Antônio tinha toda a sua atenção para o sul do Império, e contentava-se que o Império do Brasil tivesse por limites os dois gigantes Prata e Amazonas.’ Ib., p 498.

9 – ‘Levantou de sua própria mão a carta geral do Brasil, servindo-se para isso dos dados parciais das comarcas, que mandou levantar pelos respectivos ouvidores, e os das províncias pelos seus governadores. (...) e marcando os lugares em que convinha estabelecer portos de defesa com a bandeira portuguesa. (Ib., pag. 498-9)

10 – ‘El-rei depois de estar a bordo mandou chamar a Tomás Antônio, e este ao passar pela praça de armas, viu o seu nome escrito na porta de um camarote. El-rei o entreteve por algum tempo na Câmara, mas não lhe falou na viagem, e por fim o despediu. Ao sair Tomás Antônio foi detido, e o oficial que o deteve disse que era por ordem de el-rei. Tomás Antônio perguntou se não podia ir à terra dar providências em sua casa e voltar imediatamente. ‘Não’ respondeu o oficial (...)’. (Ib., pag. 502)

11 – ‘Tão ignorante, estouvado e brutal era o governador como inteligente, circunspeto e polido o intendente da marinha’. (DRUMMOND, Vasconcelos de. **Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia.** edições do Senado Federal. vol.165. Brasília: Gráfica do Senado, 2012. pag. 65.

12 – ‘À testa desta colônia pôs um homem inteligente e honrado, o Capitão-de-mar-e-guerra Miguel de Sousa Melo e Alvim’. (MORAES, *ib.*, pag. 496)

13 – VIANNA, Hélio. **História Diplomática do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 19[.]. Pag. 22.

14 – ‘Tomás mandou explorar o Rio de Itajaí; no intuito principal de encontrar o Monte Taio, donde pela tradição se sabia que o célebre sertanejo Arsão ou Aragão tirava prata em quantidade. Em tão vasta extensão de país derto encontrar o Monte Taio seria só por um acaso, igual àquele que o fez descobrir pelo Célebre Sertanejo.’. (MORAES, *ib.*, pag. 496.

15 – MORAES, *ib.*, pag. 505.

16 – ‘Quando, em 1818, o governo de d. João VI, por influência de seu primeiro ministro Thomaz Antonio, que era particular amigo de José Bonifácio, para captar as boas graças do elemento nacional, cogitou de nomear um brasileiro ajudante do ministro assistente ao despacho, para o fim de mais tarde, segundo as provas dadas de sua habilitação e fidelidade ao throno, ser promovido a secretario effectivo de Estado, Thomaz Antonio escolheu para seu ajudante a José Bonifácio (...)’ (FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. 2ed. São Paulo: Melhoramentos, 1922. Pag. 122.

17 – *ib.*, pag. 122.

18 – DRUMMOND, Vasconcelos de. **Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia**. Edições do Senado Federal. Vol 165. Brasília: Graf. Senado Federal, 2012. Pag. 63.

19 – SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Santa Catharina (1820)**. Tradução e prefacio de Carlos da Costa Pereira. Bibliotheca Pedagogica Brasileira. Brasiliana. Serie 5ª vol.58. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936.

20 – KOHL, Dieter Hans Bruno. **Porto Belo – sua história sua gente**. 2. ed. Blumenau: Odorizzi, 2001. Página 56.

21 – BRANDÃO, Arnaldo. Uma cidade em busca de um fundador. **Jornal do Povo**, Itajaí, 10 de abril de 1971. Páginas 05 e contracapa.

22 – GARCIA, Ary. Afinal, quem é o fundador? **Jornal do Povo**, 14 de julho de 1979. Páginas capa e 02.

23 – BOER, Peter. **Barra Velha através dos tempos**. Barra Velha: autor, 1992.

24 – FLORIANO, Magru. Itajaí: uma cidade em busca do seu fundador. 3. ed. digital. Itajaí: Brisa Utópica, 2018. // KONDER, Marcos. A Pequena Pátria – Discursos e conferencia. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

25 – FLORIANO, Magru. Contraponto: a fundação de Itajaí. **Diário do Litoral**, nº 10.991, 20 de agosto de 2018, página 06, secção Variedades.

- 26 – D'ÁVILA, Edison. **Pequena História de Itajaí**. Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí, 1982.
- 27 – SILVA, José Ferreira da. As terras do Itajaí Mirim e Vasconcelos de Drummond. **Blumenau em Cadernos**, Tomo VI, 1963, nº 04.
- 28 – KONDER, Marcos. O historiador José Ferreira da Silva e o fundador de Itajaí – Antonio de Meneses Vasconcellos de Drummond. **Jornal do Povo**, 23 de novembro de 1958, capa.
- 29 – SILVEIRA JÚNIOR, Cândido Norberto. Drummond – um homem de sorte. **Jornal do Povo**, Itajaí, 28 de maro de 1959. Páginas capa e 08.
- 30 - SANTANGELO, Beatriz Koneski. **Sobre Itajaí: uma discussão historiográfica**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998 (Orientadora Joana Maria Pedro).
- 31 – NASCIMENTO, Antônio Roberto. A descendência Cornélio de Arzão em Santa Catarina. IN: **Blumenau em Cadernos**. Nov/dez de 1990, tomo XXXI, nºs 11/12, página 258.
- 32 - Ib., página 261.
- 33 - BOER, Peter. Barra Velha através dos tempos. Barra Velha: autor, 1992. Pág. 15.
- 34 – TOMIO, Telmo José. **Entrevista concedida ao autor**. Itajaí, 13 de ago. 2018.
- 35 - CARVALHO, Tito. Historia Catharinense – A proposito de ARZÃO. Florianópolis, **A República**. 22 de jan. 1928. Pagina 02.
- 36 – D'ÁVILA, Edison. Pequena História de Itajaí. 2.ed. rev. e ampl. Florianópolis: IHGSC, 2018. Página 33.
- 37 – Ib. Página 30.
- 38 - CARVALHO, William Almeida de. **As 'Anotações' de Vasconcelos de Drummond**. IN: Anotações de A.M.V. de Drummond à sua Biografia. Edições do Senado Federal Vol.165. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012. Páginas 09-46.
- 39 - BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. Páginas 265-267.
- 40 – D'ÁVILA. Op. Cit. Página 60.
- 41 – Livro de Registro Geral da Comarca de Porto Belo 1834-1875.
- 42 – CARVALHO. Op. Cit. (38)

- 43 – SILVA, Pedro Ferreira e Silva. Reminiscências. **Novidades**. Itajaí, junho de 1907. // SILVA, Pedro Ferreira e Silva. Reminiscências., **Blumenau em Cadernos**, Blumenau. Tomo II, setembro de 1959, nº 09. Páginas 165-167.
- 44 - KONDER, Marcos. **A pequena pátria**. São Paulo: Melhoramentos, 1923.
- 45 – SILVA, José Ferreira da Silva. A colonização do Valle do Itajahy – notas para a historia do povoamento e cultura do valle do maior rio do litoral catharinense -. **Correio de Blumenau**, Blumenau, 1932. Páginas 07 a 18.
- 46 – BOITEUX, Lucas Alexandre. Os primeiros moradores do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, janeiro de 1958, Tomo I, nº 03. Páginas 45 a 51.
- 47 - SILVA, Afonso Luiz da. **Itajaí de ontem e de hoje**. Brusque: Mercúrio, 19[.].
- 48 - ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. IN: **Discurso fundador – formação do país e a construção da identidade nacional**. ORLANDI, Eni Puccinelli (org). Campinas: Pontes, 1993.Pag.11-26.
- 49 - Michel Foucault. O que é um autor. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3238534/mod_resource/content/1/foucault%2C%20michel%20-%20o%20que%20%C3%A9%20um%20autor.pdf. Acessado em: 10 de agosto de 2018..
- 50 - ORLANDI. op. cit. página 24.
- 51 - ORLANDI, op. cit. página 12.
- 52 – Ibidem ...
- 53 - Referência às ideias expostas por Émile Durkheim na obra ‘As regras do método sociológico’.
- 54 - COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2009. pag. 158.
- 55 - MACHIAVEL, Nicolló. **O príncipe**. São Paulo: Ediouro, 2003. // FLORIANO, Magru. **O príncipe em Itajahy**. Itajaí: Brisa Utópica, 20[.].
- 56 - AFANASSIEV, V. G. **Filosofia marxista – compêndio popular**. Rio de Janeiro: Vitória, 1963. // FLORIANO, Magru. **A pesquisa dialética**. Itajaí: Brisa Utópica, 2001.
- 57 – Acesso aos manuscritos da segunda edição do livro ‘A história de duas cidades’ em agosto de 2018.
- 58 - Porto Belo – sua história sua gente. 2ed. Blumenau: Odorizzi, 2001. Página 56